

Repensando a migração urbana

Opções de políticas para as cidades da América Latina e do Caribe



Matías Busso
Paul E. Carrillo
Juan Pablo Chauvin

Repensando a migração urbana

**Opções de políticas para as cidades da
América Latina e do Caribe**

**Matías Busso
Paul E. Carrillo
Juan Pablo Chauvin**

**Catálogo na fonte fornecida pela
Biblioteca Felipe Herrera do
Banco Interamericano de Desenvolvimento**

Busso, Matías.

Repensando a migração urbana: opções de políticas para as cidades da América Latina e do Caribe / Matías Busso, Paul E. Carrillo, Juan Pablo Chauvin.

p. cm.

Inclui referências bibliográficas.

“Relatório microeconômico da América Latina e Caribe”.

1. Emigration and immigration-Government policy-Latin America. 2. Emigration and immigration- Government policy-Caribbean Area. 3. Labor mobility-Latin America. 4. Labor mobility-Caribbean Area. 5. Economic development-Latin America. 6. Economic development-Caribbean Area. 7. Housing-Latin America. 8. Housing-Caribbean Area. I. Carrillo, Paul. II. Chauvin, Juan Pablo. III. Banco Interamericano de Desenvolvimento. Departamento de Pesquisa e Economista-Chefe. IV. Título. V. Série.

IDB-AN-362

Copyright © 2023 Banco Interamericano de Desenvolvimento. Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons CC BY 3.0 IGO (<https://creativecommons.org/licenses/by/3.0/igo/legalcode>). Os termos e condições indicados no link URL devem ser atendidos e o respectivo reconhecimento deve ser concedido ao BID.

Além da seção 8 da licença acima, qualquer mediação relacionada a disputas decorrentes de tal licença deve ser conduzida de acordo com as Regras de Mediação da OMPI. Qualquer controvérsia relacionada ao uso das obras do BID que não possa ser resolvida amigavelmente deverá ser submetida à arbitragem de acordo com as regras da Comissão das Nações Unidas sobre Direito Comercial Internacional (UNCITRAL). O uso do nome do BID para qualquer finalidade que não seja atribuição e o uso do logotipo do BID estarão sujeitos a um contrato de licença por escrito separado entre o BID e o usuário e não está autorizado como parte desta licença.

Observe que o link da URL inclui termos e condições que são parte integrante desta licença.

As opiniões expressas nesta publicação são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a posição do Banco Interamericano de Desenvolvimento, de sua Diretoria Executiva, ou dos países que eles representam.



Design da capa: Paula Saenz Umaña

Layout: The Word Express

Sumário

Prefácio	v
Agradecimentos	vii
Lista de Colaboradores	ix
Sumário Executivo	xi
1. Mapeando o crescimento urbano: migração para a produtividade	1
2. Migração e mercados de trabalho urbanos	39
3. Migração e mercados habitacionais	77
4. Opções de políticas para a prosperidade urbana por meio da migração	111
Referências	139

Prefácio

Para desbloquear oportunidades econômicas e melhorar a vida na América Latina e no Caribe, precisamos construir economias prósperas e produtivas. Nossa região tem ficado historicamente para trás, com um crescimento de produtividade dos mais lentos do mundo nos últimos setenta anos. Economias vibrantes precisam de forças de trabalho qualificadas e dinâmicas.

Nessa frente, temos um ativo fundamental: nossas populações ainda são jovens. A migração urbana traz jovens ambiciosos de áreas rurais menos produtivas, para ambientes onde eles têm maiores oportunidades de desenvolver seu potencial, adquirindo habilidades e experiência valiosas. Com mais anos produtivos pela frente, esses trabalhadores podem impulsionar o crescimento econômico através de poupança, investimentos e consumo.

Mas esse dividendo demográfico está diminuindo à medida que as taxas de fecundidade e mortalidade caem na maioria dos países da América Latina e do Caribe. Nossas populações envelhecerão nas próximas décadas. Enquanto isso, enfrentamos obstáculos para desenvolver capital humano. O acesso ao ensino superior e à formação profissional continua sendo limitado na maioria dos países. Mesmo onde o acesso ao ensino fundamental e médio aumentou significativamente, a qualidade da escola está aquém dos padrões globais, de acordo com testes padronizados e outras medidas.

A produtividade dos trabalhadores depende não apenas do capital humano, mas também da localização. Trabalhadores semelhantes são mais produtivos em algumas economias do que em outras. Dentro dos países, a produtividade varia bastante, com as cidades ultrapassando as áreas rurais como motores de crescimento e desenvolvimento. As cidades fomentam a concorrência ao proporcionar mercados maiores e cultivam a colaboração e a troca de ideias.

A migração é um fenômeno complexo que tem merecido considerável escrutínio de estudiosos e formuladores de políticas em todo o mundo. Isso é especialmente verdadeiro quando os fluxos migratórios convergem para os centros urbanos, onde podem se tornar uma fonte de oportunidades e um catalisador para promover o desenvolvimento econômico duradouro. *Repensando a Migração Urbana* nos convida a reconhecer e agir sobre esse potencial, fornecendo alternativas políticas concretas a formuladores de políticas na América Latina e no Caribe. Essas recomendações são adaptadas

particularmente no nível subnacional e visam aproveitar as oportunidades e superar os desafios associados à chegada de migrantes às nossas cidades.

Ampliar a conversa sobre migração urbana é importante porque, sem intervenções de políticas deliberadas e tempestivas, essas oportunidades poderão não ser plenamente concretizadas. O ritmo lento do crescimento na América Latina e no Caribe ressalta que a nossa produtividade urbana permanece abaixo do seu potencial. Esperamos que este relatório contribua para a conversão do nosso *dividendo da migração urbana* em maior produtividade regional e prosperidade para todos nos próximos anos.

Eric Parrado

Economista-Chefe

Agradecimentos

O Relatório Microeconômico da América Latina e Caribe é uma publicação anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Esta edição foi elaborada pelo Departamento de Pesquisa, com a colaboração da Unidade de Migração e da Divisão de Habitação e Desenvolvimento Urbano. O relatório foi coordenado e redigido por Matías Busso e Juan Pablo Chauvin, do Departamento de Pesquisa do BID, e Paul E. Carrillo, da Universidade George Washington. Antonella Rivera Bianchi prestou apoio excepcional à pesquisa.

Os principais autores de cada capítulo são:

Sumário Executivo	Juan Pablo Chauvin e Matías Busso
Capítulo 1	Matías Busso
Capítulo 2	Juan Pablo Chauvin
Capítulo 3	Paulo E. Carrillo
Capítulo 4	Juan Pablo Chauvin

O Quadro 4.1 é de autoria de uma equipe da Unidade de Migração do BID, e a autora do Quadro 4.2 é Nora Libertun de Duren, da Divisão de Habitação e Desenvolvimento Urbano.

Eric Parrado, Economista-Chefe e Gerente Geral do Departamento de Pesquisa, e Carlos Scartascini, Líder do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento, ofereceram orientações e comentários durante todo o processo. Este relatório também contou com o generoso apoio de Felipe Muñoz, Chefe da Unidade de Migração, e Tatiana Gallego Lizon, Chefe da Divisão de Habitação e Desenvolvimento Urbano.

Vários colegas forneceram feedback, comentários e informações úteis em várias etapas da produção do relatório, incluindo Mariano Bosch, Ana María Ibáñez, Nora Libertun de Duren, Felipe Muñoz Gómez e Cynthia Van Der Werf. Giovanna Chaves, Jeisson Gómez Colmenares, Julián Martínez Correa, Kyunglin Park, Juliana Pinillos e Rafael Macedo Rubião prestaram assistência adicional valiosa à pesquisa.

Tom Sarrazin supervisionou o processo de produção editorial deste volume. Lisa Ferraro Parmelee editou o manuscrito em inglês e Fayre Makeig revisou a composição

tipográfica do documento. Alberto Magnet traduziu o relatório para espanhol e Claudia M. Pasquetti editou e revisou o manuscrito nesse idioma. Hilda Lemos traduziu e editou o relatório em português e Giovanna Chaves revisou o manuscrito nesse idioma. Paula Saenz Umaña criou a ilustração da capa, sob a direção criativa de Lina María Botero Estrada. A Word Express foi responsável pela composição tipográfica da publicação.

Lista de Colaboradores

Matías Busso é economista principal do Departamento de Pesquisa do Banco Interamericano de Desenvolvimento, membro do comitê executivo da Rede de Desigualdade e Pobreza da Associação Econômica da América Latina e do Caribe (LACEA) e editor associado da *Economía*, a revista da LACEA. Sua pesquisa usa evidências empíricas e teoria para informar a formulação de políticas públicas mais eficazes em áreas relacionadas a trabalho, educação, produtividade e economia urbana. Matías é formado em Economia pela Universidad Nacional de La Plata e, em 2018, obteve seu doutorado em Economia pela Universidade de Michigan. Suas pesquisas foram publicadas em revistas importantes, incluindo *American Economic Review*, *American Economic Journal: Applied* e *Review of Economics and Statistics*.

Paul E. Carrillo é professor de Economia e Assuntos Internacionais da Universidade George Washington. Sua pesquisa situa-se na interseção entre economia urbana, economia imobiliária, economia pública e econometria. Paul publicou mais de duas dúzias de artigos acadêmicos em revistas de economia altamente renomadas, incluindo *Quarterly Journal of Economics*, *Review of Economics and Statistics*, *Journal of Public Economics* e *Journal of Urban Economics*, entre outras. Atualmente é coeditor do *Journal of Housing Economics*, editor associado do *Journal of Regional Science* e *Regional Science and Urban Economics*, além de ter atuado como membro do Conselho de Administração da *American Real Estate and Urban Economics Association*. Paul obteve seu doutorado pela Universidade da Virgínia em 2006.

Juan Pablo Chauvin é especialista em economia do Departamento de Pesquisa do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Realiza pesquisas na interseção entre economia urbana, economia do trabalho e economia do desenvolvimento, bem como em economia política. Suas pesquisas foram publicadas na *Journal of Urban Economics* e na *Regional Science and Urban Economics*. No passado, foi professor de economia e estatística da Harvard Kennedy School, ocupou cargos de docência em universidades equatorianas e assessorou várias organizações internacionais, bem como governos locais, regionais e nacionais em políticas de desenvolvimento econômico e diversificação na América do Sul, na Ásia, na região MENA e no Sudeste da Europa. É doutor em Políticas Públicas pela Universidade de Harvard.

Sumário Executivo

O progresso econômico dos países da América Latina e do Caribe nas últimas sete décadas tem deixado a desejar. Em 1960, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita da região era de aproximadamente 30 por cento do dos Estados Unidos; hoje, gira em torno de 25 por cento. Essa incapacidade de recuperar o atraso tem sido atribuída, em grande parte, ao lento crescimento da produtividade agregada da região. Os muitos obstáculos ao crescimento da produtividade variam de deficiências no capital humano e mercados de crédito subdesenvolvidos a restrições regulatórias que reduzem a concorrência e resultam em má alocação de recursos entre empresas.

Os centros urbanos da região são muitas vezes subestimados como ativos que impulsionam o crescimento da produtividade. Hoje, 82 por cento da população — cerca de 530 milhões de pessoas — reside em áreas urbanas que representam menos de 0,7 por cento de todo o território da região; e embora muitos países da América Latina e do Caribe tenham atingido ou superado os níveis de urbanização de países de alta renda, os migrantes continuam chegando às suas cidades. Quer provenientes de áreas rurais, de outras cidades ou do exterior, esses migrantes alimentam o crescimento urbano e as transformações em curso das economias locais. Repensando a Migração Urbana explora essas transformações, ao mesmo tempo em que propõe uma visão abrangente que contempla tanto oportunidades como desafios, abrindo as portas para alternativas de políticas que as cidades da região podem considerar para promover o desenvolvimento econômico e melhorar o bem-estar em suas comunidades, com implicações mais amplas para o crescimento agregado.

As cidades da América Latina e do Caribe recebem migrantes de diferentes lugares e circunstâncias. Dos que vivem em áreas urbanas, 70 por cento provêm de localidades dentro das fronteiras de seus países — ou seja, são migrantes internos. Nos últimos anos, contudo, os padrões de migração intrarregional sofreram mudanças significativas. De 2015 a 2020, o número médio de migrantes internacionais — aqueles que atravessam as fronteiras dos países, mas dentro da região — aumentou mais de 80 por cento. Muitos migrantes, tanto internos como internacionais, são atraídos pelas oportunidades econômicas que surgem em seus destinos, tais como melhores perspectivas de educação e de carreira ou negócios. Eles tendem a ter experiência e habilidades acima da média, o que ajuda a prepará-los para as oportunidades que surgem.

A chegada desses “migrantes econômicos” é um sinal do sucesso de uma cidade, evidência tangível de que seu desempenho econômico está superando o de outras cidades. Outros migrantes são motivados a deixar seus locais de origem principalmente em razão de eventos que criam dificuldades econômicas generalizadas ou insegurança, a exemplo de eventos climáticos extremos como secas, inundações, incêndios florestais ou furacões; conflito armado ou violência relacionada com a criminalidade; ou crises econômicas graves. Esse grupo tende a ter opções limitadas sobre para onde migrar e, geralmente, menos informações sobre as perspectivas econômicas oferecidas pelos diferentes destinos. Como resultado, esses migrantes muitas vezes enfrentam mais desafios nas cidades em que chegam, com muitos lutando para encontrar soluções de moradia acessíveis e adequadas e, às vezes, concorrendo com residentes locais por empregos escassos e mal remunerados.

Receber um grande número de migrantes – especialmente migrantes forçados a deixar seus locais de origem – pode impor desafios às comunidades. As perspectivas de emprego e salários dos trabalhadores locais mais vulneráveis, incluindo aqueles com baixas qualificações e os que trabalham no setor informal, podem ser negativamente afetadas, agravando sua já instável situação econômica. Uma demanda maior por moradias pode aumentar os preços de moradias, tornando-as mais escassas e menos acessíveis. O aumento da demanda por serviços públicos como educação, saúde e transporte pode sobrecarregá-los, afetando sua qualidade e acessibilidade. Um maior estresse econômico na economia local pode, em última análise, criar sentimentos negativos entre a população residente, enfraquecendo o capital social local. Nas próximas décadas, o deslocamento e a migração provavelmente aumentarão à medida que os riscos ambientais se tornarem maiores em decorrência das mudanças climáticas, exacerbando esses desafios.

Por serem importantes para as populações locais, as preocupações associadas à migração têm, justificadamente, recebido muita atenção dos formuladores de políticas locais, bem como de acadêmicos e instituições internacionais. As importantes oportunidades trazidas pela migração — em particular a migração econômica não forçada — para que as comunidades receptoras impulsionem seu desenvolvimento econômico, muitas vezes são ofuscadas pelas necessidades de curto prazo que ela produz. Esse “ponto cego” pode resultar em incapacidade para concretizar as oportunidades de migração urbana, uma vez que as políticas necessárias para tanto podem não ser totalmente implementadas em tempo hábil.

Este relatório é um convite para repensar a migração urbana, recolocando a atenção nas oportunidades para as economias locais representadas pela chegada de migrantes e incentivando os formuladores de políticas a capitalizá-las. Apresentando uma nova análise de dados e uma revisão sistemática do estado da arte na pesquisa acadêmica, o relatório descreve essas oportunidades, os obstáculos que podem impedir

sua materialização e as maneiras pelas quais os formuladores de políticas podem aproveitá-las ao máximo, além de abordar os desafios associados à chegada de migrantes às cidades. A maior parte da nossa análise enfatiza a migração interna, que tem recebido menos atenção do que a migração internacional em estudos e debates de políticas recentes, mas que historicamente tem representado a maior parcela dos fluxos migratórios para as cidades e que continua a ser o tipo de imigração mais frequente para a maioria das cidades de médio e grande porte da região. No entanto, extraímos lições da literatura sobre migração internacional e discutimos, sempre que relevante, desafios e oportunidades específicos de migrantes internacionais.

Começamos discutindo no Capítulo 1 a conexão entre urbanização e desenvolvimento econômico e como a migração alimenta o processo de urbanização na América Latina e no Caribe. As cidades são propícias ao crescimento da produtividade, o que permite às empresas nas cidades pagar salários mais altos. O prêmio salarial médio urbano na região está próximo de 20 por cento. As cidades atraem trabalhadores qualificados e empresas produtivas e criam condições para que trabalhadores e empresas se tornem mais produtivos por meio de economias de aglomeração, externalidades de capital humano e mercados maiores para seus bens e serviços. O crescimento urbano, no entanto, também traz a formação de bairros informais com condições de vida precárias, maior congestionamento e externalidades ambientais negativas, como poluição do ar. Cerca de 18 por cento da população urbana da região reside em assentamentos informais. Além do aumento natural da população, a migração, especialmente a migração interna, é um dos principais motores do crescimento urbano na América Latina e no Caribe e é onipresente. Grandes cidades atraem uma parcela substancial de migrantes, mas cidades pequenas e médias também experimentam uma migração interna significativa. O relatório é, portanto, relevante para governos locais tanto pequenos como grandes. O capítulo discute e resume as evidências sobre os chamados “fatores de expulsão” que levam as pessoas a deixar suas cidades de origem na região, atentando especialmente para os efeitos das mudanças climáticas e de choques relacionados com o clima, que estão se tornando e continuarão a se tornar cada vez mais comuns. Embora esses fluxos migratórios também possam ter efeitos substanciais nas comunidades que os migrantes deixam para trás, essas comunidades, bem como as políticas de desenvolvimento que poderiam ser implementadas para promover seu crescimento econômico, estão fora do escopo deste relatório.

A chegada de migrantes cria oportunidades substanciais nos mercados de trabalho locais. O capítulo 2 aborda esse tópico, discutindo primeiro como os migrantes se saem em seus destinos e seu impacto nos resultados no mercado de trabalho dos residentes, antes de discutir a forma como eles geram oportunidades e as razões pelas quais essas oportunidades às vezes não se concretizam. Nas áreas urbanas da América Latina e do Caribe, os migrantes tendem a ter maior probabilidade do que os residentes de participar da força de trabalho (63,5 por cento contra 56,9 por cento),

mas entre aqueles que o fazem, a probabilidade de desemprego é maior do que entre os residentes (13,6 por cento contra 12,2 por cento). Migrantes mulheres se saem significativamente pior em seus mercados de trabalho de destino do que migrantes homens. Embora o efeito da migração nos resultados no mercado de trabalho dos residentes tenda a ser pequeno ou nulo, em média, e até mesmo positivo para alguns grupos de trabalhadores, ele muitas vezes é negativo para trabalhadores mais vulneráveis, como aqueles com baixas qualificações e os que trabalham no setor informal.

O Capítulo 2 também discute como a migração, tanto interna quanto internacional, abre caminhos para o crescimento e a prosperidade no mercado de trabalho local, aumentando o tamanho da população e da força de trabalho e, potencialmente, estimulando a produtividade. Os migrantes, frequentemente mais jovens e com menos dependentes do que os residentes, rejuvenescem a força de trabalho, muitas vezes fortalecendo a poupança e o investimento. Eles podem prestar serviços que complementam a força de trabalho local, estimulam a demanda por mão de obra e contribuem para o empreendedorismo. Além disso, a migração pode aumentar a produtividade de um país, ao realocar recursos humanos de localidades de baixa para alta produtividade. Vários fatores podem, no entanto, restringir esses efeitos benéficos. Os benefícios de produtividade da aglomeração, por exemplo, operam a distâncias relativamente curtas, de modo que a falta de acesso às áreas mais aglomeradas das cidades, aliada a outras barreiras à participação na força de trabalho, pode reduzir as contribuições dos migrantes para as economias locais. A falta de redes locais fortes também pode resultar em empregos aquém do ideal para migrantes e em más escolhas de sua parte no que se refere à sua localização dentro da cidade. O rebaixamento de habilidades pode aumentar a concorrência enfrentada pelos grupos mais vulneráveis de trabalhadores e resultar em subutilização do potencial de produtividade do capital humano migrante.

Da mesma forma que pode afetar o equilíbrio do mercado de trabalho, a migração pode mudar a dinâmica do mercado habitacional. Considerando a parcela substancial do consumo familiar constituída por custos de moradia, a capacidade de adaptação do mercado habitacional é fundamental para o bem-estar geral. O capítulo 3 explora esses tópicos. Os migrantes participam dos mesmos mercados habitacionais que os residentes, exigindo moradia em todos os níveis de qualidade. Sua demanda habitacional pode ter efeitos positivos na economia, ao estimular a indústria de construção local. Os migrantes têm maior propensão a alugar, bem como uma taxa mais baixa de propriedade de imóveis residenciais do que os residentes, o que é parcialmente explicado por seus perfis demográficos comparativamente mais jovens e seus níveis de renda mais baixos. Eles tendem a ocupar unidades habitacionais de menor qualidade, o que pode aumentar a demanda no setor de habitação informal e pressionar os preços de aluguel e compra, tornando as moradias menos acessíveis para os locais. O grau em que essa perda de acessibilidade se materializa depende da adaptabilidade da oferta local de

moradia, que pode variar significativamente entre cidades. Aquelas com oferta mais flexível experimentam aumentos menores nos preços de aluguel e compra e podem se adaptar melhor à chegada de migrantes do que aquelas com oferta mais restritiva.

Políticas públicas são cruciais para a capacidade das economias locais de aproveitar as oportunidades e enfrentar os desafios que acompanham a migração urbana. O Capítulo 4 discute as opções de políticas que os formuladores de políticas locais podem implementar para alcançar esses objetivos, bem como as evidências disponíveis de sua eficácia. O capítulo identifica duas áreas-chave de enfoque de políticas para promover o desenvolvimento urbano por meio da migração.

A primeira é a promoção da contribuição dos migrantes para o crescimento da produtividade local, que envolve quatro objetivos: facilitar a contribuição dos migrantes para as economias de aglomeração urbana, aproveitar o capital humano de migrantes qualificados, explorar seu perfil demográfico mais jovem e mitigar os impactos negativos da migração em grupos vulneráveis. Políticas específicas podem fomentar a consecução desses objetivos. Para promover a contribuição dos migrantes para o crescimento da produtividade local, os formuladores de políticas podem estimular uma aglomeração eficaz por meio de investimentos em transportes, políticas de zoneamento e regulamentos sobre a altura de edifícios; facilitar a participação e a integração no mercado de trabalho por meio de serviços públicos de emprego inclusivos para migrantes, políticas de apoio ao cuidado infantil e regularização de migrantes internacionais; e intermediar informações essenciais, expandindo o escopo dos serviços públicos de emprego para incluir informações sobre cuidados infantis e moradia e divulgando informações aos migrantes. Para ajudar a capitalizar tanto o capital humano como o dividendo demográfico dos migrantes, as autoridades podem promover o emprego adequado às habilidades, a avaliação e certificação de habilidades, bem como a criação de programas de aprendiz e aprendiz reverso, além de incentivar o empreendedorismo investigando e abordando as restrições locais à atividade empresarial migrante. Para mitigar quaisquer impactos adversos da migração urbana, os formuladores de políticas podem reduzir os obstáculos financeiros e de informação à mobilidade humana, em situações em que a demanda por mão de obra for insuficiente para absorver a força de trabalho migrante. Podem também combater a discriminação com intervenções que criem empatia com os migrantes e abordem estereótipos desfavoráveis.

A segunda área em que a política pode apoiar o desenvolvimento urbano por meio da migração é a redução de restrições habitacionais, o que implica melhorar a capacidade de resposta local aos picos de demanda habitacional a curto prazo e aumentar a disponibilidade habitacional a longo prazo, com intervenções que combinem medidas de curto prazo e de médio a longo prazo. A curto prazo, a utilização do estoque habitacional existente pode ser estimulada com a promoção do desenvolvimento de mercados locais de aluguel e com o uso de soluções baseadas em platafor-

mas para habitação flexível. A longo prazo, as autoridades podem promover uma oferta habitacional mais flexível, simplificando os regulamentos sobre desenvolvimento habitacional, promovendo o financiamento acessível de habitação formal e planejando o uso do solo, idealmente antes que a migração ocorra, a fim de melhorar o acesso ao mercado de trabalho e aos serviços locais.

Qual dessas recomendações de políticas pode ter o maior impacto depende do contexto. Cinco princípios gerais devem orientar a formulação de políticas locais específicas. Em primeiro lugar, as políticas devem priorizar a abordagem de restrições de curto prazo e a superação de desafios de curto e longo prazo. Em segundo lugar, as políticas devem ser escolhidas e customizadas segundo o contexto específico, tendo especialmente em conta a quantidade e os tipos de mão de obra exigidos pela economia local e se a cidade tem ou não uma oferta habitacional flexível. Em terceiro lugar, em vez de focalizar apenas migrantes, as políticas devem procurar visar segmentos mais amplos da população, que incluam tanto os grupos migrantes relevantes quanto os residentes, particularmente aqueles mais vulneráveis. (Na verdade, muitas dessas políticas podem já estar nas agendas dos formuladores de políticas locais, uma vez que abordam problemas que afetam a população em geral, e este relatório destaca o maior impacto que elas podem ter em cidades que recebem fluxos significativos de migrantes.) Em quarto lugar, os governos devem envolver ativamente o setor privado local como parceiro na formulação e implementação de políticas. Finalmente, os formuladores de políticas devem trabalhar para fortalecer a capacidade institucional local, que é vital para o sucesso da formulação e implementação de políticas.

Repensar a migração urbana pode ter um impacto positivo de longo alcance na economia local como um todo. Pode levar a ações de políticas que ajudem as comunidades a aproveitar as oportunidades que surgem com a chegada de migrantes, preparando o terreno para o desenvolvimento econômico local duradouro. Quando as cidades conseguem integrar efetivamente os migrantes, podem fazer uso de uma força de trabalho jovem, qualificada e diversificada, que pode ser um catalisador de inovação e produtividade que as torne mais competitivas e prósperas. Isso beneficia não apenas a população migrante, mas também os residentes locais, especialmente aqueles em situações de maior vulnerabilidade, contribuindo para o bem-estar da comunidade em geral.

Mapeando o crescimento urbano: migração para a produtividade

1

As rápidas mudanças demográficas ocorridas na América Latina e no Caribe nos últimos 70 anos, tenderam principalmente para a urbanização, com mais de 80 por cento da população hoje vivendo em áreas metropolitanas. Nessa transição monumental, a região reduziu seu déficit de urbanização em relação aos países desenvolvidos, às vezes até mesmo ultrapassando-os e criando uma tapeçaria complexa e dinâmica de cidades que diferem significativamente em porte e caráter.

A primeira parte deste capítulo examina os dois lados da moeda desse processo de urbanização. A onda crescente de urbanização pode servir como um catalisador, na região, para o crescimento econômico e a inovação, aumentando a produtividade por meio de economias de aglomeração, do acesso a mercados maiores e do prêmio salarial urbano. No entanto, se mal administrada, a urbanização pode gerar inúmeros desafios — de superlotação e acesso inadequado a serviços, à desigualdade econômica e ao surgimento de assentamentos informais. Uma abordagem cuidadosamente calibrada das políticas de planejamento urbano, governança e industrialização é essencial para transformar esses desafios em oportunidades de crescimento sustentável. A forma física das cidades — sua densidade, expansão e estrutura interna — influencia profundamente os custos de infraestrutura, tempos de deslocamento e acesso a recursos. Enquanto altas densidades urbanas podem gerar benefícios econômicos, por exemplo, o crescimento descontrolado pode levar a congestionamentos, problemas ambientais e preços elevados de moradia, entre outros desafios. O equilíbrio desses fatores requer a formulação de políticas baseadas em evidências, que incentivem o desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Além de argumentar que o processo de urbanização é importante para o desenvolvimento e discutir os aspectos aos quais os formuladores de políticas devem atentar nesse contexto, este capítulo concentra-se, em seguida, nas causas do crescimento populacional urbano, documentando tendências tanto de longo prazo quanto mais recentes na região da América Latina e Caribe. O aumento natural da população, impulsionado

pelo declínio das taxas de mortalidade, é a principal fonte de crescimento urbano em muitos países em desenvolvimento. O capítulo então argumenta que, embora a migração desempenhe um papel secundário, sua contribuição para a urbanização também é significativa, apresentando desafios e oportunidades, tais como expansão econômica e intercâmbio cultural. A migração interna dentro das fronteiras nacionais também é um importante motor da redistribuição populacional. Os padrões de movimento populacional são diversos, incluindo migração urbana para urbana e rural para urbana, com fatores como disparidades salariais, diversidade demográfica e disponibilidade de serviços urbanos influenciando a decisão de migrar. Embora a parcela de migrantes atraídos para as grandes cidades seja substancial, cidades pequenas e médias também registram uma migração interna significativa. Compreender as características e a duração da permanência dos migrantes é crucial para os formuladores de políticas na gestão desse fenômeno e na otimização de seus impactos no planejamento urbano, na alocação de recursos e na dinâmica do mercado de trabalho. Finalmente, a migração internacional e, mais especificamente, intrarregional, também tem um impacto significativo no crescimento das cidades. Nos últimos anos, muitos países da região experimentaram um aumento da migração internacional, transformando-os de pontos de origem de emigração para destinos de imigração.

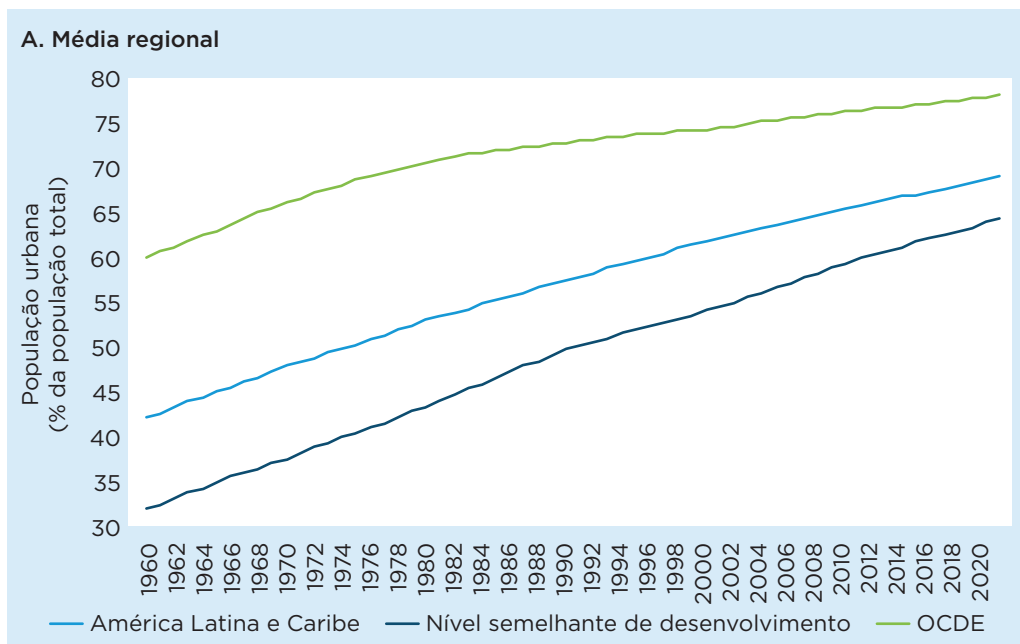
A migração pode ser impulsionada por escolhas voluntárias ou por circunstâncias forçadas. Na América Latina e no Caribe, esses “fatores de expulsão” como conflitos, violência, desastres naturais e choques ambientais contribuem para o deslocamento interno, resultando na presença de muitas pessoas deslocadas internamente, as quais muitas vezes exibem características demográficas particulares — por exemplo, maior representação de mulheres, indígenas e indivíduos com menor nível educacional. A última parte do capítulo aborda os dois fatores de impulsão mais prevalentes. Em primeiro lugar, o conflito e a violência levaram a deslocamentos forçados tanto internamente quanto para além das fronteiras nacionais. Esses indivíduos e famílias deslocados enfrentam inúmeros desafios, incluindo insegurança econômica, perda de ativos, acesso limitado a emprego e redes sociais fraturadas. Em segundo lugar, a migração é cada vez mais impulsionada pelas mudanças climáticas, à medida que as pessoas respondem a eventos climáticos tanto repentinos quanto os que ocorrem de forma gradual, como desastres naturais, aumento do nível do mar e variações de temperatura. Os deslocamentos induzidos pelo clima observados na América Latina e no Caribe provavelmente persistirão e aumentarão à medida que o clima continuar a mudar. Os desafios complexos que apresentam exigem respostas políticas eficazes para lidar com as consequências na distribuição populacional, nas atividades econômicas e no bem-estar. Embora medidas políticas e maior acesso a serviços sociais possam mitigar de certa forma os dois tipos de deslocamento, os impactos duradouros na geração de renda e na qualidade de vida requerem soluções holísticas.

1.1. Traçando o terreno urbano da América Latina e do Caribe

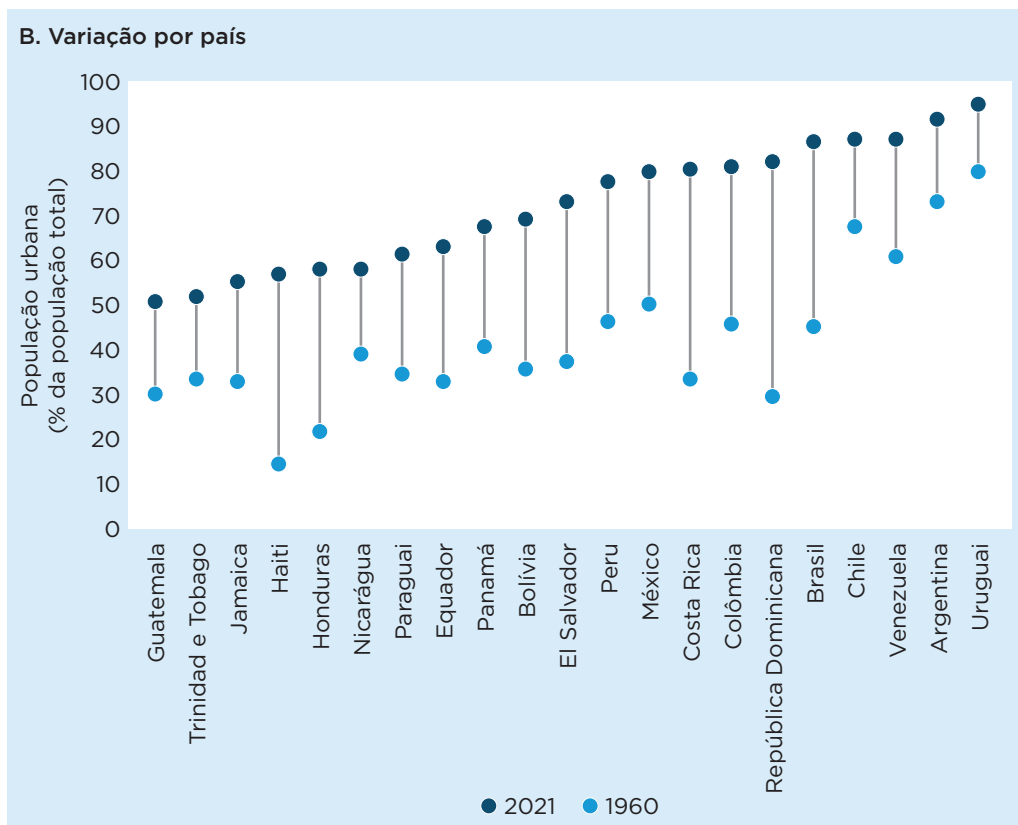
Nas últimas seis décadas, os países da América Latina e do Caribe experimentaram uma transição demográfica substancial em direção à urbanização. Em 1960, metade da população da região vivia em áreas urbanas. Em 1990, essa proporção chegou a 70 por cento e, em 2000, a 75 por cento. Apesar dos níveis de urbanização já altos, o crescimento urbano não parou: hoje, quase 82 por cento da população vive nas cidades. Ou seja, quase 530 milhões de indivíduos habitam menos de 0,7 por cento do território da região. Como ilustrado na Figura 1.1, a proporção da população residente em áreas urbanas no país médio da região tem aumentado consistentemente desde 1960, um fenômeno que é tanto regional quanto observável em países com níveis de desenvolvimento comparáveis. Notavelmente, a região tem, em grande parte, fechado a lacuna de urbanização com as nações desenvolvidas, mantendo um nível médio de urbanização mais alto do que países em estágios de desenvolvimento semelhantes.

As cidades, mais do que construções monolíticas, possuem características singulares e cumprem papéis distintos nos seus contextos nacionais e regionais. O resultado é uma paisagem urbana de diversidade e complexidade consideráveis, que abrange um amplo espectro de tamanho, estrutura e forma. Em um extremo desse espectro encontramos as megacidades — entidades em expansão que acomodam mais de cinco milhões

FIGURA 1.1 | População vivendo em áreas urbanas, 1960–2021



(continua na página seguinte)



Fonte: Cálculos dos autores, com base em Indicadores de Desenvolvimento Mundial.

Notas: Os países da América Latina do Caribe incluídos no painel A são Argentina, Belize, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela. Países com nível semelhante de desenvolvimento em outras regiões são Albânia, Argélia, Bulgária, Hungria, Indonésia, Malásia, Marrocos, Filipinas, Polônia, Sérvia, Tailândia, Tunísia e Turquia. Os países da OCDE são Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, República Tcheca, Dinamarca, Estônia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Islândia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, República da Coreia, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Portugal, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Suécia, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos.

de habitantes. Bogotá na Colômbia, Buenos Aires na Argentina, Lima no Peru, Cidade do México no México e Rio de Janeiro e São Paulo no Brasil, entre outras, atuam como epicentros de vigor econômico, dinamismo social e diversidade cultural. Esses conglomerados urbanos são caracterizados por suas altas densidades populacionais, extensos ambientes construídos e redes complexas de infraestrutura, ressaltando sua função como nós principais dentro das estruturas econômicas nacionais e globais (Sassen 2018). Conforme discutido no Quadro 1.1, as localizações específicas dessas megacidades se deram originalmente devido a alguma vantagem comparativa. As consequências dessas escolhas para a configuração de cada rede urbana nacional estão presentes até hoje.

Apesar da alta visibilidade das megacidades, a maioria das áreas urbanas na América Latina e no Caribe são de médio ou pequeno porte. Menos reconhecidas glo-

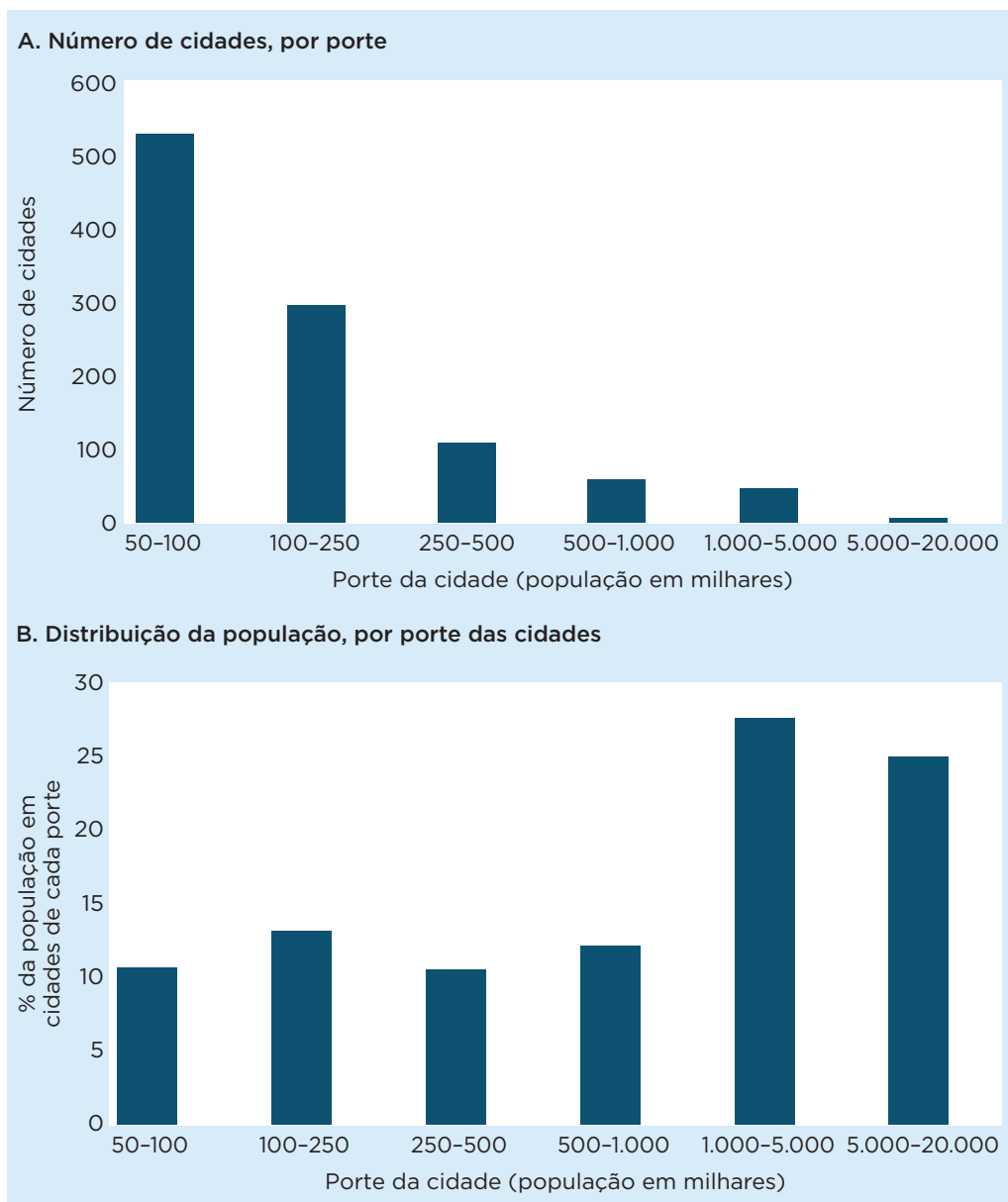
balmente, essas cidades constituem a base estrutural do sistema urbano regional e, como mostra o painel A da Figura 1.2, compreendem a grande maioria das cidades da região e abrigam 47 por cento da população (ver painel B). Abrangendo desde zonas

Quadro 1.1 Vantagens geográficas e decisões estratégicas: o nascimento de megacidades

As cidades têm desempenhado um papel significativo no desenvolvimento econômico da América Latina e do Caribe desde os tempos pré-coloniais. Muitos locais foram selecionados em razão de suas vantagens geográficas, levando à concentração populacional e à atividade econômica (Maloney e Valencia Caicedo 2016). Muitas das cidades movimentadas de hoje já foram prósperos assentamentos pré-hispânicos que capitalizavam características geográficas naturais, como corpos d'água, terras férteis e localização estratégica para defesa ou comércio. Esses assentamentos forneciam tributo e mão de obra aos novos colonos após as conquistas. As cidades andinas, por exemplo, situavam-se em áreas planas abundantes em água e terras aráveis, o que simplificava as atividades agrícolas, melhorava o sistema de transporte e facilitava o comércio e a cooperação entre as diferentes regiões do Império Inca (Mumford, 1961). A Cidade do México, famosa por sua impressionante estrutura urbana e seu rico patrimônio cultural, foi construída sobre as ruínas de Tenochtitlan, o poderoso centro do Império Asteca. A localização estratégica da cidade oferecia vantagens militares e facilitava o controle e o comércio com outros clãs. Após a conquista espanhola, a Cidade do México tornou-se um centro crucial que conectava os portos de Veracruz e Acapulco, localizados em lados opostos do continente. De acordo com Quintero e Roberts (2018), 43 por cento da variação da região em densidades populacionais pré-coloniais subnacionais pode ser atribuída a vantagens naturais como localização costeira ou acesso a cursos d'água e terreno e clima favoráveis.

Em contrapartida, outras cidades surgiram de decisões coloniais espanholas e portuguesas, deliberadamente estabelecidas em locais desprovidos de grandes assentamentos preexistentes. Essas cidades foram meticulosamente planejadas, com a escolha do local determinada por fins militares ou comerciais estratégicos. Os fundadores aderiram a instruções reais detalhadas, considerando fatores que variavam de vantagens geográficas a potencial de crescimento econômico e segurança militar (Klein e Millar, 1995). Um excelente exemplo desse meticuloso planejamento urbano é Lima, fundada em 1534. O local para Lima foi cuidadosamente selecionado, considerando suas terras férteis, sua ampla disponibilidade de água e as vantagens comerciais e militares de sua proximidade com o oceano. Além disso, o clima ameno e a baixa altitude tornaram o local adequado para a criação de gado europeu, um empreendimento anteriormente impossível nas terras altas andinas. Lima, no entanto, tem sido historicamente caracterizada como uma cidade cujo arcabouço político precedeu o desenvolvimento de sua estrutura econômica, levando alguns historiadores a descrevê-la como uma “capital planejada” (Morse, 1969). Da mesma forma, Buenos Aires estava estrategicamente localizada na entrada do Rio da Prata. Inicialmente, serviu como um importante reduto militar para a coroa espanhola, devido à sua proximidade com as fronteiras meridionais dos territórios portugueses. Com o tempo, tornou-se um ponto de entrada crucial na América do Sul e um porto movimentado, de onde os espanhóis enviavam muitos recursos extraídos de suas colônias. Por último, Bogotá foi fundada em uma área que já abrigava uma população substancial de indígenas e gozava de acesso próximo a recursos naturais. Esses fatores, combinados com a localização estratégica da cidade, tornaram-na um importante centro regional de atividade cultural, econômica e política (Bushnell, 1993).

FIGURA 1.2 | Distribuição de porte das cidades na América Latina e no Caribe



Fonte: Cálculos dos autores, com base no GHS Urban Centre Database 2015.

Notas: A amostra inclui todas as cidades GHS dos seguintes países: Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Peru, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela. O painel A mostra o número total de cidades na região para cada categoria de tamanho de cidade. O painel B mostra a porcentagem da população que reside em cidades de cada tamanho em relação à população total que vive nas cidades da região. A população das cidades é de 2015.

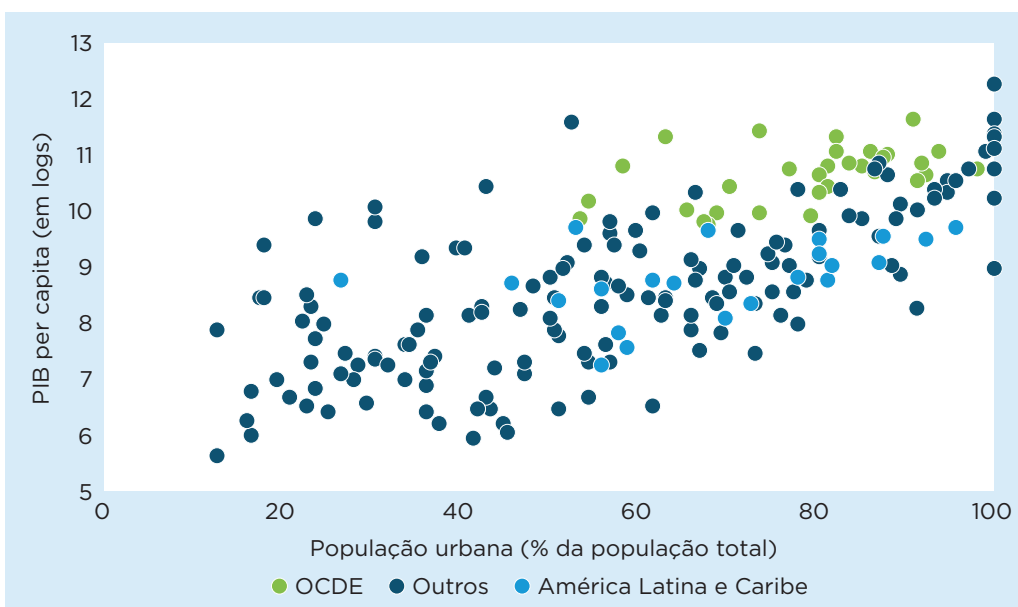
periurbanas em rápida expansão até cidades provinciais bem estabelecidas, elas apresentam uma variedade de formas urbanas, cada uma com seu próprio conjunto de

oportunidades e desafios. Também desempenham um papel crucial nas economias nacionais, frequentemente funcionando como centros regionais, fortalecendo as economias locais agrícolas, industriais ou de serviços e fornecendo aos seus habitantes serviços públicos e comodidades vitais. Além disso, muitas vezes exibem um caráter sociocultural distinto, moldado por uma confluência de trajetórias históricas, contextos geográficos e práticas comunitárias.

1.2. A vantagem urbana para o crescimento da produtividade

As cidades desempenham um papel fundamental no desenvolvimento, sendo amplamente reconhecidas como principais impulsionadoras de crescimento econômico e inovação. Isso se deve em parte à contribuição significativa da urbanização para os ganhos de produtividade (Duranton e Puga 2004). A densidade das cidades pode estimular a especialização e a concorrência, fomentando, assim, a inovação e o empreendedorismo. A figura 1.3 apresenta a correlação entre países entre a proporção da população residente em áreas urbanas e seu produto interno bruto (PIB) per capita. Geralmente,

FIGURA 1.3 | A urbanização está positivamente correlacionada com o PIB per capita



Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados dos Indicadores de Desenvolvimento Mundial de 2019.

Notas: Os países da América Latina e do Caribe incluídos na figura são Argentina, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela. Os países da OCDE são Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, República Tcheca, Dinamarca, Estônia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Islândia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, República da Coreia, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Portugal, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Suécia, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos.

economias mais urbanizadas tendem a ter um PIB per capita mais alto. Embora essa relação não seja causal, a literatura tem proposto vários mecanismos econômicos plausíveis que explicam a correlação.

Há duas razões pelas quais uma cidade pode apresentar uma produtividade maior do que outra. A primeira é seleção (*sorting*). Cidades com maior produtividade tendem a atrair estudantes, trabalhadores, empreendedores, gestores e empresas com características que aumentam inerentemente a sua produtividade. Esses indivíduos e empresas manteriam seus níveis de produtividade independentemente de sua cidade de residência. A segunda razão diz respeito à própria cidade, que pode ter qualidades que estimulam a produtividade de seus trabalhadores e suas empresas por meio de *externalidades* positivas, ou efeitos de transbordamento (*spillovers*). Economistas urbanos propõem três teorias para explicar essas externalidades positivas:

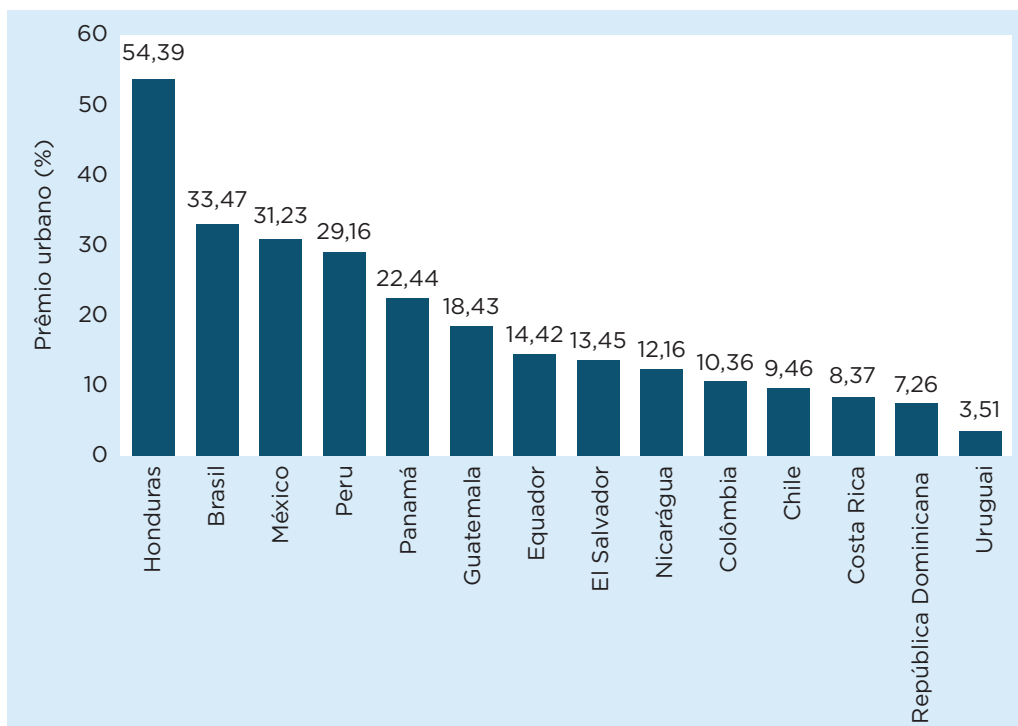
- *As cidades facilitam o funcionamento de economias de aglomeração*, ou seja, ganhos de produtividade que surgem quando empresas e pessoas se localizam próximas umas das outras. As áreas urbanas podem obter maior produtividade do que as áreas rurais devido às externalidades positivas ou às economias de aglomeração geradas por suas populações expressivas e maiores densidades populacionais. Além disso, economias de aglomeração podem surgir em áreas urbanas através de vários mecanismos, como melhores combinações entre trabalhadores e empresas, ampliação de fornecedores especializados e proximidade geográfica que promova a troca de ideias (McCann e Acs 2011). Evidências empíricas que corroboram a presença de economias de aglomeração na América Latina são fornecidas, por exemplo, por Guevara-Rosero, Riou e Autant-Bernard (2019), que examinaram o impacto da rápida urbanização em economias de aglomeração nos cantões equatorianos.
- *As cidades têm potencial para gerar maiores externalidades de capital humano*. As forças de trabalho normalmente mais qualificadas abrigadas pelas cidades lhes permitem obter maior produtividade, em parte por meio de externalidades positivas de capital humano (isto é, efeitos de transbordamento positivos que as qualificações, os conhecimentos e as habilidades dos indivíduos têm sobre a produtividade geral e o bem-estar do resto da sociedade). Uma análise das relações entre a concentração espacial de trabalhadores altamente qualificados e a produtividade das cidades na América Latina realizada por Vargas e Garrido (2021) revelou uma correlação significativa e negativa entre a produtividade das cidades e a segregação de tais trabalhadores. Isso sugere que promover a integração e reduzir a segregação espacial desses trabalhadores dentro das cidades pode aumentar a produtividade.
- *As cidades proporcionam melhor acesso ao mercado*. Cidades também podem obter maior produtividade como resultado de maior acesso a grandes mercados consumidores e fornecedores de bens e serviços, o que decorre do mercado

interno da cidade e de suas conexões com outras cidades e regiões. Além disso, um maior acesso ao mercado permite às empresas cobrir os custos fixos do estabelecimento de novas instalações, levando a um aumento de lucros e produtividade (Combes et al. 2008). Guevara-Rosero, Riou e Autant-Bernard (2015) constataram que as taxas de urbanização e densidade populacional foram cruciais para o crescimento regional nos países latino-americanos, com regiões de menor desenvolvimento experimentando efeitos positivos mais pronunciados da urbanização no seu crescimento econômico do que regiões altamente desenvolvidas. Essa constatação ressalta a importância do acesso ao mercado para o desenvolvimento econômico abrangente das cidades.

Evidências da maior produtividade das cidades em relação às áreas rurais são fornecidas pelos salários mais altos que as empresas urbanas podem pagar aos seus trabalhadores. Para determinar se um trabalhador de uma área urbana ganha mais do que um trabalhador empiricamente equivalente de uma área rural, calculamos os prêmios de produtividade urbana com base em um modelo de regressão simples. A variável dependente utilizada foi o logaritmo do salário mensal, e as variáveis independentes incluíram um indicador urbano e um conjunto de características observáveis do trabalhador (idade, idade ao quadrado, anos de escolaridade e gênero). A figura 1.4 apresenta o coeficiente estimado no indicador urbano, ou prêmios urbanos, por país. Para todos os países, os salários médios de indivíduos empiricamente semelhantes foram mais altos nas áreas urbanas do que nas rurais. O prêmio médio de localização para a região foi de 17,6 por cento. O país com o prêmio mais alto foi Honduras, em 54 por cento; o Uruguai teve o prêmio mais baixo, em 4 por cento.

Dessemelhante a um estudo de Quintero e Roberts (2018), também estimamos variações geográficas mais amplas nos prêmios de produtividade das cidades dos países. Calculamos regressões salariais para cada país, considerando as características observáveis dos trabalhadores e incluindo uma variável indicadora para cada cidade de um país. O coeficiente estimado na variável indicadora para uma determinada cidade pode ser interpretado como uma estimativa do prêmio daquela cidade. A figura 1.5 apresenta os resultados. Cidades maiores, indicadas por populações maiores e, portanto, pontos maiores, tenderam a ter maiores prêmios urbanos. Isso porque, em média, os indivíduos residentes nas grandes cidades tinham salários aproximadamente 26 por cento mais altos do que os dos residentes de áreas rurais, quando outros fatores se mantiveram constantes. Na maioria dos países, a cidade com a maior população teve o prêmio mais alto. Em alguns, no entanto, as cidades com os prêmios mais altos não eram aquelas com as maiores populações, mas, sim, aquelas que tinham acesso a mais recursos naturais ou alguma outra vantagem comparativa, como proximidade de uma fronteira internacional crucial.

FIGURA 1.4 | Prêmio urbano para trabalhadores assalariados de tempo integral



Fonte: Cálculos dos autores, com base em microdados de pesquisas domiciliares para todos os países, exceto o Brasil, para os quais foram usados os microdados amostrais do censo demográfico de 2010. Também não tínhamos anos de escolaridade para o Brasil; em vez disso, tínhamos o nível de escolaridade e, portanto, usamos essa variável categórica como controle. Países e anos: BRA 2010; CHL 2015, 2017; COL 2018, 2019; CRI 2018, 2019; DOM 2018, 2019; ECU 2018, 2019; GTM 2006, 2011; MEX 2016, 2018; NIC 2009, 2014; PAN 2018, 2019; PAR 2018, 2019; SLV 2018, 2019; URY 2018, 2019.

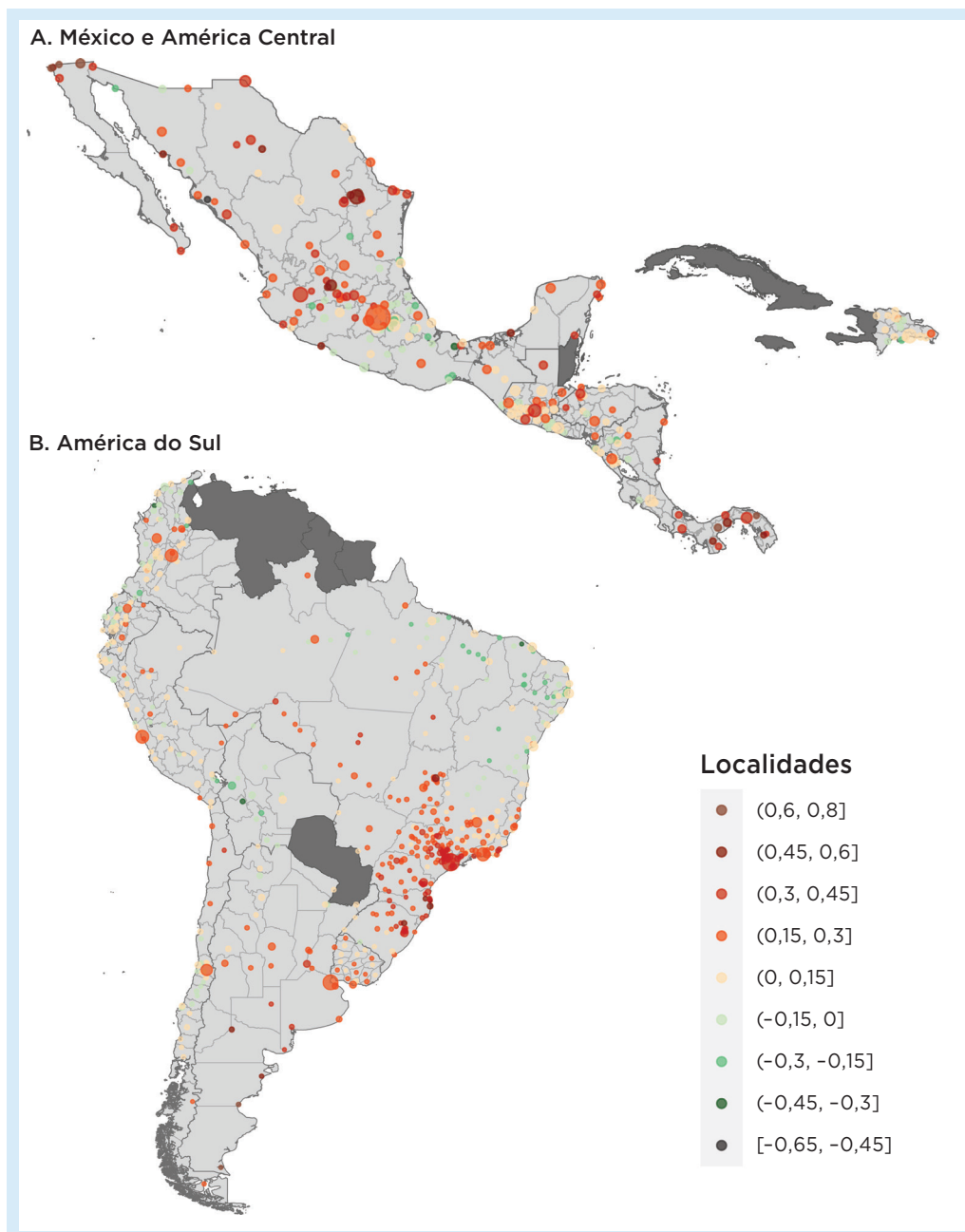
Notas: A amostra foi composta por todos os trabalhadores assalariados de tempo integral com idades entre 14 e 65 anos, com rendimentos positivos. A figura mostra os resultados de uma regressão do logaritmo dos salários mensais em uma dummy urbana e um conjunto de características observáveis do trabalhador (idade, idade ao quadrado, anos de escolaridade e gênero). Essas regressões também incluíram efeitos fixos do ano da pesquisa. O prêmio urbano foi calculado como $[\exp(\hat{\alpha})-1]$, onde $\hat{\alpha}$ foi o coeficiente estimado na variável dummy urbana.

1.3. O paradoxo urbano: desenvolvimento congestionado

O modo como as cidades crescem é importante para o desenvolvimento. A urbanização rápida, se não for adequadamente administrada, pode levar a inúmeros desafios, incluindo superlotação, acesso inadequado a serviços, desigualdade econômica e o surgimento de assentamentos informais (mencionados em grande parte da literatura como áreas de “favela”). Embora a urbanização possa facilitar o desenvolvimento, não o garante (Fay e Opal 2000; Jedwab e Vollrath 2015).

As formas das cidades, que podem ser caracterizadas ao longo de várias dimensões, também são importantes para o bem-estar. As cidades podem ser classificadas com base em sua forma física e padrões de desenvolvimento. O modelo de zona concêntrica, por exemplo, sugere que as cidades se expandem em anéis concêntricos, cada

FIGURA 1.5 | Prêmio de localização para trabalhadores assalariados empregados em países da América Latina e do Caribe



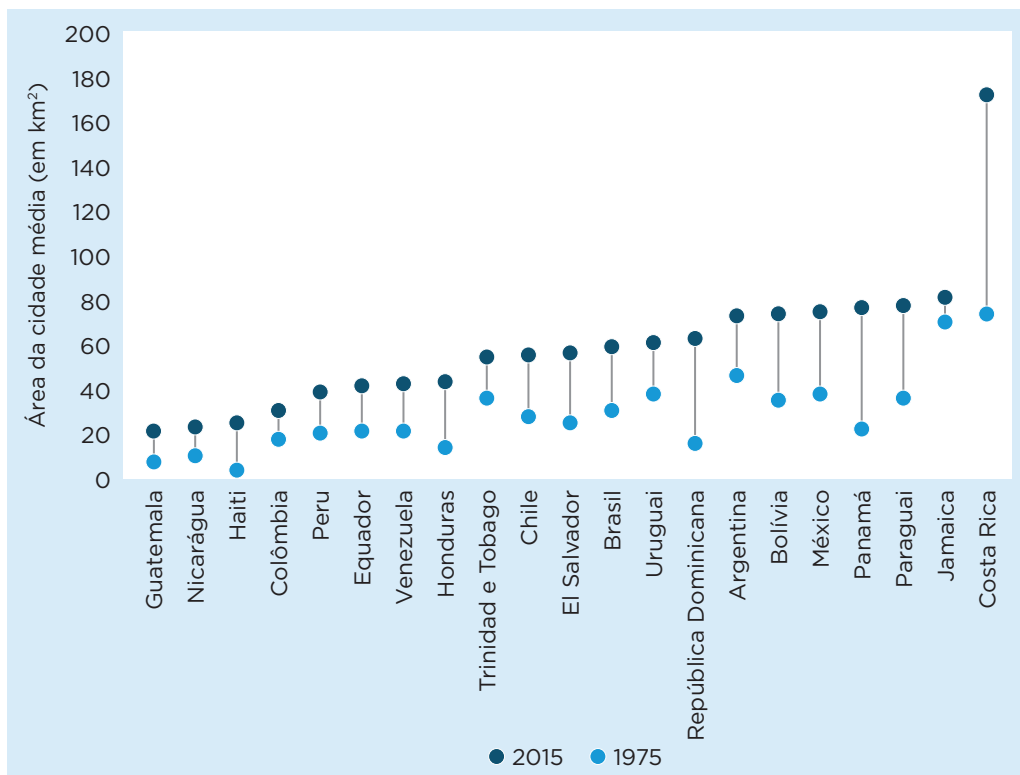
Fonte: Cálculos dos autores, com base em microdados de pesquisas domiciliares para todos os países, exceto o Brasil, para o qual o cálculo foi baseado nos microdados amostrais do censo demográfico de 2010. Também não tínhamos anos de estudo para o Brasil; em vez disso, tínhamos o nível de escolaridade e, portanto, usamos essa variável categórica como controle. Países e anos: ARG 2018, 2019; BOL 2006, 2011; BRA 2010; CHL 2015, 2017; COL 2009, 2010; CRI 2008, 2009; DOM 2018, 2019; ECU 2017, 2019; GTM 2011; HND 2017, 2018; MEX 2012, 2014; NIC 2005, 2009; PAN 2013, 2014; PARA 2018, 2019; SLV 2018, 2019; URY 2018, 2019.

(continua na página seguinte)

Notas: A amostra foi composta por todos os trabalhadores assalariados de tempo integral com idades entre 14 e 65 anos, com rendimentos positivos. O mapa mostra os resultados de uma série de regressões específicas para cada país do logaritmo de salários por hora (ganhos mensais divididos por horas mensais trabalhadas) em uma dummy de localização, que assumiu o valor 1 quando um trabalhador i morava em uma cidade GHSL no ano t e 0 caso contrário. Essas regressões também incluíram efeitos fixos do ano da pesquisa e controles para características observáveis do trabalhador (idade, idade ao quadrado, anos de escolaridade, gênero). A categoria omitida foi a de pessoas que residiam em áreas rurais ou em áreas urbanas fora dos polígonos GHSL das cidades. Usamos uma camada de pontos separada para Argentina, Guatemala, Panamá e Uruguai, uma vez que não foi possível combinar pesquisas domiciliares com o conjunto de dados GHSL. Diferentemente de outros países de nossa amostra, as áreas urbanas nesses países foram definidas, no caso da Argentina, por aglomerações urbanas; na Guatemala e no Uruguai, por departamentos; e no Panamá por províncias. Nesses casos, a categoria omitida foi a aglomeração/departamento/província com o menor salário médio: a cidade de La Banda, na província de Santiago del Estero, para a Argentina; Quiché para a Guatemala; Colônia para o Uruguai; e Ngöbe Buglé para o Panamá. O prêmio de localização foi o coeficiente estimado a partir da dummy de localização para cada cidade GHSL, com cada ponto na figura representando o centroide dessa cidade (ou aglomeração, departamento ou província nos casos de Argentina, Guatemala e Uruguai, e Panamá, respectivamente). Além disso, o tamanho do ponto é dado pela população da cidade GHSL (ou aglomeração, departamento ou província).

um indicando um tipo singular de uso da terra (Burgess, 1925). Em contraste, o modelo setorial postula que as cidades evoluem em setores, muitas vezes ao longo de rotas de transporte a partir do centro (Hoyt 1939). O modelo de núcleos múltiplos preconiza que o crescimento urbano gira em torno de vários nós ou núcleos especializados, em vez de um único núcleo (Harris e Ullman 1945). Finalmente, o modelo periférico sintetiza a ideia de descentralização urbana e a expansão das cidades para a periferia circundante (Peiser 2001). Esses modelos são baseados principalmente em cidades norte-americanas do início a meados do século XX. O modelo de cidade latino-americano, no entanto, incorpora elementos tradicionais com setores e anéis, representando os diferentes padrões de crescimento urbano das cidades da região (Griffin e Ford 1980). Harari (2020) constatou que a forma da cidade afeta as escolhas de localização dos domicílios em áreas urbanas; cidades compactas atraem mais pessoas e, portanto, estão associadas a um crescimento populacional mais rápido, mesmo na presença de um diferencial salarial real negativo (compensador). De acordo com modelos clássicos de economia urbana (Rosen 1979; Roback 1982), isso sugere que cidades compactas oferecem melhor qualidade de vida.

A forma de uma cidade pode influenciar significativamente fatores como duração de deslocamentos, acessibilidade e custos de infraestrutura. Cidades circulares, por exemplo, costumam ter custos per capita menores de infraestrutura básica e são mais acessíveis do que as alongadas. A estrutura interna da cidade é determinada pela configuração da malha viária e pelo grau de interconectividade entre seus segmentos. Ruas dispostas em um padrão de grelha estão associadas a tempos de deslocamento mais curtos e indicadores de acessibilidade mais altos. Finalmente, a distribuição espacial da população e dos edifícios de uma cidade pode afetar a eficiência de sua infraestrutura e seus serviços públicos. Cidades que se expandem tendem a ter custos de desenvolvimento mais altos por unidade habitacional, tempos de deslocamento mais longos e interações mais desafiadoras. Segundo a análise dessas dimensões realizada por Ferreyra e Roberts (2018), as cidades na América Latina e no Caribe são geralmente redondas, com perímetros urbanos suaves, malhas viárias densas e traçadas em

FIGURA 1.6 | Área média da cidade (em km²), por ano, na América Latina e no Caribe


Fonte: Cálculos dos autores, com base na GHS Urban Centre Database.

grade, e ocupação construída densa. No entanto, dispõem de pouco espaço aberto dentro dos limites da cidade. Tendências recentes sugerem que, nas últimas três décadas, as cidades da região se expandiram (ver Figura 1.6), tornando-se menos redondas e menos conectadas. Apesar dessa expansão, elas permanecem relativamente densas, com uma média de 90 habitantes por hectare — uma densidade 80 por cento maior do que na Europa e quatro vezes maior do que na América do Norte.

Parte dessa expansão urbana resultou da formação de assentamentos informais. Muitas áreas urbanas vêm se expandindo geograficamente a um ritmo que supera o crescimento populacional, e grande parte dessa expansão ocorreu com o surgimento desses assentamentos. De acordo com dados da ONU-Habitat, 18 por cento da população urbana da região residia em assentamentos informais em 2020.¹ Embora normalmente estejam localizados em áreas periurbanas onde a terra é mais barata e a regulamentação é mais frouxa, assentamentos informais podem, em alguns casos, ser encontrados

¹ Ver ONU-Habitat (2023).

em áreas centrais da cidade, muitas vezes ocupando terras devolutas ou subutilizadas, como, por exemplo, ao longo de linhas ferroviárias, sob pontes ou em encostas íngremes impróprias para construção formal.

Os assentamentos informais são caracterizados por condições inadequadas de moradia, falta de acesso a serviços essenciais e maior vulnerabilidade a riscos ambientais. No entanto, também podem ser ambientes de resiliência e inovação, com os habitantes muitas vezes desenvolvendo mecanismos informais para enfrentar esses desafios. É crescente o reconhecimento da necessidade de garantir um desenvolvimento urbano mais inclusivo e sustentável em cidades de toda a região, integrando esses assentamentos a sistemas urbanos formais, por meio de programas de melhoria e regularização.

Quando as cidades crescem excessivamente, dois tipos de externalidades negativas começam a operar. Primeiro, elas ficam congestionadas. Essa força restritiva pode impedir o crescimento da cidade e influenciar negativamente a qualidade de vida dos moradores urbanos. Manifestando-se principalmente como superlotação nos sistemas de transporte, o congestionamento também pode afetar a habitação, os serviços públicos e as comodidades, gerando uma série de consequências, tais como tempos de deslocamento mais longos, menor produtividade e degradação ambiental. Os custos econômicos e sociais do congestionamento são substanciais, com custos diretos que incluem desperdício de combustível e perda de produtividade e custos indiretos que abrangem impactos deletérios na saúde pública, acesso reduzido a oportunidades e menor atratividade para empresas e trabalhadores qualificados. Ao abordar o congestionamento, as cidades podem manter uma trajetória de crescimento mais equilibrada e apoiar uma melhor qualidade de vida para seus habitantes (Glaeser e Kahn 2010; Durantón e Puga 2019; Libertun de Duren e Guerrero Comepán 2016).

O congestionamento de trânsito é um problema significativo na região. Usando dados do Waze, um aplicativo de trânsito e navegação baseado na comunidade, Calatayud et al. (2021) mediram o congestionamento em dez cidades da América Latina e constataram que aquelas nas quais os maiores acréscimos no tempo de deslocamento resultavam do excesso de trânsito tinham as maiores populações. A região metropolitana de Bogotá destacou-se como uma das cidades mais congestionadas do mundo, com um tempo médio de deslocamento superior a 24 minutos para cada 10 quilômetros. Lima ficou em quarto lugar, e outras nove cidades latino-americanas ficaram entre os cinquenta lugares mais congestionados do mundo. Esse congestionamento de trânsito estava correlacionado com o aumento substancial do uso de veículos particulares na região.

O segundo tipo de externalidades negativas associadas ao crescimento excessivo são as preocupações ambientais. Quando as cidades se tornam demasiadamente grandes, enfrentam desafios ambientais significativos, incluindo o aumento da poluição atmosférica causada pelas emissões de veículos e atividades industriais; intensificação dos efeitos das ilhas de calor urbanas devido a extensas áreas construídas; aumento do

consumo de energia; perda de espaços verdes e habitats naturais; aumento da geração de resíduos e de dificuldades de descarte; e aumento da pressão sobre os recursos hídricos. O transporte motorizado também contribui para a má qualidade do ar. A Base de Dados Global de Poluição Atmosférica Ambiental Urbana da Organização Mundial da Saúde mostra que a maioria das cidades da região relata níveis de poluição bem acima daqueles recomendados pela OMS. Esses problemas podem piorar os indicadores de saúde pública, reduzir a biodiversidade e diminuir a qualidade de vida geral de residentes urbanos, ao mesmo tempo em que exacerbam as mudanças climáticas e a degradação ambiental em escala local, regional e global (Grimm et al., 2008; Seto et al., 2014).

Ambos os tipos de externalidades negativas — congestionamento e preocupações ambientais — são mediados por meio de políticas públicas. Quatro exemplos vitais serão discutidos ao longo deste relatório. Em primeiro lugar, a densidade pode aumentar a demanda por terra e moradia, resultando na disparada dos preços de imóveis. Regulamentações sobre o uso da terra e restrições de zoneamento podem aliviar ou agravar a situação, alterando a oferta habitacional. De fato, cidades com discrepâncias mais pronunciadas entre preços e custos muitas vezes impõem as limitações mais rígidas ao desenvolvimento imobiliário, potencialmente obstruindo o crescimento da oferta habitacional (Glaeser e Gyourko 2003). Em segundo lugar, a prestação de serviços urbanos vitais e sua distribuição espacial dentro das cidades também são importantes para o bem-estar dos moradores das cidades. Apenas 81 por cento da população urbana tem acesso à água gerenciada de forma segura e apenas 40 por cento têm acesso a saneamento (BID 2021c). Crucialmente, o acesso a esses serviços não é distribuído de maneira uniforme entre os diferentes níveis de renda; o percentual de domicílios urbanos com acesso limitado a serviços públicos varia de 12 por cento no quintil de renda superior a 43 por cento no quintil inferior (Bouillon 2012; BID 2020a). Em terceiro lugar, o aumento da proximidade e interação de indivíduos em locais densamente povoados pode acelerar a propagação de doenças infecciosas. Áreas urbanas podem atuar como focos de surtos de doenças, como demonstrado pela pandemia de Covid-19 (Chauvin 2020). A congregação de pessoas em ambientes urbanos pode criar condições propícias à transmissão de infecções respiratórias, doenças transmitidas pela água e doenças transmitidas por vetores, entre outras (Vlahov et al. 2007). Políticas de saúde pública e infraestrutura urbana podem ajudar a mitigar esses riscos. Finalmente, a superlotação, a pobreza e as disparidades sociais comuns em áreas densamente povoadas podem levar ao aumento da criminalidade e da violência (Copes, Tewksbury e Sandberg, 2015).

1.4. Explorando os impulsionadores do crescimento populacional

Em regiões em desenvolvimento, incluindo a América Latina e o Caribe, demógrafos determinaram que o principal catalisador do crescimento urbano é o aumento natural da

população, em grande parte atribuível à queda das taxas de mortalidade. Chen, Valente e Zlotnik (1998) constataram que o aumento natural da população foi responsável por 60 por cento do crescimento urbano entre as décadas de 1960 e 1980 em todo o mundo, com a migração e a reclassificação respondendo pelos 40 por cento restantes. Um trabalho mais recente de Jiang e O'Neill (2018) também demonstrou que o aumento natural tem sido o principal fator de crescimento urbano em países como Índia, México e Estados Unidos, contribuindo para 67 a 83 por cento do crescimento. Dados históricos examinados por Jedwab, Christiaensen e Gindelsky (2017) indicam que o crescimento natural da população foi um dos principais impulsionadores do rápido crescimento urbano em nações em desenvolvimento de 1960 a 2010. Um estudo de Menashe-Oren e Bocquier (2021) constatou que o crescimento natural foi o principal fator de contribuição para a urbanização na América Latina e no Caribe entre 1985 e 2015.

A redução dos diferenciais de mortalidade entre os setores rural e urbano nos estágios iniciais da urbanização pode explicar o papel substancial do aumento natural no mundo em desenvolvimento. Além disso, o crescimento populacional da cidade pode afetar as taxas de mortalidade. Um estudo de Bilal et al. (2021) examinou a correlação entre mortalidade e tamanho da população da cidade, utilizando dados vitais de registro e população de 742 cidades em dez países da América Latina e nos Estados Unidos. Suas constatações indicaram que as taxas de mortalidade eram menores em cidades mais populosas do que em cidades menos populosas apenas nos Estados Unidos, enquanto na América Latina a relação foi estável. Os autores também mostraram diferenças notáveis na expectativa de vida e nas causas de morte entre cidades latino-americanas, ressaltando fatores passíveis de alteração que poderiam melhorar a saúde urbana na região por meio de políticas urbanas eficazes.

A migração, embora desempenhe um papel secundário na América Latina e no Caribe, ainda contribui significativamente para o crescimento urbano. Um rápido influxo de população impulsionado principalmente pela migração, embora possa pressionar recursos, pode simultaneamente apresentar muitas oportunidades no tocante a expansão econômica, intercâmbio cultural, equilíbrio regional e desenvolvimento geral. O movimento de pessoas frequentemente leva a uma mistura vibrante de culturas e ideias, fomentando a inovação e a criatividade nas cidades. Esse movimento pode não apenas beneficiar diretamente as famílias migrantes, mas também estimular crescimento econômico para o benefício de todos, ao fornecer uma força de trabalho dinâmica, contribuir para a economia local e aumentar a demanda por bens, serviços e moradia. Medir, compreender e gerenciar a migração interna permite aos formuladores de políticas abordar os desafios que ela apresenta, aproveitando, ao mesmo tempo, seu potencial para impulsionar o progresso urbano e o avanço socioeconômico. No Quadro 1.2, descrevemos nossa abordagem metodológica para enfrentar alguns desafios de mensuração e outras questões relevantes para a migração urbana. Uma

Quadro 1.2 Superando os desafios na mensuração da migração urbana: uma abordagem metodológica

A mensuração da migração para as cidades apresenta dois desafios principais. O primeiro consiste em definir cidades de uma maneira que seja universalmente aplicável em todos os países da região, enquanto o segundo envolve a identificação precisa de migrantes dentro dos dados.

Definindo cidades

As agências estatísticas locais normalmente priorizam fronteiras políticas ao definir cidades. Chamamos o território dentro dessas fronteiras de municípios. Ao examinar os mercados de trabalho ou imobiliário, no entanto, nosso interesse tende principalmente para fatores econômicos. Vários municípios politicamente definidos podem formar um único conglomerado urbano, onde os indivíduos vivem em um município e trabalham em outro, mas estão sempre na mesma cidade. Além disso, os critérios para definir municípios com base em fronteiras políticas não são aplicados de maneira uniforme entre países.

Outro desafio na definição de municípios e áreas urbanas é que, em alguns países, os municípios são divididos em centros municipais e áreas rurais circundantes. Isso significa que municípios muito pequenos e com poucos habitantes são categorizados como áreas urbanas. Para este relatório, superamos esses problemas baseando-nos em uma definição de cidade que considera uma interação complexa de dinâmicas sociais e econômicas e garante consistência em todos os países da região. Essa definição é baseada no Global Human Settlement Layer Urban Centre Database (GHS-UCDB) da Comissão Europeia, um conjunto de dados que descreve centros urbanos em 2015 e fornece informações sobre sua localização, extensão (superfície, forma) e atributos geográficos, socioeconômicos e ambientais, que define as cidades em termos de alta densidade populacional contígua (com pelo menos 1.500 habitantes por quilômetro quadrado), área construída densa (com cobertura mínima de 50 por cento por quilômetro quadrado) e uma população mínima de 50 mil habitantes, entre outros critérios. Esse conjunto de dados nos permitiu estudar e comparar todas as cidades da região de forma consistente, sem depender da definição de seus centros urbanos por cada país.

Definindo migrantes urbanos com base em censos demográficos

Para definir migrantes no nível municipal, estabelecemos um novo elo entre o GHS-UCDB e os censos demográficos na região, cruzando nossa definição de cidade com dados censitários. Foram consideradas informações referentes ao município em que o indivíduo residia cinco anos antes do ano do Censo e ao local onde residia durante o ano do Censo. No entanto, nosso interesse foi além de saber se um indivíduo residiu em municípios diferentes (que poderiam potencialmente fazer parte de uma mesma área urbana) durante aquele período; procuramos determinar se aquele indivíduo ainda residia na mesma cidade. Para tanto, cruzamos o shapefile do polígono do GHS-UCDB com o shapefile do polígono da unidade administrativa de terceiro nível, atribuindo cada município a uma cidade ou a áreas fora das cidades (caso um determinado município não se enquadrasse em um polígono da cidade). Usando essas informações, construímos um conjunto de dados de origem-destino que incluía o município de origem (residência cinco anos antes do Censo) e informações da cidade relacionadas com esse município (se fazia ou não interseção com qualquer polígono da cidade, nome da cidade, sua população, sua área e outras variáveis relevantes), com as mesmas informações para o município de destino (residência no momento do Censo).

Esse conjunto de dados nos permitiu determinar a condição de migrante de um indivíduo. Para qualquer pessoa residente na cidade i no ano censitário t , se o indivíduo residisse no mesmo município cinco anos antes do Censo, esse indivíduo era classificado como resi-

(continua na página seguinte)

dente local. Da mesma forma, se o indivíduo morasse em um município diferente, mas dentro da mesma cidade i , esse indivíduo também era considerado residente. No entanto, se cinco anos antes o indivíduo residisse em um município e em uma cidade diferente j ou fora de qualquer cidade (em uma área rural), esse indivíduo era categorizado como migrante interno. Por último, um indivíduo que residia em outro país cinco anos antes do Censo foi identificado como migrante internacional.

Este relatório diz respeito principalmente às cidades de destino; assim, nossa amostra foi restrita a indivíduos residentes em uma cidade no momento do Censo, excluindo aqueles que residiam fora das cidades. O relatório não se aprofunda no impacto da (e)migração em comunidades de origem ou em localidades rurais. Quando possível, a amostra de análise limitou-se a indivíduos residentes nas áreas urbanas de uma cidade.

Em resumo, para medir a migração interna foram necessários quatro elementos: uma variável no Censo que capturasse o município de residência cinco anos antes do ano censitário; o município onde o indivíduo residia durante o ano censitário; shapefiles no nível de município; e um elo entre os códigos de município nos dados do shapefile e os códigos correspondentes nos dados do Censo. Os países e anos que cumpriram esses requisitos foram Brasil em 2010, Chile em 2002 e 2017, Costa Rica em 2011, Equador em 2010, México em 2010 e 2020, Peru em 2017 e Uruguai em 2010. Para o Chile e o México, os dois países para os quais os dados de censo estavam disponíveis por dois anos, optamos por usar os dados de 2017 e 2020, respectivamente, exceto no capítulo 2, no qual usamos os dados de 2010 para o México. Para fornecer uma descrição mais abrangente da migração na América Latina, complementamos esses dados com pesquisas domiciliares, cujos requisitos de dados são menos rigorosos.

Definindo migrantes da cidade com base em pesquisas domiciliares

Ao usar pesquisas domiciliares, não foi viável confiar no nosso conjunto de dados de cidades, pois normalmente não tínhamos informações sobre os municípios específicos em que os indivíduos residiam cinco anos antes da pesquisa e aqueles onde residiam no momento da pesquisa. Nesse cenário, para definir migrantes internos, as pesquisas domiciliares em geral perguntam se o indivíduo residia em um município diferente cinco anos antes da pesquisa e se esse município ficava dentro do mesmo país (mesmo que o município não seja especificado). Usamos essas informações para definir migrante interno como um indivíduo que residia em um município diferente cinco anos antes da pesquisa, enquanto um migrante internacional era alguém que residia em um país diferente cinco anos antes da pesquisa. Nessa definição, observamos mais indivíduos classificados como migrantes internos do que quando aplicamos a definição que usam dados censitários, uma vez que os indivíduos são mais propensos a se deslocar entre municípios do que entre cidades. Além disso, como o foco da nossa análise eram as cidades de destino, e como não tínhamos informações sobre cidades ao usar pesquisas domiciliares, nossa proxy para isso foi reter apenas indivíduos residentes em áreas urbanas, em vez de focar naqueles em áreas rurais. Observamos, no entanto, que as pesquisas domiciliares tendem a subestimar a parcela de migrantes internacionais na população total (Perdomo Rico 2022).

Para fins de precisão, ao longo deste relatório, quaisquer análises realizadas em nível de cidade apresentadas em figuras ou tabelas referem-se a cidades GHS. Além disso, quando discutimos migrantes, empregamos definições diferentes dependendo de se usamos dados censitários ou de pesquisas domiciliares, como descrito anteriormente. As notas que acompanham cada tabela ou figura especificam o tipo de dados usados e, conseqüentemente, a definição de migrantes. Por fim, nosso uso do termo “migrantes” abrange migrantes tanto internos quanto internacionais.

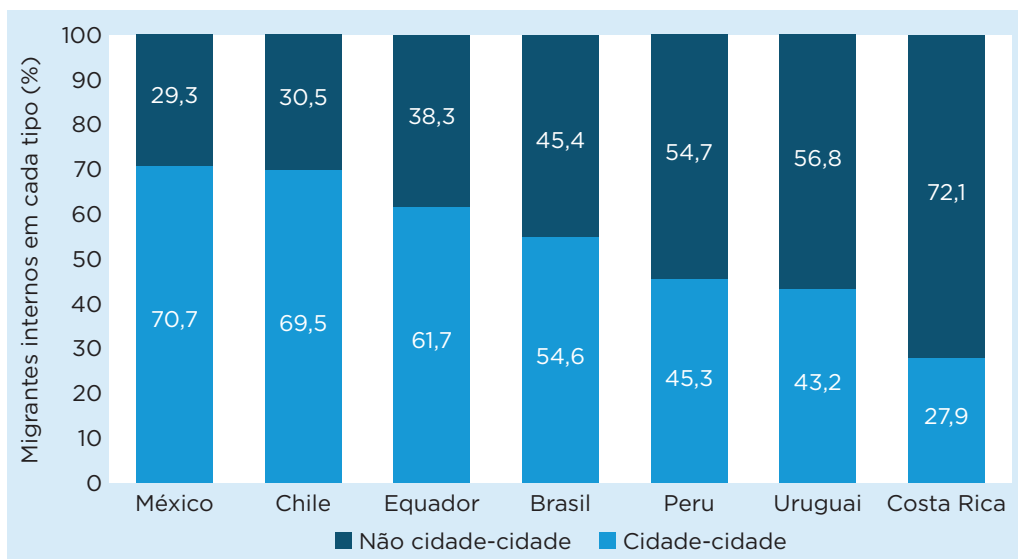
visão mais abrangente dos dados e da abordagem pode ser encontrada no apêndice desse relatório em Busso et al. (2023).

1.5. Migração interna como o pulso da expansão urbana

O papel substancial desempenhado pela migração interna na redistribuição de populações é particularmente evidente durante os estágios de desenvolvimento, à medida que a composição setorial da economia e a distribuição geográfica do emprego evoluem (Kuznets, 1966; Harris e Todaro 1970).

As primeiras pesquisas sobre migração enfatizaram principalmente os assim chamados “fatores de atração”, com disparidades salariais identificadas como sendo uma influência significativa nas decisões de migrar (Lewis, 1954; Harris e Todaro 1970). Esse conjunto de trabalhos propôs inicialmente um modelo direto no qual a decisão de um indivíduo de migrar é baseada em se as diferenças salariais previstas entre áreas urbanas e rurais superam os custos de migração. A partir dessa base, estudos subsequentes introduziram aprimoramentos que expandiram o modelo original. Fatores como diversidade demográfica podem afetar a probabilidade de migração. A idade, por exemplo, que define o horizonte de planejamento de um indivíduo (Plane 1993), e o nível de escolaridade (Greenwood 1997), que pode influenciar oportunidades de emprego, parecem ser significativos nas decisões de migrar. Além disso, Brueckner e Zenou (1999) e Brueckner e Kim (2001) integraram formalmente a terra urbana em um modelo seguindo a abordagem de Harris-Todaro. Os autores constataram que o custo de moradia influencia o salário real, que é um fator-chave na decisão de migrar. Também sugeriram que a migração poderia aumentar o preço da terra urbana, aumentando, assim, o custo de vida na cidade e, potencialmente, desencorajando novas migrações. Por fim, as pessoas podem ser motivadas a migrar por outros fatores que não a perspectiva de maior renda. Esses fatores podem incluir diferenças nas comodidades entre locais, como a falta comparativa de serviços públicos em áreas rurais (Brueckner e Lall 2015; Lall, Lundberg e Shalizi 2008), a presença de fortes redes sociais em destinos potenciais (Giulietti, Wahba e Zenou 2018) e o risco de perder redes informais de seguro nos locais de origem dos indivíduos (Munshi e Rosenzweig 2016).

A migração interna assume várias formas, que vão da migração rural-rural, normalmente observada entre migrantes em países de baixa renda que buscam melhores condições agrícolas, à migração rural-urbana, uma ocorrência prevalente durante a fase de urbanização dos países em desenvolvimento, na qual os indivíduos são atraídos para as cidades por disparidades salariais e diferenças na qualidade de vida (White e Lindstrom 2005). Os padrões de migração interna evoluíram ao longo do tempo e exibem uma heterogeneidade considerável entre os países da região. Entre as décadas

FIGURA 1.7 | Composição da migração interna


Fonte: Cálculos dos autores, com base no GHS Urban Centre Database e microdados dos censos demográficos descritos no quadro 1.2.

Notas: Aqui o denominador é a soma de todos os migrantes internos por país. O numerador é o número de pessoas que, há cinco anos, residiam em uma cidade GHS diferente no país (“cidade-cidade”) ou que, há cinco anos, residiam em um município fora dos polígonos de todas as cidades GHS (“não cidade-cidade”).

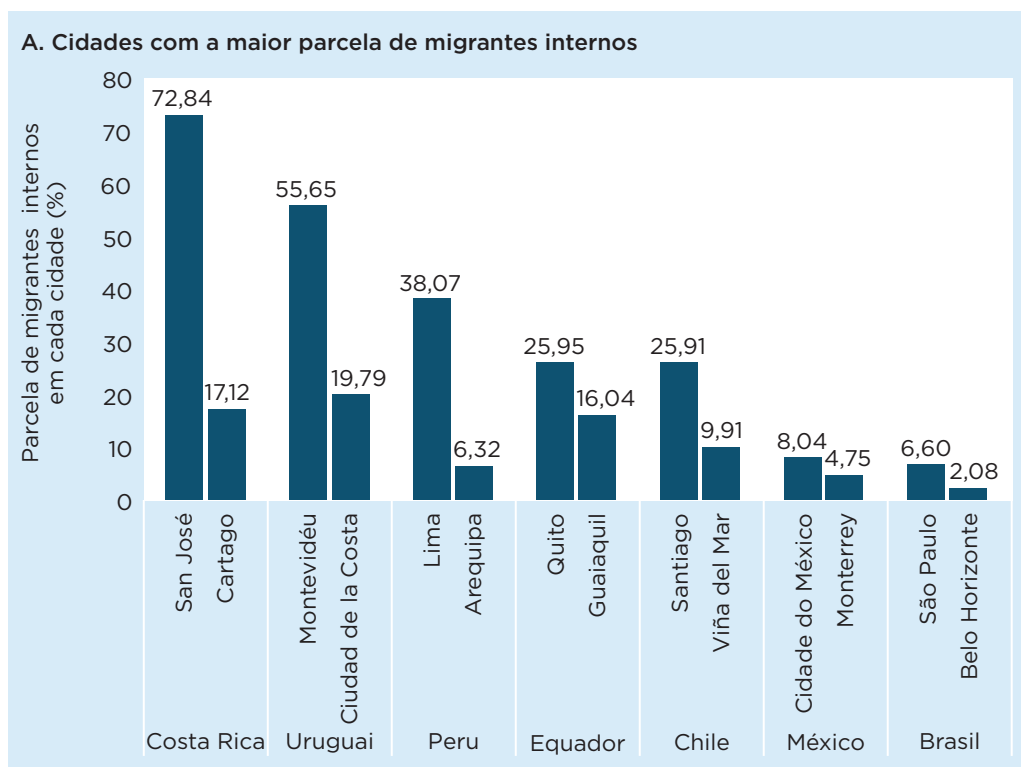
de 1930 e 1970, o padrão de migração dominante dentro dos países era rural-urbano e muitas vezes envolvia um processo em duas etapas: os indivíduos se mudavam de áreas rurais para cidades pequenas e, em seguida, de pequenas cidades para áreas urbanas (Firebaugh, 1979; Herrick e Hudson, 1981). Quase metade do crescimento urbano na década de 1950 pode ser atribuída à migração rural-urbana, uma proporção que caiu para 38,4 por cento entre 1990 e 2000. No entanto, essa tendência não foi observada de maneira uniforme em todos os países. Enquanto Argentina, Brasil, Chile, México e Peru relataram um declínio nesse padrão migratório, países como Bolívia e Paraguai mantiveram uma grande proporção de emigração de áreas rurais (Cerruti e Bertonecello 2003). A Figura 1.7 mostra, por locais de origem, a distribuição de migrantes internos que chegaram às cidades de toda a região entre 2010 e 2020. Evidências atuais sugerem que os fatores que impulsionam a migração interna rural-urbana continuam a ser relevantes hoje, mesmo que a região já tenha atingido altos níveis de urbanização (Busso, Chauvin e Herrera 2021).

A partir da década de 1970, a migração urbana-urbana emergiu como a forma predominante de migração interna (Rodríguez 2002; CEPAL 2000; Lattes, Rodríguez e Villa 2004; Lattes, 1995; da Cunha, 2002). Como resultado, a natureza da migração interna tornou-se mais variada, marcada por uma diversidade de características migratórias e um amplo espectro de locais de origem e destinos. Rodríguez (2017)

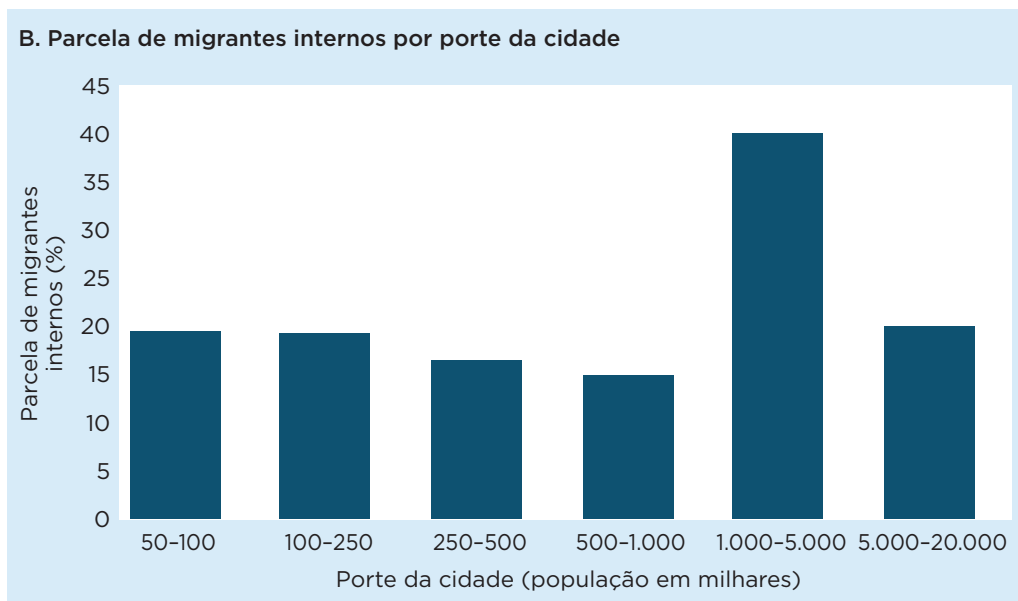
observou que, dos 14,4 milhões de migrantes registrados na rodada do Censo de 2010 realizada em dez países da região, 11,2 milhões (ou 78 por cento) eram imigrantes urbanos e 10,6 milhões (73,5 por cento) eram emigrantes urbanos. Esses dados sugerem que três em cada quatro migrantes se mudaram entre cidades, indicando que a migração urbana-urbana havia se tornado uma ocorrência muito mais comum na América Latina.

A migração é um fenômeno generalizado. A figura 1.8 explora os padrões de migração interna entre cidades de vários portes e centros urbanos específicos na região. Como mostra o painel A, cidades como San José, Montevideú e Lima são importantes receptores de migrantes internos. Esse afluxo apresenta desafios e oportunidades para essas cidades, destacando a necessidade de estratégias personalizadas para gerenciar e aproveitar essa mudança demográfica. O painel B mostra que, embora as grandes cidades sejam os principais destinos para migrantes internos, o movimento em direção a cidades pequenas e médias também é substancial. Isso indica que a migração interna não se limita a grandes metrópoles, mas é uma tendência ampla que afeta cidades de todos os portes.

FIGURA 1.8 | Parcela de migrantes internos na América Latina



(continua na página seguinte)



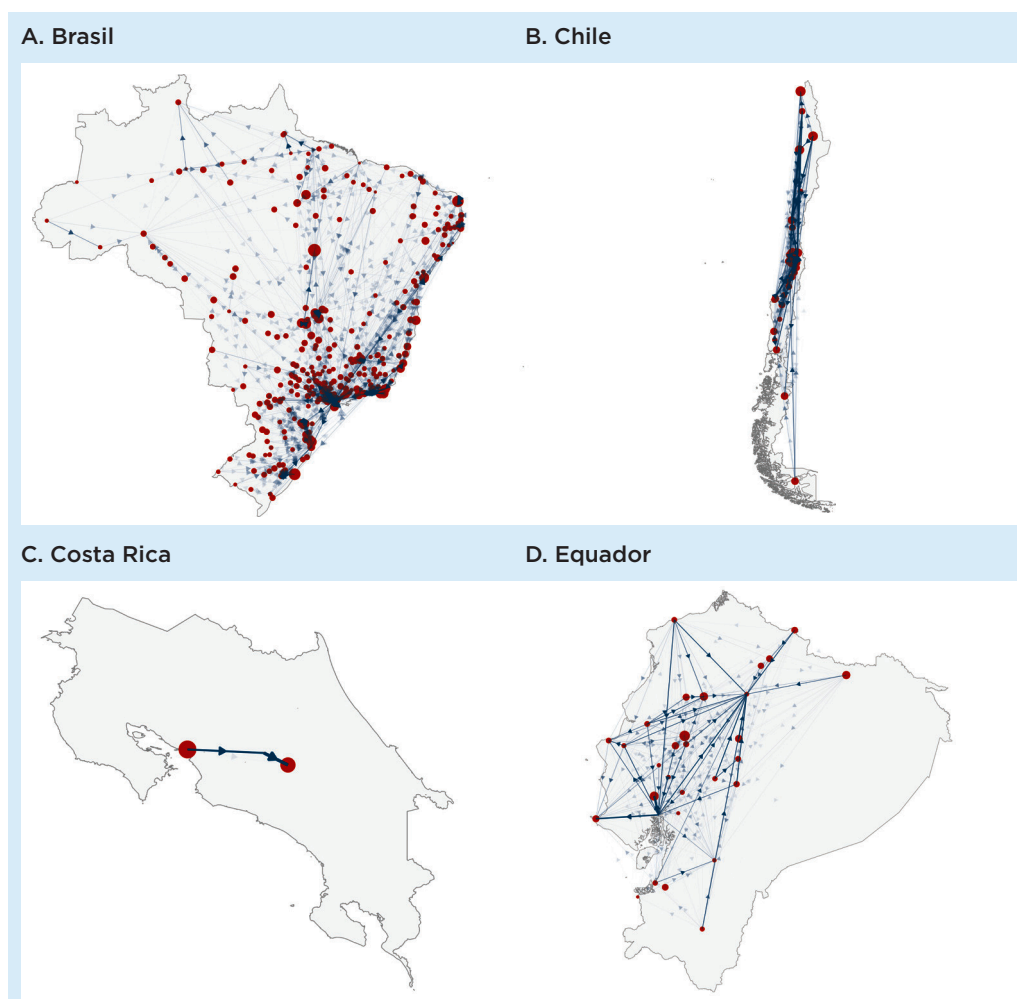
Fonte: Cálculos dos autores, com base na GHS Urban Centre Database e microdados dos censos demográficos descritos no quadro 1.2.

Notas: No painel A o denominador é a soma de todos os migrantes internos por país, e o numerador é a soma dos migrantes internos que residem em cada cidade. O painel A mostra as duas cidades por país com a maior parcela de migrantes internos como percentual do total de migrantes internos. O painel B mostra a média simples da porcentagem de migrantes internos que residem em cidades de cada tamanho em relação ao número total de migrantes internos no país dentre os países do painel A.

A figura 1.9 oferece uma visualização mais detalhada dos fluxos líquidos de migração interna em sete países da América Latina. O tamanho de cada ponto representa a parcela de migrantes internos recebidos em relação à população da cidade nos cinco anos anteriores ao último Censo, enquanto a seta em cada linha indica a direção do fluxo migratório líquido. Enquanto as capitais ou as maiores cidades de um país são frequentemente percebidas como polos de atração, outras cidades também desempenham um papel significativo nos padrões de migração interna. Como parcela da população local, a distribuição da população migrante parece relativamente uniforme entre cidades de diferentes portes. Isso pode parecer contraintuitivo, pois seria de se esperar que a distribuição se concentrasse nas maiores cidades. A uniformidade pode ser explicada pelo fato de que, embora uma cidade maior atraia um número significativo de migrantes, ela também tem um denominador maior (isto é, uma população maior). Isso significa que, embora as cidades maiores recebam mais migrantes em termos absolutos, o impacto relativo no tamanho da sua população é semelhante àquele de cidades menores. Uma implicação dessa análise é que é essencial que todos os governos locais, independentemente do tamanho de suas jurisdições, se envolvam ativamente com esse fenômeno, pois ele influencia seu planejamento e sua alocação de recursos.

A migração pode alterar a composição demográfica das cidades receptoras. Grandes cidades frequentemente atraem indivíduos mais jovens, levando a seu êxodo de cidades menores e áreas rurais (Bernard 2017). Com idade média de 30,4 anos, os migrantes tendem a ser mais jovens do que os residentes, cuja média de idade é de 36,7 anos, como mostra a Tabela 1.1.² Os migrantes também tendem a ter mais anos de escolaridade do que os residentes, com uma média de 12 anos em comparação com 10,6 anos. Cerca de 72 por cento dos migrantes têm ensino médio ou mais, acima dos 59,7 por cento observados entre os residentes. A proporção de mulheres em ambos

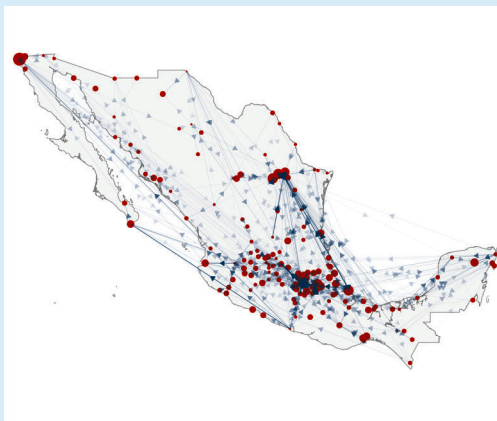
FIGURA 1.9 | Fluxos líquidos de migração interna



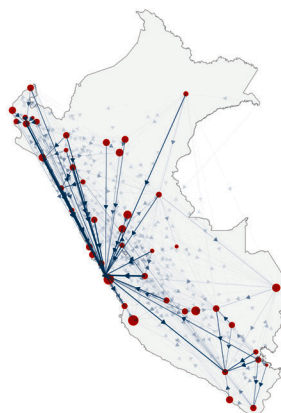
(continua na página seguinte)

² BID, OCDE e PNUD (2023) relatam esses e mais detalhes sobre as características demográficas de migrantes exclusivamente internacionais.

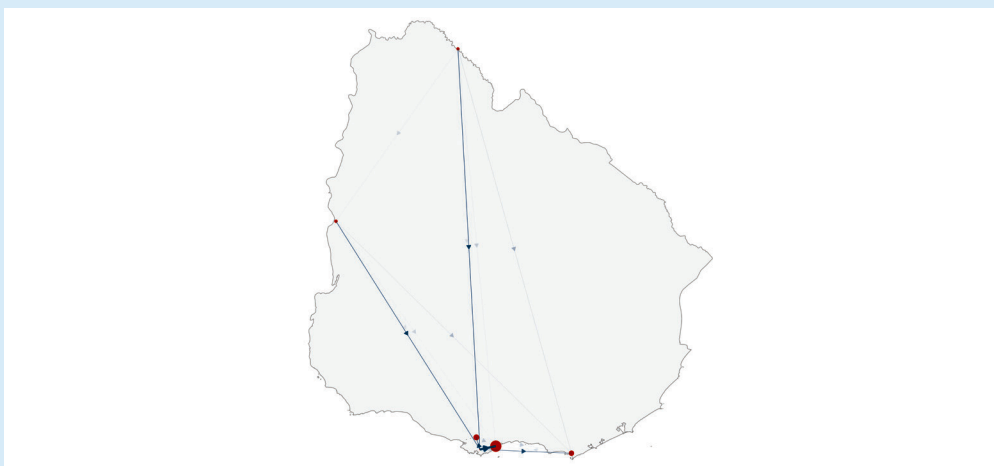
E. México



F. Peru



G. Uruguai



Fonte: Cálculos dos autores, com base na GHS Urban Centre Database e microdados dos censos demográficos descritos no quadro 1.2.

Notas: Esses mapas retratam fluxos líquidos de migração interna, indicando o movimento de migrantes da cidade A para a cidade B (subtraindo-se os migrantes da cidade B para a cidade A). Se o número de migrantes da cidade A para a cidade B for maior do que da cidade B para a cidade A, uma seta aponta nessa direção. Se o número da cidade B para a cidade A for maior, a seta aponta na direção oposta. A largura da linha representa a magnitude do número de migração líquida, enquanto o tamanho dos pontos representa a proporção de migrantes nas cidades de destino como um porcentual da população da cidade em 2015. Apenas fluxos com um total de mais de 30 pessoas estão incluídos.

os grupos é quase idêntica, com 52,2 por cento entre os migrantes e 52,1 por cento entre os residentes. Os migrantes têm maior probabilidade de ser chefes de família solteiros, com 28,3 por cento, em comparação com 14,3 por cento entre os residentes, e suas famílias são ligeiramente menores em média, com 2,8 contra 3,2 membros. Ambos os grupos, no entanto, têm o mesmo número médio de crianças — 1,4 — com menos de 15 anos de idade. O capítulo 2 retoma esse tema e analisa as implicações dessas diferenças demográficas para o mercado de trabalho e a economia local.

TABELA 1.1 | Composição da migração e tendências demográficas por status migratório

	América Latina e Caribe	Argentina	Bolívia	Chile	Colômbia	Peru	Paraguai	Uruguai	
A. População urbana e decomposição da migração									
População total em milhões)	650,5	45,4	11,8	19,3	50,9	33,3	6,6	3,4	
População urbana (% da população total)	81,1	92,1	69,8	87,7	81,4	78,3	62,2	95,4	
% de migrantes internacionais vivendo em áreas urbanas	80,9	—	—	97,1	65	98	63,4	92	
% de migrantes internos vivendo em áreas urbanas	67,5	—	62,5	88,1	48,7	87,3	60,4	71	
% da população urbana constituída por migrantes internacionais	2,6	0,6	0,8	4,2	5,9	0,5	1,4	1,3	
% da população urbana constituída por migrantes internos	1,4	1,4	3,2	10,4	9,7	5,7	7,3	5,5	
B. Características demográficas de migrantes e residentes									
Idade média	Migrantes	30,4	30,2	29,5	33,8	29,1	31,1	29,6	32,5
	Residentes	36,7	37,1	32	40,1	36,6	36,3	32,8	39,8
% mulheres	Migrantes	52,2	54,4	51,3	52,2	51,1	51,4	51,6	50,9
	Residentes	52,1	51,9	51,5	54,8	52	51,6	51,2	52,2
% indígenas	Migrantes	6,5	—	22,1	6,7	1,8	19,2	—	2,4
	Residentes	6,2	—	17,3	10,1	1,1	18,3	—	1,4
Anos de escolaridade (25 anos de idade ou mais)	Migrantes	12	13,3	12,3	13,9	10,7	11,1	11,7	11,3
	Residentes	10,6	11,4	11,1	11,7	9,9	10	10,4	10
% com ensino médio ou mais (25 anos de idade ou mais)	Migrantes	72,2	76	69	82,1	67,6	73,2	65,1	50,2
	Residentes	59,7	58	61,1	64,3	60	62,6	52,3	34,7
% de famílias com um único chefe, solteiro	Migrantes	28,3	45,2	32,4	28,1	17,6	20,5	34,1	15,2
	Residentes	14,3	16,5	14,5	23,2	13	7,6	19,2	7,3
Número médio de membros da família	Migrantes	2,8	2,3	2,7	2,7	3,1	3,2	2,8	2,6
	Residentes	3,2	3,1	3,4	3	3,2	3,6	3,9	2,8
Número de crianças com menos de 15 anos de idade	Migrantes	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,3	1,4
	Residentes	1,4	1,5	1,6	1,3	1,3	1,4	1,5	1,4

Fonte: A população total e a população urbana são baseadas em dados dos Indicadores de Desenvolvimento Mundial de 2020, exceto os de Bolívia e Uruguai, que são de 2019. O percentual de migrantes internacionais que vivem em áreas urbanas é baseado em dados da Unidade de Migração do BID; os anos cobertos foram 2019 para Uruguai, 2020 para Chile e 2021 para Colômbia, Peru e Paraguai (BID, OCDE e PNUD 2023). Todos os demais indicadores são cálculos dos autores, com base em dados de pesquisas domiciliares de 2020, exceto os de Bolívia e Uruguai, que são de 2019.

Notas: Migrantes no painel B inclui migrantes internos e internacionais.

O tempo de permanência de migrantes internos em suas cidades de destino é influenciado por uma variedade de fatores, incluindo oportunidades econômicas, redes sociais e políticas governamentais. Enquanto muitos residem em áreas urbanas por longos períodos, outros se mudam temporariamente para lá em busca de trabalho sazonal, e alguns se envolvem em migração circular ou repetida. Estudos sobre migração interna realizados no Brasil por Baeninger (2012) e no México por Massey, Durand e Pren (2016) constataram que melhores oportunidades de emprego e acesso a serviços contribuíram para permanências mais longas em áreas urbanas. No entanto, interpretar o tempo de permanência pode ser uma tarefa complexa, uma vez que os padrões de migração são intrincados e a coleta de dados é limitada. Os dados do Censo, por exemplo, podem capturar apenas o local de residência de uma pessoa em um único ponto no tempo, potencialmente ignorando a migração temporária ou circular. Os padrões de migração interna encontrados por Ibáñez e Moya (2010) na Colômbia sugerem que, enquanto os indivíduos deslocados frequentemente migram para áreas urbanas em busca de segurança e oportunidades de emprego, a duração de sua permanência é fortemente influenciada por outros fatores, tais como condições econômicas locais, potencial de retorno para regiões de origem mais seguras e presença de redes sociais e sistemas de apoio em suas cidades de destino.

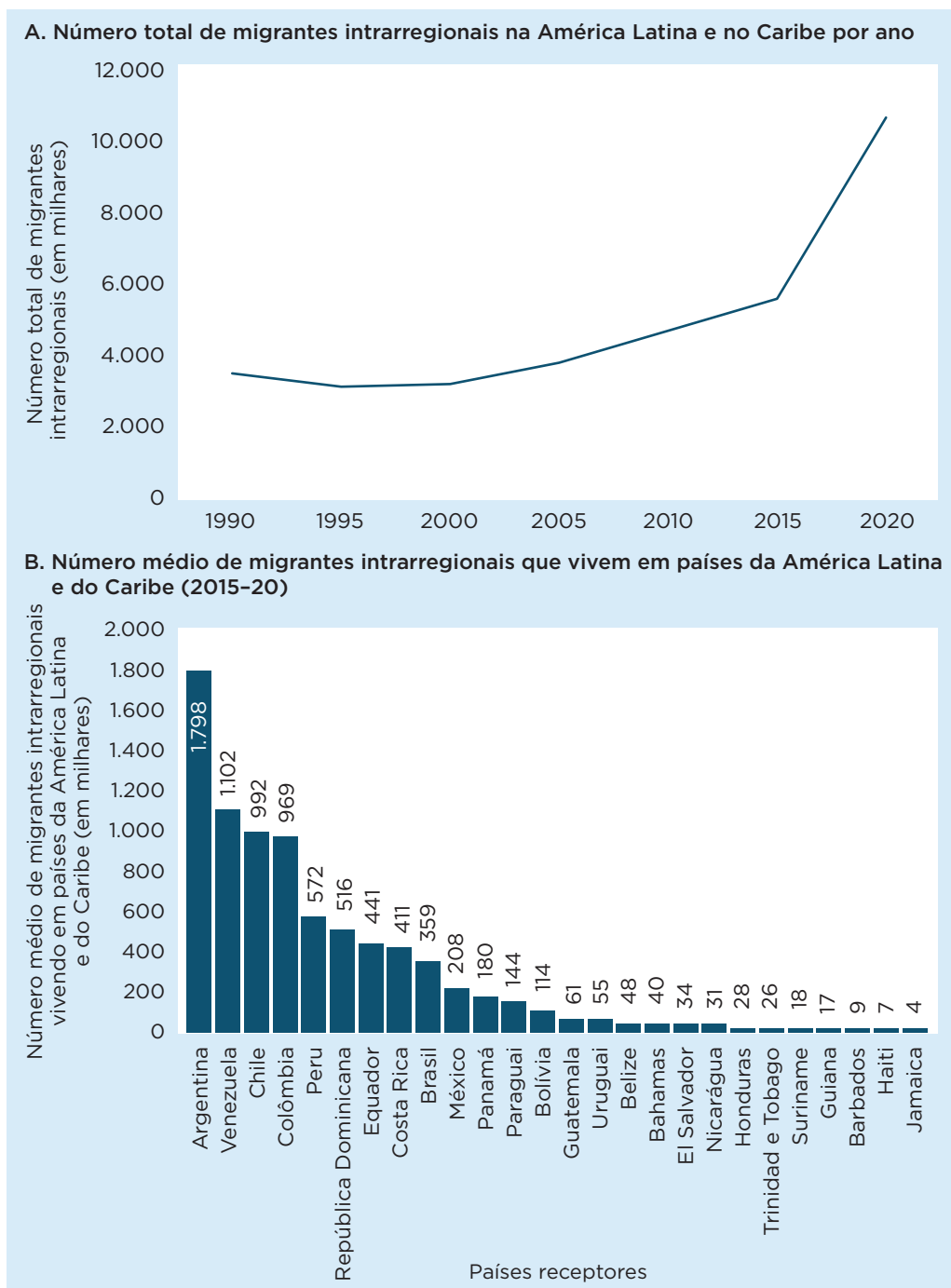
1.6. Migrantes que atravessam fronteiras

O crescimento da cidade também pode ser afetado por indivíduos ou famílias que mudam seu local de residência de seus países de origem para destinos estrangeiros. Vários fatores podem impulsionar esse movimento transfronteiriço, incluindo qualidade de vida, oportunidades econômicas ou sociais, educação, turismo, reunificação familiar ou fuga de situações de guerra, instabilidade política ou dificuldades econômicas.

Para compreender a migração internacional é preciso navegar pela complexidade de sua mensuração, que depende em grande parte dos registros administrativos de diferentes países. Para esta seção, usamos dados selecionados pela Unidade de Migração do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Esses registros normalmente abrangem vistos, autorizações e, em alguns casos, registros de estrangeiros, oferecendo uma visão abrangente da imigração autorizada. No entanto, essa abordagem era inerentemente limitada, uma vez que imigrantes irregulares que não usam canais de entrada legais continuam a não ser contabilizados nessas estatísticas. Ao excluir categorias específicas, como turistas, visitantes a negócios e diplomatas das estatísticas de imigração, poderíamos considerar todos os demais indivíduos que cruzam as fronteiras como imigrantes potenciais (mesmo que alguns possivelmente não o sejam).

O foco desta seção é um fenômeno conhecido como migração intrarregional. O painel A da Figura 1.10 mostra a evolução do número total de migrantes internacionais entre os países da região da América Latina e Caribe. Nos últimos anos, os padrões de migração

FIGURA 1.10 | Migração intrarregional na América Latina e no Caribe



Fonte: Cálculos do autor, com base no Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da Nações Unidas (UNDESA 2020).

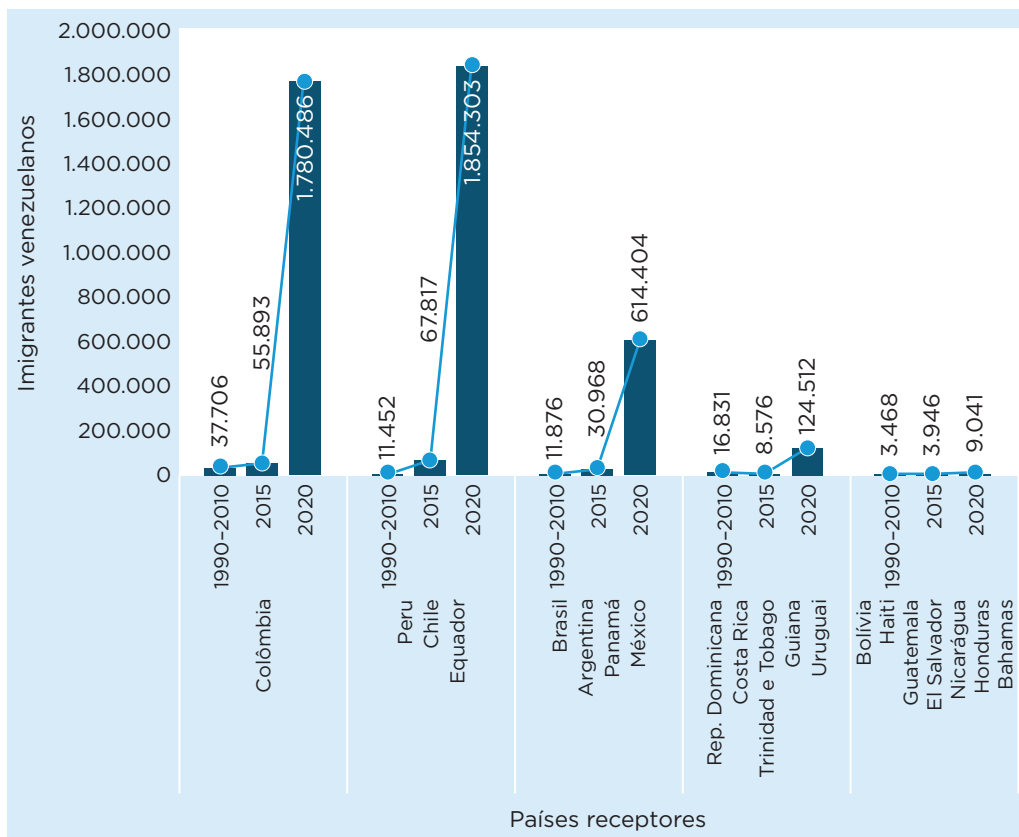
Nota: Esse conjunto de dados mede o número total de migrantes por país de destino em 1990, 1995, 2000, 2005, 2010, 2015 e 2020. Mantivemos apenas os países da América Latina e do Caribe para os países de origem e de destino.

intrarregional passaram por mudanças significativas. De 2015 para 2020, o número médio de migrantes internacionais aumentou em mais de 80 por cento, de 5,7 milhões para 10,7 milhões. Esse aumento foi impulsionado principalmente pela crise econômica na Venezuela e pelas consequências do terremoto de 2010 no Haiti. O aumento transformou os países latino-americanos e caribenhos de países tradicionalmente de emigração em nações anfitriãs com populações imigrantes substanciais, afetando sistemas e políticas migratórias. Até o final de 2019, a crise na Venezuela havia resultado em um total de 3,8 milhões de refugiados e migrantes venezuelanos na América Latina e no Caribe (aumentando para 7,7 milhões no final de 2023) (R4V 2019, 2020). Em 2019, no entanto, apenas 2,2 milhões de autorizações de residência³ haviam sido emitidas por países da região (BID e OCDE 2021), refletindo não apenas a enorme escala de deslocamentos, mas também o número substancial de venezuelanos sem situação residencial definida em seus países de residência. É importante observar, no entanto, que a Venezuela é o país com o segundo maior número médio total de migrantes intrarregionais vivendo em seu território — um legado de fluxos migratórios passados — como mostrado no painel B. Outros países com altos níveis de migrantes intrarregionais são Argentina (com o maior número médio), Chile e Colômbia.

A Figura 1.11 apresenta os números de migrantes venezuelanos em cinco grupos de países da região para os anos 1990–2010, 2015 e 2020. Todos os grupos mostraram uma tendência consistente de aumento dos fluxos migratórios da Venezuela, com 2020 marcando um ano particularmente significativo de aumento da migração em toda a região. O primeiro grupo, formado apenas pela Colômbia, surgiu como um dos principais destinos dos migrantes venezuelanos. O segundo grupo, formado por Peru, Chile e Equador, também registrou um número substancial de migrantes venezuelanos. O terceiro, quarto e quinto grupos receberam contingentes menores de migrantes. Além de venezuelanos, um número significativo de haitianos no Chile e no Brasil, bem como de nicaraguenses na Costa Rica, receberam autorização de residência. Em relação a países individuais, Colômbia e Peru testemunharam um aumento notável de suas parcelas de migrantes intrarregionais, enquanto outros, incluindo Argentina e México, viram um declínio. Além disso, o número de imigrantes de fora da região diminuiu, ressaltando a importância crescente de programas de mobilidade regional.

Antes do episódio migratório da Venezuela, a maioria dos migrantes para as cidades da região era interna e não internacional. A figura 1.12 apresenta a composição dos migrantes que chegam às cidades. Na maioria dos países, eles representavam entre 5 por cento e 12 por cento da população, com os migrantes internos constituindo a maioria dos recém-chegados a essas cidades (média de 5,8 por cento). Embora os migrantes internacionais tenham contribuído significativamente para o crescimento da popula-

3 A contagem de autorizações emitidas pode ser complicada por entradas duplicadas para certos migrantes, dado que os indivíduos podem adquirir várias autorizações em um único país devido a prorrogações de sua permanência ou em vários países à medida que prosseguem em suas jornadas (BID e OCDE 2021).

FIGURA 1.11 | Total de migrantes venezuelanos que vivem em países da América Latina e Caribe, por ano


Fonte: Cálculos dos autores, com base no UNDESA (2020).

Nota: Para 1990-2010, tiramos a média do total de migrantes venezuelanos de 1990, 2000, 2005 e 2010.

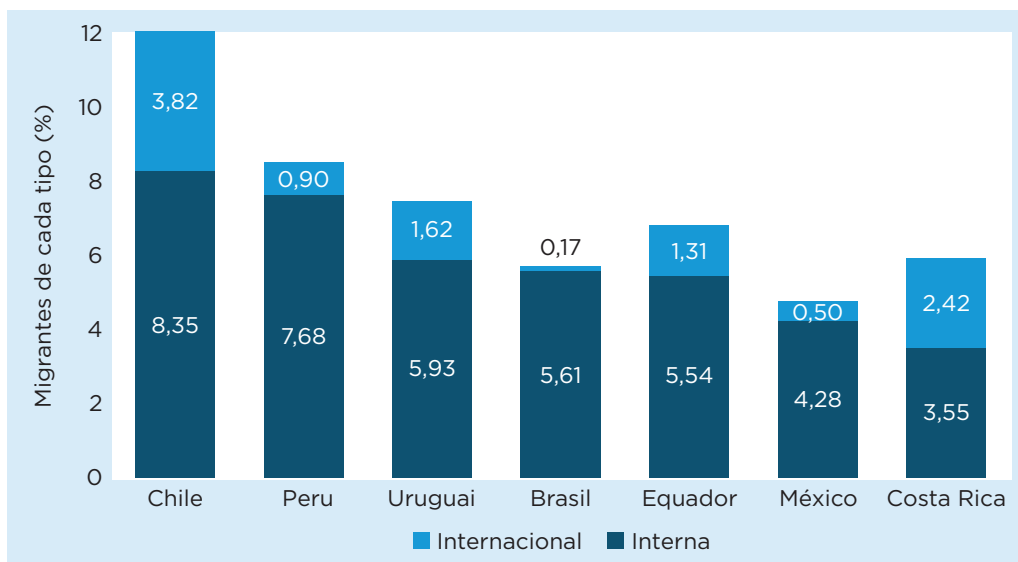
ção urbana no Chile e na Costa Rica, seu impacto foi mais limitado em outras localidades. Para o restante deste relatório, salvo indicação em contrário, reunimos migrantes internos e internacionais. Observamos que em tempos normais, exceto em casos de grandes choques, a maior parte das migrações é interna.⁴

1.7. Forçados a mudar: conflitos e desastres naturais como motores da migração

Indivíduos migram por uma infinidade de razões. Muitos são atraídos para as cidades por melhores oportunidades e uma percepção de melhor qualidade de vida. No México,

⁴ Infelizmente, faltaram informações para calcular essas estatísticas para o período posterior ao maior fluxo migratório venezuelano. Informações da Unidade de Migração do Banco Interamericano de Desenvolvimento sugerem que aproximadamente 80% dos migrantes venezuelanos estão localizados em cidades.

FIGURA 1.12 | Composição da migração: migração interna e internacional



Fonte: Cálculos dos autores, com base na GHS Urban Centre Database e microdados dos censos demográficos descritos no quadro 1.2.

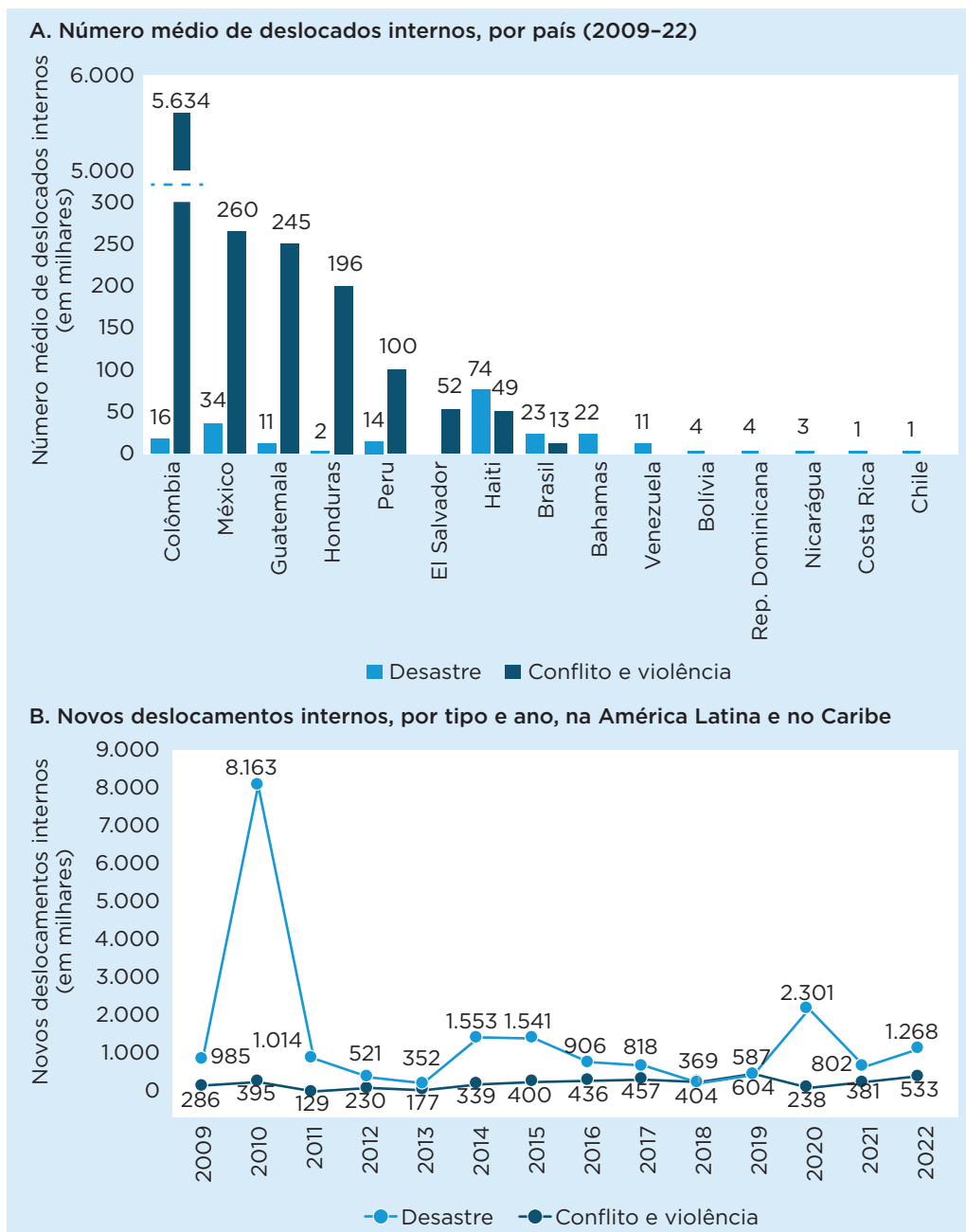
Notas: Aqui o denominador é a soma de todos os residentes, migrantes internos e migrantes internacionais que vivem em uma cidade GHS no momento do Censo.

um dos poucos países com dados sobre as razões da migração, os dados do Censo mostram que três em cada quatro pessoas que migram internamente o fazem principalmente por fatores relacionados a família e trabalho. No entanto, a opção de migrar nem sempre é impulsionada pelos chamados fatores de atração; muitas vezes, os indivíduos são obrigados a deixar suas casas. Vários “fatores de expulsão” explorados na literatura incluem deslocamentos relacionados a criminalidade, violência ou conflito (ver, por exemplo, Henderson, Storeygard e Deichmann 2017 e Calderón-Mejía e Ibáñez 2016) e choques relacionados ao clima ou outros desastres naturais (por exemplo, Busso e Chauvin 2023).

Dados do Centro de Monitoramento de Deslocamento Interno (2023) mostram que no final de 2022 havia mais de 70 milhões de deslocados internos em todo o mundo e 6,1 milhões na América Latina e no Caribe.⁵ O painel A da Figura 1.13 apresenta a distribuição dos deslocados internos por país e as razões para o deslocamento entre 2009 e 2022. A violência, particularmente associada a conflitos armados e atividades criminosas, foi o fator predominante do deslocamento durante esse período. Numerosos desastres naturais, incluindo incêndios florestais, erupções vulcânicas e, especialmente,

5 Vale ressaltar que podem ocorrer discrepâncias na contagem de deslocados internos. Estatísticas oficiais do *Registro único de víctimas (RUV)* da Colômbia (Unidad para la Atención y Reparación Integral a las Víctimas 2023), por exemplo, indicam que, no final de junho de 2023, havia 8,5 milhões.

FIGURA 1.13 | Migrantes deslocados internamente por conflitos e desastres naturais



Fonte: Cálculos dos autores, com base no Centro de Monitoramento de Deslocamento Interno 2023.

Notas: O painel A mostra o número médio de deslocados internos como resultado de conflitos e violência ou desastres naturais entre 2009 e 2022 para cada país. Deslocados internos são entendidos como o número total de pessoas que viviam em situação de deslocamento no final do ano de elaboração do relatório. O painel B mostra o número estimado de movimentos forçados de pessoas, como resultado de conflitos e violência ou desastres naturais, dentro das fronteiras durante um determinado período (ano de elaboração do relatório). Os números podem incluir indivíduos que foram deslocados mais de uma vez.

inundações, eventos sísmicos e tempestades, também levaram a números significativos de deslocamentos. No Haiti, em 2010, por exemplo, um terremoto resultou em cerca de 1,5 milhão de deslocamentos. É importante notar que o número de migrantes deslocados observado na região não é necessariamente um fenômeno recente, mas, sim, uma consequência de deslocamentos de longa data no correr dos anos. O painel B apresenta novos deslocamentos internos anualmente, no mesmo período, categorizados por conflito e violência ou desastres e medidos em milhares. Além dos deslocamentos significativos resultantes do terremoto no Haiti, os números gerais de deslocamento permaneceram relativamente constantes ao longo dos treze anos. Ademais, esse número revela uma ocorrência predominante nos últimos anos, de deslocamentos atribuídos a desastres e não a conflitos e violência. A seguir, examinamos mais detalhadamente os dois últimos fatores de expulsão por trás da migração interna.

1.8. Ecos migratórios de conflitos passados

O conflito e a violência podem ter vários impactos na migração. Ameaças diretas à segurança pessoal, incluindo crime, conflito armado ou violência, são frequentemente os catalisadores iniciais e mais prementes que levam ao deslocamento forçado. Indivíduos ou famílias que percebem perigo iminente são mais propensos a fugir, frequentemente abandonando suas casas, seus meios de subsistência e suas redes comunitárias (Moore e Shellman 2004). Além disso, conflitos e violência frequentemente desorganizam as economias locais, desencadeando a perda de empregos e aumentando a insegurança econômica, o que pode incentivar ainda mais as pessoas a migrar em busca de oportunidades mais estáveis e seguras (Raleigh, 2011). Conflitos prolongados normalmente levam à deterioração de infraestrutura e serviços essenciais, tais como abastecimento de água, assistência médica e educação. A privação resultante pode obrigar indivíduos ou famílias a se mudarem em busca de melhores condições de vida (Engel e Ibáñez 2007).

A região da América Latina e Caribe testemunhou vários episódios de violência e criminalidade que levaram ao deslocamento forçado e à migração. Um padrão de deslocamento forçado na Colômbia tem sido atribuído em grande parte a conflitos prolongados. Os conflitos, que afetam predominantemente áreas rurais, causaram migrações substanciais para centros urbanos do país (Ibáñez e Vélez 2008). No México, o deslocamento foi impulsionado pela violência relacionada às drogas. Áreas com altos níveis de atividade de cartéis, incluindo Guerrero, Michoacán e Sinaloa, foram particularmente afetadas, induzindo famílias a buscar segurança em outros lugares (Basu e Pearlman 2017; Nieto, Gaussen e Correa-Cabrera 2023). O Triângulo Norte da América Central, que compreende El Salvador, Guatemala e Honduras, tem presenciado episódios semelhantes de deslocamento forçado em decorrência da violência (Clemens 2021).

Em El Salvador e Honduras, os altos níveis de violência, que estão concentrados particularmente em áreas urbanas e levam à migração interna e internacional, têm sido amplamente associados às atividades de gangues. Padrões semelhantes de deslocamento na Guatemala foram produzidos pela violência contínua, especialmente contra comunidades indígenas, aliada a um legado de guerra civil. A relação entre violência e migração aumenta em níveis mais altos de violência. Além disso, à medida que as redes de migrantes tomam forma, a violência parece desencadear ondas de migração que se acumulam ao longo do tempo: mesmo quando a violência diminui, a migração pode continuar a aumentar.

A decisão de fugir do crime e da violência, mudando-se para outro local, normalmente é tomada no nível familiar. Na maioria dos casos, todos os membros da família migram juntos, o que explica parcialmente as razões pelas quais a maioria dos migrantes deslocados internamente percebe seu deslocamento como uma decisão permanente e muito poucos retornam (Ibáñez, Moya e Velásquez 2022). Muitas famílias são forçadas a partir às pressas, em geral sem conseguir vender seus bens, que são confiscados por grupos armados ou abandonados. Como resultado, as famílias não conseguem obter benefícios econômicos de seus ativos produtivos, pois têm capital limitado para investir em atividades produtivas nas comunidades de destino (Ibáñez e Moya, 2010). Na América Latina e no Caribe, muitos deslocamentos forçados ocorreram não em massa, mas, sim, com uma ou algumas famílias indo parar em assentamentos informais nas periferias de áreas urbanas (Ibáñez, Moya e Velásquez 2022). Isso contrasta com países de outras regiões do mundo, onde o deslocamento em larga escala resulta na transferência de migrantes forçados para campos de refugiados e além de fronteiras internacionais (Ibáñez e Moya, 2010).

As populações deslocadas frequentemente sofrem uma queda no consumo e na renda do trabalho, perdas substanciais de ativos, condições de vida desafiadoras nas áreas de destino e uma ruptura dos mecanismos de compartilhamento de riscos, o que aumenta sua vulnerabilidade à pobreza crônica (Ibáñez e Moya, 2010). Para muitos deslocados, especialmente as mulheres, a integração no mercado de trabalho é lenta e as condições de trabalho desfavoráveis. As oportunidades de emprego são escassas para muitos, especialmente pela falta de demanda por suas habilidades agrícolas nas áreas urbanas (Ibáñez e Moya, 2010). Na Colômbia, por exemplo, mais de 88 por cento dos indivíduos empregados não são protegidos por contratos de trabalho. Além disso, a discriminação contra a população deslocada muitas vezes impede sua participação no mercado de trabalho (Ibáñez e Moya, 2007).

As políticas públicas desempenham um papel crucial na abordagem das questões resumidas acima. Prevenir a violência e restaurar o senso de segurança são vitais para reduzir deslocamentos involuntários (Ibáñez e Vélez 2008). No entanto, as estratégias devem ir além desses aspectos de segurança. Engel e Ibáñez (2007) propuseram

o estabelecimento de uma rede de apoio descentralizada próxima a áreas que sofrem deslocamento forçado, para aliviar o peso esmagador que recai sobre as cidades receptoras. Os autores também sugeriram que muitos migrantes em potencial têm expectativas excessivamente otimistas em relação às condições que encontrarão ao chegar a essas cidades e enfatizam a importância de disseminar essas informações.

Ao mesmo tempo, o desenvolvimento e a implementação de políticas específicas para as vítimas de conflitos internos são claramente necessários e incluem a proteção e recuperação de ativos, o refinamento de programas de geração de renda e a promoção do acesso aos mercados financeiros (Ibáñez e Moya, 2007). O estabelecimento de um arcabouço jurídico robusto, que salvguarde as terras e outros bens abandonados como resultado do deslocamento forçado é essencial. O apoio financeiro a salários durante os primeiros meses de emprego em empresas privadas pode ajudar os deslocados a encontrar emprego em empresas que utilizem adequadamente suas habilidades (Ibáñez e Moya, 2010). Estratégias para proteger atividades produtivas não afetadas pela guerra e facilitar o acesso a mercados de trabalho podem ser vitais para ajudar as famílias a lidar com choques relacionados a conflitos e para promover uma rápida recuperação, uma vez que o conflito diminua (Fernández, Ibáñez e Peña 2011).

Alguns países da região já formularam políticas para melhorar a vida dos deslocados internos. Ibáñez, Moya e Velásquez (2022) revisaram quatro das principais disposições legais promulgadas na Colômbia para atender às necessidades dos deslocados internos e salvguardar seus direitos. A legislação mais recente reconhece oficialmente os deslocados internos como vítimas do conflito colombiano, abrange políticas formuladas especificamente para atender às suas necessidades e oferece mecanismos para compensá-los por suas perdas. O México está atualmente no processo de aprovação de uma lei pelo Congresso, implementando medidas para prevenir o deslocamento forçado interno, estabelecendo uma estrutura abrangente para assistir indivíduos nessas situações, fornecendo reparações amplas e definindo a distribuição de responsabilidades entre vários órgãos governamentais. Outros países da região com leis semelhantes sobre deslocados internos incluem El Salvador, Honduras e Peru (ACNUR 2023).

1.9. Mudanças climáticas: o acelerador iminente de migração interna

As mudanças climáticas estão afetando cada vez mais decisões individuais relativas a opções residenciais. Os eventos climáticos podem ser divididos em duas categorias, com base em suas características. Eventos climáticos repentinos, que incluem furacões, tornados e inundações, podem causar danos imediatos e severos, incluindo perda de

vidas, destruição de infraestrutura e danos a plantações e gado, enquanto eventos de início lento, como secas, aumento do nível do mar e desertificação, normalmente evoluem ao longo do tempo. Os impactos de eventos de início lento podem não ser perceptíveis até que excedam um limite crítico.

Entre 2020 e 2022, segundo relatório do Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres, a América Latina e o Caribe enfrentaram 175 desastres, com 88 por cento atribuídos a fatores meteorológicos, climatológicos e hidrológicos. Esses perigos foram responsáveis por 40 por cento das mortes relacionadas a desastres e 71 por cento das perdas econômicas. Exemplos de eventos climáticos que induziram deslocamentos incluem o furacão Mitch, em 1998, que levou estimados 100 mil a 150 mil indivíduos a deixarem suas casas (Alexeev, Polyakov e Bekryaev 2010), e os incêndios florestais de 2019, que devastaram 7 milhões de hectares na Bolívia. Além disso, de 1996 a 2010, mais de 3 milhões de pessoas no semiárido brasileiro deixaram suas cidades de origem em resposta a choques climáticos (Corbi, Ferraz e Narita 2021). Esses eventos repentinos não foram incidentes isolados, já que a região deve continuar a sofrer choques climáticos que desencadearão fluxos migratórios repentinos e às vezes significativos em toda a região.

Além de desastres climáticos catastróficos, eventos de início lento, como o aumento das temperaturas e do nível do mar, merecem atenção. Um exemplo marcante é encontrado nos Andes, onde as geleiras vêm encolhendo. Desde 1990, a perda ultrapassou 30 por cento de sua área, com algumas no Peru tendo encolhido mais da metade (Mark et al. 2017). O conseqüente recuo dessas geleiras e a redução de sua massa de gelo aumentaram o risco de escassez de água tanto para as populações andinas quanto para seus ecossistemas. Além disso, os níveis do mar na região têm aumentado a um ritmo acelerado em comparação com a média global, particularmente ao longo da costa do Atlântico Sul da América do Sul e do Atlântico Norte subtropical e Golfo do México. A ameaça resultante para a população residente em áreas costeiras inclui contaminação de aquíferos de água doce, erosão da linha de costa, inundação de áreas baixas e riscos amplificados de tempestades.

No longo prazo, as variações de início lento no nível e na temperatura do mar podem afetar a distribuição das populações na América Latina e no Caribe, com a literatura sugerindo coletivamente que fatores climáticos influenciam as decisões migratórias. A tabela 1.2 apresenta um resumo de alguns exemplos relevantes da região, abrangendo tanto desastres como eventos de início lento.

Desastres induzidos pelo clima podem instigar a migração por vários caminhos, atuando como fatores de estresse ambiental (Koubi et al. 2016; Wolpert, 1966). Os efeitos diretos incluem a destruição de propriedades e danos à infraestrutura, enquanto os impactos indiretos podem afetar as fontes primárias de renda, diminuindo, assim, o bem-estar geral dos indivíduos. Estudos indicaram que mesmo um pequeno aumento na

TABELA 1.2 | Estudos na América Latina e no Caribe sobre os efeitos das mudanças climáticas na migração

Estudo	País	Âmbito	Ano	Evento	Efeito na migração	Comentário
Spencer e Urquhart (2018)	América Central e Caribe	Internacional	1989-2005	Furacão	+6%	
Baez et al. (2017)	América Central e Caribe	Interno	1982-2010	Altas temperaturas	+0,35 pontos percentuais	Efeito positivo e estatisticamente significativo na migração de mulheres para capitais de províncias
Thiede, Gray e Mueller (2016)	América do Sul	Interno	1970-2011	Altas temperaturas	+3,4%	Para cada mês adicional em que as temperaturas ficaram mais de dois desvios padrão acima da média de longo prazo
Busso e Chauvin (2023)	Brasil	Interno	1991-2010	Seca	+2,5 pontos percentuais	
Ibáñez et al. (2023)	Colômbia	Interno	2010-2011 and 2015-2016	Chuva e seca, respectivamente	+15,4 pontos percentuais e +20,5% pontos percentuais, respectivamente	Por desvio padrão no choque de chuvas e secas
Robalino et al., (2015)	Costa Rica	Interno	1995-2000	Emergência hidrometeorológica	+0,08-0,11%	Com aumento de uma unidade de desvio padrão de uma emergência hidrometeorológica
Gray e Bilsborrow (2013)	Equador	Internacional	2001-2008	Precipitação annual média	-60%	Por desvio padrão do desvio de precipitação
Ibáñez et al. (2022)	El Salvador	Internacional	2009-2018	Altas temperaturas	+14,50%	Por desvio padrão no choque de temperatura
Khamis e Li (2020)	México	Interno	1995-2010	Frequência dos desastres	+1,70%	A frequência de desastres é baseada na precipitação e na proxy dos autores para o clima
Ruiz (2017)	México	Interno	2000-2010	Seca	+0,44%	Com um mês adicional de todos os episódios de seca
Nawrotzki et al. (2015)	México	Internacional	1986-1999	Altas temperaturas	+23%	Com aumento de uma unidade de desvio padrão em um período de alta temperatura

(continua na página seguinte)

Saldaña-Zorrilla e Sandberg (2009)	México	Interno	1990-2000	Frequência dos desastres	+1%	Com um aumento de 10% na frequência de desastres
Nawrotzki et al. (2013)		Internacional	2000	Seca	+35,5%	Com um aumento de 10% na secura
Hunter, Murray e Riosmena (2013)	México	Internacional	1987-2005	Seca	+40% / -97%	Efeito da seca do ano corrente entre domicílios de regiões históricas/ domicílios de regiões não históricas

Nota: O efeito da migração é baseado em aumentos de uma unidade (por exemplo, em temperatura, seca, precipitação) na frequência de desastres naturais.

frequência desses choques repentinos pode levar a um acréscimo nas taxas de migração, aumentando-a em 5–13 por cento em algumas áreas (Hunter e Nawrotzki 2016). Chuvas prolongadas também podem ter consequências, com cada mês adicional desses episódios resultando em um aumento médio no fluxo migratório de 0,36–0,39 por cento (Hunter e Nawrotzki 2016).

Eventos de início lento também podem influenciar a decisão dos indivíduos de se mudarem, embora de forma mais gradual. Embora as pessoas possam desenvolver estratégias de adaptação ao longo do tempo, esses eventos geralmente atuam como fatores de expulsão. Ruiz (2017), por exemplo, constatou que um mês adicional de seca foi associado a um aumento de 0,67 por cento no fluxo migratório médio. Da mesma forma, um mês adicional de todos os episódios de seca estava correlacionado com um aumento de 0,44 por cento na emigração. No México, a duração ou magnitude das secas levou a um aumento da migração interna, com um mês adicional resultando em um aumento de 0,44–0,87 por cento (de Brauw, Mueller e Lee 2014). Busso e Chauvin (2023) constataram que um aumento de um ponto em sua medida de seca estava associado a um aumento médio de 2,5 pontos percentuais nas taxas de imigração de municípios rurais para as cidades. As mudanças de temperatura, que podem levar à queda da produtividade ou da produção de culturas, também podem diminuir os lucros econômicos para agricultores e outros trabalhadores, eventualmente levando à migração em busca de melhores oportunidades. Feng, Oppenheimer e Schlenker (2015) verificaram que, nos Estados Unidos, uma mudança de 1 por cento na produção havia resultado em uma mudança correspondente de 0,3–0,4 ponto percentual na taxa de migração líquida. Da mesma forma, Viswanathan e Kumar (2015) constataram que uma queda de 1 por cento nos rendimentos das safras resultou em um aumento médio de 1–2 por cento na emigração entre estados indianos. Nawrotzki et al. (2015) verificaram que o acréscimo de um desvio padrão na duração dos períodos quentes aumentou as chances de um primeiro deslocamento em 23 por cento.

1.10. Migração urbana: o caminho à frente

O Banco Mundial (2018) previu um pico de 3,9 milhões de migrantes climáticos na América Latina e no Caribe até 2050. Esse número representa aproximadamente 1 por cento da população da região. A parcela de migrantes climáticos na população total de migrantes internos também deverá aumentar, passando de 6,3–8,9 por cento em 2020 para cerca de 8,5–12,6 por cento em 2050. O relatório aponta, ainda, potenciais pontos de acesso para a migração impulsionada pelo clima, incluindo áreas costeiras baixas ao longo do Golfo do México e da costa do Pacífico da Guatemala. Cidades como Monterrey e Guadalajara, no México, provavelmente verão migração impulsionada pelo clima. Como resultado, as regiões que dependem da agricultura de sequeiro podem experimentar declínios populacionais, enquanto as áreas pastoris e de pastagens podem ver aumentos populacionais. Feng e Oppenheimer (2012) projetam uma taxa de emigração de 2–10 por cento da população rural do México para os Estados Unidos. Embora alguns cenários prevejam impactos menos severos — Jessoe, Manning e Taylor (2016), por exemplo, estimaram uma taxa de emigração de 0,05–0,25 por cento da população rural mexicana para os Estados Unidos até 2075 — é amplamente aceito o fato de que países da América Latina e do Caribe, particularmente o Brasil e países da América Central, enfrentarão perdas tanto na população quanto no bem-estar econômico.

A migração induzida por mudanças climáticas é um fenômeno complexo, entrelaçado com vários fatores econômicos e políticos. Compreender essas interconexões é crucial para o desenvolvimento e a execução de estratégias eficazes de mitigação das mudanças climáticas. Desmet e Rossi-Hansberg (2021) introduziram um modelo econômico espacial que destaca a migração como uma resposta adaptativa fundamental às mudanças climáticas. Esse modelo dinâmico prevê movimentos populacionais com base em fatores como intensidade das mudanças climáticas regionais e condições socioeconômicas locais. Além disso, esclarece como as populações podem se mudar estrategicamente de regiões mais severamente afetadas (em torno do equador) para aquelas menos afetadas (no Norte e no Sul). Desmet et al. (2021) propuseram que as mudanças climáticas podem afetar os setores agrícola e não agrícola, levando a mudanças na produtividade, nas condições de vida, na renda real e na variedade de bens comercializáveis. Essas mudanças poderiam alterar a rede de comércio global e a distribuição da população, sugerindo que a migração induzida pelo clima poderia representar não apenas uma mudança espacial simples da população, mas também um rearranjo complexo das atividades econômicas.

No entanto, embora a migração possa, do ponto de vista das cidades de destino, apresentar desafios para os governos locais, também abre caminhos para o crescimento e a prosperidade. Assim, compreender a resposta dos mercados de trabalho locais ao influxo de migrantes é importante na formulação de políticas efetivas. Retomaremos essas questões nos próximos capítulos.

Migração e mercados de trabalho urbanos

2

Quando chegam a uma cidade, os migrantes se juntam aos recursos humanos disponíveis no mercado de trabalho local, remodelando a força de trabalho em dois aspectos principais: seu tamanho e sua composição.

Em termos de tamanho, a migração acelera a taxa de crescimento da força de trabalho, bem como da população em geral. A presença de mais trabalhadores — na medida em que estejam adequadamente empregados — leva a níveis mais altos de produção e, talvez mais importante, pode aumentar a produtividade do trabalhador. Ter mais trabalhadores empregados também incentiva a demanda local por bens e serviços. Isso, por sua vez, pode gerar demanda por mão de obra no setor privado, mas também coloca pressão financeira sobre os prestadores de serviços públicos, como educação e saúde. E se as vagas de trabalho forem escassas, o emprego poderá não crescer tanto quanto a população, e os trabalhadores residentes poderão experimentar um crescimento salarial mais lento como resultado da concorrência.

No que se refere a moldar a composição da força de trabalho local, a migração traz indivíduos que tendem a ser mais jovens do que os residentes e mais propensos a estar em seus anos mais produtivos. Mas os trabalhadores mais jovens, muitas vezes menos experientes, podem levar algum tempo para atingir seu potencial produtivo. Assim, embora possa ser uma fonte de oportunidades importantes para impulsionar a produtividade local e o desenvolvimento econômico, a migração também pode impor desafios importantes. Além disso, é possível que haja uma distribuição desigual dos potenciais custos e benefícios entre diferentes tipos de trabalhadores.

Este capítulo começa explorando a natureza dessas oportunidades e desafios. Discute o desempenho real dos migrantes no mercado de trabalho de destino e seu impacto nos resultados dos trabalhadores locais não migrantes. Em seguida, o capítulo focaliza características específicas das economias locais que podem limitar os benefícios da migração no mercado de trabalho e/ou exacerbar seus desafios em cidades da

América Latina e do Caribe. O objetivo ao longo do texto é desvendar oportunidades para que os formuladores de políticas aproveitem os benefícios e atenuem os custos.

2.1. Como a migração cria oportunidades nos mercados de trabalho locais

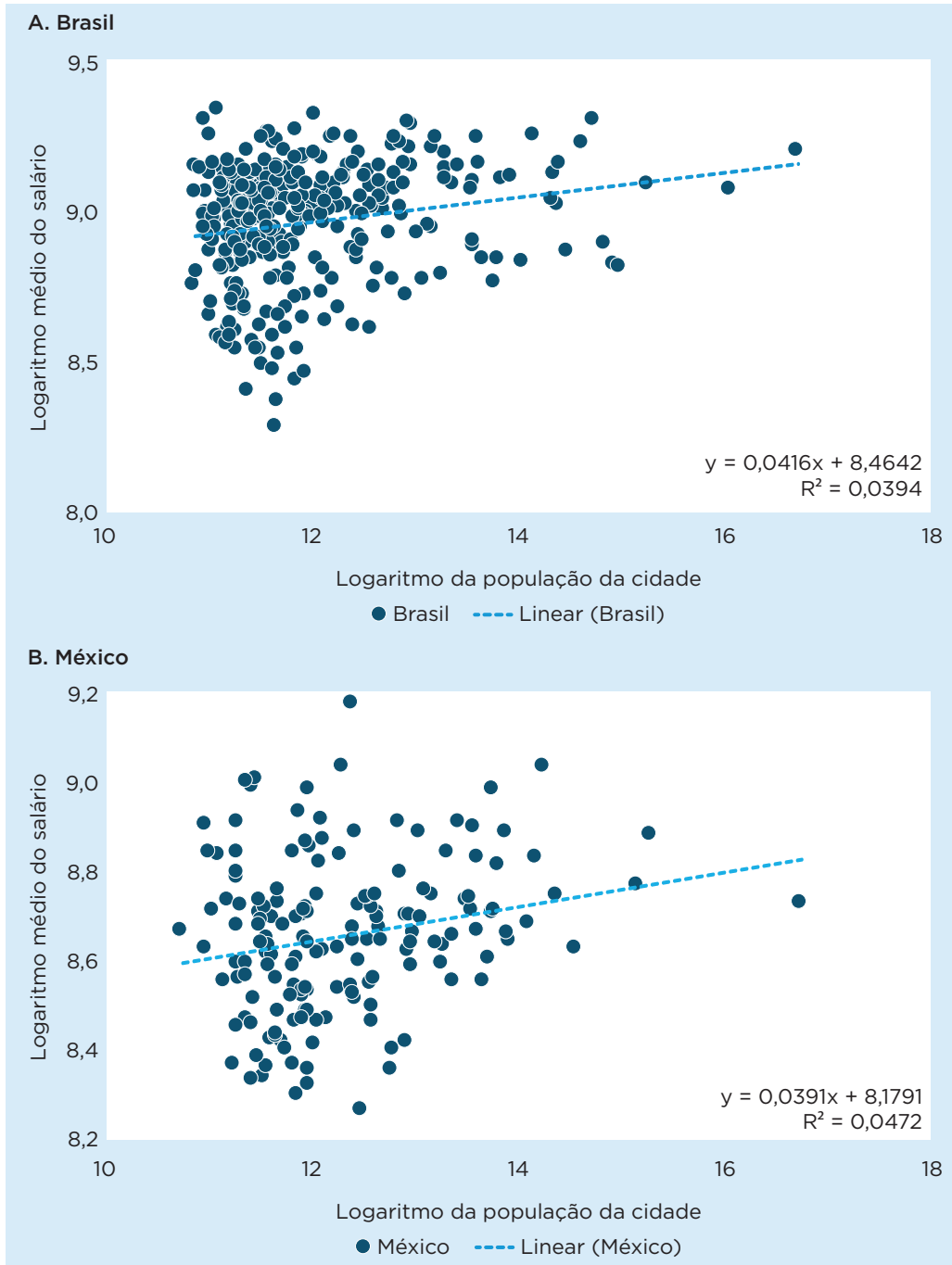
No longo prazo, a migração fomenta a produtividade e o crescimento nos mercados de trabalho locais. As evidências disponíveis destacam várias fontes significativas de oportunidades criadas pela migração, incluindo ganhos de produtividade decorrentes da maior aglomeração de trabalhadores. Igualmente importante é o potencial dos migrantes para melhorar os níveis de qualificação das economias locais e complementar a força de trabalho existente, rejuvenescer a força de trabalho local e estimular o crescimento da demanda por bens e serviços locais. Os migrantes também podem contribuir para o aumento do empreendedorismo, incentivando a inovação e o crescimento econômico. No nível nacional, a migração promove uma distribuição mais eficiente de trabalhadores nas diferentes regiões, o que aumenta a produtividade agregada e ajuda a reduzir desigualdades espaciais.

Economias de aglomeração

A migração aumenta o tamanho da força de trabalho local, o que, por sua vez, aumenta a produtividade dos trabalhadores e das empresas — um fenômeno comumente denominado “economias de aglomeração”. Esse conceito tem sido bem documentado por extensa pesquisa empírica.

Em estudos em todo o mundo, e usando uma variedade de medidas de produtividade, pesquisadores verificaram que trabalhadores e empresas tendem a ser mais produtivos em locais mais populosos. Alguns dos estudos (por exemplo, De la Roca e Puga 2017) se concentraram nos salários dos trabalhadores, observando que, para que empresas em um determinado local possam pagar a trabalhadores com características semelhantes um salário mais alto do que empresas em outros locais, os trabalhadores precisam produzir mais. Outros (como Combes et al. 2010 e Di Giacinto et al. 2014) mediram diretamente o valor que as empresas são capazes de extrair de seus insumos (conhecido como Produtividade Total dos Fatores, ou PTF) em diferentes locais. Independentemente da medida, as constatações tendem a ser semelhantes: duplicar a população de uma cidade aumenta a produtividade local entre 2 por cento e 10 por cento. Vários estudos mostram, de forma convincente, que essa relação é causal. Em outras palavras, o fato de uma cidade se tornar mais populosa *torna* trabalhadores e empresas mais produtivos (ver Combes e Gobillon 2015 para uma revisão das evidências).

Como mostra a Figura 2.1, nos dois países latino-americanos mais populosos, os salários individuais também estão fortemente associados ao porte da cidade. A figura

FIGURA 2.1 | Salários e população em áreas urbanas no Brasil e no México

Fonte: Cálculos dos autores, com base em microdados dos censos demográficos descritos no quadro 1.2.

Notas: A figura mostra a relação entre a população da cidade e o salário médio da cidade (ambos expressos em logaritmos) no Brasil e no México. Cada ponto representa uma área urbana com pelo menos 300 mil habitantes, das quais há 330 no Brasil (painel A) e 161 no México (painel B). A linha resume a relação entre as duas variáveis e é estimada com regressão linear.

mostra a correlação entre a população da cidade e os salários médios (ajustados pela escolaridade e experiência dos trabalhadores) em 330 cidades do Brasil (painel A) e 161 cidades do México (painel B), em 2010. A relação geral é positiva, embora mais fraca entre cidades menores, que podem ter níveis salariais pronunciadamente diferentes. A estimativa de regressão correspondente mostra que, em ambos os casos, a duplicação da população das cidades está associada a um aumento de 4 por cento nos salários médios.

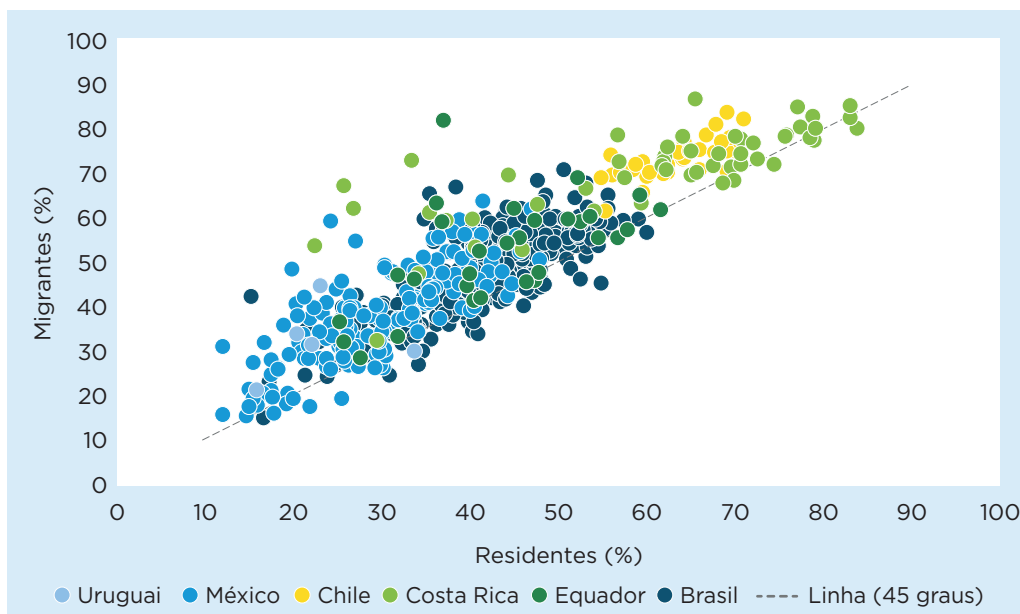
Vários estudos também encontraram evidências que corroboram uma relação causal entre o porte da cidade e os salários nominais na América Latina e no Caribe. Os efeitos estimados tendem a ser de tamanho semelhante aos de outros países de renda média e alta. O impacto da duplicação da população da cidade (aumento de 100 por cento) foi calculado em cerca de 5 por cento no Brasil (Chauvin et al. 2017; Silva e Azzoni 2022), Colômbia (Duranton 2016) e Peru (Bernedo Del Carpio e Patrick 2021; De la Roca, Parkhomenko e Velásquez-Cabrera 2023) e em uma amostra de 121 áreas urbanas da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México (Gómez-Lobo et al. 2022). Além disso, o impacto da duplicação da *densidade* populacional foi estimado em 7 por cento no Equador (Matano, Obaco e Royuela 2020) e 5 por cento em uma amostra de áreas subnacionais em 16 países da América Latina e do Caribe (Quintero e Roberts 2022).

Elevando o nível de qualificação e complementando a força de trabalho local

Além de criar economias de aglomeração, a migração urbana na América Latina representa uma oportunidade para as economias locais, visto que muitas vezes traz capital humano complementar ao dos trabalhadores locais. Ademais, na maioria das cidades da região, a migração melhora as qualificações médias da força de trabalho local, aumentando, assim, a produtividade e contribuindo para o crescimento no longo prazo.

A Figura 2.2 usa dados do censo de 2010 para comparar a escolaridade — com base na parcela de trabalhadores com pelo menos um diploma de ensino médio — por condição migratória (migrantes versus residentes), separadamente, para 613 cidades, sendo 330 no Brasil, 33 no Chile, 3 na Costa Rica, 30 no Equador, 161 no México, 50 no Peru e 6 no Uruguai. Cada marcador na figura representa uma cidade. Nas cidades localizadas na linha de 45 graus, os níveis de escolaridade de migrantes e residentes são semelhantes. Nas cidades acima da linha, os migrantes respondem por uma parcela maior de concludentes do ensino médio do que os residentes. A figura deixa claro que, na grande maioria dessas cidades, incorporar os migrantes à força de trabalho local implica aumentar a escolaridade média dos trabalhadores. Esse efeito não é impulsionado por migrantes internacionais, uma vez que os resultados são semelhantes se usamos apenas dados de migrantes internos. Ondas recentes de migração internacional (vindas, em particular, da Venezuela) podem acentuar ainda mais essa

FIGURA 2.2 | Concluintes do ensino médio em cidades da América Latina e do Caribe, por condição migratória



Fonte: Cálculos dos autores, com base em microdados dos censos demográficos descritos no quadro 1.2.

Notas: Essa figura mostra a proporção de indivíduos altamente qualificados (aqueles com pelo menos o ensino médio) na população em idade ativa, entre residentes e migrantes em sete países da América Latina. Cada ponto representa uma área urbana com pelo menos 300 mil habitantes, das quais há 330 no Brasil, 33 no Chile, 3 na Costa Rica, 30 no Equador, 161 no México, 50 no Peru e 6 no Uruguai. A linha de 45 graus mostra os pontos em que as parcelas de indivíduos altamente qualificados seriam as mesmas para os migrantes e para os residentes.

diferença, já que muitos desses migrantes eram significativamente mais escolarizados do que os locais (Olivieri et al. 2022).

Isso é importante porque o impacto da migração na receptividade de mercados de trabalho locais depende dos tipos de trabalhadores migrantes e residentes. Como trabalhadores do mesmo tipo tendem a competir por empregos semelhantes, a migração pode afetar negativamente os salários dos residentes cuja demografia, escolaridade e experiência de trabalho sejam semelhantes às dos migrantes (Dustmann, Schönberg e Stuhler, 2016). A migração pode, no entanto, ter implicações positivas para trabalhadores residentes com características diferentes. Quando os perfis de capital humano de migrantes e residentes diferem, o trabalho dos dois grupos pode ser mutuamente complementado, tornando ambos mais produtivos. Pesquisas recentes mostraram, por exemplo, que a migração de retorno dos Estados Unidos para cidades mexicanas tem um efeito positivo de curto prazo nos salários dos trabalhadores mexicanos residentes em ocupações diferentes das de migrantes retornados, e um efeito positivo de longo prazo no emprego geral nas indústrias locais que contratam retornados (Diodato, Hausmann e Neffke 2023). Estudos também mostraram que a disponibilidade

de imigrantes internacionais reduziu os custos de creches e aumentou a participação de mulheres locais de salários mais altos na força de trabalho em cidades dos Estados Unidos (Cortés e Tessada 2011), e de mulheres com filhos pequenos em Hong Kong (Cortés e Pan 2013). Hiller e Rodríguez Chatruc (2023) constataram que a imigração haitiana aumentou a participação de mulheres com dependentes e alto nível de escolaridade na força de trabalho na República Dominicana.

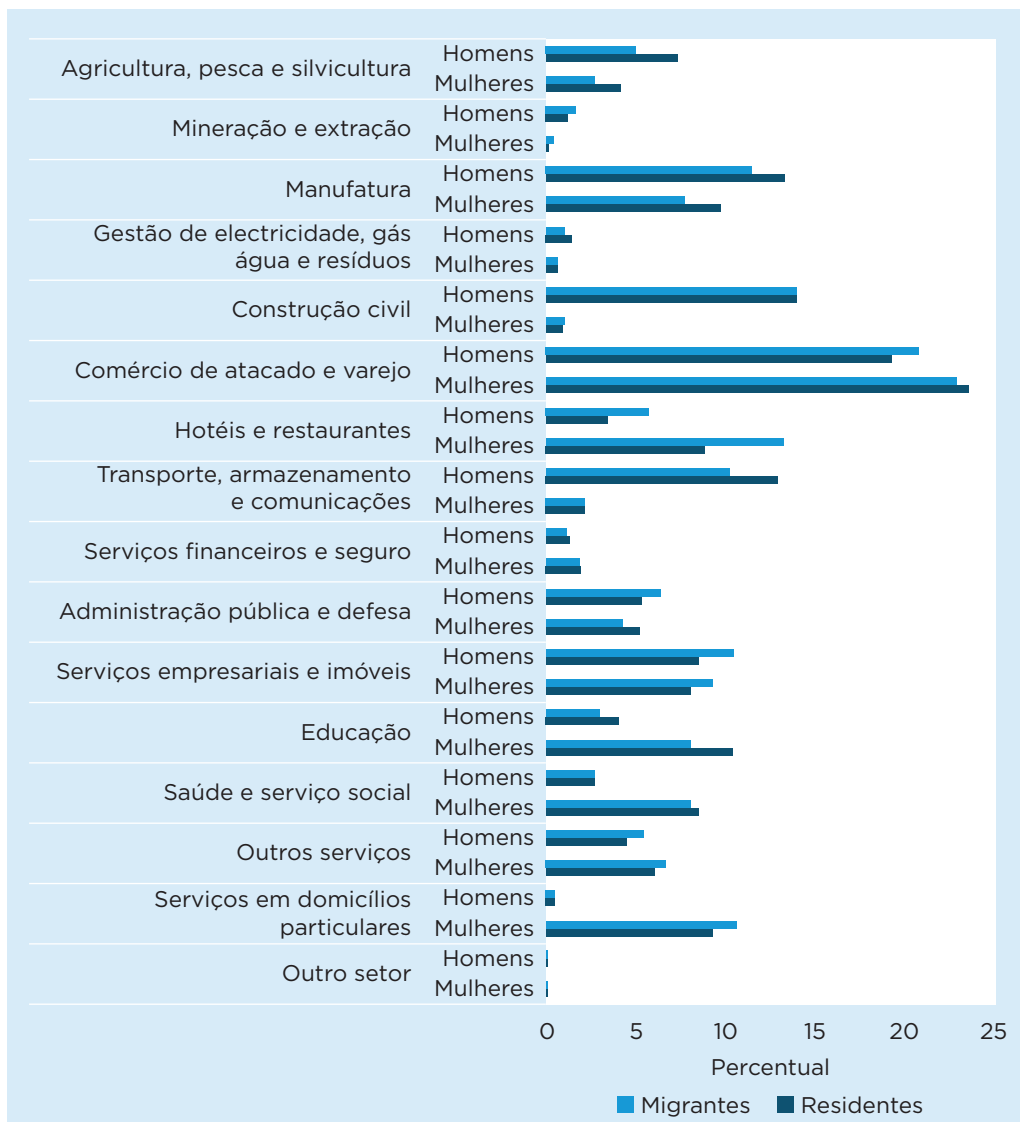
As evidências existentes sugerem que esses tipos de complementaridade podem, pelo menos em parte, já estar se materializando em áreas urbanas na América Latina e no Caribe. A figura 2.3 usa dados de pesquisas domiciliares de seis países para decompor a mão de obra de migrantes urbanos e residentes por setor de emprego. Embora a mão de obra migrante esteja presente em todos os setores nas economias urbanas desses países, os migrantes têm uma probabilidade desproporcionalmente maior de ser empregados em alguns setores do que em outros. Os setores específicos em que os migrantes se inserem variam de país para país, mas, na maioria dos casos, sua probabilidade de trabalhar em hotéis e restaurantes, serviços empresariais e varejo é maior. Além disso, as mulheres migrantes têm maior probabilidade de trabalhar em serviços domésticos.

Além disso, o acréscimo de trabalhadores qualificados à economia local provavelmente beneficia não apenas trabalhadores locais com habilidades complementares, mas também a produtividade geral da força de trabalho local. Vários estudos têm mostrado que, quando uma cidade expande sua parcela de trabalhadores com alto nível de escolaridade, outros trabalhadores aumentam sua produtividade, mesmo que não melhorem sua própria escolaridade — um efeito geralmente chamado de “transbordamentos de capital humano” (Chauvin et al. 2017; Falck, Fritsch e Heblich 2011; Moretti, 2004). Além disso, os níveis de capital humano local são um forte preditor de crescimento subsequente nas economias locais. Cidades e regiões mais escolarizadas, em países tanto ricos quanto pobres, tendem a crescer mais rapidamente do que as menos escolarizadas (Chauvin et al. 2017; Gennaioli et al., 2014).

Rejuvenescimento da força de trabalho

Outra fonte de oportunidades para as economias locais reside no perfil etário mais jovem dos migrantes em relação ao da população local. Como resultado, uma parcela maior da força de trabalho consegue participar da produção e do trabalho remunerado.

Os migrantes tendem a ser mais jovens do que a população média e a ter menos dependentes. O quadro 2.1 apresenta a “relação de dependência etária” — população com menos de 16 anos ou mais de 64 anos, expressa como um percentual da população em idade ativa entre 16 e 64 anos. Calculamos a relação de dependência etária entre populações urbanas residentes e migrantes em sete países da América Latina, usando dados de pesquisas domiciliares de 2019 e 2020. Em todos esses países, a rela-

FIGURA 2.3 | Setores de emprego nas áreas urbanas da América Latina e do Caribe, por condição migratória e gênero

Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados de pesquisas domiciliares do Chile (2017); Argentina, Bolívia e Uruguai (2019); e Colômbia e Peru (2020).

Notas: O percentual de trabalhadores empregados em cada setor é calculado por gênero e por condição migratória para indivíduos em idade ativa que viviam em áreas urbanas no momento da pesquisa. As classificações dos setores foram recodificadas a partir das classificações da pesquisa nacional original, a fim de torná-las comparáveis. A figura mostra a média ponderada das porcentagens dos países em nossa amostra, em que o peso é a população do país.

ção foi substancialmente maior para residentes do que para migrantes, embora seja importante notar que a diferença real no ônus econômico dos dependentes provavelmente é menor do que esses números sugerem, uma vez que muitos migrantes deixam

TABELA 2.1 | Relação de dependência etária, por condição migratória

	Residentes	Migrantes
Média de sete países	0,42	0,26
Argentina	0,44	0,16
Bolívia	0,41	0,31
Chile	0,43	0,28
Colômbia	0,39	0,31
Peru	0,43	0,32
Paraguai	0,38	0,24
Uruguai	0,44	0,28

Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados de pesquisas domiciliares de 2020 para todos os países, exceto Bolívia e Uruguai, com dados de 2019.

Notas: A relação de dependência etária é definida como a soma da população com idades entre 0 e 15 anos e a população com 65 anos ou mais, dividida pela população com idades entre 16 e 64 anos. O cálculo considera apenas os indivíduos que declararam residir em áreas urbanas. A média dos sete países é uma média ponderada, em que o peso é a população do país.

os dependentes em seus locais de origem e enviam remessas para casa. Em média, verificamos que cada 100 residentes urbanos em idade ativa nesses países sustentavam 42 dependentes, enquanto cada 100 migrantes urbanos sustentavam 26 dependentes em suas cidades de destino. A diferença entre residentes e migrantes variou de 11 dependentes por 100 pessoas, na Bolívia, a 28 por 100, na Argentina.

A migração urbana, portanto, rejuvenesce as populações e as forças de trabalho das cidades anfitriãs. Isso cria um “dividendo demográfico”: há mais trabalhadores no apogeu da idade ativa, e muitos deles têm menos pessoas para sustentar economicamente em suas cidades de destino, o que significa que mais recursos locais estão disponíveis para gastos em bens e serviços, poupança ou investimentos.

Estimulando a demanda por mão de obra local

Outro benefício da migração é que ela expande a demanda local geral por bens e serviços, promovendo a criação de empregos. Os migrantes são consumidores; compram ou alugam moradias; compram alimentos, roupas e móveis em lojas locais; e consomem transporte, entretenimento e serviços profissionais. Isso pode ajudar a acelerar a criação de empregos locais. Usando dados de censos dos EUA entre 1980 e 2000, por exemplo, Hong e McLaren (2015) estimaram que cada imigrante cria, em média, 1,2 emprego local, principalmente por meio do consumo de serviços locais. A maioria desses empregos vai para residentes.

Evidências dos Estados Unidos também sugerem que a migração pode ter efeitos positivos no mercado de trabalho, por meio do mercado imobiliário. Howard (2020)

verificou que a migração interna nos Estados Unidos reduz o desemprego nas cidades de destino durante vários anos, efeito em grande parte impulsionado por dois mecanismos. Em primeiro lugar, a migração aumenta a demanda por moradia, expandindo a atividade de construção local e aumentando vagas de emprego na construção. Em segundo lugar, no longo prazo, os aumentos dos preços de moradia levam a um crescimento mais rápido do emprego em setores não-comercializáveis (incluindo varejo e serviços pessoais). No entanto, é importante notar que os mercados imobiliário e financeiro na América Latina e no Caribe são menos desenvolvidos do que nos Estados Unidos, o que pode restringir a capacidade de transformar a valorização imobiliária em renda líquida e, em última análise, estimular a demanda por trabalho.

Empreendedorismo

A migração pode melhorar as economias locais ao fomentar a atividade empresarial. Evidências substanciais mostraram que a migração internacional tem esse efeito em países de alta renda. Estudos realizados em países como Austrália, Canadá, Reino Unido e Estados Unidos verificaram, de forma consistente, que migrantes internacionais têm maior probabilidade de possuir empresas do que os locais (Fairlie e Lofstrom 2015). A imigração também tem sido uma fonte importante de empreendedorismo na América Latina. Maloney e Zambrano (2022) usaram dados históricos — principalmente do final do século 19 e início do século 20 — para mostrar que a parcela de imigrantes proprietários de empresas era sistematicamente maior do que sua parcela na população na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México.

No entanto, nos últimos anos a situação parece ter mudado. A Tabela 2.2 compara a parcela de empregadores entre migrantes (incluindo nacionais e internacionais) com aquela entre residentes, usando dados de pesquisas domiciliares realizadas em 2019 e 2020. Nos sete países analisados, a probabilidade de migrantes urbanos — com níveis de escolaridade altos e baixos — serem empregadores era cerca de 25 por cento menor do que a de residentes urbanos. A maior lacuna nessa amostra ocorreu entre trabalhadores de baixa escolaridade no Paraguai, onde 5,4 por cento dos trabalhadores residentes eram empregadores, em comparação com apenas 1,1 por cento entre trabalhadores migrantes. Somente em três países, e apenas entre trabalhadores de baixa escolaridade, esse padrão amplo foi diferente: na Bolívia e no Peru, onde não houve diferença estatisticamente significativa na probabilidade de migrantes de baixa escolaridade e residentes de baixa escolaridade serem empregadores, e no Chile, onde migrantes de baixa escolaridade tinham realmente maior probabilidade de serem empregadores do que residentes de baixa escolaridade.

Pesquisas recentes sugerem que, no caso de migrantes internacionais, essa lacuna de empreendedorismo está relacionada com barreiras jurídicas à participação em merca-

TABELA 2.2 | Probabilidade de trabalhadores serem empregadores, por condição migratória e escolaridade

	Residentes		Migrantes	
	Menos que o ensino médio	Ensino médio ou mais	Menos que o ensino médio	Ensino médio ou mais
Média de sete países	4,0%	4,1%	3,0%	3,2%
	(0,083%)	(0,059%)	(0,326%)	(0,210%)
Argentina	2,2%	3,5%	1,2%	2,4%
	(0,114%)	(0,102%)	(0,687%)	(0,511%)
Bolívia	14,3%	10,3%	15,8%	8,8%
	(0,497%)	(0,340%)	(2,704%)	(1,449%)
Chile	5,4%	3,8%	6,0%	3,2%
	(0,203%)	(0,097%)	(0,696%)	(0,204%)
Colômbia	3,6%	3,2%	1,4%	2,7%
	(0,177%)	(0,108%)	(0,285%)	(0,247%)
Peru	2,5%	3,5%	2,5%	3,0%
	(0,164%)	(0,126%)	(0,811%)	(0,434%)
Paraguai	5,4%	6,7%	1,1%	3,6%
	(0,539%)	(0,511%)	(0,908%)	(1,249%)
Uruguai	2,7%	4,8%	1,5%	2,6%
	(0,108%)	(0,172%)	(0,337%)	(0,395%)

Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados de pesquisas domiciliares de 2020 para todos os países, exceto Bolívia e Uruguai, com dados de 2019.

Notas: O cálculo da parcela de trabalhadores que eram empregadores considerou apenas os indivíduos que estavam empregados e declararam residir em áreas urbanas. A média de sete países é uma média ponderada, em que o peso é a população do país. Os desvios-padrão das estimativas são apresentados entre parênteses.

dos de trabalho locais. Bahar, Cowgill e Guzmán (2023) verificaram que a anistia de 2018 para migrantes venezuelanos não documentados aumentou a taxa de empreendedorismo entre migrantes de 0,3 por cento para 0,8 por cento, três a quatro anos após a emissão dos vistos de trabalho, colocando-a ligeiramente acima da taxa média nacional de 0,7 por cento. No entanto, os migrantes internos, que não enfrentam esse tipo de restrição legal, parecem ser menos empreendedores. Imbert e Ulyssea (2023) constataram, por exemplo, que embora a migração rural tenha levado à entrada mais rápida de empresas formais nas cidades brasileiras, essas novas empresas não foram criadas pelos próprios migrantes.

Produtividade agregada e desigualdades entre cidades

Além das oportunidades que pode abrir para receber economias locais, a migração pode ser benéfica para a economia de um país como um todo. Quando tomam a deci-

são de migrar com base nas oportunidades disponíveis em seus locais atuais em relação às existentes em seus destinos, as pessoas normalmente se mudam de locais onde os salários e o emprego estão estagnados, para locais onde os salários e/ou o emprego estão crescendo. Dessa forma, a migração transfere trabalhadores de locais onde estão sendo menos produtivos, para locais onde se tornam mais produtivos, e a produtividade geral do país aumenta. Bryan e Morten (2019) estimaram que, na Indonésia, reduzir as barreiras migratórias a níveis semelhantes aos dos Estados Unidos aumentaria a produtividade média nacional em 7,1 por cento.

Além disso, à medida que os migrantes se mudam para um país, o crescimento salarial pode aumentar em seus locais de origem. Isso ocorre porque a mão de obra nesses locais se torna mais escassa à medida que alguns trabalhadores saem, e os que permanecem enfrentam menos concorrência por empregos (Chauvin et al. 2017; Moretti, 2011; Glaeser e Gottlieb 2009). Por meio desse mecanismo, a migração atua como uma força promotora de maior igualdade entre cidades de um mesmo país.

2.2. Desafios

Embora crie oportunidades substanciais nos mercados de trabalho de destino, a migração pode trazer desafios que afetam desproporcionalmente os segmentos mais vulneráveis da população local.

Concorrência no mercado de trabalho com residentes e desigualdade dentro das cidades

Um desafio importante imposto pelo aumento da migração urbana é a exacerbação da desigualdade dentro das cidades. De fato, uma das principais preocupações dos formuladores de políticas nas cidades que recebem fluxos de migrantes é que os recém-chegados possam “tirar” oportunidades de trabalho dos moradores locais e, em última análise, prejudicar a economia local. Essas preocupações são compreensíveis. Afinal, os fluxos de migrantes representam um aumento do número de pessoas disponíveis para trabalhar, e o número de empregos disponíveis pode não crescer no mesmo ritmo, pelo menos no curto prazo.

Como discutido mais detalhadamente na seção 2.3, as evidências sugerem que, mesmo que os efeitos da migração nos salários e no emprego sejam, em média, marginais, podem ser prejudiciais para grupos específicos de trabalhadores, especialmente aqueles menos qualificados. Isso pode reduzir o padrão de vida da população residente mais vulnerável, agravando a pobreza e a desigualdade. Trabalhadores locais pouco qualificados têm maior probabilidade de ter seus salários reduzidos se os migrantes também forem menos qualificados, ou se forem mais qualificados, mas estiverem

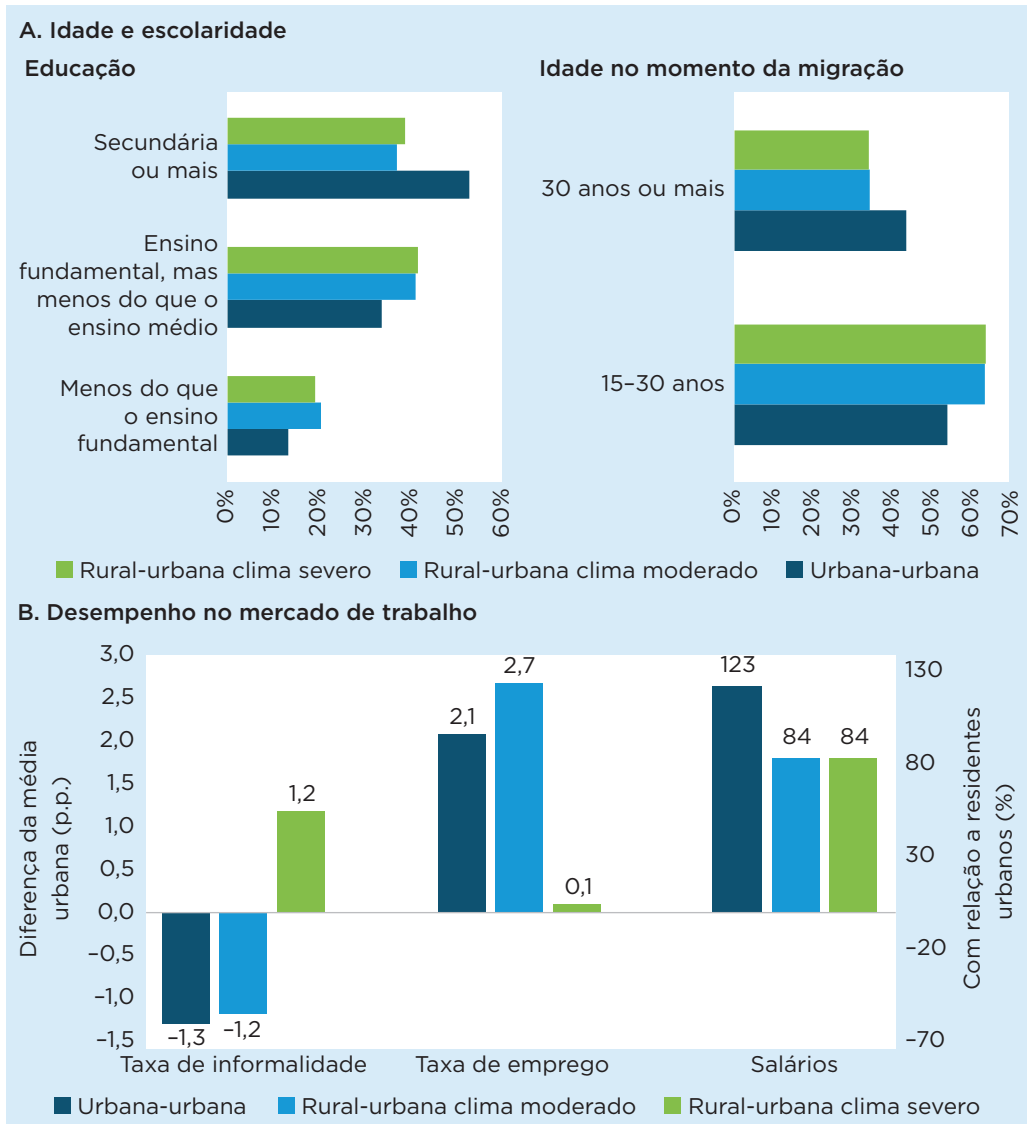
dispostos a aceitar empregos com qualificações mais baixas. Além disso, os residentes socioeconomicamente vulneráveis podem ser excluídos de outros efeitos positivos da migração. A diminuição dos preços, por exemplo, de certos bens e serviços — como construção e serviços domésticos —, cujos provedores empregam desproporcionalmente mão de obra migrante, tem maior probabilidade de beneficiar famílias que demandam esses tipos de bens e serviços, que tendem a ter rendas mais altas (Cortes, 2008). Ao mesmo tempo, residentes altamente qualificados são mais propensos a receber os benefícios de produtividade de trabalhadores complementares. Os efeitos positivos da imigração haitiana na participação de mulheres altamente qualificadas na força de trabalho na República Dominicana, por exemplo, como documentado por Hiller e Rodríguez Chatruc (2022), foram acompanhados por efeitos negativos nos salários e no emprego entre mulheres locais com baixos níveis de escolaridade.

Aumentos prováveis da migração forçada

Outro desafio fundamental enfrentado pelas cidades que recebem fluxos migratórios é o aumento potencial da migração forçada, causada por fatores como conflitos internos ou maior frequência e gravidade de eventos climáticos extremos como inundações, secas ou temperaturas extremas. Embora os migrantes para as cidades latino-americanas nas últimas décadas tenham sido, em média, mais qualificados do que os residentes, uma aceleração da migração forçada pode reverter essa tendência, diminuindo a contribuição potencial dos migrantes para a produtividade do trabalho local.

As restrições quanto ao momento de suas mudanças e seus destinos diferenciam migrantes forçados de migrantes econômicos regulares, muitas vezes levando-os a se estabelecer em áreas com demanda limitada por suas habilidades. Além disso, em comparação com migrantes históricos, os migrantes forçados podem ter menos qualificações, o que pode dificultar suas perspectivas de sucesso nos mercados de trabalho urbanos. Em consonância com essa observação, Calderón-Mejía e Ibáñez (2016) constataram que os migrantes deslocados pela violência na Colômbia tinham, em média, menos escolaridade do que os residentes urbanos. Usando dados de Busso e Chauvin (2023), a Figura 2.4 fornece evidências mostrando essa constatação para migrantes deslocados pelo clima no Brasil. A figura compara os perfis demográficos e os resultados no mercado de trabalho de migrantes urbanos, de acordo com seus locais de origem: cidades, áreas rurais com clima moderado nos anos anteriores à migração e áreas rurais com clima severo no mesmo período.

Enquanto os migrantes rurais eram significativamente mais jovens e menos escolarizados do que os migrantes urbanos-urbanos em geral (Figura 2.4, painel A), aqueles provenientes de origens de clima severo eram apenas marginalmente mais jovens e tinham níveis de escolaridade semelhantes aos de outros migrantes rurais. A figura 2.4,

FIGURA 2.4 | Desempenho do mercado de trabalho de migrantes de diferentes origens no Brasil

Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados de Busso e Chauvin 2023.

Notas: As áreas urbanas incluem todos os municípios pertencentes a áreas urbanas de deslocamento (“arranjos populacionais”), conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Migrantes urbanos-urbanos são aqueles que chegam às áreas urbanas vindos de outras áreas urbanas. Migrantes rurais-urbanos de origens climáticas moderadas são definidos como aqueles provenientes de municípios rurais onde a *secura* — medida pelo Índice de Evapotranspiração de Precipitação Padronizada (SPEI) — estava a menos de um desvio padrão da média histórica nos três anos anteriores à migração. Os migrantes rurais-urbanos de origens de clima severo vêm de municípios com *secura* a mais de um desvio padrão da média histórica nos três anos anteriores à migração. As variáveis de capital humano (painel A) refletem as características dos migrantes no momento da migração. O cálculo do nível de escolaridade antes da migração é baseado em uma amostra restrita a indivíduos com 18 anos ou mais no momento da migração (uma vez que os indivíduos deverão ter concluído o ensino médio no Brasil nessa idade). Todas as variáveis do mercado de trabalho (painel B) são computadas para indivíduos em idade ativa a partir do Censo de 2010. Os trabalhadores são considerados informais se não tiverem carteira de trabalho assinada ou se forem autônomos.

painel B, indica que migrantes rurais-urbanos tinham salários semelhantes em 2010, quer viessem de municípios rurais de clima moderado ou severo, e ambos os grupos ganhavam significativamente menos em seus destinos do que os migrantes urbanos-urbanos.¹ Aqueles provenientes de municípios rurais de clima extremo, no entanto, tinham uma probabilidade notavelmente menor de ser empregados e maior de trabalhar no setor informal. Isso sugere que, além da escolaridade formal, os migrantes rurais deslocados pelo clima têm algumas características de capital humano, como má qualidade da educação ou menos redes sociais, que afetam sua empregabilidade urbana. Se a migração tiver maior probabilidade de diminuir do que de aumentar os níveis gerais de capital humano das economias urbanas de destino na América Latina e no Caribe, poderá prejudicar as perspectivas de crescimento futuro para essas cidades.

2.3. Migrantes nos mercados de trabalho de destino

Resultados no mercado de trabalho de migrantes urbanos

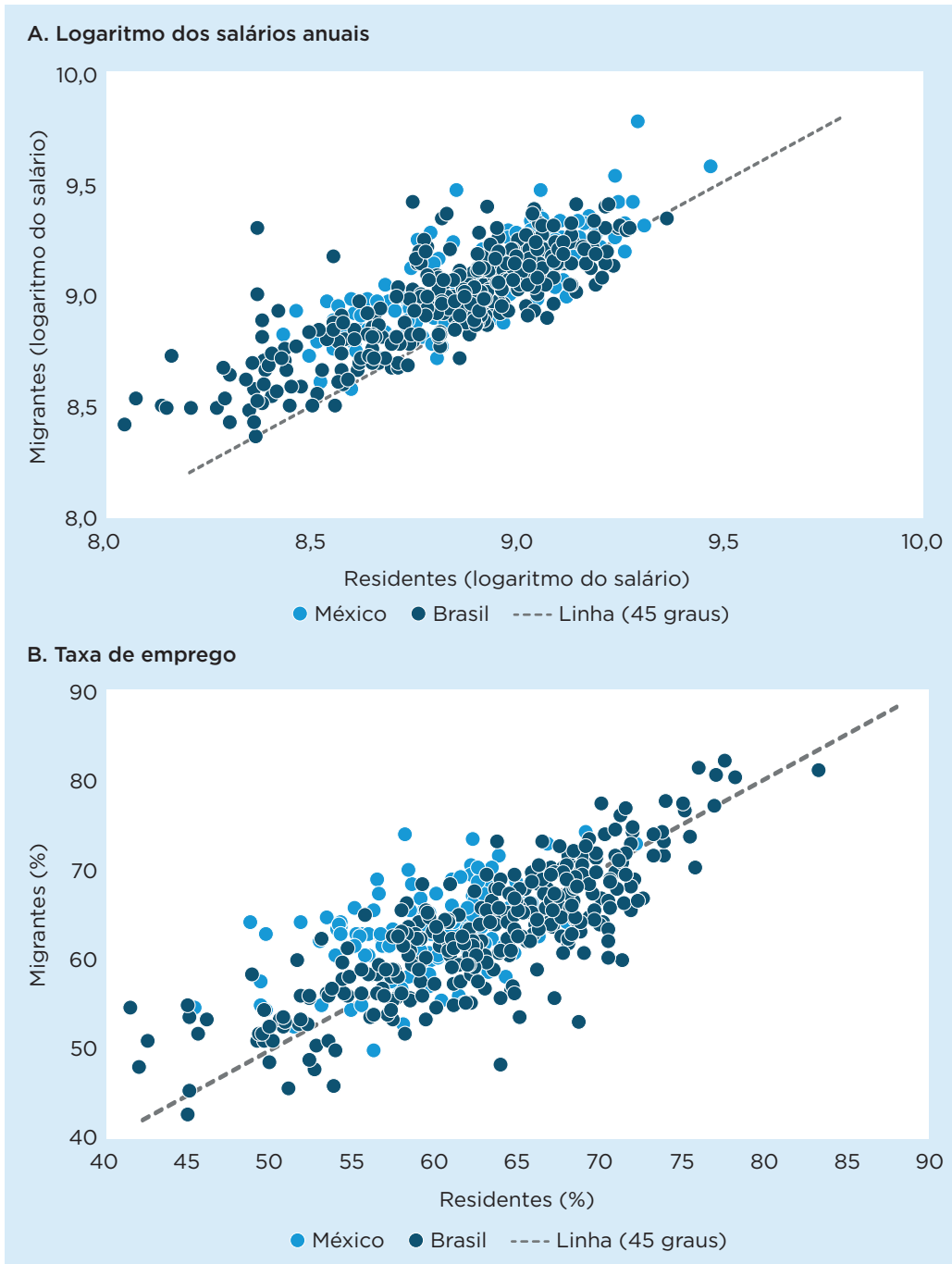
A Figura 2.5 compara os resultados de migrantes com os de residentes em 491 cidades do Brasil e do México, usando dados censitários de 2010.² O número mostra que, como esperado, os resultados no mercado de trabalho dos migrantes estão estreitamente ligados às oportunidades disponíveis em seus mercados de trabalho de destino. Nos mercados de trabalho em que os salários e as taxas de emprego dos residentes são mais altos, o mesmo ocorre com os migrantes.

Na maioria das cidades incluídas na Figura 2.5, os migrantes que encontraram emprego tinham maior probabilidade de trabalhar no setor formal e ganhar salários mais altos do que os residentes empregados. Isso provavelmente estava relacionado com os níveis mais altos de capital humano que os migrantes traziam consigo, em média. Além disso, os migrantes em idade ativa eram mais propensos a participar da força de trabalho. Dito isso, migrantes e residentes tendiam a ter taxas de emprego semelhantes (ou seja, parcelas semelhantes da população em idade ativa estavam empregadas), sugerindo que uma parcela maior de migrantes do que de residentes procurava, mas não conseguia encontrar emprego no mercado de trabalho local. Como discutido na seção 2.5, uma possível explicação para essa situação é a falta de redes locais dos migrantes, o que lhes dificulta encontrar empregos adequados, mesmo que possuam todas as qualificações necessárias e sejam tão ou mais produtivos do que candidatos a emprego mais bem conectados.

1 Em contraste, Mueller e Osgood (2009), usando dados de pesquisas brasileiras da década de 1990, constataram que choques de precipitação de curto prazo em áreas rurais poderiam reduzir as oportunidades econômicas nas economias rurais de origem dos migrantes, tornando-os mais propensos a aceitar salários mais baixos após migrarem para a cidade.

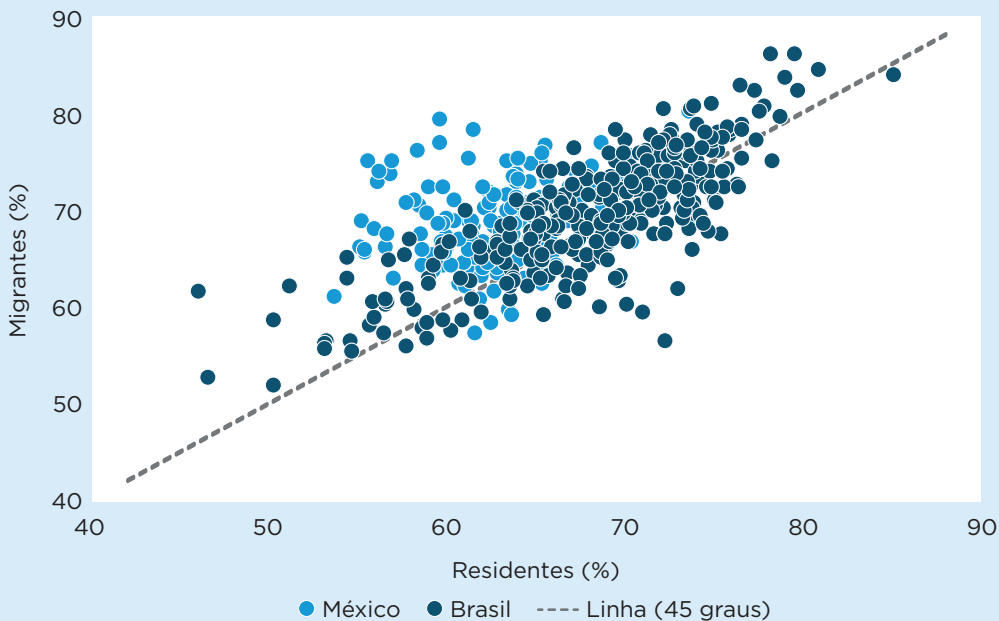
2 No momento da publicação, 2010 era o último ano censitário disponível para o Brasil, e usamos o mesmo ano para os dois países, a fim de facilitar comparações. A análise dos dados do censo de 2020 disponibilizados pelo México produziu resultados muito semelhantes aos relatados na Figura 2.5 para 2010.

FIGURA 2.5 | Resultados no mercado de trabalho em cidades brasileiras e mexicanas, por condição migratória

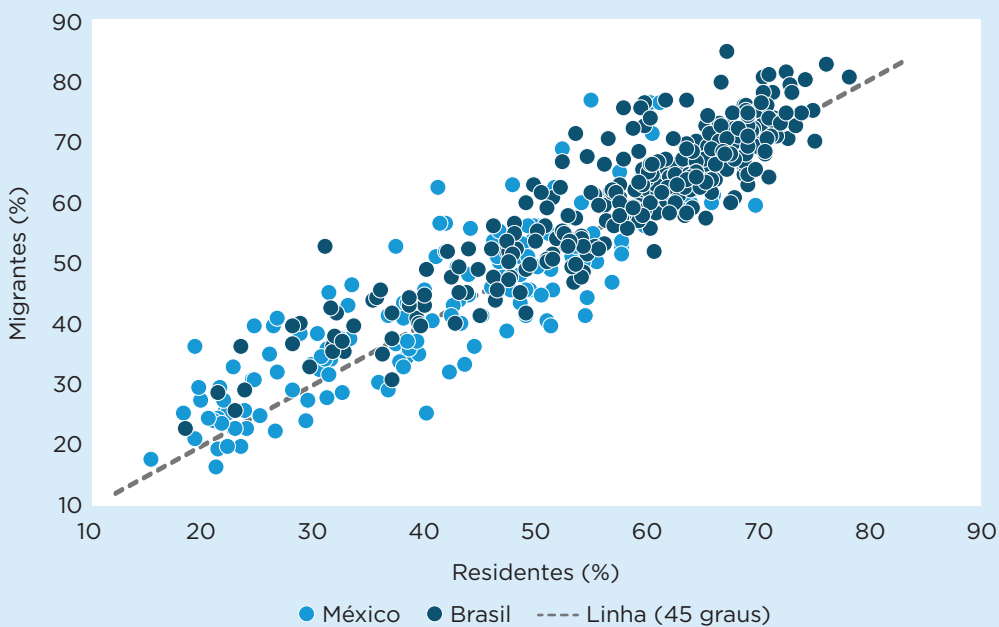


(continua na página seguinte)

C. Taxa de participação na força de trabalho



D. Formalidade

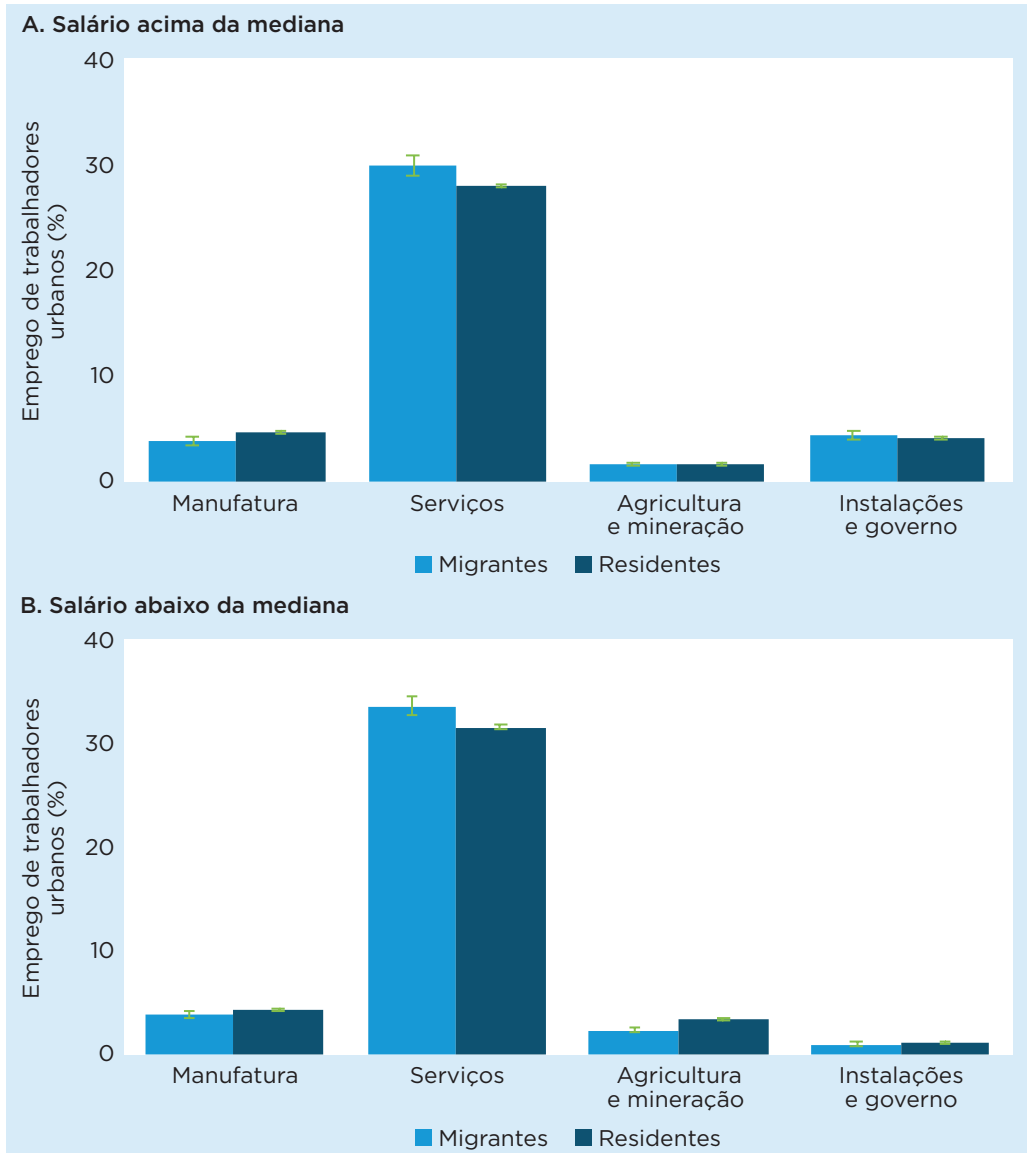


Fonte: Cálculos dos autores, com base em microdados dos censos demográficos descritos no quadro 1.2.

Notas: Cada ponto da figura representa uma área urbana de pelo menos 300 mil habitantes, das quais há 330 no Brasil e 161 no México. A linha de 45 graus mostra os pontos em que o valor para os migrantes seria o mesmo que para os residentes.

A Figura 2.6 decompõe a distribuição do emprego de migrantes urbanos e residentes durante o período 2017-20, usando dados de pesquisas domiciliares de seis países

FIGURA 2.6 | Emprego de trabalhadores urbanos, por ocupação e condição migratória



Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados de pesquisas domiciliares do Chile (2017); Argentina, Bolívia e Uruguai (2019); e Colômbia e Peru (2020).

Notas: O percentual de trabalhadores empregados em cada setor foi calculado por gênero e condição migratória para indivíduos em idade ativa que viviam em áreas urbanas no momento da pesquisa. Os valores agregados são médias ponderadas entre os países incluídos na amostra, onde o peso é a população do país. As classificações do setor foram recodificadas a partir das classificações das pesquisas nacionais originais, a fim de torná-las comparáveis.

da América Latina. A maioria dos trabalhadores urbanos nesses países tinha empregos no setor de serviços, com uma probabilidade maior para migrantes em relação aos residentes, e a maioria em ocupações com salários abaixo da mediana. Enquanto isso, os residentes tinham maior probabilidade do que os migrantes de trabalhar no setor manufatureiro, em ocupações com salários acima da mediana.

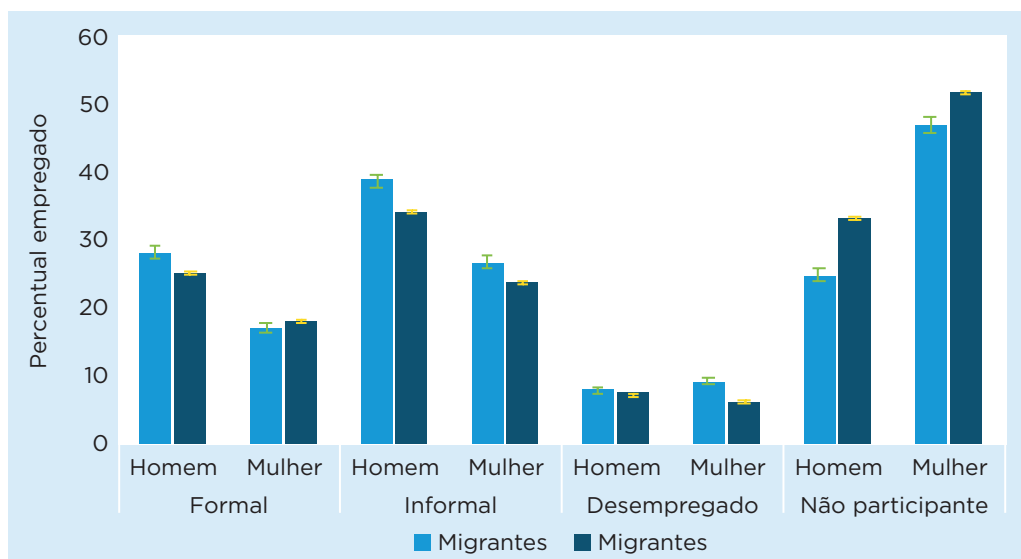
Diferenças de gênero

Embora os migrantes do sexo masculino tendam a se sair bem em seus mercados de trabalho de destino — particularmente aqueles que conseguem garantir emprego — o mesmo não se aplica às mulheres. A Figura 2.7 decompõe os resultados no mercado de trabalho urbano por gênero e condição migratória, usando dados de pesquisas domiciliares de nove países da América Latina.

Embora os migrantes urbanos nesses países tenham, em média, maior probabilidade de participar da força de trabalho local do que os residentes, essa diferença é menos pronunciada entre as mulheres. Os migrantes do sexo masculino têm uma probabilidade oito pontos percentuais maior de procurar emprego do que os residentes do sexo masculino, enquanto entre as migrantes mulheres essa probabilidade é apenas cinco pontos percentuais maior do que entre as residentes. Entre aqueles que participam do mercado de trabalho, os migrantes homens tendem a ser mais bem-sucedidos do que as migrantes mulheres na obtenção de empregos, com a taxa de desemprego entre migrantes estatisticamente igual à de residentes entre os homens e quase três pontos percentuais maior entre as mulheres. E entre os migrantes que encontram emprego, os homens têm maior probabilidade do que as mulheres de obter empregos formais. Em média, os trabalhadores migrantes do sexo masculino têm uma probabilidade três pontos percentuais *maior* de obter empregos formais do que os residentes do sexo masculino, enquanto entre as migrantes mulheres, essa probabilidade é um ponto percentual *menor* do que entre as residentes mulheres.

Esses padrões podem ser explicados, pelo menos em parte, pela divisão do trabalho doméstico de acordo com papéis tradicionais de gênero e pelo fato de que as famílias migrantes têm menos acesso do que os residentes a redes informais de apoio, como outros parentes e amigos residindo nas proximidades. Em um estudo de migrantes internacionais nos Estados Unidos, Ribar (2013) recorreu a pesquisas de uso do tempo para mostrar que as mulheres imigrantes dedicavam mais tempo às atividades domésticas do que as mulheres nativas. As responsabilidades domésticas limitavam os horários e locais em que as migrantes mulheres estavam disponíveis para trabalhar, reduzindo sua empregabilidade e sua probabilidade de encontrar empregos formais, que muitas vezes ficavam distantes de suas residências.

FIGURA 2.7 | Situação empregatícia em áreas urbanas da América Latina e do Caribe, por gênero e condição migratória



Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados de pesquisas domiciliares de 2020 para Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru e 2019 para Bolívia e Uruguai.

Notas: A figura mostra a taxa média de participação na força de trabalho entre indivíduos em idade ativa que vivem em áreas urbanas em nove países da América Latina e do Caribe. A figura mostra a média ponderada das porcentagens dos países em nossa amostra, em que o peso é a população do país.

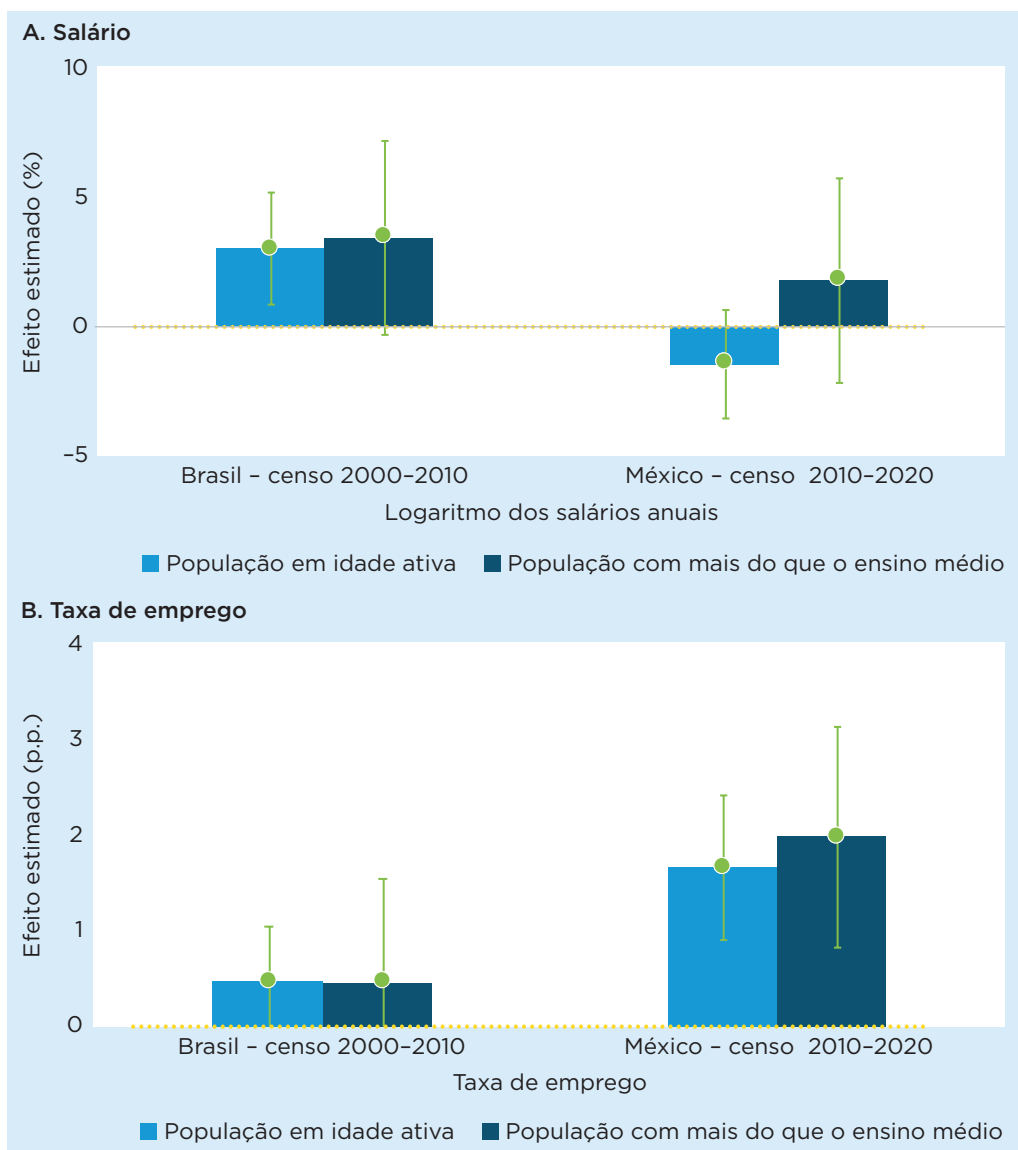
2.4. Impactos nos resultados no mercado de trabalho dos residentes

Embora as preocupações com os efeitos negativos da migração nos resultados no mercado de trabalho dos residentes sejam compreensíveis, evidências empíricas sugerem que elas são, em média, relativamente pequenas nas cidades latino-americanas. Esse fato é corroborado pelas constatações apresentadas na Figura 2.8, que compara os resultados do mercado de trabalho de residentes de cidades com grandes fluxos migratórios (acima da mediana) com aqueles em cidades com fluxos menores (abaixo da mediana), durante períodos de dez anos, no Brasil (2000 a 2010) e no México (2010 a 2020). A análise apresentada incluiu migrantes nacionais e internacionais e foi realizada separadamente para todos os indivíduos em idade ativa e para aqueles com pelo menos o diploma de ensino médio.

Uma questão importante a ser considerada em comparações como as da Figura 2.8 é que a própria migração pode ser afetada pelas condições econômicas locais, já que os migrantes muitas vezes se mudam para cidades que já oferecem salários mais altos e mais oportunidades de emprego. Isso significa que parte da migração observada é, na verdade, uma consequência — e não uma causa — de bons resultados no mercado

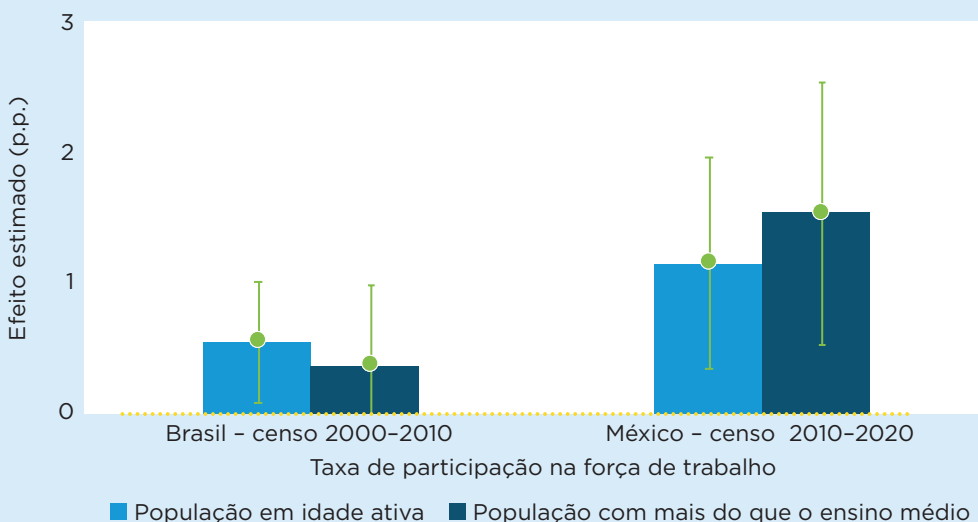
de trabalho. Para abordar essa preocupação, a análise recorreu a uma técnica estatística denominada “pareamento por escore de propensão” (“*propensity score matching*”), detalhada nas notas abaixo da Figura 2.8. A ideia foi inicialmente identificar as cidades mais propensas a receber altos níveis de migração na próxima década, com base em suas características antes da migração, incluindo tamanho da população, salários médios, taxa de emprego e taxa de participação na força de trabalho. Em seguida, a análise com-

FIGURA 2.8 | Resultados no mercado de trabalho de residentes de cidades no Brasil e no México, por exposição à imigração

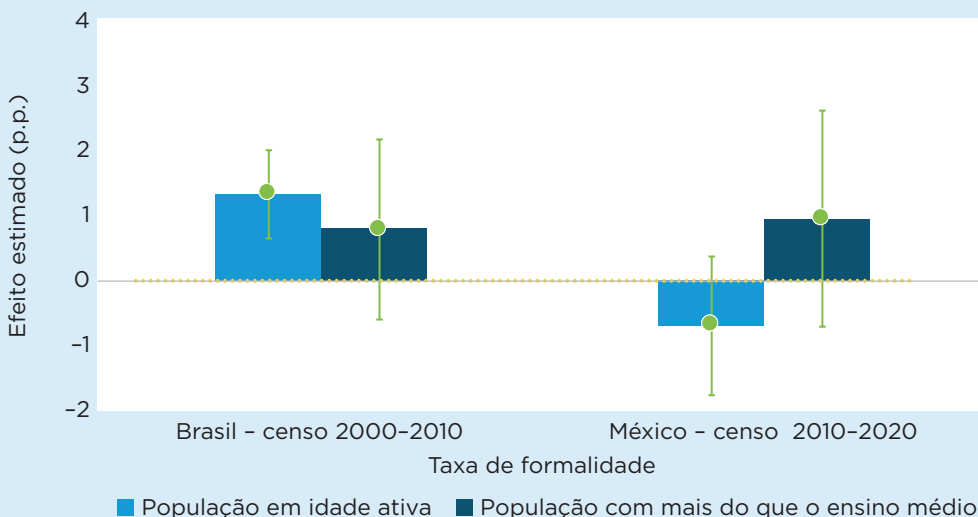


(continua na página seguinte)

C. Taxa de participação na força de trabalho



D. Taxa de formalidade



Fonte: Cálculos dos autores, com base em microdados dos dois censos populacionais indicados na figura.

Notas: A análise usou dados censitários de 2000 e 2010 no Brasil e de 2010 e 2020 no México, para estimar as diferenças nos resultados do mercado de trabalho entre as cidades que experimentaram fluxos significativos de migrantes (acima da mediana) e aquelas com fluxos menores (abaixo da mediana), durante a década correspondente. A altura da barra denota os efeitos estimados, e as linhas verticais denotam intervalos de confiança. As estimativas são geradas usando um método denominado "pareamento por escore de propensão" ("propensity score matching"). O processo começa empregando regressão logística para prever a probabilidade de uma cidade ter um alto fluxo de migrantes durante a década subsequente, com base em dados do ano inicial da década. Isso inclui variáveis como o logaritmo da população da cidade, o logaritmo do salário médio, a taxa de emprego e a taxa de participação na força de trabalho. Essa análise produz um escore que indica a probabilidade de uma cidade ter altos níveis de migração, dadas suas características no ano-base. Finalmente, as estimativas do efeito da migração nos resultados no mercado de trabalho dos residentes são obtidas comparando-se esses resultados em cidades que tiveram pontuações semelhantes, mas acabaram recebendo níveis diferentes de migração. O crescimento salarial é medido como a diferença no logaritmo dos salários dos residentes entre o último e o primeiro ano da década. Isso significa que o efeito estimado é medido em termos de variações percentuais. Os outros três resultados são medidos como a diferença em taxas entre o ano final e o ano inicial e são expressos em termos de diferenças de pontos percentuais entre cidades com alta e baixa migração.

parou os resultados no mercado de trabalho de residentes dessas cidades, que eram semelhantes nessas condições iniciais, mas receberam níveis diferentes de migração.

Começando com o crescimento salarial, as constatações indicaram pequenas diferenças entre as cidades com fluxos migratórios acima e abaixo da mediana. No Brasil, de 2000 a 2010, o crescimento salarial foi 2,9 por cento maior em cidades com grande fluxo migratório e 3,4 maior para trabalhadores com ensino médio, como mostra o painel A da Figura 2.8. Essa diferença foi estatisticamente significativa, mas relativamente pequena. Em contraste, no México, de 2010 a 2020, o crescimento salarial não foi estatisticamente diferente nas cidades com maiores fluxos migratórios do que naquelas com menores fluxos migratórios.

No que diz respeito a resultados de emprego, os efeitos da migração foram geralmente positivos, embora relativamente pequenos. Não foram observadas diferenças significativas no crescimento das taxas de emprego entre cidades com mais ou menos migração no Brasil, enquanto no México, os residentes de cidades com alta imigração experimentaram taxas de emprego mais altas (crescimento de 1,7 ponto percentual, em média, e de 1,9 ponto percentual entre aqueles com ensino médio), em relação às cidades com baixa migração (Figura 2.8, painel B).

Com relação à participação na força de trabalho (painel C), os residentes em cidades brasileiras com imigração alta viram um crescimento 0,5 ponto percentual mais rápido, e não houve diferenças estatisticamente significativas entre trabalhadores com ensino médio. No México, as cidades com imigração alta tiveram um crescimento ligeiramente maior na participação, equivalente a um ganho de 1,2 ponto percentual para o trabalhador médio e 1,5 ponto percentual para trabalhadores com ensino médio.

Finalmente, no que se refere a mudanças nas taxas de formalidade do trabalho (Figura 2.8, painel D), a análise não encontrou efeitos estatisticamente significativos para o México e encontrou efeitos pequenos, mas significativos, no Brasil, com um aumento de 1,3 ponto percentual, em média.

Os resultados dessa análise são amplamente consistentes com a literatura acadêmica existente que, de um modo geral, constatou que o impacto da migração nos resultados dos residentes das economias anfitriãs tende a ser pequeno ou nulo, em média. No entanto, esse efeito pode ser significativo entre setores específicos da economia e tipos de trabalhadores, beneficiando alguns grupos e afetando negativamente outros. Passamos agora a examinar essas evidências com mais detalhes.

Migração internacional

O foco da grande maioria dos estudos acadêmicos sobre a migração e seus impactos nas comunidades de destino tem sido os migrantes internacionais. Muitos desses trabalhos analisaram os Estados Unidos e outros países de alta renda e, em sua maioria,

chegaram a um consenso: na prática, os efeitos da migração no emprego dos residentes são nulos ou muito pequenos, assim como os efeitos médios nos salários durante períodos de dez anos ou mais (Blau e Mackie 2017). Uma meta-análise recente de estudos dos impactos dos migrantes forçados nas comunidades anfitriãs em vários países (Verme e Schuettler 2021) também não encontrou nenhum efeito estatisticamente significativo no emprego e nos salários na maioria dos casos. No entanto, a migração pode ter impactos diferentes nos resultados de diferentes grupos de pessoas. Alguns pesquisadores encontraram efeitos negativos de tamanhos variados em grupos específicos, tais como imigrantes prévios e trabalhadores sem ensino médio, particularmente no curto prazo. Outros encontraram efeitos positivos no mercado de trabalho em outros subgrupos e na população em geral, particularmente quando os imigrantes têm altos níveis de escolaridade (Blau e Mackie 2017).

Na América Latina, a grande onda migratória venezuelana iniciada em 2000, tem recebido atenção especial dos pesquisadores. Alguns estudos recentes exploraram os efeitos dessa migração em massa nas comunidades de destino. Quase todos se concentraram na Colômbia, país que recebeu a maior parcela de migrantes venezuelanos na região, e a maioria encontrou efeitos negativos nos salários dos nativos, particularmente no setor informal. Os efeitos estimados no emprego dos residentes foram nulos ou negativos, mas pequenos.

Os estudos que encontraram efeitos negativos da migração venezuelana nos salários de colombianos natos diferiram significativamente quanto ao tamanho desses efeitos. Caruso, Gomez Canon e Mueller (2021) estimaram que um aumento de 1 ponto percentual na parcela de migrantes estava associado a uma redução de 7,6 por cento nos salários em todos os *departamentos* colombianos, com os efeitos concentrados no setor informal urbano, particularmente em empregos de baixa qualificação. Delgado Prieto (2022), também comparando *departamentos*, estimou um efeito negativo nos salários de 1,9 por cento e nenhum efeito no emprego no setor informal, onde a regulamentação do salário mínimo não é obrigatória. Delgado Prieto também não encontrou nenhum efeito nos salários mas sim um efeito negativo no emprego no setor formal, onde a regulamentação da legislação trabalhista é obrigatória. Peñaloza-Pacheco (2022) encontrou um efeito ainda menor nos salários: um aumento de 1 ponto percentual na taxa de imigração estava associado a uma queda de 0,4 por cento nos salários dos nativos e de 0,1 ponto percentual no emprego entre trabalhadores pouco qualificados. Bonilla-Mejia et al. (2020) encontraram um efeito semelhante na comparação de municípios. Lebow (2021) argumentou que as diferenças nessas estimativas são explicadas em grande parte pela forma como diferentes estudos medem o fluxo migratório — em particular, pela janela de tempo na qual a migração é contada. Usando a taxa de migração anual total entre 2014 e 2019 em 79 áreas metropolitanas da Colômbia, o autor estimou que um aumento de 1 por cento na parcela de migrantes

leva a uma diminuição de 0,59 por cento nos salários horários dos residentes, com pouco ou nenhum efeito no seu emprego.

Os efeitos estimados da migração venezuelana nos resultados no mercado de trabalho dos residentes colombianos foram ainda menores em estudos que analisaram os efeitos da autorização para que migrantes trabalhem legalmente nos mercados de trabalho locais, do que os efeitos da chegada de migrantes em si. Bahar, Ibáñez e Rozo (2021) estudaram os efeitos no mercado de trabalho da anistia de 2018 a migrantes venezuelanos não documentados na Colômbia (conhecido como *Permiso Especial de Permanencia*, ou PEP), analisando diferenças entre departamentos com níveis diferentes de exposição ao programa. Os autores encontraram um efeito negativo muito pequeno na taxa de emprego formal de colombianos natos, mas nenhum efeito em seus salários, horas trabalhadas ou participação na força de trabalho. Além disso, Urbina et al. (2023) constataram que indivíduos que se beneficiaram do programa PEP exibiram maior resiliência durante a pandemia de Covid-19 do que migrantes não documentados. Melhores condições de moradia, por exemplo, permitiram que esses migrantes aderissem a intervenções não farmacêuticas, como ordens para ficar em casa, e seu melhor acesso a serviços de saúde resultou em taxas mais altas de detecção do vírus e vacinação.

Estudos que analisaram os efeitos dos migrantes venezuelanos em outros países de destino também encontraram efeitos divergentes em diferentes grupos de trabalhadores — negativos entre trabalhadores informais, de baixa qualificação, e positivos para trabalhadores mais escolarizados e/ou economias locais como um todo. Em um estudo dos efeitos da migração venezuelana nos *cantones* equatorianos, Olivieri et al. (2022) constataram que, embora o emprego e a participação dos *cantones* não parecessem ser afetados no agregado, trabalhadores jovens e de baixa escolaridade locais em *cantones* de alto fluxo experimentaram taxas de informalidade mais altas e rendimentos mais baixos. Em um estudo da migração venezuelana nas *provincias* peruanas, Morales e Pierola (2020) encontraram um efeito negativo nos salários mensais dos trabalhadores com ensino médio no setor informal, mas efeitos positivos na probabilidade de emprego e um efeito negativo na informalidade entre aqueles com maior escolaridade. Groeger, León-Ciliotta e Stillman (2022), também estudando *provincias* peruanas, verificaram que fluxos maiores de migrantes venezuelanos levaram, em média, a maiores taxas de emprego, renda e gastos entre peruanos natos.

As lições dos estudos da migração venezuelana estão em grande sintonia com as lições da migração internacional em outros países da América Latina e do Caribe. Cardozo Silva, Díaz Pavez e Martínez-Zarzoso (2023) constataram que ondas migratórias recentes de países vizinhos para a Costa Rica tiveram um efeito negativo nos salários de imigrantes prévios, mas nenhum efeito nos salários dos nativos. Também na Costa Rica, Gindling (2009) e Blyde (2020) não encontraram efeitos salariais da imigração nicaraguense no trabalhador médio.

Migração interna

Embora a maioria dos estudos existentes sobre o impacto da migração no mercado de trabalho nas comunidades anfitriãs considere migrantes internacionais, como discutido no capítulo 1, a maioria dos migrantes, na realidade, vem de outros locais no mesmo país. Os efeitos da migração interna poderiam, em princípio, ser muito diferentes, uma vez que os recém-chegados normalmente não sofrem limitações legais ao trabalho e enfrentam menos barreiras linguísticas e culturais do que os migrantes internacionais.

A pesquisa sobre migração interna na América Latina tem se concentrado principalmente nos casos em que os indivíduos são forçados a deixar suas comunidades de origem devido a violência ou eventos climáticos extremos. Dois estudos, por exemplo, examinaram os efeitos da migração forçada no mercado de trabalho, no contexto do conflito armado interno na Colômbia. Em uma análise dos efeitos dos fluxos de refugiados que escapam da violência armada rural nos resultados no mercado de trabalho urbano, Calderón-Mejía e Ibáñez (2016) verificaram um impacto negativo substancial no salário-hora de trabalhadores não qualificados e informais. Morales (2018) encontrou efeitos negativos de curto prazo desses migrantes nos salários dos residentes, tanto nas grandes cidades quanto nos pequenos municípios rurais de destino.

No Brasil, três estudos recentes analisaram os efeitos no mercado de trabalho da migração induzida pelo clima, considerando, especificamente, níveis de precipitação incomuns como uma força de “expulsão” do fluxo de migrantes.³ Corbi, Ferraz e Narita (2021) examinaram os efeitos da emigração (prevista) do semiárido do país nos resultados no mercado de trabalho dos residentes nos municípios de destino, incluindo urbanos e rurais. Os autores verificaram que os impactos diferiram por setor da economia, com a migração associada a maior emprego e salários mais baixos no setor informal e menor emprego no setor formal, sem efeitos significativos nos salários, mas com um efeito negativo nos benefícios não salariais. Com foco nas áreas urbanas, Busso e Chauvin (2023) examinaram o efeito de longo prazo (duas décadas) da migração rural nos resultados no mercado de trabalho dos residentes. Os autores encontraram um efeito negativo nos salários médios (ajustados para características individuais do capital humano) e um efeito positivo no emprego agregado dos trabalhadores locais. Imbert e Ulysea (2023) estudaram os efeitos da migração rural nos mercados de trabalho de destino, no mesmo período, e encontraram um efeito negativo surpreendente nas taxas de informalidade, impulsionado pela formalização das empresas informais existentes.

3 Albert, Bustos e Ponticelli (2021), além dos níveis de precipitação, usaram a variação na secura do solo como fonte de variação exógena, mas se concentraram na realocação espacial geral de capital e trabalho em todo o Brasil, sem medir explicitamente os efeitos nos resultados do mercado de trabalho residente. Em trabalho relacionado, Ibáñez, Moya e Velásquez (2022) mostraram que temperaturas extremas prejudicaram a produção agrícola em El Salvador, levando os trabalhadores agrícolas a migrar internacionalmente ou passar para o setor não agrícola.

É importante lembrar, no entanto, que a maior parte da migração interna na América Latina e no Caribe não tem origem em áreas rurais, nem pode ser caracterizada como migração forçada. De fato, a maioria dos migrantes na região se muda de cidades menores para maiores, em busca de oportunidades econômicas que não estão disponíveis em seus locais de origem. Ainda faltam evidências dos efeitos desse tipo de migração nos residentes de seus mercados de trabalho de destino.

Curto versus longo prazo

Vários estudos sobre os impactos da migração no mercado de trabalho entre residentes de comunidades na América Latina verificaram que os efeitos tendem a ser mais de curto do que de longo prazo.

Esse é o caso dos estudos acima mencionados sobre os efeitos da migração venezuelana nos resultados no mercado de trabalho de residentes dos países de destino. Estudos como o de Caruso, Gomez Canon e Mueller (2021), com foco em migrantes muito recentes (nesse caso, aqueles que chegaram no ano anterior), encontraram efeitos salariais negativos maiores do que aqueles que consideraram períodos mais longos — por exemplo, os cinco anos anteriores, conforme estudado por Lebow (2021). Padrões semelhantes apareceram em estudos de migração interna — por exemplo, o efeito negativo de migrantes rurais deslocados nos salários de residentes urbanos encontrado por Morales (2018), na Colômbia, se dissipou no longo prazo, como resultado da migração subsequente para fora das comunidades receptoras.

Essas constatações sugerem que alguns dos desafios que a migração pode gerar nas cidades de destino podem ser autocorretivos. Os migrantes, afinal, participam dos mesmos mercados de trabalho locais que os residentes, e são igualmente afetados pelo destino da economia local. Também são uma fonte de demanda por bens e serviços locais, estimulando a criação de empregos (Howard 2020). Se o crescimento dos salários e do emprego estagnar, é provável que os indivíduos partam para locais onde as oportunidades econômicas ainda estão se expandindo. Além disso, os migrantes são mais propensos do que os residentes de longo prazo a se mudarem em resposta a mudanças nas condições econômicas (Cadena e Kovak 2016).

Impactos diferenciais por gênero

Muitos estudos empíricos constataram que os efeitos da migração sobre os resultados no mercado de trabalho dos residentes diferem substancialmente por gênero. A maioria dos pesquisadores que analisaram os resultados de trabalhadores informais e daqueles com menor nível de escolaridade, encontraram efeitos negativos que são mais fortes entre as mulheres. Esse foi o caso de Caruso, Gomez Canon e Mueller

(2021), Bonilla-Mejia et al. (2020) e Morales (2018), que estudaram a imigração venezuelana para a Colômbia. Uma exceção é Peñaloza-Pacheco (2022), que encontrou pequenos efeitos salariais negativos da migração venezuelana, que eram mais fortes para os homens do que para as mulheres.

No entanto, os resultados no mercado de trabalho de mulheres residentes nem sempre são afetados negativamente pela migração. De fato, estudos que consideraram os resultados de mulheres residentes com alto nível de escolaridade encontraram, de forma consistente, efeitos positivos da migração para esse grupo. Na Costa Rica, Gindling (2009) e Blyde (2020) constataram que a imigração nicaraguense teve efeitos divergentes nos salários de mulheres residentes com e sem ensino fundamental — positivas para as primeiras e negativas para as segundas. Hiller e Rodríguez Chatruc (2023) obtiveram resultados semelhantes em um estudo da migração feminina haitiana para a República Dominicana, encontrando efeitos positivos na participação na força de trabalho de mulheres locais com alto nível de escolaridade, e efeitos negativos para aquelas com menor nível de escolaridade.

2.5. Capitalizando oportunidades e enfrentando desafios

As evidências discutidas na seção 2.3. sugerem que, nas cidades latino-americanas e caribenhas, muitas das oportunidades que a migração pode abrir para os mercados de trabalho locais não se materializaram ou não foram totalmente capitalizadas. Os migrantes que conseguem emprego nos seus destinos tendem a obter resultados melhores do que os residentes, provavelmente devido aos seus níveis frequentemente mais altos de capital humano. No entanto, embora os migrantes sejam mais propensos a participar da força de trabalho do que os residentes, seus níveis de emprego semelhantes indicam que uma parcela significativa de migrantes candidatos a emprego permanece desempregada. Essa diferença é mais pronunciada entre as mulheres migrantes, que também são mais propensas a trabalhar no setor informal do que as residentes. Além disso, os migrantes frequentemente trabalham em ocupações abaixo dos seus níveis de qualificação, prejudicando sua produtividade. Esta seção explora prováveis explicações com base nas pesquisas existentes.

Um bom ponto de partida são as razões pelas quais trabalhadores e empresas tendem a ser mais produtivos em cidades mais populosas. As grandes cidades, para começar, são mercados maiores, que propiciam aos vendedores acesso a um número maior de fornecedores e clientes potenciais e lhes permitem atender os compradores de uma variedade maior de produtos, sem precisar incorrer em custos extras de transporte. A aglomeração também permite maior especialização. Um trabalhador da construção civil, por exemplo, tem maior probabilidade de se especializar em uma determinada tarefa, como ladrilhagem, se o mercado for grande o suficiente para garantir

emprego regular. Trabalhadores mais especializados normalmente são mais produtivos do que outros em suas áreas de atuação.

As grandes cidades também são mais propensas a ter mercados de trabalho “espessos”. Em uma cidade pequena, uma empresa que perde um trabalhador tem mais dificuldade para substituí-lo, do que uma empresa localizada em uma cidade grande. Da mesma forma, os trabalhadores que perdem seus empregos em cidades pequenas têm menos opções de reemprego do que aqueles em aglomerações maiores. Duranton e Puga (2004) indicaram que, além das vantagens que tiram do “compartilhamento” do mercado em grandes cidades, os trabalhadores também podem se beneficiar de vantagens de “combinação” e “aprendizado”. A aglomeração torna mais fácil, para as empresas, encontrar os tipos de trabalhadores de que necessitam e, para os trabalhadores, encontrar os tipos de empresas nas quais seriam mais produtivos. As cidades também promovem a interação entre um maior número de pessoas e, assim, uma maior troca de ideias e aprendizados, o que gera economias de escala na produção do conhecimento e facilita sua difusão. As cidades que oferecem melhores condições para que os mecanismos descritos acima operem têm maior probabilidade de se beneficiar dos ganhos de produtividade produzidos pela aglomeração impulsionada pela migração.

Acesso a aglomeração

Embora as economias de aglomeração possam potencialmente beneficiar as economias locais — incluindo migrantes e residentes — esses efeitos não são automáticos; as políticas públicas podem ser importantes para fomentá-las.

O crescimento populacional impulsionado pela migração não gera necessariamente economias de aglomeração e aumentos da produtividade dos trabalhadores. Isso porque, mesmo que os migrantes vivam na mesma cidade que os tipos de trabalhadores, empresas, clientes ou instalações de que necessitam para que os benefícios de produtividade da aglomeração se materializem, podem não ter proximidade com eles. Ao contrário dos Estados Unidos e de outros países de alta renda, onde a distância da residência ao centro da cidade está frequentemente associada a níveis de renda mais altos e deslocamentos de carro de/para o local de trabalho, o oposto se aplica a grande parte da América Latina. As populações de baixa renda, incluindo muitos migrantes, tendem a morar longe de onde os empregos de alta remuneração estão localizados (Cavalcanti, Mata e Santos 2019; Brueckner, Mation e Nadalin 2019), e sua conectividade com centros de emprego é deficiente. De fato, percorrer curtas distâncias em áreas urbanas na América Latina leva mais tempo do que em economias avançadas, e o deslocamento diário médio de/para o local de trabalho dura mais de 90 minutos em muitas cidades da região (Cavallo, Powell e Serebrisky 2020).

De acordo com vários estudos, as economias de aglomeração são frequentemente mais fortes onde as distâncias são muito curtas (Rosenthal e Strange 2020). Em um estudo da indústria publicitária em Nova York, por exemplo, Arzaghi e Henderson (2008) constataram que há fortes vantagens de produtividade em estar localizado próximo a outras empresas de publicidade, mas essas vantagens tendiam a começar a se dissipar a uma distância de 750 metros. Rosenthal e Strange (2003) estimaram que o efeito do tamanho do emprego local em um determinado setor no número de empregados de novas empresas nesse setor nos Estados Unidos era muito mais forte no raio de 1,6 quilômetro e caía praticamente pela metade em 8 quilômetros. Ahlfeldt et al. (2015) produziram estimativas estruturais da força das economias de aglomeração dentro de Berlim, com base nas mudanças induzidas pela construção e a queda do Muro de Berlim, e concluíram que a proximidade gera fortes efeitos na produtividade, que se dissipam muito rapidamente, chegando a zero com um tempo de deslocamento de dez minutos. Na América Latina, um estudo recente de Almeida, Neto e Rocha (2023) mostrou fortes efeitos no Brasil do emprego na própria indústria, na criação de empresas e no emprego em novas empresas no raio de um quilômetro, que se dissiparam com a distância e desapareceram após cinco quilômetros.

A distância até as áreas de maior aglomeração da cidade também pode desempenhar um papel na persistência da informalidade do trabalho. Trabalhadores informais podem tirar grandes vantagens da aglomeração — de fato, estudos na América Latina frequentemente constataram que os efeitos de produtividade da aglomeração são maiores no setor informal do que no setor formal (Duranton 2016; Bernedo Del Carpio e Patrick 2021; Quintero e Roberts 2022; Gómez-Lobo, González e Calatayud 2022).⁴ Embora os impulsionadores dessa diferença ainda sejam pouco estudados, é provável que estejam relacionados com o acesso a clientes. Grande parte do setor informal consiste em serviços não comercializáveis, que precisam ser produzidos e consumidos no mesmo local. Em aglomerações maiores, os trabalhadores informais têm acesso a um número maior de compradores potenciais.

Redes locais

Um dos principais obstáculos à capacidade dos migrantes de contribuir ativamente para as economias locais é a força das suas redes sociais locais. Embora os migrantes tendam a ter conexões em suas cidades de destino, essas conexões geralmente são os próprios migrantes, e seus laços com a economia local tendem a ser mais fracos do que os dos residentes de longo prazo. Redes de apoio limitadas podem afetar as oportunidades de emprego, as escolhas de moradia e o acesso dos migrantes a

4 Uma exceção é um estudo de Matano, Obaco e Royuela (2020), que encontrou efeitos de aglomeração mais fortes no setor *formal* no Equador.

seguros informais, além de exacerbar as diferenças de gênero no acesso ao mercado de trabalho.

Enquanto as pessoas nascidas e criadas na cidade normalmente têm amplas redes de familiares, amigos e conhecidos de longo prazo, os migrantes, pelo menos durante algum tempo após a migração, tendem a ter conexões locais em menor número e mais fracas. Isso é importante para o processo de procura de emprego, no qual as informações sobre onde estão as melhores oportunidades de emprego e as recomendações aos empregadores normalmente desempenham papéis importantes (Beaman e Magruder 2012; Abel, Burger e Piraino 2020). Além disso, os migrantes que não conhecem ninguém que trabalhe em setores de alta produtividade em seus novos locais ficam em desvantagem para encontrar emprego nesses setores. De fato, esses migrantes muitas vezes acabam trabalhando nas mesmas ocupações e setores que os migrantes da mesma origem que chegaram mais cedo, em grande parte porque as conexões entre eles são seus principais pontos de acesso aos mercados de trabalho locais (Patel e Vella, 2013).

As conexões locais também podem fazer a diferença nas escolhas dos migrantes sobre onde morar e suas condições de moradia. Büchel et al. (2020), por exemplo, usaram dados anonimizados de telefones celulares da Suíça para mostrar que as pessoas são mais propensas a se mudar para (e a permanecer em) locais próximos de onde vivem suas conexões sociais. Os residentes de longo prazo também tendem a ter mais conhecimento de onde estão localizadas as melhores áreas residenciais e aquelas que é melhor evitar. Na falta dessas informações, os migrantes correm mais risco de morar em áreas menos desejáveis. Além disso, redes locais mais fracas tornam menos disponível aos migrantes mais jovens a opção de viver com suas famílias se uma boa moradia for escassa e financeiramente inacessível.

As redes também são importantes como seguro informal para pessoas que enfrentam dificuldades. As evidências sugerem que a falta de redes de seguro informais pode estar desacelerando a migração interna em outras partes do mundo, principalmente na Índia. Em seus locais de origem, os migrantes potenciais dependem de familiares e amigos para ajudá-los a suportar dificuldades de saúde ou econômicas, por exemplo. Esse tipo de apoio não está disponível em seus destinos potenciais (Munshi e Rosenzweig 2016). Além disso, os migrantes — particularmente os migrantes internacionais — frequentemente não se qualificam para os programas de proteção social existentes, porque muitos desses programas exigem períodos mínimos de trabalho ou residência e condição migratória regular (BID 2021b).

Finalmente, laços locais fracos podem exacerbar as diferenças de gênero entre migrantes no acesso aos mercados de trabalho locais. Como discutido anteriormente, papéis tradicionais de gênero atribuem mais responsabilidade às mulheres do que aos homens no cuidado de crianças, idosos, enfermos e pessoas com necessidades especiais, bem como em tarefas domésticas como limpar e cozinhar, entre outras. As mulheres

nos países em desenvolvimento normalmente dependem de outros parentes e da comunidade mais ampla para receber apoio nessas tarefas (Talamas 2023). Para as famílias migrantes, no entanto, grande parte dessas redes é deixada para trás, em seus locais de origem. Isso pode se tornar uma questão fundamental em termos de destravar as oportunidades que a migração oferece às cidades latino-americanas, porque homens e mulheres da região migram a taxas semelhantes (Lall, Selod, e Shalizi 2006). Isso significa que metade dos migrantes urbanos pode estar exposta a restrições de gênero mais severas no que se refere a contribuir ativamente para os mercados de trabalho locais.

Participação dos migrantes na força de trabalho local

Mesmo quando os migrantes contribuem para o crescimento da população local, alguns podem não participar da força de trabalho local — ou pelo menos dos segmentos mais produtivos dos mercados de trabalho locais — o que reduz seu potencial para contribuir para a aglomeração da atividade econômica que aumenta a produtividade.

Muitos migrantes internacionais que não possuem os documentos necessários para ocupar empregos formais podem enfrentar barreiras jurídicas para participar dos mercados de trabalho locais. A anistia concedida pelo PEP na Colômbia, por exemplo, beneficiou meio milhão de migrantes venezuelanos, que estavam indocumentados seja porque ultrapassaram os 180 dias de permanência legalmente permitidos ou usaram pontos de travessia irregulares para entrar no país (Bahar, Ibáñez e Rozo 2021). Limitar o emprego formal dos migrantes não apenas limita sua contribuição potencial para a produtividade local, mas pode afetar as finanças públicas locais devido à perda de receita fiscal, bem como a capacidade dos migrantes de participar de esforços coletivos para responder a crises como a pandemia de Covid-19 (Urbina et al. 2023).

A participação na força de trabalho tende a diferir entre homens e mulheres migrantes, mais ainda do que entre homens e mulheres residentes. A Tabela 2.3 compara a participação na força de trabalho por gênero, entre migrantes e residentes. Em oito dos nove países da tabela para os quais havia dados disponíveis, a diferença de gênero na participação na força de trabalho em 2020 e anos anteriores foi consistentemente maior entre migrantes urbanos do que entre residentes urbanos. A diferença foi especialmente pronunciada na Bolívia, onde a taxa de participação na força de trabalho foi 19 pontos percentuais maior para residentes homens do que para residentes mulheres, mas quase 32 pontos percentuais maior para migrantes homens do que para migrantes mulheres. Da mesma forma, no Peru, a diferença de gênero foi de 18 pontos percentuais para os residentes, mas de 27 pontos percentuais para os migrantes. Mesmo em países como Argentina e Chile, onde a diferença era bastante comparável para residentes e migrantes, ela ainda era cerca de 2 pontos percentuais maior para migrantes. A exceção nesse grupo de países foi o Uruguai, onde as diferenças

TABELA 2.3 | Participação na força de trabalho em áreas urbanas da América Latina e do Caribe, por condição migratória e gênero

	Residentes			Migrantes		
	Homens	Mulheres	Diferença	Homens	Mulheres	Diferença
Argentina	63,91	45,45	18,45*	69,01	49,40	19,61*
Bolívia	73,88	55,03	18,85*	82,94	51,95	30,98*
Chile	62,07	44,63	17,44*	77,91	60,82	17,08*
Colômbia	72,04	52,11	19,92*	83,12	60,24	22,88*
Equador	74,91	50,19	24,72*	80,41	47,09	33,32*
Guatemala	76,64	41,60	35,05*	78,67	37,75	40,92*
Peru	68,30	50,17	18,13*	76,10	48,76	27,34*
Paraguai	80,69	61,00	19,69*	87,03	60,60	26,43*
Uruguai	69,40	55,37	14,03*	79,82	67,01	12,81*

Fonte: Cálculos dos autores, com base em pesquisas domiciliares de cerca de 2020 para todos os países, exceto Equador (2015) e Guatemala (2006).

Notas: A taxa média de participação na força de trabalho para cada subpopulação é calculada para indivíduos em idade ativa que vivem em áreas urbanas em cada país. O asterisco indica que a diferença entre homens e mulheres é estatisticamente significativa no nível de 5 por cento.

de gênero na participação foram menores do que nos demais dos países, tanto para residentes quanto para migrantes, e ligeiramente maiores para residentes. Isso provavelmente reflete a interação das barreiras à participação no mercado de trabalho, tais como falta de redes ou distância geográfica dos centros de trabalho, com papéis tradicionais de gênero na divisão doméstica do trabalho. Famílias migrantes com filhos que não têm o apoio de outros parentes e/ou moram a uma distância maior de creches ou escolas financeiramente acessíveis podem ser mais propensas a decidir que um dos pais — geralmente a mulher — deve ficar em casa para cuidar dos filhos e realizar outros trabalhos domésticos, em vez de procurar emprego remunerado no mercado de trabalho local.

A capacidade dos migrantes de se tornarem participantes ativos em seus mercados de trabalho de destino pode ser ainda mais limitada pela xenofobia e a discriminação a que são frequentemente submetidos. De acordo com dados recentes do Laboratório de Percepção Cidadã e Migração do BID — que contém informações de várias fontes, incluindo conversas em redes sociais, pesquisas internacionais e artigos de imprensa —, a preocupação pública com a migração cresceu nos últimos anos, juntamente com o conteúdo xenófobo do diálogo público. O discurso anti-imigração online tende a se concentrar nas capitais, que são os principais destinos de recentes ondas migratórias internacionais (BID 2023).

Duas preocupações frequentemente suscitadas para justificar esses sentimentos são que os migrantes podem tirar empregos dos moradores locais e impulsionar

o aumento da criminalidade. No entanto, essas visões não são corroboradas por evidências, o que destaca o papel da informação e da comunicação na sua abordagem. Conforme discutido na seção 2.4, os efeitos reais da migração nos resultados no mercado de trabalho dos residentes tendem a variar de pequenos a nulos. No que se refere à criminalidade, Ajzenman, Dominguez e Undurraga (2022) mostraram que, no Chile, o rápido aumento da população nascida no exterior entre 2010 e 2017 aumentou as preocupações com a criminalidade e os investimentos em tecnologias de proteção contra a criminalidade entre os locais, mas, na prática, não teve efeito na incidência real de criminalidade.

Como será discutido no capítulo 3, evidências produzidas por um experimento de campo recente envolvendo migrantes venezuelanos no mercado colombiano de aluguel de imóveis sugeriram que o menor acesso a moradias de boa qualidade também é parcialmente explicado pela discriminação contra migrantes (Zanoni e Díaz 2023). Alguns migrantes — como aqueles que foram forçosamente deslocados de seus locais de origem ou têm baixos níveis de escolaridade — tendem a ocupar moradias precárias, com acesso limitado a serviços básicos (Busso e Chauvin 2023; Alves 2021). A resultante vulnerabilidade a doenças ou o aumento da demanda por moradias pode reduzir a participação desses migrantes na força de trabalho. Também pode tornar a cidade insuficientemente atraente para que permaneçam, o que pode levá-los a decidir migrar novamente, seja de volta para suas casas ou para outros destinos, saindo completamente da força de trabalho local.

Rebaixando as habilidades dos migrantes

A tendência dos novos migrantes de “rebaixar” suas ocupações — para aceitar empregos que exigem menos qualificações e menos experiência do que as que possuem (Dustmann, Schönberg e Stuhler 2016; Blyde, Busso e Ibáñez 2020) — pode limitar o impacto positivo da migração no crescimento econômico local e intensificar a vulnerabilidade no mercado de trabalho de residentes pouco qualificados.

Dados de pesquisas domiciliares de 2019 e 2020 indicam que migrantes escolarizados têm maior probabilidade do que residentes com escolaridade semelhante de ser empregados em ocupações de baixos salários. A Tabela 2.4 mostra o percentual de trabalhadores assalariados com ensino médio ou mais, cuja remuneração estava no quartil inferior da distribuição salarial, calculado separadamente para residentes e migrantes. Em todos os países para os quais havia dados disponíveis, os trabalhadores migrantes tinham, em média, uma probabilidade quatro pontos percentuais maior de ser empregados em ocupações de baixos salários, do que os residentes com escolaridade semelhante. A diferença foi mais pronunciada na Colômbia, onde 32 por cento dos migrantes escolarizados ocupavam empregos de baixos salários, em oposição a 18 por cento dos

TABELA 2.4 | Trabalhadores escolarizados com salários baixos em áreas urbanas da América Latina e do Caribe, por condição migratória

	Residentes	Migrantes	Diferença
Média de seis países	14,1	18,3	-4,2*
Bolívia	21,0	28,7	-7,7*
Chile	21,3	22,4	-1,1
Colômbia	17,7	31,8	-14,1*
Peru	20,4	17,3	3,1*
Paraguai	17,7	14,4	3,3
Uruguai	13,6	19,9	-6,3*

Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados de pesquisas domiciliares de 2020 para todos os países, exceto Bolívia e Uruguai, com dados de 2019.

Notas: O termo “escolarizado” designa indivíduos com ensino médio ou mais. “Salários baixos” designa indivíduos no quartil inferior da distribuição salarial nacional, conforme cálculo entre trabalhadores assalariados em idade ativa vivendo em áreas urbanas. O asterisco indica que a diferença entre residentes e migrantes é estatisticamente significativa no nível de 5 por cento. A média dos seis países é uma média ponderada, em que o peso é a população do país.

residentes com escolaridade semelhante. A diferença também foi grande na Bolívia e no Uruguai. Uma exceção foi o Peru, onde os migrantes escolarizados tinham menor probabilidade do que os residentes de trabalhar em empregos de baixa remuneração. A diferença não foi estatisticamente significativa no Chile e no Paraguai.

O rebaixamento de habilidades afeta a capacidade das economias locais para aproveitar as oportunidades geradas pela migração, de duas maneiras principais. Em primeiro lugar, exacerba o impacto negativo que a migração pode ter nos salários de residentes pouco qualificados, uma vez que esses últimos têm de competir no mercado de trabalho não apenas com migrantes com níveis de escolaridade igualmente baixos, mas também com trabalhadores migrantes mais escolarizados. Em segundo lugar, reduz os efeitos positivos que a migração pode ter na produtividade ao aumentar o capital humano da força de trabalho. Trabalhadores altamente produtivos empregados em ocupações de baixa produtividade são subutilizados, o que limita sua renda potencial, além do consumo adicional, da poupança e do investimento com que poderiam contribuir para a economia local.

É provável que as questões discutidas acima se autocorrijam, pelo menos parcialmente, no longo prazo. De fato, um importante impulsionador da migração para trabalhadores jovens é o desejo de buscar oportunidades educacionais para si próprios e para seus filhos, que normalmente são melhores nas cidades de destino. Eventualmente, os migrantes e seus descendentes que se tornam mais escolarizados podem obter acesso a ocupações de maior produtividade, e aqueles que aceitam ocupações abaixo das qualificações que possuem quando da sua chegada podem, com o tempo, mudar para empregos que correspondam melhor às suas habilidades

(Dustmann, Schönberg e Stuhler 2016). Além disso, o crescimento das cidades impulsionado pela migração pode tornar-se um ímã para futuros migrantes qualificados. De fato, as evidências sugerem que migrantes altamente qualificados nos Estados Unidos tendem a ser atraídos para aglomerações maiores (Kerr et al. 2017), e que ondas anteriores de migração podem contribuir com comodidades para as cidades de destino (por exemplo, uma maior variedade de alimentos regionais e uma cena cultural mais diversificada), o que, por sua vez, pode ajudar a atrair trabalhadores com níveis altos de escolaridade para essas cidades (De la Roca, Parkhomenko e Velásquez-Cabrera 2023).

Criação de empregos locais

Muitos dos desafios trazidos pela migração — particularmente aqueles que geram efeitos negativos nos resultados do mercado de trabalho de residentes pouco qualificados — decorrem de um problema estrutural enfrentado por muitas economias locais: a incapacidade para criar empregos com rapidez suficiente. Esse é, sem dúvida, o maior desafio para o desenvolvimento econômico local, e discuti-lo em profundidade está além do escopo deste relatório.

Há, no entanto, algumas observações que podem ser úteis para os formuladores de políticas. Em primeiro lugar, migrantes econômicos tendem a não ir para locais onde as oportunidades econômicas são limitadas. De fato, o fluxo de migrantes voluntários frequentemente é um indicador do sucesso econômico local — do fato de que as cidades lhes oferecem melhores oportunidades econômicas do que seus locais de origem (Glaeser, 2012). No entanto, esse pode não ser o caso de migrantes forçados. Indivíduos que fogem de desastres naturais ou violência provavelmente terão um conjunto limitado de opções de destino, e muitos podem ser forçados a se mudar para lugares sem economias locais em expansão. Esses destinos podem enfrentar ainda mais dificuldades diante de um maior número de candidatos a emprego. No entanto, os efeitos provavelmente serão de curta duração, na medida em que os migrantes forçados possam se mudar novamente, dessa vez para lugares que lhes ofereçam melhores perspectivas econômicas.

Em segundo lugar, embora em países de alta renda a migração possa ajudar a corrigir a criação lenta de empregos ao estimular a demanda local por trabalho (Howard 2020), esse não é atualmente o caso dos migrantes urbanos na América Latina. Mais pesquisas são necessárias para entender não apenas por que, na maior parte da América Latina e do Caribe, os migrantes têm menor probabilidade do que os residentes de encontrar emprego, mas também como as políticas públicas podem ajudar a reverter essa tendência. Destruir o empreendedorismo migrante pode ser uma solução para permitir que as cidades da região capitalizem a promessa da migração.

2.6. Conclusões

A chegada de migrantes é uma fonte de oportunidades para os mercados de trabalho locais. A migração aumenta o tamanho da população e da força de trabalho, o que pode estimular a produtividade de trabalhadores e empresas locais. Os migrantes tendem a ser mais jovens e a ter menos dependentes do que os residentes, e sua chegada rejuvenesce a força de trabalho, reforçando o potencial de poupança e investimento. Evidências de vários países sugerem que trabalhadores migrantes podem fornecer serviços que complementam a força de trabalho local, estimular a demanda por mão de obra local e contribuir para o empreendedorismo. A migração também aumenta a produtividade do país como um todo, pois ajuda a transferir recursos humanos de locais de baixa para alta produtividade. A migração pode, no entanto, impor desafios aos mercados de trabalho de destino, incluindo impactos negativos nos salários e no emprego para alguns grupos de trabalhadores, que são impulsionados pela maior competição por empregos e podem exacerbar a desigualdade salarial local. Além disso, o aumento esperado na frequência de eventos climáticos extremos provocados pelas mudanças climáticas pode induzir mais migrantes com menos habilidades e menor escolaridade a migrar para cidades da América Latina e do Caribe, reduzindo os níveis médios de qualificação da força de trabalho local. Esses desafios tendem a ser mais fortes no curto prazo, enquanto as oportunidades tendem a ser capitalizadas no longo prazo.

Estudos empíricos sugerem que muitas das oportunidades que a migração abre para os mercados de trabalho locais não se materializaram ou não foram plenamente aproveitadas nas cidades da América Latina e do Caribe. Embora os migrantes tendam a ganhar salários mais altos e sejam mais propensos do que os residentes a ter empregos formais quando encontram trabalho, muitos deles, para começar, não conseguem encontrar trabalho. Além disso, migrantes altamente qualificados têm maior probabilidade de ser empregados em ocupações abaixo das suas qualificações. E migrantes mulheres têm um desempenho significativamente pior em seus mercados de trabalho de destino do que homens migrantes. Embora o efeito da migração nos resultados no mercado de trabalho dos residentes tenda a ser pequeno ou nulo, em média, e até mesmo positivo para alguns grupos de trabalhadores, ele é mais frequentemente negativo para trabalhadores mais vulneráveis, como aqueles com baixas qualificações e aqueles que trabalham no setor informal.

As pesquisas existentes fornecem evidências valiosas do que pode estar restringindo os efeitos potencialmente benéficos da migração nas cidades de destino na América Latina e no Caribe. Sabemos, por exemplo, que os benefícios de produtividade da aglomeração operam a distâncias relativamente pequenas, de modo que a falta de acesso às áreas mais aglomeradas das cidades e outras barreiras à participação na força de trabalho podem reduzir as contribuições dos migrantes para a economia local.

A falta de redes locais fortes também pode resultar em empregos subótimos para os migrantes e a más opções de localização dentro da cidade. E o rebaixamento de habilidades pode tanto aumentar a concorrência enfrentada pelos grupos mais vulneráveis de trabalhadores quanto subutilizar o potencial de produtividade do capital humano migrante. O capítulo 4 deste relatório discute como as políticas públicas podem aplicar esses *insights* para ajudar a potencializar os benefícios da migração para as economias urbanas que a recebem.

Migração e mercados habitacionais

3

A migração é um aspecto fundamental da sociedade contemporânea na América Latina e no Caribe, caracterizada pelo movimento de milhões de indivíduos entre cidades e países anualmente. Embora as motivações que impulsionam a migração sejam diversas, a busca de melhores oportunidades econômicas e de um padrão de vida mais alto frequentemente emerge como um fator primordial, com efeitos substanciais na oferta, na demanda e nos preços de moradia. Este capítulo explora a intrincada interação entre migração e mercados habitacionais, examinando a literatura pertinente sobre o assunto e destacando os principais achados empíricos oriundos de pesquisas padronizadas e censos demográficos realizados na região. Além de enfatizar o impacto da migração nos mercados habitacionais, o capítulo examinará as implicações para políticas públicas e identificará áreas para pesquisas futuras nesse campo importante e complicado.

A migração pode afetar os mercados habitacionais nas comunidades beneficiárias de várias maneiras positivas. O aumento resultante na população pode levar a um crescimento da demanda habitacional, podendo elevar os preços de compra de imóveis residenciais e estimular novas construções. Isso, por sua vez, pode criar novos empregos e gerar crescimento econômico na economia local. Além disso, como este capítulo mostrará, os migrantes frequentemente tendem mais a alugar do que comprar imóveis residenciais. Isso amplia a demanda por moradias de aluguel e aumenta os preços dos aluguéis, gerando renda adicional para os proprietários de imóveis e criando incentivos para novas oportunidades de investimento no mercado imobiliário. As eventuais diferenças nas preferências e necessidades dos migrantes por moradia em comparação com os residentes locais podem levar a uma diversificação do mercado habitacional e contribuir para a regeneração urbana e a revitalização de determinadas partes de uma área urbana.

Infelizmente, a migração também pode ter alguns efeitos negativos no mercado habitacional. Vários estudos constataram que os preços mais altos de moradia e

aluguéis, que podem resultar do aumento da demanda gerada pelos fluxos migratórios, podem dificultar a capacidade dos residentes locais de pagar por um lugar para morar.¹ Esse efeito é especialmente forte em áreas urbanas densamente povoadas onde, para começar, a moradia muitas é vezes escassa e cara e pode levar a uma situação em que os residentes locais são excluídos do mercado por questões financeiras. Em algumas áreas, particularmente em cidades onde a oferta habitacional é limitada, a migração pode produzir superlotação — um problema mais frequentemente enfrentado pelos migrantes, devido aos seus recursos econômicos normalmente limitados e à dificuldade de encontrar moradia acessível. As condições de vida apertadas e desconfortáveis resultantes podem ser prejudiciais para a saúde e o bem-estar das famílias migrantes, além de impor externalidades negativas a terceiros.

Para alugar ou comprar uma unidade habitacional no mercado formal, os indivíduos muitas vezes precisam ter um emprego formal e um histórico de crédito relativamente longo, o que é particularmente desafiador para os migrantes. Além disso, se os migrantes não conseguirem garantir unidades habitacionais no mercado formal, podem aumentar a demanda por moradias informais. Os bairros informais, que abrigam não apenas famílias residentes, mas também migrantes, exibem características distintivas que incluem ausência de direitos de propriedade; construção de unidades habitacionais que não cumprem regulamentos de zoneamento ou códigos de construção; condições de vida precárias; e falta de comodidades básicas como água potável e saneamento. Finalmente, os migrantes também podem competir por moradia social, o que pode limitar sua disponibilidade para os residentes locais.

O impacto geral da migração no mercado habitacional é complexo e pode variar muito dependendo das circunstâncias específicas de cada área urbana, tais como o nível de demanda habitacional, a disponibilidade de oferta habitacional, a interação de ambos e políticas públicas habitacionais existentes. Nas seções abaixo, nos aprofundamos em cada um desses elementos para apresentar um exame abrangente dos muitos obstáculos encontrados pelas áreas urbanas como resultado da migração. A análise aqui apresentada considera tanto migrantes internos (isto é, migrantes domésticos entre cidades e rurais-urbanos) quanto migrantes internacionais, mas observamos que a maioria das constatações continua sendo a mesma se considerarmos cada um desses grupos separadamente.

1 Vários trabalhos acadêmicos estudaram o impacto da migração nos preços de compra e aluguel de moradia. Embora a maior parte da literatura tenha se concentrado na migração internacional — por exemplo, estudos de Saiz (2003, 2007) e Saiz e Wachter (2011), nos Estados Unidos; Akbari e Aydede (2012), no Canadá; Moallemi e Melser (2020) e Moallemi et al. (2021), na Austrália; Sá (2015), no Reino Unido; Selim Hacıhasanoglu e Yilmaz (2023), na Turquia; e Gonzalez e Ortega (2013), na Espanha —, alguns estudos também avaliaram o impacto da migração interna, incluindo: Wang, Hui e Jiu-Xia Sun (2017); Depetris-Chauvin e Santos (2018); Howard e Liebersohn (2021); Erol e Unal (2022); e Sharpe (2019). Uma literatura relacionada estudou os efeitos da gentrificação nos Estados Unidos; ver Rosenthal e Ross (2015) para uma visão geral.

3.1. Demanda habitacional: uma análise comparativa de famílias migrantes e residentes

A demanda habitacional engloba uma interação multifacetada de fatores, que variam de características individuais e familiares a condições econômicas globais e locais. Entre esses determinantes, a renda, aliada aos preços das residências, é de particular importância.² Geralmente, à medida que a renda aumenta, a demanda habitacional também tende a aumentar. Famílias de renda mais alta exibem maior capacidade de pagar por moradias e, muitas vezes, buscam residências maiores e de melhor qualidade. Fatores demográficos como tamanho, idade e composição familiar também contribuem para variações na demanda habitacional, com famílias maiores normalmente necessitando de mais espaço residencial e as mais idosas muitas vezes preferindo residências menores, que requeiram menos manutenção. A localização é um fator-chave, pois as famílias valorizam a proximidade com o emprego, comodidades e suas redes sociais. Famílias com crianças, por exemplo, frequentemente priorizam a proximidade de instituições educacionais de alta qualidade, enquanto profissionais jovens querem estar perto de centros de emprego e comodidades urbanas. Finalmente, a disponibilidade e a acessibilidade de crédito desempenham um papel na configuração da demanda habitacional. A facilidade de acesso ao crédito tende a incentivar as famílias a investir no mercado habitacional e a comprar imóveis residenciais. Em geral, os determinantes da demanda habitacional variam entre indivíduos, famílias e mercados habitacionais, e compreendê-los é essencial para formuladores de políticas, incorporadoras imobiliárias e participantes do mercado, se quiserem atender às necessidades de moradia de diferentes populações de forma eficaz.

Os capítulos anteriores enfatizaram as diferenças substanciais entre famílias migrantes e residentes. Os migrantes são geralmente mais jovens e mais escolarizados, e suas rendas são menores do que as dos residentes. Nesta seção, descrevemos os padrões de demanda habitacional, com base em nossa análise dessas diferenças. Inicialmente, concentramos a análise nas escolhas da forma de posse da moradia e avaliamos quantitativamente a disparidade nas taxas de propriedade de imóveis residenciais entre migrantes e residentes. Em seguida, avaliamos a lacuna de consumo de moradia migrante-residente, comparando os atributos de tamanho e qualidade das unidades habitacionais ocupadas pelos respectivos grupos. Se os migrantes demonstram propensão para unidades habitacionais de menor qualidade, a demanda no setor de moradia informal pode aumentar (ONU-Habitat 2003, 2004). Por fim, estimamos a elasticidade-preço e renda da demanda habitacional para cada grupo. Nas tabelas e figuras associadas — nesta seção e no restante do capítulo — os dados censitários servem de fonte primária

2 Um artigo clássico que revisa a teoria e a estimativa relevantes na economia de demanda habitacional é o de Mayo (1981).

para o cálculo das estatísticas no nível de cidade. Conforme discutido no Quadro 1.2 e Busso et al. (2023), usamos dados suplementares de pesquisas para complementar os censos, fornecendo informações comparáveis em momentos específicos. Devido a limitações amostrais, no entanto, agregamos os dados da pesquisa no nível de país.

Disparidades na propriedade de imóveis residenciais

Possuir casa própria tem diversos benefícios diretos e indiretos. Do ponto de vista financeiro, é frequentemente visto como um elemento-chave de acumulação de capital e estabilidade financeira. Estudos têm mostrado que a casa própria pode resultar em maior patrimônio líquido, maior acumulação de capital e menores taxas de pobreza para as famílias (ver Sodini et al. 2016, por exemplo). Além disso, a casa própria pode ser uma forma de poupança forçada, uma vez que os pagamentos de hipotecas contribuem para a acumulação de capital. Também tem sido associada ao aumento da estabilidade social e do envolvimento na comunidade, além de um maior senso de pertencimento, gerando uma variedade de externalidades positivas. Quem possui casa própria, por exemplo, tem mais propensão a permanecer em seus bairros e a se envolver em atividades que fortalecem os laços sociais, como fazer trabalho voluntário e votar. Uma vasta gama de benefícios pessoais também está associada à casa própria. A casa própria pode proporcionar uma sensação de segurança e controle sobre o ambiente de vida, e os proprietários geralmente têm mais flexibilidade para fazer investimentos de longo prazo em suas propriedades. Finalmente, a casa própria tem sido associada a melhores resultados de saúde mental e física.

Qual a probabilidade de as famílias que migram para áreas urbanas terem acesso a casa própria, extraírem esses benefícios privados e gerarem efeitos de transbordamento (*spillovers*) positivos? Vários estudos demonstram de forma consistente uma correlação negativa substancial entre a condição de migrante internacional e a propriedade de imóveis residenciais, revelando que a probabilidade de acesso à casa própria por migrantes internacionais é significativamente menor do que a de residentes locais. Borjas (2002), por exemplo, verificou que as taxas de propriedade entre famílias nativas dos EUA no ano 2000 eram aproximadamente 20 pontos percentuais maiores do que entre os imigrantes. Portanto, o impacto da condição de imigrante na probabilidade de acesso à casa própria, embora seja substancial nos Estados Unidos, diminui com o tempo à medida que os imigrantes assimilam seu novo ambiente. Fatores como a juventude dos imigrantes e sua concentração em áreas com altas relações valor/aluguel também contribuem significativamente para índices menores de propriedade de imóveis (Coulson, 1999; Pintor, Gabriel e Myers 2001; Coulson e Dalton 2010; DeSilva e Elmelech 2012). Resultados semelhantes foram relatados em outros países, incluindo Finlândia (Kauppinen e Vilkkama 2016); França (Gobillon e Solignac 2020); Alemanha

TABELA 3.1 | Posse de unidades habitacionais por condição migratória, c. 2015

País	Taxas de propriedade de imóveis residenciais (%)		Diferença absoluta no acesso à casa própria (p.p.)	Diferença relativa no acesso à casa própria (proporção)
	Migrante	Residente		
	[A]	[B]	[B]-[A]	[B]/[A]
Bolívia	55,6	80,5	24,9	1,449
Chile	40,1	82,3	42,2	2,052
Colômbia	23,0	57,9	34,9	2,520
Equador	36,5	77,0	40,5	2,111
Guatemala	55,8	80,4	24,6	1,443
Paraguai	53,0	87,0	34,0	1,640
Peru	56,4	90,3	33,9	1,601
Uruguai	49,5	81,8	32,3	1,653

Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados de pesquisas domiciliares de 2015 para todos os países, exceto Guatemala (2014) e Paraguai (2016).

Notas: "Propriedade de imóveis residenciais" é definida como a propriedade da unidade habitacional onde a família reside. As taxas de posse de casa própria para cada subpopulação são calculadas usando o domicílio como unidade de observação e consideram apenas os indivíduos que vivem em áreas urbanas. O status migratório é o do chefe da família. Os resultados foram semelhantes quando estimados apenas para migrantes internacionais, com exceção da Guatemala, onde não encontramos diferença no acesso à casa própria entre migrantes internacionais e residentes.

(Constant, Roberts e Zimmermann 2009); Holanda (Zorlu, Mulder e Van Gaalen 2014); e Espanha (Colom Andrés e Molés Mach í 2017).³

Com base em uma análise de nossas pesquisas domiciliares compiladas, a Tabela 3.1 apresenta estimativas dos índices de propriedade de imóveis residenciais para famílias migrantes e residentes na América Latina. Vale notar que nossa análise se desviou da literatura anterior ao adotar um escopo mais amplo, que abrangeu tanto migrantes internos quanto internacionais, em vez de se concentrar apenas na migração internacional. Apesar dessas distinções metodológicas, nossas conclusões corroboraram os de estudos anteriores. As taxas das famílias residentes eram relativamente altas, variando de 58 por cento na Colômbia a 90 por cento no Peru,⁴ notavelmente mais baixas entre famílias migrantes e particularmente baixas na Colômbia, onde foram de meros 23 por cento. A disparidade entre migrantes e residentes, que chamamos de diferença no acesso de migrantes à casa própria (*homeownership migrant gap* - HOMG), foi consistentemente substancial em média, embora tenha variado consideravelmente

3 Vale ressaltar que não temos conhecimento de nenhum estudo que tenha estimado índices de propriedade de imóveis residenciais por categorias específicas de condição migratória em países latino-americanos. Embora Gandelman (2009) tenha calculado os índices de casa própria em 17 desses países, não diferenciou entre famílias migrantes e residentes.

4 Em muitos países, os índices de casa própria foram substancialmente mais altas do que nos Estados Unidos (onde é de cerca de 65 por cento) e semelhantes aos relatadas por Gandelman (2009). Cabe observar, ainda, que condição de propriedade é autodeclarada e pode incluir propriedade de moradia informal (sem título).

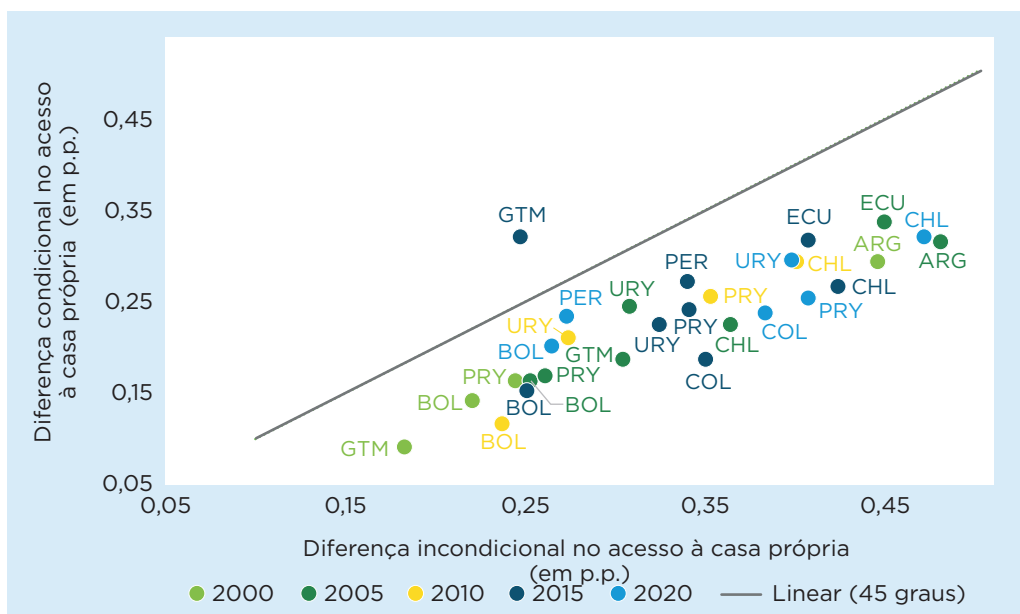
entre países. Alguns, como Chile, Colômbia e Equador, apresentaram diferenças absolutas maiores, ultrapassando 35 pontos percentuais, enquanto as diferenças em países como Bolívia e Guatemala foram menores.⁵

Para esclarecer os fatores por trás da diferença no acesso à casa própria, analisamos a seguir a relação entre a propriedade de imóveis e características demográficas, como idade e renda. Como demonstrado anteriormente, os migrantes geralmente têm perfis etários mais jovens e níveis de renda mais baixos do que os residentes, o que pode ter contribuído para a diferença no acesso à casa própria que observamos. Para levar em conta essas diferenças demográficas, estimamos a lacuna com base em um subconjunto de migrantes e residentes com características observáveis semelhantes, incluindo renda, idade e estado civil do(a) chefe da família. Ao levar em conta esses fatores, pudemos apresentar um exame mais preciso do efeito da condição migratória nos índices de casa própria, facilitando uma compreensão mais profunda dos mecanismos subjacentes à diferença no acesso à casa própria. Realizamos a análise usando um modelo econométrico linear simples, estimando uma HOMG condicional para cada país. Essa diferença condicional representou a disparidade que persistiria se migrantes e residentes possuíssem características observáveis idênticas.

Os resultados estão resumidos na figura 3.1. O eixo x da figura exibe a HOMG incondicional ao longo do tempo, enquanto o eixo y mostra estimativas da diferença condicional. Em 2005, por exemplo, a diferença nos índices de casa própria entre residentes e migrantes no Equador era próxima de 0,45 ponto percentual. Quando fizemos essa comparação entre indivíduos com idade, renda e escolaridade semelhantes, a diferença caiu para cerca de 0,32 ponto percentual. Alguns padrões que aparecem nesta figura merecem maior discussão. Em todos os países e coortes, por exemplo, a HOMG exibe repetidamente um valor positivo, embora varie significativamente entre os países. A diferença é consistentemente maior na Argentina, mas menor na Bolívia. Além disso, ao contabilizar as diferenças nas características demográficas, a diferença diminui de forma consistente (com a lacuna condicional geralmente caindo abaixo da linha de 45 graus). Escolaridade, idade, renda e estado civil respondem por aproximadamente um terço da diferença observada.

Examinamos ainda a variação potencial nos índices de casa própria por cidade. Essa análise, conforme ilustrado na Figura 3.2, apresentou evidências convincentes de disparidades significativas nos índices de casa própria entre cidades. Vale ressaltar que as taxas de propriedade entre residentes locais superaram consistentemente as de migrantes, independentemente de termos considerado apenas as maiores cidades de cada país (conforme o painel A da figura) ou todos os centros urbanos (conforme o painel B).

5 Uma hipótese a ser explorada em pesquisas futuras é o fato de que países que não são receptores líquidos de migrantes internacionais podem ter HOMGs mais baixas, já que migrantes locais são menos propensos a enfrentar barreiras legais à propriedade do que migrantes internacionais.

FIGURA 3.1 | Diferença no acesso à casa própria, por condição migratória

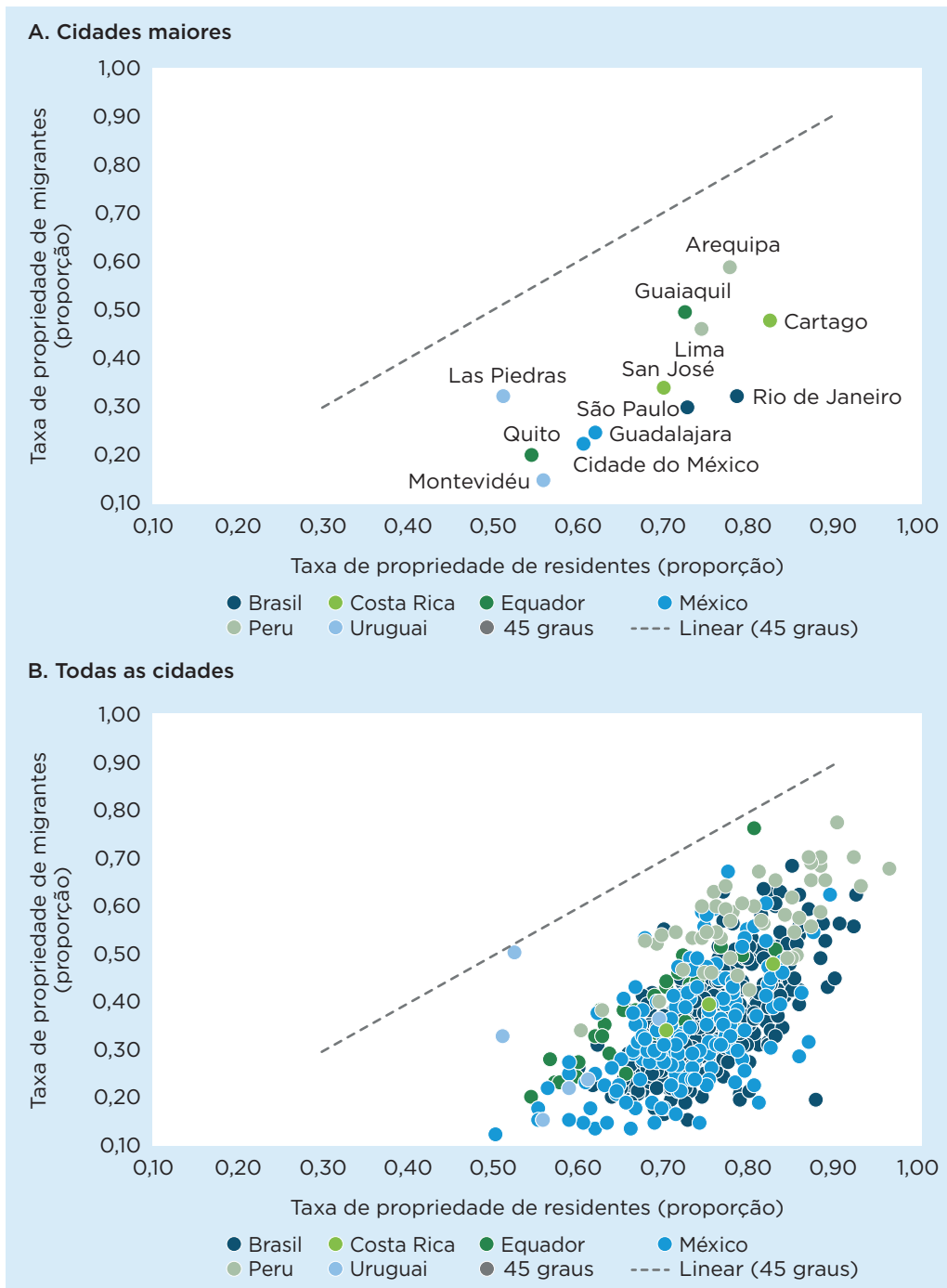
Fonte: Cálculos dos autores, baseados em dados de pesquisas domiciliares, em torno do ano indicado na figura.
Notas: A figura mostra os índices condicionais e incondicionais de casa própria nos países da América Latina, por condição migratória. Os países incluídos são Argentina (ARG), Bolívia (BOL), Brasil (BRA), Chile (CHL), Colômbia (COL), Equador (ECU), Guatemala (GTM), Nicarágua (NIC), Peru (PER), Paraguai (PRY) e Uruguai (URY). As diferenças incondicionais simplesmente refletem a diferença nos índices de casa própria entre residentes e migrantes. Para calcular os índices condicionais, em cada país estimamos um modelo linear de probabilidade, em que a variável de resultado é igual a um se a família é proprietária da unidade habitacional onde reside, e zero caso contrário. As variáveis explicativas incluem renda familiar, idade do(a) chefe da família, sexo, estado civil e escolaridade e um indicador da condição migratória. O coeficiente sobre a condição migratória é a diferença no acesso à casa própria condicional. Os resultados foram semelhantes quando estimados apenas para migrantes internacionais.

Até aqui, demonstramos que as taxas de propriedade de imóveis residenciais entre migrantes são menores do que entre residentes, mesmo depois de levar em conta características demográficas específicas, tais como renda, escolaridade, idade e estado civil. Além disso, essa lacuna varia significativamente entre países e cidades. Que fatores contribuem para a dificuldade ou facilidade com que os migrantes conseguem ter acesso à casa própria em diferentes cidades? Considerando a multiplicidade de efeitos externos positivos associados à casa própria, essa pergunta é crucial para pesquisadores e formuladores de políticas.

Os migrantes consomem menos serviços habitacionais do que os residentes

Evidências extraídas da literatura econômica sugerem fortemente que um “déficit habitacional” — o consumo insuficiente de serviços habitacionais — pode causar

FIGURA 3.2 | Taxas de propriedade de imóveis residenciais em cidades da América Latina e do Caribe, por condição migratória



Fonte: Cálculos dos autores, a partir da Base do Centro GHS 2015 e microdados dos censos demográficos descritos no quadro 1.2.

Notas: Os resultados foram semelhantes quando estimados apenas para migrantes internacionais, embora com menos observações no painel B, uma vez que algumas cidades pequenas da amostra não tinham migrantes internacionais naquele momento.

externalidades negativas.⁶ As famílias que não têm acesso a serviços habitacionais adequados podem ser obrigadas a residir em condições de superlotação ou precariedade, o que, por sua vez, pode levar a várias questões sociais, incluindo problemas de saúde, criminalidade e agitação social. O consumo inadequado de serviços habitacionais também pode contribuir para uma queda no valor dos imóveis, em detrimento do bairro e da comunidade mais ampla.

O consumo de serviços de habitação por migrantes é influenciado por vários fatores, incluindo seus níveis de renda, situação legal, preferências de moradia e disponibilidade de moradia a preços acessíveis na área de destino. A pergunta é: nas cidades latino-americanas, os migrantes consomem menos serviços habitacionais do que os residentes? Para respondê-la, recorreremos a pesquisas e censos harmonizados para comparar as características das moradias entre os dois grupos. Essa abordagem analítica nos permitiu revelar disparidades significativas na região. Embora os migrantes tendam a ser apenas uma fração da população total de bairros informais, estudos no âmbito da literatura acadêmica indicam uma correlação marcada entre migração e crescimento de moradias informais, particularmente em cidades africanas (ver, por exemplo, ONU-Habitat 2004). E o consumo de moradia informal pode exacerbar as externalidades negativas associadas ao subconsumo de moradia. Embora a identificação precisa de assentamentos informais estivesse fora do escopo do nosso estudo, centramos nosso foco para esta seção em três medidas-chave do consumo habitacional: espaço interno (área útil), superlotação e acesso a serviços públicos.

A Tabela 3.2 apresenta evidências convincentes de que os migrantes na América Latina tendem a consumir menos espaço interior do que os residentes, como indicado pelo número de cômodos e quartos em suas respectivas unidades habitacionais. Em média, as famílias migrantes da nossa amostra residiam em unidades com 2,8 cômodos, incluindo 1,8 quarto. Em contrapartida, as famílias residentes dispunham, em média, de 17 por cento mais cômodos e 18 por cento mais quartos. Além disso, embora a maioria dos domicílios na América Latina tenha um cômodo separado e exclusivo para a cozinha, entre os migrantes da nossa amostra a existência desse cômodo era menos frequente do que entre os residentes — uma diferença de aproximadamente 10 pontos percentuais.

Essas discrepâncias nos padrões de consumo habitacional foram consistentes na maioria das cidades da nossa amostra, como ilustrado na Figura 3.3, na qual todos os pontos de dados ficam abaixo da linha de 45 graus.

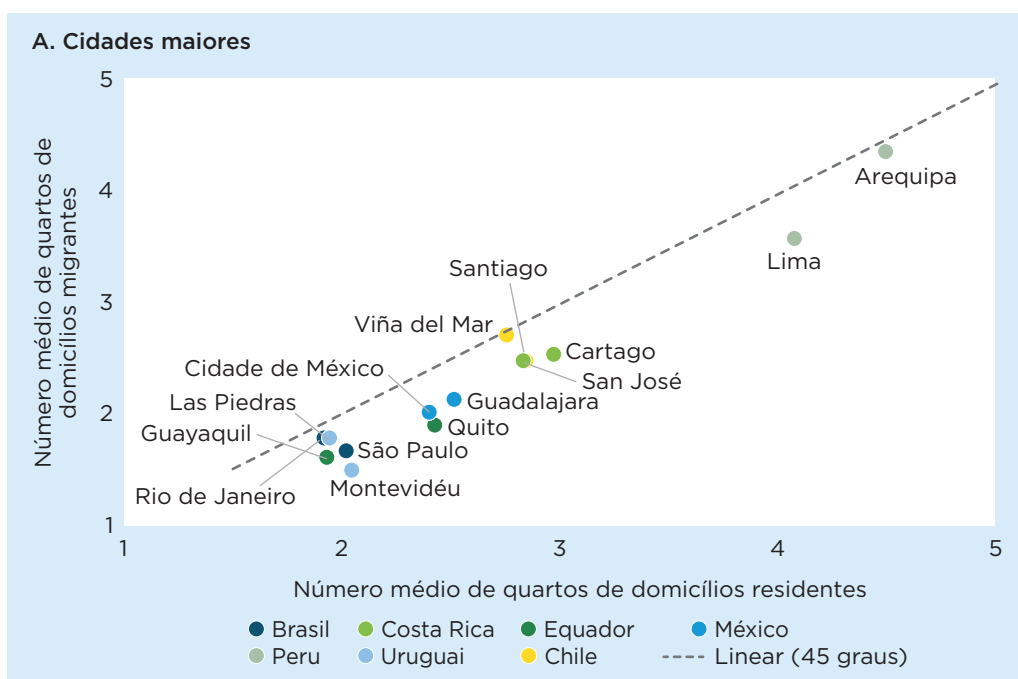
6 O termo “déficit habitacional” está frequentemente imbuído de um grau de ambiguidade que resulta em uma falta de precisão conceitual. Em estudos acadêmicos, o termo é normalmente usado para descrever dois conceitos inter-relacionados. Um deles é o déficit quantitativo, que serve para quantificar o déficit numérico de unidades habitacionais; o outro é o déficit qualitativo, que fornece uma estimativa do número de famílias residindo em moradias que não atendem aos critérios padrão (para mais informações, ver Bah, Issa e Geh 2018, Bouillon 2012 e Banco Mundial 2020). Este relatório concentra-se neste último ponto.

TABELA 3.2 | Características das unidades habitacionais por condição migratória, c. 2015

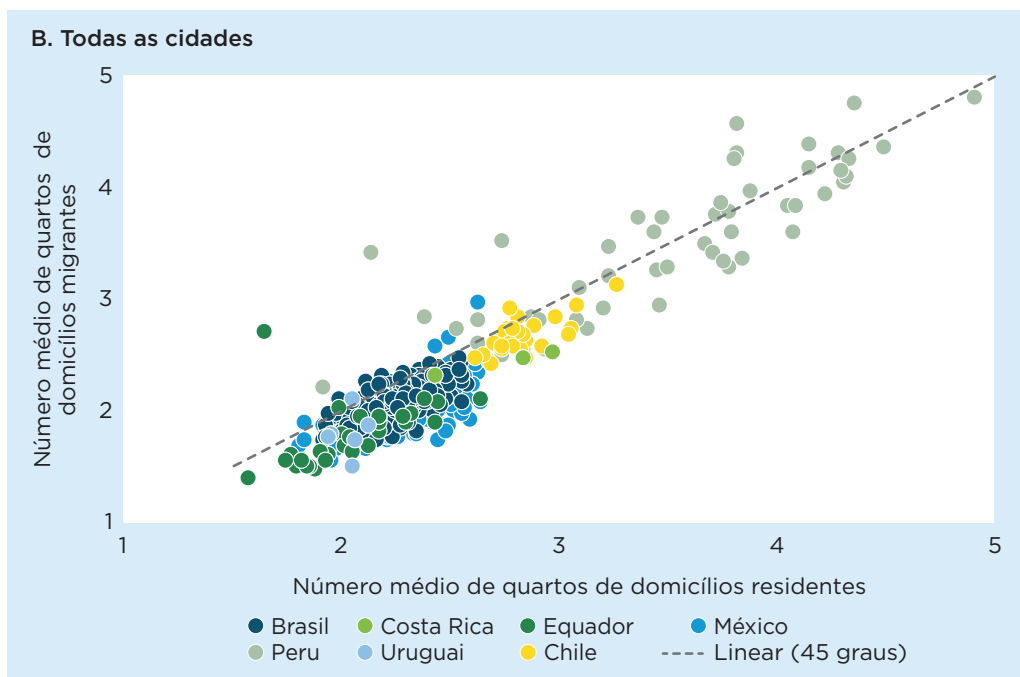
País	Número médio de cômodos		Número médio de quartos		Domicílios com um cômodo separado para a cozinha (%)	
	Migrante	Residente	Migrante	Residente	Migrante	Residente
Argentina	2,316	2,937	1,488	1,861	92,0	94,4
Bolívia	2,058	2,694	1,282	1,824	62,0	81,0
Chile	3,661	3,971	2,465	2,849	—	—
Colômbia	2,940	3,423	1,735	2,050	84,6	91,0
Equador	2,925	3,222	1,937	2,161	—	—
Guatemala	2,389	2,585	1,948	2,085	58,9	72,1
Paraguai	2,832	3,527	1,820	2,323	80,2	88,9
Peru	2,924	3,526	1,888	2,262	—	—
Uruguai	3,100	3,461	1,797	1,994	96,4	96,6

Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados de pesquisas domiciliares de 2015 para todos os países, exceto Guatemala (2014) e Paraguai (2016).

Notas: Os resultados foram semelhantes quando estimados apenas para migrantes internacionais, exceto para Colômbia, Equador e Peru, onde, naquele momento, esses migrantes possuíam unidades habitacionais com mais cômodos e quartos do que aquelas ocupadas por residentes.

FIGURA 3.3 | Número de quartos em cidades da América Latina e do Caribe, por condição migratória


(continua na página seguinte)



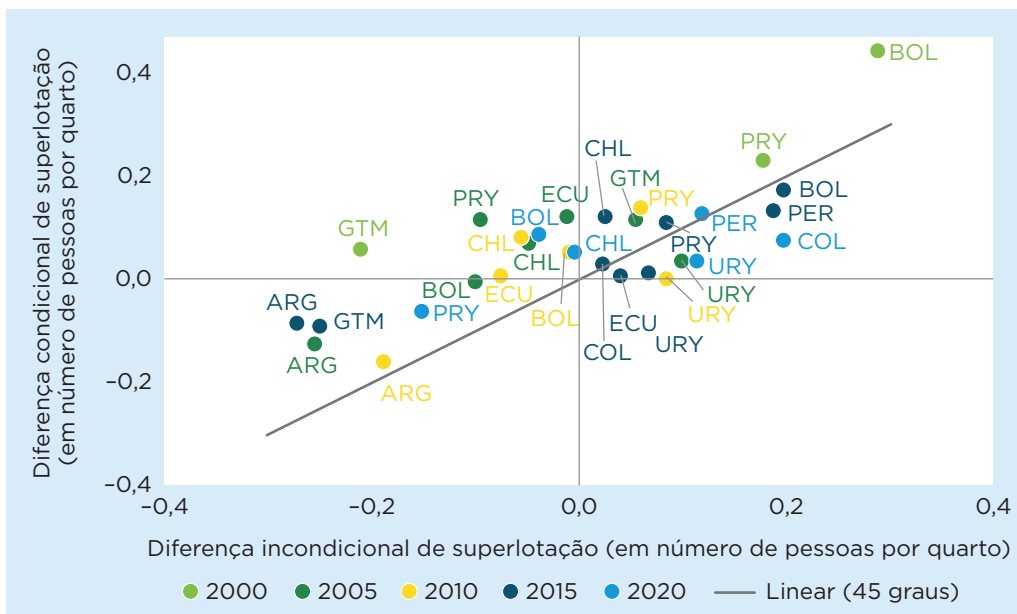
Fonte: Cálculos dos autores, a partir da Base de Dados do Centro GHS 2015 e microdados dos censos demográficos descritos no quadro 1.2.

Notas: A figura mostra o número médio de quartos de domicílios migrantes e residentes, por cidade. Os resultados foram semelhantes quando estimados apenas para migrantes internacionais.

As famílias migrantes também dispunham de menos espaço interior do que as famílias residentes permanentes, medida pelo número de cômodos e quartos. Para avaliar se os domicílios migrantes estavam mais lotados, calculamos um “índice de superlotação” simples, dividindo o número de indivíduos residentes em um domicílio pelo número de quartos na unidade habitacional. Para avaliar a “diferença de superlotação” entre os dois grupos, usamos duas abordagens diferentes. A primeira envolveu um cálculo simples da diferença incondicional no índice de superlotação entre migrantes e residentes. Para a segunda, calculamos diferenças condicionais, considerando as características demográficas (como idade e renda), que prevaleceriam se famílias residentes e migrantes compartilhassem os mesmos atributos. Os resultados são apresentados na Figura 3.4, em que o eixo x representa a diferença incondicional de superlotação.

Ao contrário da diferença observada entre famílias migrantes e residentes no número de quartos, a diferença incondicional de superlotação não apresentou consistentemente valores positivos. Em aproximadamente metade dos países da nossa amostra, durante 2005 e 2010 o número de pessoas por quarto em domicílios migrantes foi significativamente inferior ao de domicílios residentes. No Equador, por volta

FIGURA 3.4 | Diferença de superlotação, por condição migratória



Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados de pesquisas domiciliares, em torno do ano indicado na figura.
Notas: A figura mostra as diferenças condicionais e incondicionais entre o número de pessoas por quarto de famílias migrantes e residentes em países latino-americanos, usando dados de pesquisas domiciliares entre 2000 e 2020. Os países incluídos são Argentina (ARG), Bolívia (BOL), Brasil (BRA), Chile (CHL), Colômbia (COL), Equador (ECU), Guatemala (GTM), Nicarágua (NIC), Peru (PER), Paraguai (PRY) e Uruguai (URY). As diferenças incondicionais refletem simplesmente a diferença na taxa de ocupação (número total de membros da família dividido pelo número de quartos na unidade) entre famílias residentes e migrantes. Para calcular as taxas condicionais, em cada país e ano estimamos um modelo de regressão linear, onde a variável de resultado é o número de pessoas por quarto. As variáveis explicativas incluem renda familiar, idade do(a) chefe da família, sexo, estado civil e escolaridade e um indicador de condição migratória. O coeficiente sobre a condição migratória é a diferença de ocupação condicional. Os resultados foram semelhantes quando estimados apenas para migrantes internacionais.

de 2015, por exemplo, o número médio de pessoas por quarto entre os migrantes era aproximadamente 0,07 menor do que entre os residentes, com as famílias residentes tendo, em média, 1,97 pessoa por quarto naquele ano. A diferença condicional, no entanto, tendeu a ser positiva na maioria dos casos. Em outras palavras, quando comparamos famílias residentes e migrantes com renda, idade, número de filhos e outros fatores relevantes iguais, verificamos que os migrantes tendiam a residir em unidades habitacionais um pouco mais lotadas (cerca de 5 por cento) do que os residentes.

Um aspecto vital do consumo habitacional é o acesso a serviços de água e esgoto. A presença de infraestrutura adequada de água e esgoto não apenas atende às necessidades humanas básicas de água potável e saneamento, mas também contribui para a saúde pública, a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento econômico. As estatísticas descritivas apresentadas na Tabela 3.3 revelam que, embora o acesso geral a essas comodidades públicas essenciais fosse relativamente alto nas cidades lati-

TABELA 3.3 | Serviços habitacionais nos países da América Latina e do Caribe, por condição migratória, c. 2015

País	Número de observações		Domicílios conectados à rede pública de água (%)		Domicílios com acesso a água na unidade (%)		Domicílios com acesso a esgoto (%)	
	Migrante	Residente	Migrante	Residente	Migrante	Residente	Migrante	Residente
Argentina	916	36.701	0,968	0,901	0,971	0,968	—	—
Bolívia	582	7.353	0,829	0,881	0,527	0,579	0,873	0,896
Chile	7.117	57.799	0,998	0,997	0,996	0,996	—	—
Colômbia	6.283	25.298	0,987	0,984	—	—	0,990	0,989
Equador	912	17.605	0,947	0,960	0,881	0,911	0,996	0,992
Guatemala	324	10.142	0,025	0,019	—	—	0,778	0,642
Paraguai	662	4.920	0,909	0,867	0,604	0,632	0,699	0,717
Peru	1.132	18.456	0,896	0,904	0,795	0,852	—	—
Uruguai	2.512	35.553	0,993	0,993	0,992	0,990	—	—

Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados de pesquisas domiciliares de 2015 para todos os países, exceto Guatemala (2014) e Paraguai (2016).

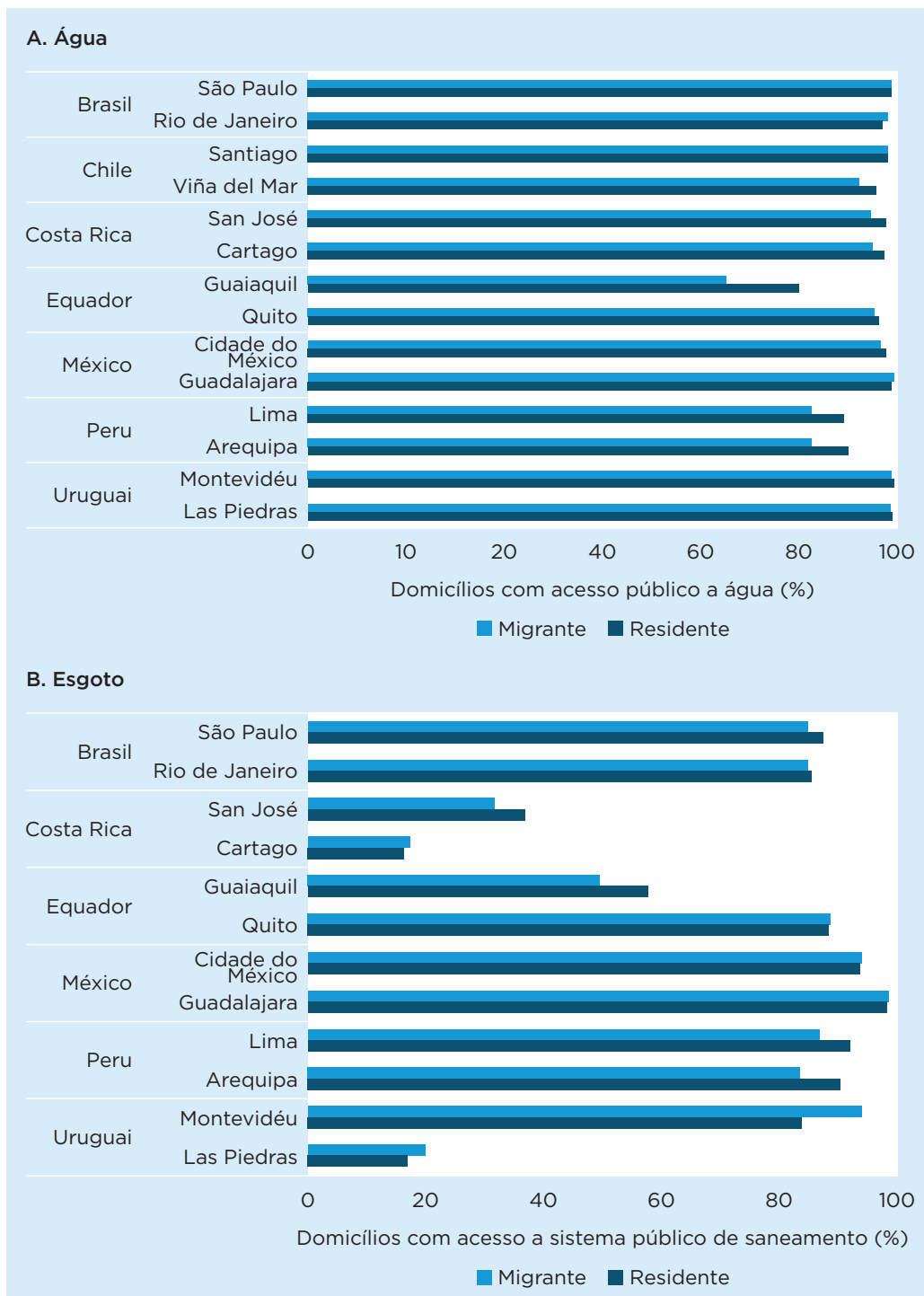
Notas: Os resultados foram semelhantes na maioria dos países, quando estimados apenas para migrantes internacionais. A proporção de acesso público a água encanada e água na unidade foi maior para os migrantes internacionais do que para os residentes em países como Bolívia, Equador, Peru e Uruguai; e o acesso a esgoto, à época, foi maior para os migrantes internacionais do que para os residentes na Bolívia e na Colômbia.

no-americanas por volta de 2015, a probabilidade de os migrantes disporem dessas comodidades era menor em alguns países do que em outros. Na Bolívia, por exemplo, enquanto 88 por cento das famílias residentes estavam conectadas à rede pública de água, entre as famílias migrantes esse percentual era de apenas 83 por cento. Por outro lado, em outros países as diferenças observadas foram menores ou, em alguns casos — Argentina, por exemplo — as famílias migrantes tinham melhor acesso.

A figura 3.5 fornece uma representação gráfica das disparidades encontradas no acesso a serviços de água e esgoto entre famílias migrantes e residentes em várias cidades latino-americanas, que diferiram substancialmente nesse aspecto. Em várias cidades, incluindo San Jose, Guayaquil, Arequipa e Lima, os migrantes tinham menor probabilidade de acesso a esses serviços essenciais. É importante notar, no entanto, que em algumas cidades como Guadalajara e Montevideu ocorreu o contrário, com taxas de acesso mais altas (até certo ponto) entre os migrantes do que entre os residentes.

Em suma, verificamos que os migrantes exigiam menos espaço interno, tinham acesso limitado a redes públicas de água e esgoto em várias cidades e, após levar em conta as características demográficas, geralmente viviam em condições de maior lotação do que suas contrapartes locais. Essas constatações foram consistentes com estudos que estabeleceram uma relação positiva entre fluxos migratórios e o crescimento de

FIGURA 3.5 | Acesso a água e saneamento públicos nas cidades da América Latina e do Caribe, por condição migratória



Fonte: Cálculos a partir da Base de Dados do Centro GHS 2015 e microdados dos censos demográficos descritos no quadro 1.2.

bairros informais, uma vez que áreas sem acesso a serviços públicos básicos são geralmente definidas como tal.⁷

Por fim, muitos trabalhos têm sugerido que as pessoas que vivem em bairros informais tendem a priorizar a qualidade da localização em detrimento da qualidade da moradia. Em outras palavras, apesar das desvantagens potenciais em termos de qualidade da moradia e acesso a serviços básicos nessas áreas, os moradores desses bairros optam por eles devido à sua proximidade com o centro da cidade (ver, por exemplo, Celhay e Undurraga 2022; Bird, Montebruno e Regan 2017; Galiani et al., 2017). Essa opção estratégica lhes permite aproveitar os benefícios das economias de aglomeração inerentes a áreas urbanas centrais, bem como melhorar a sua produtividade e as suas perspectivas de emprego (Glaeser, 2012). Se os migrantes estão mais inclinados a se estabelecer em bairros informais, segue-se que eles também têm maior probabilidade de residir nas proximidades de centros de emprego, mesmo que isso signifique comprometer seu uso de serviços habitacionais. Lamentavelmente, a falta de dados relevantes restringe um exame direto dessa hipótese.⁸

Influência dos preços dos aluguéis e da renda familiar na demanda habitacional

As seções anteriores estabeleceram uma notável disparidade nos índices de casa própria entre migrantes e residentes, bem como uma menor demanda por serviços habitacionais entre migrantes. Nesta seção, o foco muda para a avaliação da influência dos preços e da renda na demanda habitacional de famílias migrantes e residentes. Dadas as limitações impostas pela indisponibilidade de dados, a análise concentra-se principalmente no mercado de aluguel.⁹

Para examinar a influência dos preços dos aluguéis e da renda familiar no consumo habitacional, estimamos a elasticidade-preço e a elasticidade-renda da demanda habitacional. A elasticidade-preço da demanda mede a variação percentual na quantidade de moradias (isto é, o número de unidades habitacionais) necessárias, em resposta a uma variação percentual nos preços de moradia. Uma baixa elasticidade-preço (valor absoluto entre 0 e 1) indica uma demanda relativamente inelástica, sugerindo que as variações de preços têm um efeito limitado na quantidade necessária de moradias.

7 A ONU-Habitat (2004) caracterizou como assentamentos informais aqueles que atendem a um ou a ambos dos seguintes critérios: (1) pelo menos metade dos moradores não tem direitos de propriedade ou estão envolvidos em arranjos informais de aluguel com alguém que não possui um título de terra e/ou (2) pelo menos metade dos moradores não tem acesso a no mínimo um dos três serviços essenciais a seguir: eletricidade, água potável e/ou saneamento melhorado.

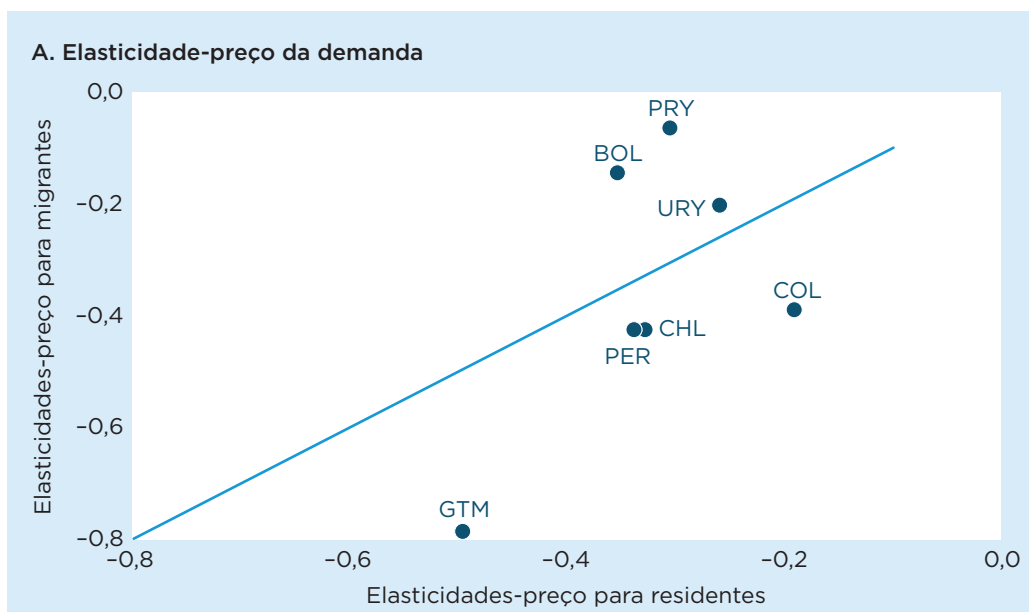
8 Especificamente, faltam informações sobre a localização exata dos domicílios.

9 Embora preços de aluguel sejam encontrados em muitas pesquisas na região, não há informações confiáveis sobre transações de preços de moradia.

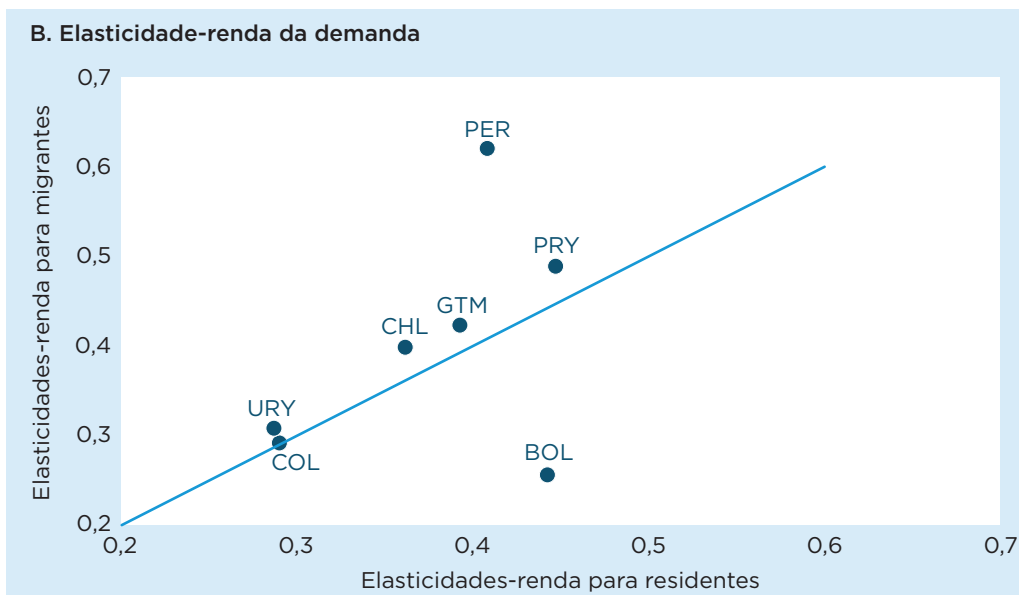
Por outro lado, a elasticidade-renda da demanda quantifica a variação percentual na quantidade de moradias necessárias, em resposta a uma variação percentual na renda familiar. Uma elasticidade-renda positiva significa moradia como um bem normal, indicando que à medida que a renda aumenta, a demanda habitacional também aumenta. Compreender a elasticidade-renda e a elasticidade-preço da demanda é extremamente importante para formuladores de políticas e pesquisadores, visto que oferece uma perspectiva da sensibilidade da demanda habitacional, bem como de flutuações de renda e variações de preços. Essa perspectiva permite a formulação de políticas efetivas, particularmente em mercados nos quais choques migratórios aumentam a demanda.

Para estimar a elasticidade-renda e a elasticidade-preço da demanda habitacional, usamos metodologias econométricas bem estabelecidas (ver, por exemplo, Malpezzi e Mayo 1987). Nossa abordagem de estimativa usou dados em nível de domicílio, abrangendo informações sobre pagamentos totais de aluguel, renda familiar, preços locais de aluguel e características demográficas do domicílio, como seu tamanho. Os resultados, mostrados na Figura 3.6, merecem um exame e uma discussão cuidadosos. Especificamente, nossas estimativas de elasticidades-preço para residentes ficaram dentro da faixa de $-0,2$ a $-0,5$ — semelhantes a estimativas relatadas anteriormente na literatura (ver, por exemplo, Malpezzi e Mayo 1987, Tabela 1). As elasticidades-preço estimadas para migrantes cobriram um espectro mais amplo, abrangendo de $-0,1$ no Paraguai a

FIGURA 3.6 | Elasticidade-preço e elasticidade-renda da demanda por moradia de aluguel na América Latina, c. 2015



(continua na página seguinte)



Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados de pesquisas domiciliares de 2015 para todos os países, exceto Guatemala (2014) e Paraguai (2016).

Notas: Empregamos modelos de regressão linear para estimar a elasticidade-preço e a elasticidade-renda da demanda habitacional, especificamente para moradias de aluguel, entre migrantes e residentes dentro de cada país. Os países incluídos são Argentina (ARG), Bolívia (BOL), Brasil (BRA), Chile (CHL), Colômbia (COL), Equador (ECU), Guatemala (GTM), Nicarágua (NIC), Peru (PER), Paraguai (PRY) e Uruguai (URY). Nossas estimativas envolvem a especificação de uma equação em que o logaritmo natural da renda bruta mensal serve como variável dependente. As covariáveis consideradas consistem no logaritmo da renda familiar, logaritmo do preço mediano de aluguel no respectivo município, tamanho da família e tamanho da família ao quadrado. Os coeficientes das duas variáveis iniciais estão visualmente representados nas figuras acima. Os resultados foram semelhantes quando estimados apenas para migrantes internacionais, com maior elasticidade-renda da demanda para migrantes internacionais do que para migrantes em geral.

-0,8 na Guatemala. No entanto, é importante notar que as elasticidades para migrantes estavam sujeitas a estimativas imprecisas, caracterizadas por amplos intervalos de confiança. Essa imprecisão deveu-se, principalmente, a menores tamanhos amostrais. Quando agregamos os dados de pesquisas de todos os países incluídos no estudo (por volta de 2015) e usamos a mesma especificação parcimoniosa consistente usada na Figura 3.6, a análise revelou uma elasticidade-preço estimada de aproximadamente -0,37. Isso sugeriu que uma queda de 10 por cento nos preços de moradia, obtida, por exemplo, por meio de um subsídio habitacional, levaria a um aumento de aproximadamente 4 por cento na demanda. É importante ressaltar que, quando comparamos as elasticidades-preço da demanda habitacional entre migrantes e residentes dentro dessa especificação agrupada, as disparidades foram mínimas.

O painel A da Figura 3.6 apresenta estimativas da elasticidade-renda da demanda habitacional. Consistente com os achados da literatura acadêmica, a figura mostra elasticidades da renda consistentemente abaixo de 1, geralmente variando de 0,25 a 0,5. Com exceção da Bolívia e do Peru, as disparidades encontradas nas elasticidades-renda entre

migrantes e residentes foram relativamente pequenas. Quando consideramos a especificação agrupada entre países, constatamos que a elasticidade-renda média para residentes foi de aproximadamente 0,38, enquanto o valor para migrantes foi ligeiramente maior, próximo a 0,4. Conseqüentemente, um aumento de 10 por cento na renda correspondeu a um aumento de aproximadamente 4 por cento na demanda habitacional.

As evidências apresentadas acima indicam que a demanda habitacional no mercado de aluguel na região, representando a relação entre os serviços habitacionais pelos quais as famílias estão dispostas a pagar em termos de preço e renda, é comparável entre migrantes e residentes locais. Podemos esperar que o efeito das flutuações nos preços e dos choques de renda na demanda habitacional seja relativamente semelhante para ambos os grupos. As estimativas de elasticidade servem como insumos importantes para que os formuladores de políticas realizem análises contrafactuais e simulem como os choques de migração (bem como outros) afetam os resultados do mercado. A seção 3.3 aprofunda essas ideias.

3.2. Oferta habitacional: fornecer abrigo adequado pode ser um desafio

Oferta habitacional, no contexto desta análise, designa a quantidade de “serviços habitacionais” acessíveis para compra ou aluguel em um mercado ou área geográfica específica, a um determinado preço. Como discutimos na seção 3.1, embora possamos pensar no conceito de “serviços habitacionais” como pertinentes principalmente ao espaço interno total da moradia, ele engloba componentes adicionais, tais como sua qualidade geral e a disponibilidade de serviços públicos. Entender os determinantes da oferta habitacional é essencial, e um fator significativo é a presença de terras urbanizáveis (Saiz 2010; Harari 2020). Em áreas onde a terra é abundante e está prontamente acessível, a construção de novas unidades habitacionais tende a ser mais fácil e seu preço mais acessível. No entanto, em regiões densamente povoadas ou onde a disponibilidade de terras é limitada, os custos associados à construção de novas unidades habitacionais podem ser consideravelmente mais altos. Outro determinante fundamental da oferta habitacional é o custo de construção (Glaeser e Gyourko 2018). Os gastos envolvidos na construção de novas unidades habitacionais são influenciados por custos de materiais, gastos com mão de obra, exigências regulatórias e outros fatores. Em áreas onde esses custos são altos, as incorporadoras podem estar menos dispostas a construir novas unidades habitacionais, gerando uma escassez de oferta de moradias disponíveis. As políticas governamentais também exercem uma influência significativa na oferta habitacional (Hilber e Vermeulen 2016; Ihlanfeldt, 2007; Mayer e Somerville 2000). Leis de zoneamento e códigos de construção, por exemplo, podem afetar a acessibilidade da terra e os custos de construção. Além disso, políticas relacionadas

a tributação, subsídios e incentivos podem moldar as decisões das incorporadoras de construir novas moradias. Ao compreender a interação entre esses determinantes e a oferta habitacional, os formuladores de políticas podem eficazmente abordar os desafios e promover um mercado de moradia adequado e sustentável.

Na América Latina, e em muitas outras partes do mundo em desenvolvimento, moradias são fornecidas tanto em mercados formais quanto informais. Mercados formais de moradia geralmente se referem a mercados habitacionais legais e regulamentados, tipicamente caracterizados por direitos de propriedade claros, proteção legal para inquilinos e proprietários ou, em alguns cenários, pelo acesso a sistemas formais de financiamento e hipoteca. As unidades habitacionais em mercados formais são geralmente construídas por incorporadoras licenciadas, e a construção está sujeita a códigos de construção e regulamentos de zoneamento. Os mercados formais são geralmente considerados mais estáveis e seguros do que os informais, com unidades habitacionais de melhor qualidade e maior acesso a serviços públicos como água, saneamento e eletricidade. Em contraste, os mercados habitacionais informais são caracterizados pela falta de direitos de propriedade, e as unidades habitacionais são muitas vezes construídas sem levar em conta regulamentos de zoneamento ou códigos de construção. Os mercados informais normalmente têm altos níveis de pobreza, acesso limitado a serviços públicos e condições de vida inadequadas. A moradia informal suscita várias preocupações, especialmente no que diz respeito a infraestrutura urbana inadequada. Compreender as interconexões dos mercados formais e informais é importante na formulação de políticas para acomodar adequadamente um influxo de migrantes em uma área urbana.¹⁰

O restante desta seção analisa dois tópicos relacionados. Primeiramente, discutimos o *trade-off* entre a oferta dos mercados habitacionais formais e informais na região. Em seguida, avaliamos as diferenças na capacidade de resposta potencial da oferta habitacional — isto é, a elasticidade-preço da oferta habitacional — nas cidades latino-americanas.

A oferta habitacional formal versus informal

A expansão da oferta habitacional informal pode oferecer opções de moradia financeiramente acessíveis a famílias de baixa renda, tanto migrantes quanto residentes, cujas restrições financeiras específicas — ou, às vezes, sua condição legal — podem impedir seu acesso a moradia formal. É importante reconhecer, no entanto, que a proliferação

10 Residentes de moradias informais, por exemplo, podem procurar comprar unidades habitacionais formais à medida que se tornam financeiramente mais estáveis, enquanto incorporadoras no mercado formal podem procurar comprar terras em áreas de assentamento informal para desenvolvimento futuro.

de mercados imobiliários informais também impõe custos e desafios significativos. A ausência de infraestruturas urbanas básicas, tais como instalações adequadas de água e saneamento, é especialmente onerosa, o que pode dar origem a problemas de saúde pública, incluindo a propagação de doenças. Além disso, os bairros informais são frequentemente caracterizados por condições de vida precárias, incluindo superlotação e estruturas habitacionais insuficientes (Libertun de Duren 2021). Ademais, a ausência de direitos de propriedade nesses mercados tem implicações prejudiciais para vários resultados econômicos. Pesquisas têm mostrado o potencial transformador da concessão de direitos de propriedade a indivíduos que residem em bairros informais, demonstrando que essa medida pode melhorar significativamente a percepção que os moradores têm do seu bem-estar (Tella, Galiant e Schargrotsky 2007) e os resultados de emprego (Field 2005), além de incentivar o aumento do investimento em moradia (Galiani e Schargrotsky 2010). Além do mais, uma revisão abrangente da literatura realizada por Marx, Stoker e Suri (2013) concluiu que viver em bairros informais pode perpetuar ciclos de pobreza, atuando como uma armadilha de pobreza.¹¹

A oferta habitacional informal também pode ter consequências duradouras e restringir o uso eficiente da terra. Com base em uma análise teórica da ocupação urbana, por exemplo, uma hipótese apresentada por Brueckner e Selod (2009) e Brueckner (2013) sugeriu que a moradia informal exerce pressão sobre o mercado habitacional formal ao reduzir a área disponível para residentes formais, levando a um aumento dos preços da terra no setor formal. Brueckner, Mation e Nadalin (2019) testaram e confirmaram essas previsões teóricas em cidades brasileiras. Em outro estudo influente, Henderson, Regan e Venables (2021) estimaram grandes perdas de bem-estar decorrentes de fricções institucionais que dificultam a transformação do uso da terra em Nairóbi, no Quênia. Entre suas principais observações estava a de que o uso informal da terra pode ser persistente. O redesenvolvimento de assentamentos informais é caro, e fricções associadas podem limitar o desenvolvimento de construções formais em locais desejáveis. O crescimento ou a melhoria de assentamentos informais pode acentuar ineficiências no mercado fundiário. Dois outros estudos chegaram a uma conclusão semelhante ao examinar os potenciais efeitos inibidores dos programas de urbanização de bairros na formalização tempestiva de assentamentos informais.¹² Um deles, conduzido por Harari e Wong (2021) em Jacarta, na Indonésia, postulou que iniciativas de melhoria de assentamentos informais podem realmente impedir o redesenvolvimento de longo prazo dessas áreas. Outro, de Michaels et al. (2021), argumentou que, em comparação com áreas vizinhas não tratadas, os bairros informais que passaram por melhorias em Dar es Salaam, na

11 Entre outros estudos que analisaram os efeitos negativos dos bairros informais estão os de Furszyfer Del Rio e Sovacool (2023), Brotherhood et al. (2022), Turok, Budlender e Justin Visagie (2018) e Lanjouw e Levy (2002).

12 Programas de melhoria de bairros são amplamente populares em todo o mundo em desenvolvimento (ONU-Habitat 2004).

Tanzânia, não apresentaram melhoria significativa ou pioraram ainda mais após um período de duas a três décadas. Por fim, Libertun de Duren et al.(2022) constataram que a condição da infraestrutura nas favelas melhoradas do Rio de Janeiro não é melhor, após uma década, do que nas favelas que não passaram por melhorias.

Em suma, além das externalidades amplamente reconhecidas decorrentes do subconsumo de moradia, os assentamentos informais geram distorções persistentes no mercado fundiário, que resultam em uma redução geral do bem-estar econômico.

Com que rapidez a oferta habitacional se ajusta aos preços?

A elasticidade-preço da oferta habitacional refere-se à medida em que a quantidade de moradias fornecida muda em resposta as variações no preço dos imóveis residenciais. Quando a elasticidade é alta, a oferta habitacional é altamente responsiva às mudanças na demanda. Consequentemente, é provável que os preços de compra e de aluguel se ajustem apenas ligeiramente em resposta a um choque de demanda. Por outro lado, quando a oferta habitacional é relativamente inflexível, mesmo uma pequena mudança na demanda pode gerar aumentos significativos em preços de compra e de aluguel. Pesquisas exaustivas relatadas na literatura acadêmica forneceram evidências convincentes de que o grau em que as flutuações da demanda se traduzem em aumento de preços de casas depende em grande parte da capacidade de resposta da oferta habitacional (Mayer e Somerville 2000; Malpezzi e Maclennan 2001; Glaeser, Gyourko e Saks 2006; Gyourko 2009). Na seção 3.3, exploraremos mais detalhadamente esses pontos. No entanto, fica claro, nessa etapa, que o declive da oferta, que está diretamente ligada à elasticidade da oferta habitacional, serve como parâmetro primordial para avaliar se futuros aumentos de demanda, como aqueles resultantes da migração, resultarão predominantemente em preços de compra e de aluguel mais altos ou se, alternativamente, estimularão um aumento significativo na construção de moradias.

Qual a variação da elasticidade-preço da oferta entre localidades? A elasticidade-preço da oferta habitacional depende de vários fatores, incluindo disponibilidade de terras urbanizáveis, custos de construção e regulamentos de construção, que provavelmente variam amplamente entre áreas urbanas. De fato, estudos constataram uma grande variação nas elasticidades da oferta habitacional entre áreas metropolitanas no Brasil (Guedes, Iachan e Sant'Anna 2023), na Suíça (Ehrlich, Schöni e Büchler 2018), no Reino Unido (Hilber e Vermeulen 2016) e nos Estados Unidos (Saiz 2010; Gorback e Keys 2020). Caldera e Johansson (2013) também mostraram que essa elasticidade varia muito entre os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Além disso, Baum-Snow e Han (2022) recentemente apresentaram evidências convincentes de que grandes diferenças na elasticidade-preço da oferta habitacional podem ocorrer mesmo dentro de áreas metropolitanas. Além disso, a oferta efetiva de

Quadro 3.1 A probabilidade de os migrantes serem forçados a sair do mercado formal por discriminação é maior?

A discriminação no mercado habitacional continua sendo um obstáculo significativo para alguns migrantes que procuram moradia adequada, limitando suas oportunidades de integração econômica e mobilidade ascendente. Zanoni e Diaz (2023), por exemplo, mostraram que migrantes venezuelanos na Colômbia muitas vezes se deparam com práticas discriminatórias quando procuram moradia para alugar. Como resultado, podem ser recusados para aluguel ou encontrar aluguéis mais altos, opções de moradia limitadas, ou condições de aluguel desfavoráveis com base em sua origem nacional, etnia ou condição de imigrante. Em geral, a discriminação no mercado de aluguel pode levar a aumento dos custos de moradia, instabilidade habitacional e acesso limitado a bairros desejáveis.

A discriminação também pode dificultar o acesso de migrantes à casa própria. Eles podem encontrar obstáculos na obtenção de empréstimos hipotecários, enfrentar taxas de juros mais altas ou estar sujeitos a práticas de empréstimo discriminatórias, o que pode limitar sua capacidade para acumular riqueza por meio da casa própria e contribuir para a estabilidade econômica de longo prazo. De forma mais ampla, a discriminação pode perpetuar a segregação residencial, levando à exclusão social e ao acesso limitado a serviços essenciais e oportunidades.

Abordar práticas discriminatórias, promover políticas habitacionais inclusivas e fomentar a colaboração entre as partes interessadas pode promover o crescimento de comunidades urbanas justas, vibrantes, diversificadas e inclusivas.

moradia poderia ser mediada por outros fatores como, por exemplo, a discriminação, como discutido no Quadro 3.1.

Embora não tenhamos conhecimento de nenhum estudo acadêmico que estime as elasticidades da oferta habitacional em outras cidades latino-americanas além do Brasil (Guedes, Iachan e Sant’Anna 2023; Alves 2021), pode-se razoavelmente supor que existe uma ampla gama de elasticidades. A variabilidade nas características geográficas e na disponibilidade de terra entre as cidades latino-americanas é significativa e isso, por si só, é um indicativo da probabilidade dessa a gama diversificada. As subseções seguintes explorarão detalhadamente essa hipótese, com discussões separadas para os mercados habitacionais formal e informal.

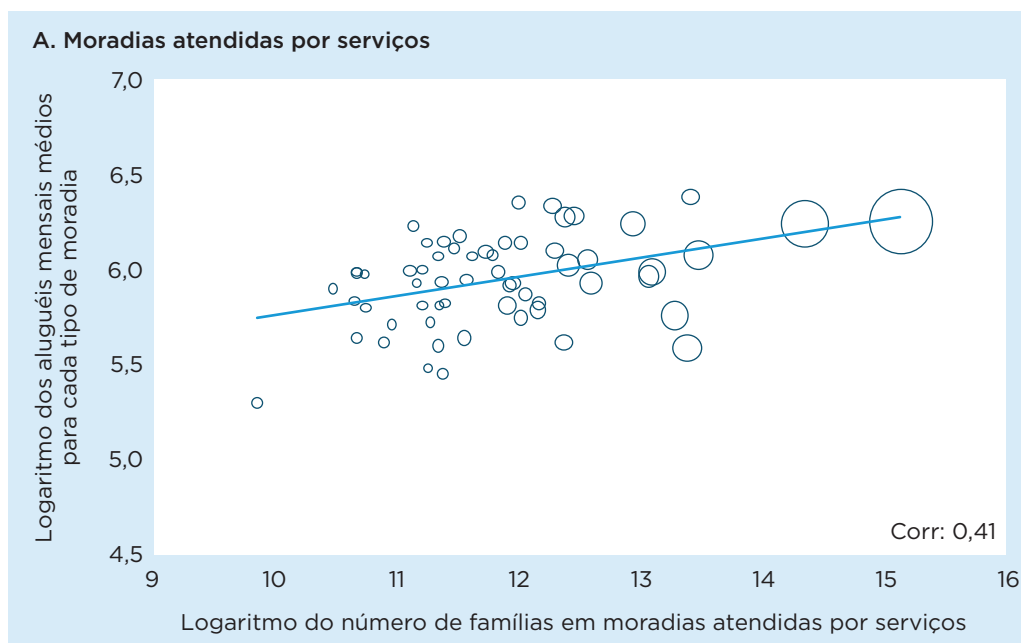
Elasticidade da oferta habitacional nos mercados formal e informal

Moradia informal envolve o uso não autorizado de terras públicas e privadas para fins residenciais. O uso da terra de maneira informal é um fator crítico na criação de moradias. À medida que os assentamentos informais se desenvolvem sem aderir a nenhuma regulamentação de uso da terra, podem, plausivelmente, promover crescimento e, assim, contribuir para um aumento na elasticidade da oferta habitacional. Além disso, se bairros informais são mais difundidos em cidades com restrições geográficas mais rigorosas, sua presença pode ofuscar a influência da disponibilidade de terras. Por essas razões, a presença da informalidade deve afetar a capacidade de res-

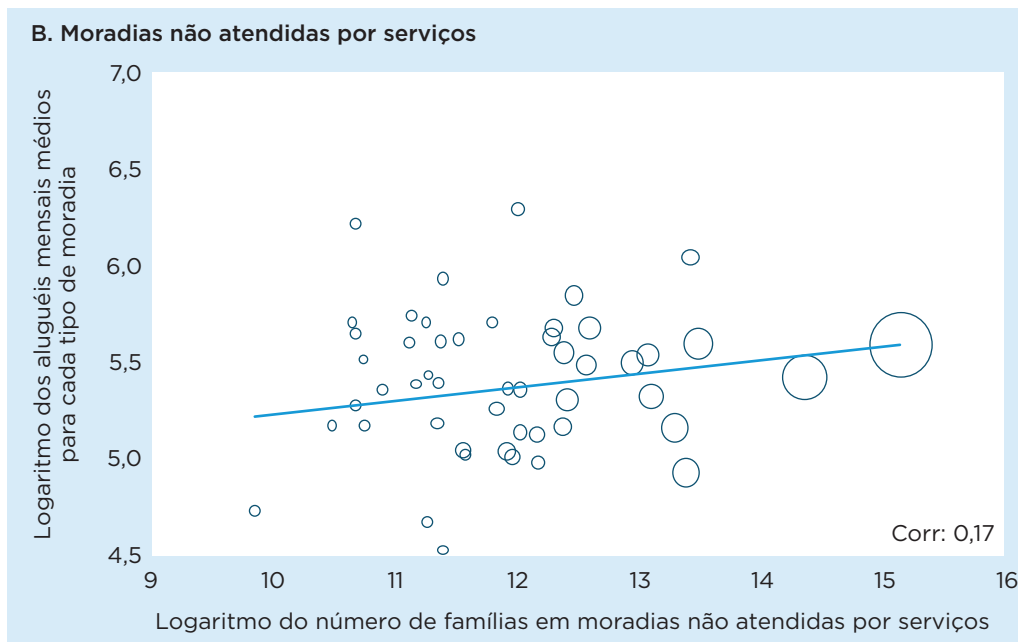
posta da oferta habitacional a um choque de demanda. Alves (2021) mostrou que isso efetivamente ocorre, fornecendo evidências confiáveis de que a elasticidade da oferta habitacional nos mercados formais é substancialmente menor do que nos mercados informais. Alves constatou que, quando a demanda habitacional nas cidades brasileiras aumentou 10 por cento, os aluguéis subiram 3,7 por cento no mercado formal, mas apenas 0,7 por cento no mercado informal. Essa relação fica evidente na Figura 3.7, em que os aluguéis são traçados em função do número de domicílios nos mercados formal e informal no Brasil e no México. O gráfico fornece uma representação visual clara e concisa de duas observações fundamentais e intuitivas. Em primeiro lugar, um choque positivo de demanda causado pela migração provavelmente resultará em um aumento notável no custo dos serviços habitacionais, especificamente no mercado formal. Em segundo lugar, um choque migratório também pode estimular um aumento na produção de moradias informais, particularmente em áreas onde a demanda é elevada.

Em um estudo relacionado, Guedes, Iachan e Sant'Anna (2023) empregaram uma combinação de dados censitários e de satélite para estimar a elasticidade (inversa) da oferta habitacional, combinando setores formais e informais para mais de 90 áreas metropolitanas em todo o Brasil. Os autores mostraram que o nível de informalidade e de restrições geográficas afetou diretamente a oferta de moradia nessas cidades. A Figura 3.8, por exemplo, baseada nesse estudo, mostra a forte correlação positiva

FIGURA 3.7 | Aluguéis e população nos mercados habitacionais formal e informal no Brasil



(continua na página seguinte)



Fonte: Cálculos dos autores, com base na Base de Dados do Centro GHS 2015 e microdados dos censos demográficos descritos no quadro 1.2.

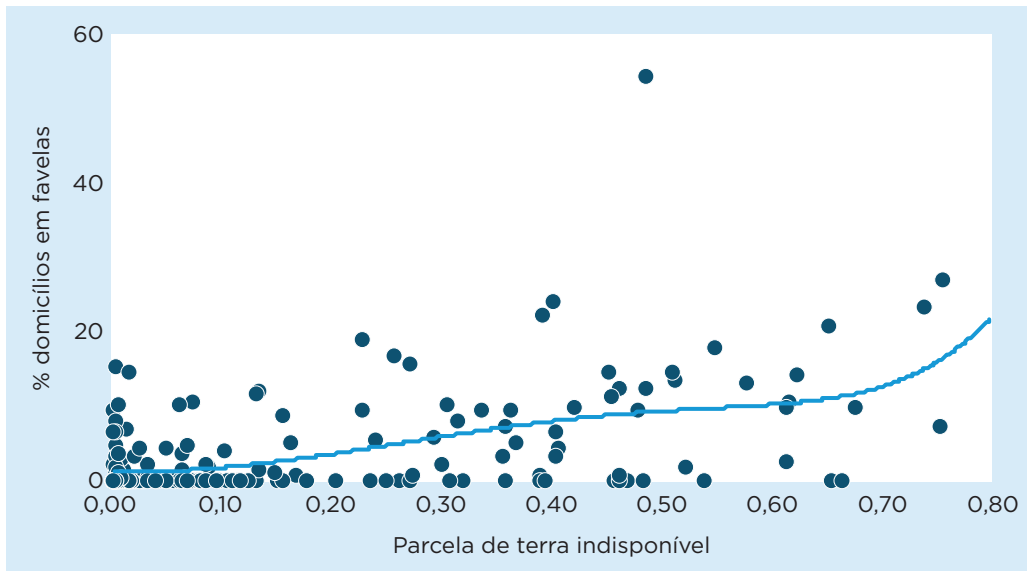
Notas: O painel A traça o logaritmo dos aluguéis mensais médios para moradias atendidas por serviços, em relação ao logaritmo do número de famílias em moradias atendidas. O painel B traça a mesma relação para moradias não atendidas. Seguindo Alves (2021), moradias não atendidas por serviços carecem tanto de serviços básicos de água (sem conexão dentro de casa à rede de água local) quanto de saneamento (sem conexão com a rede de esgoto local ou sem fossa séptica). Nossa amostra é composta por todas as pessoas que vivem em áreas urbanas e em uma cidade GHS com mais de 300 mil habitantes no momento do censo. Cada ponto corresponde a uma cidade. Nesse gráfico usamos pesos amostrais.

entre moradia informal e indisponibilidade de terras. Áreas com menos terra disponível (onde a oferta habitacional é menos elástica) também apresentam mais moradias informais (onde a oferta é mais elástica). Assim, a onipresença de moradia informal pode contribuir para o aumento da elasticidade da oferta de moradia, mitigando parcialmente as limitações impostas por restrições geográficas.

A Figura 3.9, também baseada em Guedes, Iachan e Sant’Anna (2023), mostra a elasticidade estimada (inversa) da oferta habitacional para cerca de 90 regiões metropolitanas no Brasil. Ela evidencia claramente uma variação substancial nas elasticidades estimadas entre áreas urbanas.

Elasticidade da oferta no mercado formal: a “diferença de altura de edifícios”

Evidências indiretas de restrições regulatórias e elasticidades da oferta habitacional amplamente variadas em cidades da América Latina foram apresentadas por dois estu-

FIGURA 3.8 | Moradias não atendidas por serviços e indisponibilidade de terras

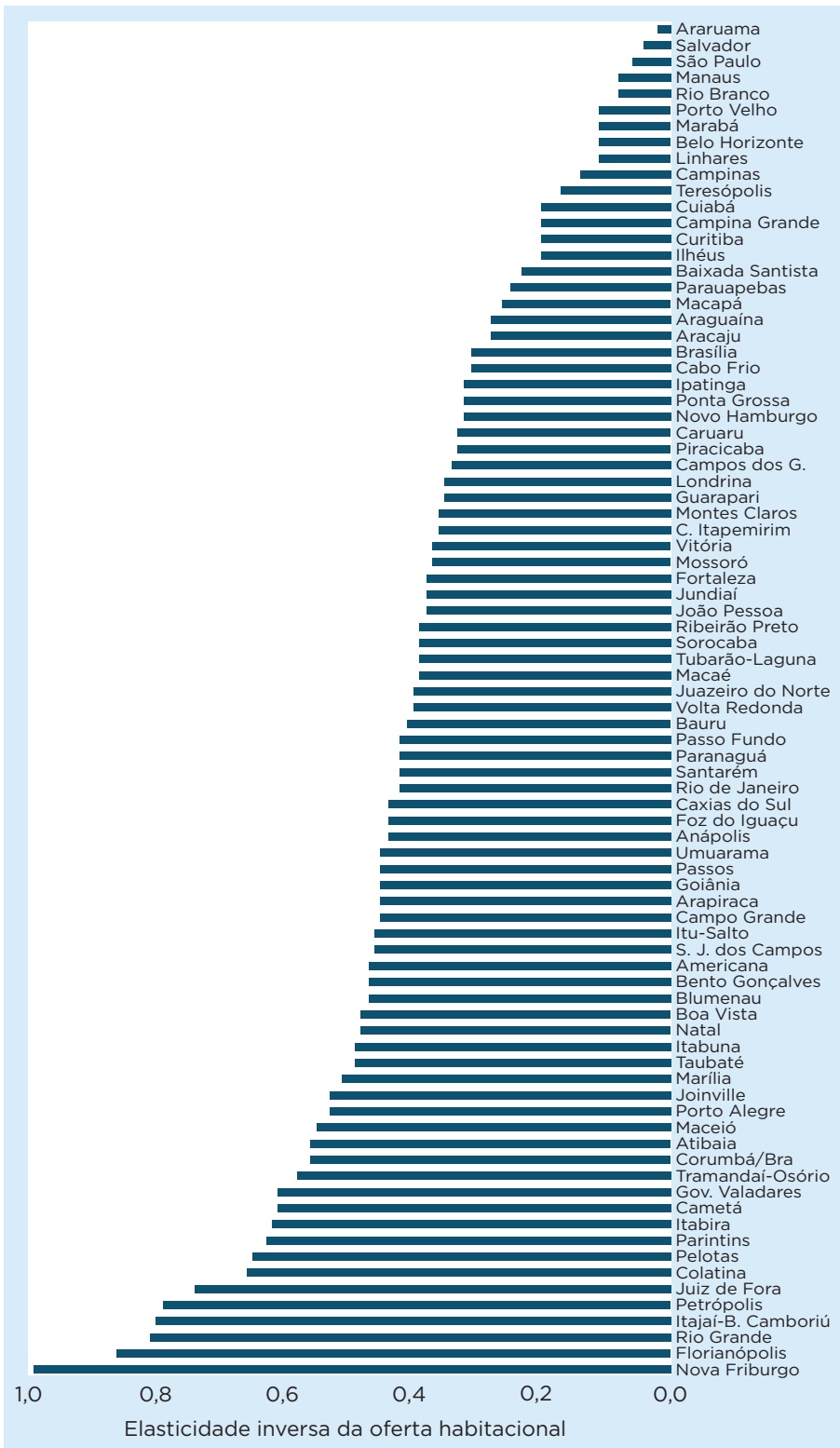
Fonte: Cálculos dos autores, com base em Guedes et al., 2023.

Nota: Os autores definem parcela de terra indisponível como a fração de pixels do mapa dentro de um raio de 10 km ao redor do centro da cidade que são cobertos por água ou são muito íngremes (sempre que um pixel do mapa apresenta uma inclinação superior a 30 por cento). Cada ponto é um arranjo no Brasil.

dos recentes e relacionados, Jedwab, Barr e Brueckner (2022) e Jedwab e Barr (2022). Usando como referência um conjunto de países com maior elasticidade da oferta, Jedwab, Barr e Brueckner (2022) procuraram investigar se o número de edifícios altos em um país é menor do que seria esperado, com base nas características desse país. Para tanto, os autores empregaram um conjunto de dados que enumerou todos os edifícios altos (com mais de 80 metros de altura) em todo o mundo, juntamente com ano de construção e altura. Aplicando técnicas econométricas (especificamente, modelos de regressão em painel), os autores estabeleceram uma correlação entre uma medida do estoque de edifícios altos per capita nos países de referência identificados e duas variáveis-chave que, de acordo com o modelo urbano padrão, devem determinar as razões piso-área e densidade populacional: renda e aluguel de terra agrícola. Para países fora do grupo de referência, os autores inseriram valores para essas variáveis na equação estimada, a fim de prever o estoque de edifícios altos per capita se a elasticidade da oferta do país fosse igual à do grupo de referência. A diferença entre o valor previsto e o estoque real de edifícios altos no país representou a diferença de altura de edifícios (*building height gap* – BHG).

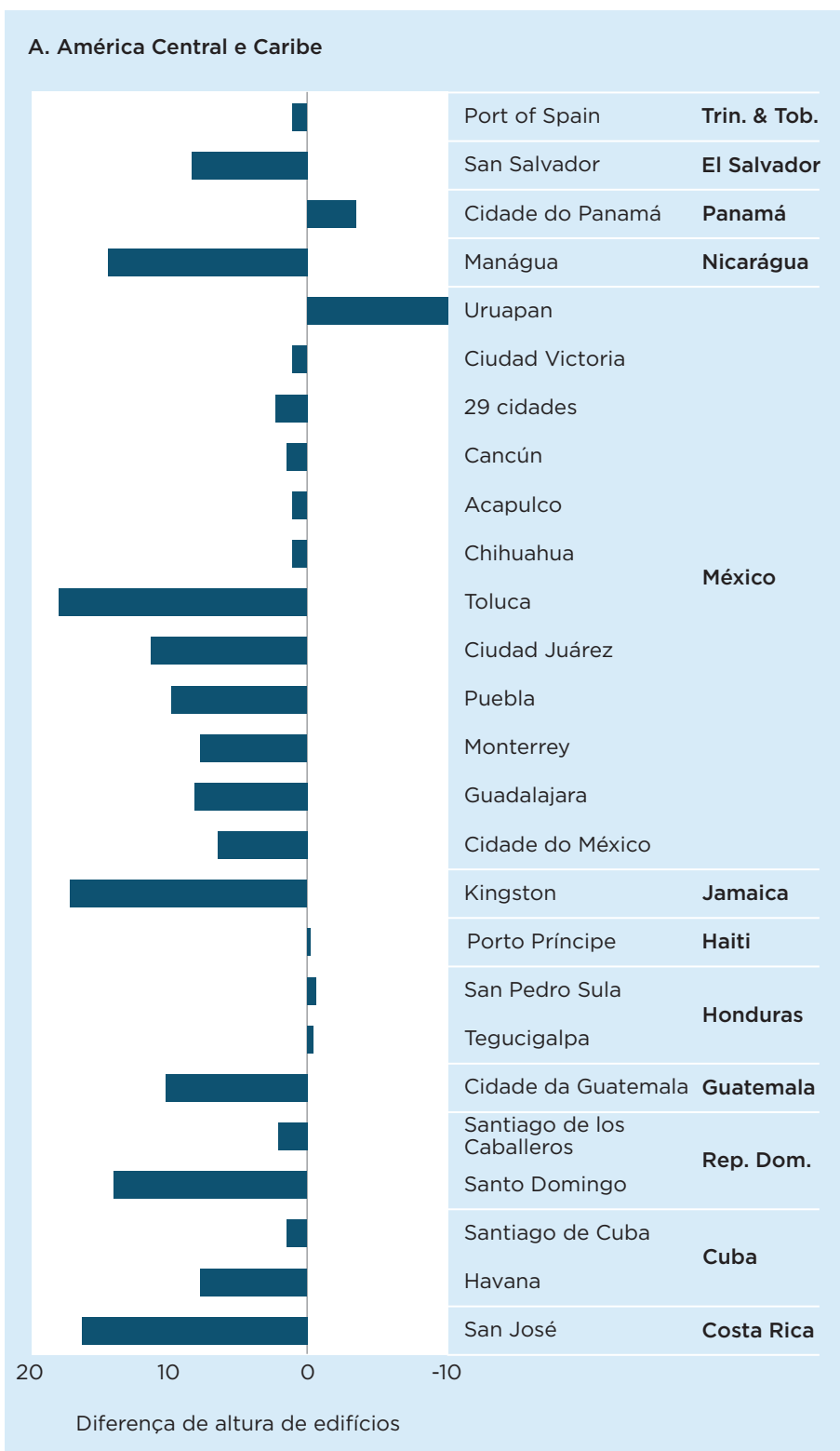
A Figura 3.10 apresenta estimativas da BHG para todas as cidades latino-americanas na amostra usada por Jedwab, Barr e Brueckner (2022). Como mostra a figura, a maioria exibiu diferenças de altura positivas, sugerindo que, na maior parte da região, os

FIGURA 3.9 | Elasticidades inversas da oferta habitacional no Brasil

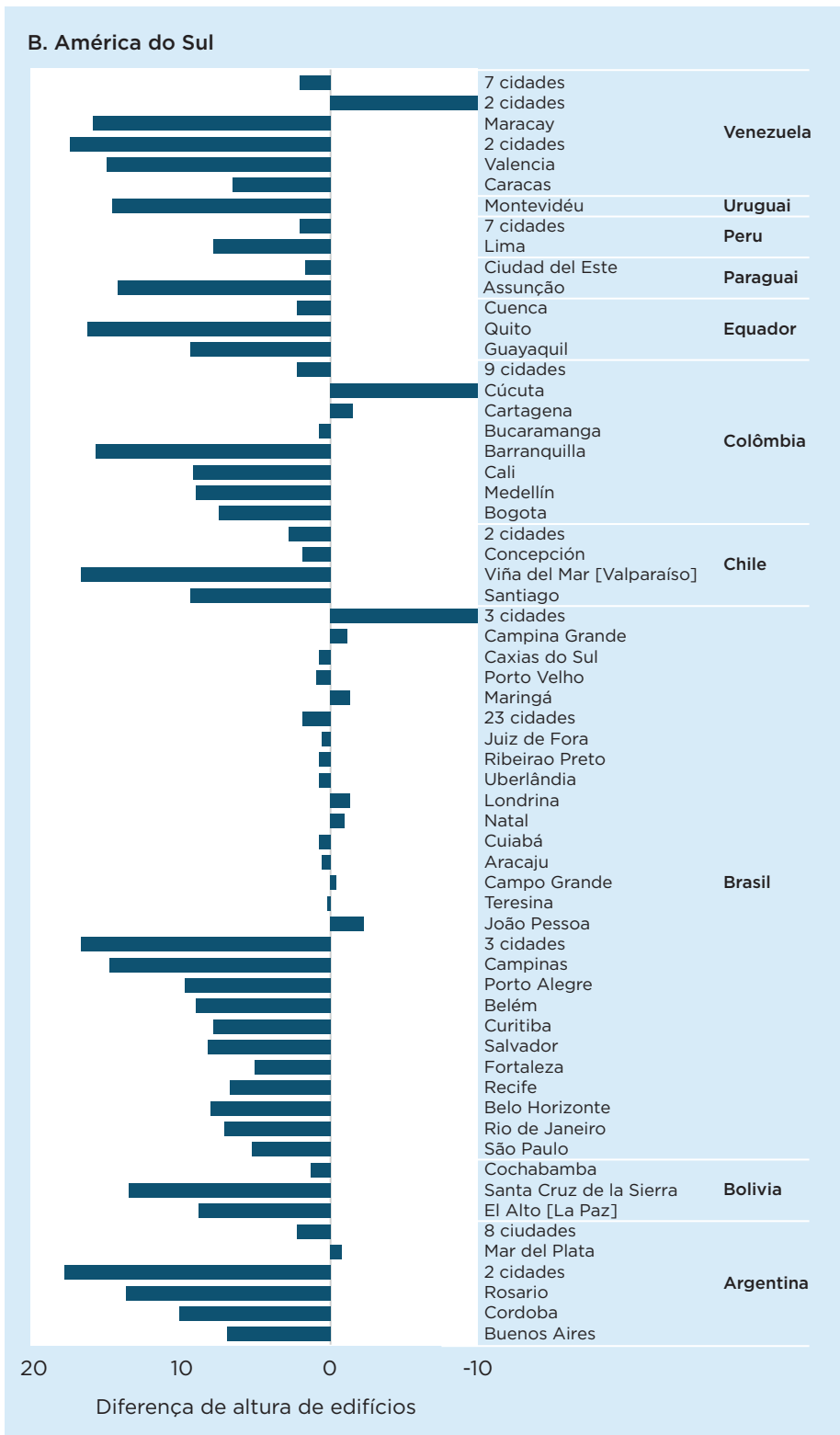


Fonte: Cálculos dos autores, com base em Guedes, Iachan e Sant'Anna 2023, Tabela D.1.
Notas: A amostra é composta por todos os arranjos com mais de 100 mil habitantes no Censo Demográfico Nacional de 2010. Removemos sete arranjos dessa figura, com base em estimativas de pontos negativos para suas elasticidades da oferta inversas.

FIGURA 3.10 | Diferença de altura de edifícios na América Latina e no Caribe



(continua na página seguinte)



Fonte: Cálculos dos autores, com base em Jedwab, Barr e Brueckner 2022 e na Base de Dados do Centro Urbano do GHS 2015.
Notas: Esses números traçam uma análise no nível de cidade das diferenças de altura de edifícios para a América Latina e o Caribe e a América do Sul, respectivamente. Nossa amostra foi composta por todas as cidades da América Latina e do Caribe com mais de 300 mil habitantes. Cada barra corresponde a uma cidade GHS ou a mais de uma se tiverem a mesma lacuna (nesses casos, indica o número de cidades com essa diferença específica). As barras são ordenadas por país e população da cidade. Para as diferenças, usamos a variável dos autores que considera os países de renda elevada e alta (países UMH) como grupo de referência.

edifícios eram muito baixos em relação àqueles em países com regulamentações mais flexíveis. Mas em alguns casos — Cidade do Panamá, por exemplo — os edifícios eram mais altos do que o esperado. Embora a BHG possa incorporar fatores além de discrepâncias nos regulamentos de construção e restrições topográficas, ela ainda oferece evidências convincentes de que as elasticidades da oferta (no mercado formal) podem variar significativamente entre regiões urbanas.

3.3. Forças de mercado em ação

Demanda e oferta

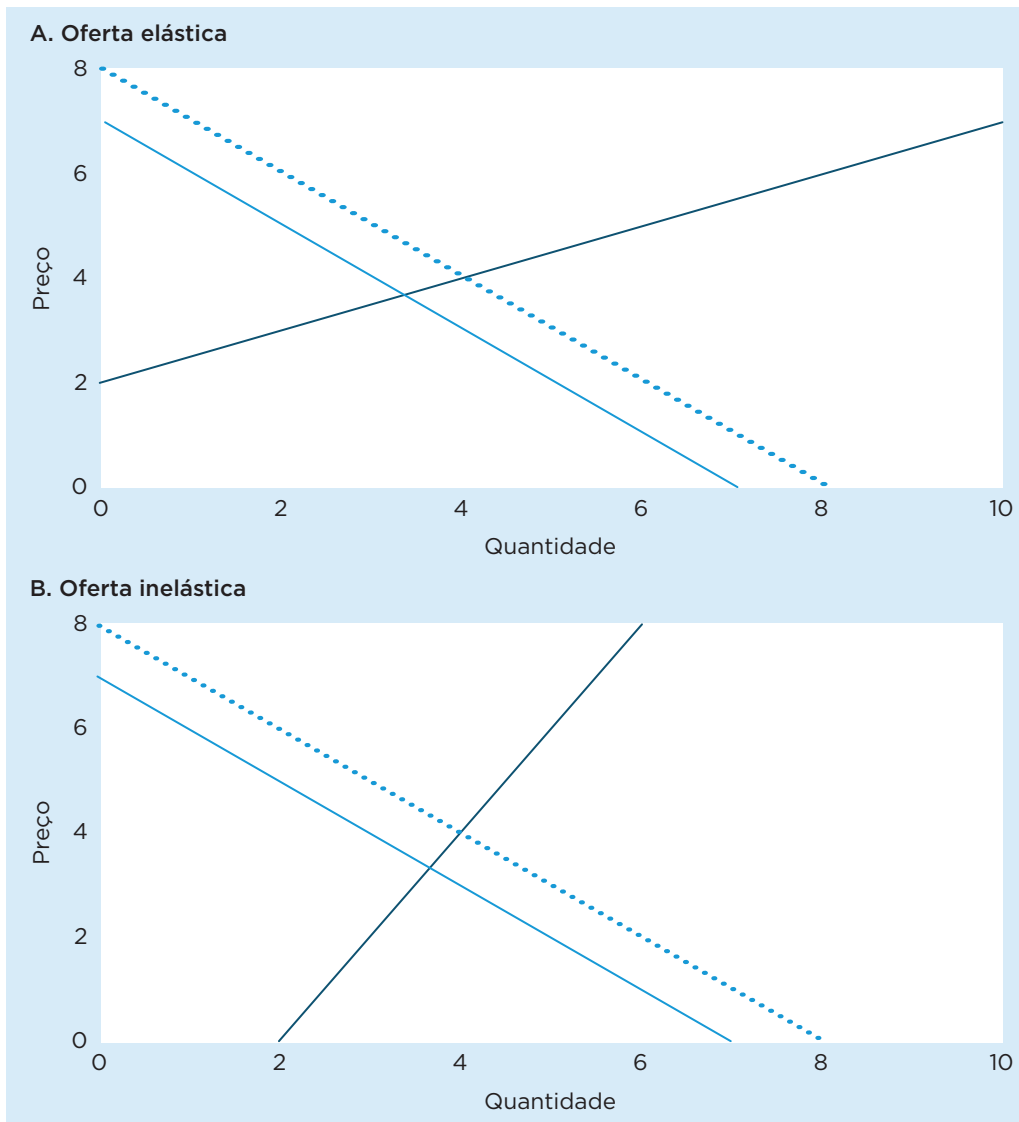
Uma mudança positiva na demanda habitacional, como um influxo de migrantes, aumentará a demanda por serviços habitacionais, o que, por sua vez, pressionará os preços de moradia para cima. A magnitude do aumento dos preços dependerá, no entanto, da elasticidade da oferta habitacional. Se for baixa, isso significa que a quantidade de moradias fornecida não poderá aumentar muito em resposta ao aumento da demanda. Portanto, os preços dos serviços habitacionais subirão mais em um mercado onde a elasticidade da oferta habitacional é baixa, do que em um onde ela é alta. Esses pontos são ilustrados pela figura 3.11. Imagine duas áreas urbanas com o mesmo nível de moradia, preços de equilíbrio e demanda idêntica por moradia. Mas a inclinação da oferta em uma área é muito menor (mais elástica) do que na outra (menos elástica). Se a demanda habitacional mudar por causa de um choque migratório positivo, o deslocamento horizontal da demanda levará a um aumento maior de preços na área com uma oferta inelástica.

Se assumirmos uma demanda e oferta habitacional lineares — com uma elasticidade-preço da demanda (α) e uma elasticidade-renda da demanda (β) — um simples cálculo aproximado pode prever o efeito de um choque migratório nos preços de moradia. A variação prevista em preços (em termos percentuais) é igual a

$$\Delta P\% = \frac{\Delta Q\%}{|\alpha + \beta|},$$

onde $\Delta Q\%$ é a variação percentual na população resultante do choque migratório. Considere uma cidade típica na nossa amostra, por exemplo, com 500 mil unidades habitacionais e um aluguel médio anual de US\$ 10.000. Se a elasticidade-preço da demanda for $-0,4$ (consistente com as estimativas da seção 3.1) e a elasticidade-preço da oferta for 2, um influxo de 20 mil famílias migrantes aumentará os preços das moradias em 1,7 por cento. Por outro lado, se a elasticidade-preço da oferta for apenas 0,1, os preços subirão 8 por cento.

FIGURA 3.11 | Efeitos de uma mudança na demanda nos resultados do mercado habitacional



Fonte: Elaboração dos autores.

Notas: Os gráficos usam números hipotéticos para ilustrar como os efeitos das mudanças na demanda habitacional dependem da elasticidade da oferta de moradia. Nesse caso, “Quantidade” no eixo x representa o número de unidades habitacionais, e “Preço” no eixo y representa os preços de compra ou aluguel de moradia. As linhas azuis claras representam a demanda habitacional, enquanto a linha azul escura representa a oferta habitacional. A linha azul clara pontilhada representa a nova demanda habitacional após um choque migratório positivo que causou uma mudança na demanda habitacional. Os dois painéis diferem no sentido de que a inclinação da curva de alimentação no painel A é muito menor (mais elástica) do que no painel B (menos elástica).

Essa simples análise estática comparativa poderia ajudar os formuladores de políticas a avaliar o impacto potencial da migração no mercado habitacional local.¹³

A implementação das análises simples de demanda e oferta acima requer a consideração cuidadosa de vários fatores. Primeiro, como os valores precisos das elasticidades são desconhecidos, vale a pena explorar diferentes cenários usando uma gama de valores plausíveis. Essa abordagem permite uma avaliação mais abrangente de potenciais impactos. Em segundo lugar, é crucial estabelecer a diferença entre cenários de curto e longo prazo. As elasticidades da oferta habitacional podem apresentar disparidades significativas entre esses horizontes temporais. No curto prazo, a oferta habitacional muitas vezes demonstra elasticidade limitada, devido ao tempo necessário para que as incorporadoras reajam e construam novas unidades habitacionais. No longo prazo, no entanto, tende a exibir elasticidades mais altas à medida que se adapta às novas condições. Por último, o papel do setor informal deve ser levado em conta. Como discutido anteriormente, os mercados habitacionais informal e formal estão interligados por meio de vários canais. As elasticidades empregadas nesses modelos simples de oferta e demanda devem capturar a dinâmica de ambos os mercados, como propõem Guedes, Iachan e Sant'Anna (2023).

A análise na seção 3.2 das elasticidades-oferta de moradia em diferentes cidades revelou variações substanciais. Essas disparidades indicam que os efeitos nos preços em resposta a um choque de demanda diferem significativamente entre as cidades. Como consequência, não existe, evidentemente, uma política universal que possa efetivamente abordar todas as questões habitacionais associadas à migração. Em vez disso, as características únicas de cada cidade devem ser levadas em consideração. Reconhecer a diversidade entre cidades é crucial para a formulação de políticas adequadas. A complexidade dos mercados habitacionais, aliada às diversas necessidades e condições de cada cidade, exige uma abordagem cuidadosa e personalizada. Uma solução única para todos é insuficiente e pode não abordar os desafios específicos encontrados por cada cidade.

Equilíbrio de longo prazo

Em um equilíbrio de longo prazo, os mercados de trabalho, os mercados habitacionais e os padrões de migração são determinados em conjunto. Em uma região sem restrições à mobilidade, os preços (moradia e salários) ajustam-se necessariamente para garantir que todo tipo de domicílio seja indiferente entre localidades. Se os preços dos aluguéis em uma cidade de altos salários diminuem devido a um subsídio local, por exemplo, indivíduos de outras cidades migrarão para lá, a fim de aproveitar a oportunidade de receber um salário mais alto e melhorar suas condições de vida. A migração empurra

¹³ Isso porque $\Delta P\% = (100 \times 20 / 500\%) / (|-0,4| + 2) = 1,7\%$ y $\Delta P\% = (100 \times 20 / 500\%) / (|-0,4| + 0,1) = 8\%$.

os preços dos aluguéis para cima na cidade receptora, até que o “equilíbrio locacional” seja atingido novamente.¹⁴ Por essas razões, o rápido crescimento econômico nas áreas urbanas frequentemente resulta em realocações significativas de famílias de regiões rurais e outras cidades. Em cidades receptoras que apresentam moradias formais e informais, a migração pode afetar profundamente os mercados em ambos os tipos de áreas, com efeitos adicionais nas decisões de localização das famílias.

Como os mercados habitacionais formais e informais são afetados pela migração no longo prazo? E como as mudanças nos mercados habitacionais locais afetam decisões migratórias subsequentes? Para responder a essas perguntas, Alves (2021) estimou e resolveu o equilíbrio de um modelo de sistema de cidades no Brasil. O modelo apresentou dois tipos de famílias (baixa e alta renda) e dois tipos de moradia (formal e informal). É importante ressaltar que o autor permitiu que esses dois setores de moradia reagissem de forma diferente diante de um choque de demanda.¹⁵ Simulações de modelos sugeriram que, quando os salários reais em uma cidade aumentam, a população de famílias de baixa renda também aumenta. Como a demanda por moradia informal tende a ser maior entre famílias de baixa renda à medida que encontram aluguéis mais altos para moradia formal, o crescimento econômico nas cidades leva ao crescimento informal dos bairros. Mas o modelo também mostrou que, quando o crescimento econômico urbano se torna forte o suficiente para aumentar a renda das famílias em todo o país, a parcela nacional de famílias urbanas em moradia informal diminui. Alves (2021) também mostrou que, se as comodidades nos bairros informais melhorarem, uma parcela maior de famílias de baixa renda migrará para cidades de altos salários, aumentando, assim, a média nacional de salários de baixa renda.

O modelo acima formaliza alguns dos principais desafios e oportunidades associados à migração. Em suma, embora a migração possa aumentar a renda geral, também pode mudar significativamente a demanda habitacional, especialmente por moradia informal. Como o mercado habitacional formal tem uma elasticidade de oferta menor do que o mercado informal, ele se torna menos acessível financeiramente; a demanda por moradia informal tende a ser maior entre migrantes de baixa renda, resultando no crescimento de bairros informais. Esses desafios são amplificados em cidades com oferta inflexível. No próximo capítulo, examinaremos as políticas que procuram enfrentá-los.

3.4. Conclusões

A migração impõe desafios ao mercado habitacional, particularmente em áreas urbanas densamente povoadas. Consistente com outros estudos na literatura acadêmica,

14 Para um estudo seminal nessa área, ver Roback (1982).

15 A elasticidade do aluguel em relação aos choques de demanda habitacional foi estimada em 0,37 para moradia formal e 0,07 para moradia informal.

este capítulo mostrou que, em várias áreas urbanas da América Latina e do Caribe, os migrantes tendem a ter menos acesso à casa própria do que os residentes. Os migrantes também exigem menos espaço interno do que os residentes locais e tendem a viver em moradias mais lotadas. Além disso, os migrantes muitas vezes têm dificuldade de acesso às redes públicas de água e esgoto, agravando ainda mais suas condições precárias de moradia. Embora limitações de dados nos impeçam de mostrar diretamente esse resultado, nossas constatações estão de acordo com estudos que destacam uma associação positiva entre fluxos migratórios e expansão de moradia informal, além de ressaltar a necessidade de políticas e intervenções para melhor acomodar as populações migrantes.

A prestação de serviços habitacionais em áreas urbanas é influenciada por condições topográficas, custos de construção, regulamentações governamentais e outros fatores que variam entre as cidades, gerando diferenças na capacidade de resposta da oferta de moradias a mudanças na demanda, especialmente aquelas impulsionadas pela migração. Na América Latina, a moradia é suprida por meio de mercados formais e informais. O mercado habitacional informal tende a reagir mais rapidamente a aumentos repentinos da demanda, proporcionando alívio de curto prazo para as necessidades habitacionais. É importante notar, no entanto, que os mercados informais estão associados a uma série de resultados e externalidades negativas. Eles frequentemente apresentam condições de vida precárias e podem dificultar o uso eficiente da terra, impondo, assim, desafios de longo prazo ao desenvolvimento urbano sustentável. É essencial que os formuladores de políticas abordem as questões relacionadas à moradia informal e promovam o desenvolvimento de mercados habitacionais formais, que possam efetivamente atender às demandas por moradia de populações crescentes.

O impacto da migração nos preços de moradia também varia significativamente entre cidades, destacando a necessidade de políticas personalizadas que reconheçam as características singulares de cada área urbana. É evidente que uma política universal não pode enfrentar eficazmente todos os desafios habitacionais associados à migração, devido à natureza diversificada dos mercados habitacionais e às condições e necessidades específicas de cada cidade. Ao adotar uma abordagem personalizada que considere as características e necessidades singulares de cada área urbana, os formuladores de políticas podem desenvolver estratégias que abordem tanto a acessibilidade financeira quanto a oferta de moradia, contribuindo, em última análise, para mercados habitacionais sustentáveis e inclusivos em todas as cidades.

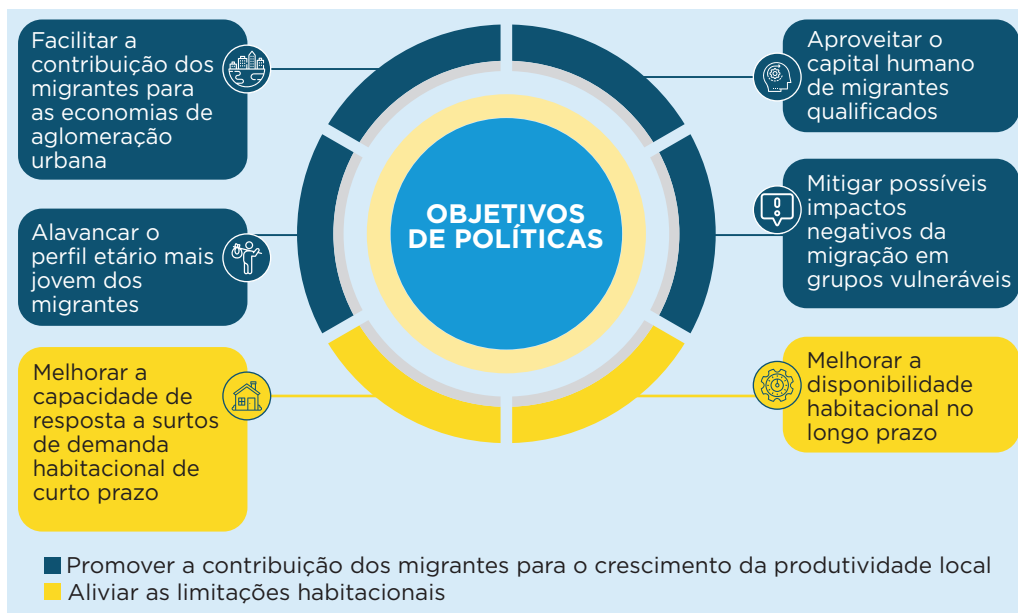
Opções de políticas para a prosperidade urbana por meio da migração

4

Capítulos anteriores deste relatório discutiram como a migração pode ser uma fonte de oportunidades para o desenvolvimento econômico das cidades de destino. A existência de oportunidades, no entanto, não é garantia de que elas se concretizarão. De fato, as evidências sugerem que muitas cidades da América Latina e do Caribe que são receptoras líquidas de migrantes ainda não capitalizaram integralmente esse potencial. Dependendo do contexto, a migração também pode ter alguns impactos negativos a curto e médio prazo, à medida que os mercados urbanos de trabalho e moradia se ajustam ao crescimento da população. Este capítulo discute como formuladores de políticas, principalmente a nível local, podem aproveitar as oportunidades criadas pela migração e atenuar seus possíveis custos para promover o desenvolvimento econômico e melhorar a qualidade de vida em suas comunidades.

A discussão prossegue em três partes. Primeiro, consideramos o *que*, de acordo com as evidências existentes, os formuladores de políticas deveriam estar procurando alcançar. Definimos objetivos de políticas voltados para desbloquear oportunidades específicas ou aliviar restrições específicas descritas neste relatório. Esses objetivos são para o benefício de todos, tanto residentes como migrantes. Em segundo lugar, exploramos *como* os formuladores de políticas podem criar políticas eficazes, baseadas em evidências e responsivas a necessidades específicas. Essa abordagem se reflete em um conjunto de princípios de formulação de políticas destinadas a ajudar os profissionais a preencher a lacuna entre o contexto em que as evidências acadêmicas foram geradas e as circunstâncias singulares de suas comunidades. Por último, voltamos para uma discussão de *políticas específicas*. Além de esboçar seu conteúdo, consideramos como essas políticas podem ajudar a tirar proveito máximo das oportunidades ou enfrentar os desafios decorrentes da migração e apresentamos as evidências existentes de sua eficácia ou ineficácia.

FIGURA 4.1 | Objetivos de políticas para promover o desenvolvimento urbano por meio da migração



Fonte: Elaboração dos autores.

4.1. Objetivos de políticas

Exploramos as diversas maneiras pelas quais os migrantes podem aumentar a produtividade das cidades, bem como as barreiras que impedem as economias urbanas anfitriãs de aproveitar essas oportunidades. Duas áreas cruciais de enfoque de políticas emergem dessa análise, cada uma associada ao conjunto de objetivos resumidos na Figura 4.1: primeiro, as políticas devem promover a contribuição dos migrantes para o crescimento da produtividade local e, segundo, devem, em conjunto, procurar aliviar as restrições habitacionais.

Promovendo a contribuição dos migrantes para o crescimento da produtividade local

Para maximizar a contribuição dos migrantes para o crescimento da produtividade local, as políticas devem se concentrar em quatro objetivos principais. Em primeiro lugar, as políticas públicas devem *ajudar os migrantes a contribuir ativamente para economias de aglomeração*. Conforme discutido no capítulo 2, os migrantes podem não participar ativamente da economia local nas cidades em que residem, devido a fatores como transporte limitado, baixa participação na força de trabalho — particularmente entre

as mulheres — ou, no caso de alguns migrantes internacionais, barreiras legais. Sem aglomeração efetiva, os benefícios da produtividade associados à densidade da atividade econômica em ambientes urbanos podem não ser plenamente concretizados.

Em segundo lugar, as políticas devem ser formuladas para *ajudar a alocar o capital humano de migrantes qualificados para as tarefas mais produtivas*. Como destacado nos capítulos 1 e 2, cidades latino-americanas e caribenhas frequentemente recebem migrantes (com a possível exceção de migrantes rurais-urbanos) com nível de escolaridade maior do que o dos residentes locais (Busso e Chauvin 2023). No entanto, esse “prêmio de habilidades” latente nem sempre é plenamente utilizado, uma vez que os migrantes podem não ser empregados em ocupações que aproveitem ao máximo suas habilidades. As políticas podem ajudar as empresas a utilizar ativamente as habilidades dos migrantes, criando um ambiente que lhes permita contribuir com sua experiência, seus conhecimentos e suas qualificações, de uma forma que beneficie tanto as próprias empresas quanto as comunidades e organizações receptoras. As políticas também podem proporcionar oportunidades para que os migrantes adquiram novas habilidades, o que pode ser feito a um baixo custo quando essas novas habilidades complementam outras já existentes.

Em terceiro lugar, as políticas devem *ajudar a aproveitar o perfil etário mais jovem dos migrantes*. O capítulo 2 mostrou que a juventude dos migrantes em relação à população anfitriã apresenta tanto uma vantagem demográfica como uma oportunidade para aumentar a produtividade da força de trabalho, a geração de renda, a poupança e o investimento. No entanto, essa oportunidade pode ficar inexplorada se esses jovens migrantes não conseguirem encontrar emprego ou adquirir as habilidades exigidas pela economia local. As políticas podem contribuir para equipá-los com as habilidades exigidas pelo mercado de trabalho local e assegurar sua participação ativa na economia local por meio de consumo e investimento.

Finalmente, um objetivo político importante é *ajudar a mitigar possíveis impactos negativos da migração em grupos vulneráveis*. Embora os efeitos gerais da migração no mercado de trabalho para residentes urbanos sejam normalmente pequenos ou mesmo positivos para determinados grupos, é importante reconhecer que impactos negativos podem afetar segmentos específicos da população, tal como trabalhadores mais jovens e menos qualificados. As políticas podem contribuir para corrigir ou minimizar os possíveis efeitos negativos da migração nos resultados dos residentes mais vulneráveis no mercado de trabalho.

Aliviando as restrições habitacionais

Uma segunda área significativa de enfoque político são as restrições habitacionais. O capítulo 3 explicou como a falta de moradia adequada para migrantes pode

representar uma grande barreira para maximizar os benefícios da migração, especialmente em locais onde muitas cidades enfrentam escassez de moradia. A incapacidade de se adaptar ao aumento da demanda habitacional, seja devido ao crescimento natural da população ou ao crescimento resultante da migração, pode exacerbar os desafios de moradia para populações urbanas. Os objetivos de políticas nessa área podem ser divididos em objetivos de curto e longo prazo.

Os aumentos na demanda habitacional após um surto migratório são geralmente maiores no curto do que no longo prazo, já que alguns migrantes podem eventualmente se mudar para outro lugar. Para capitalizar as oportunidades decorrentes da migração, as cidades precisam abordar adequadamente esses picos substanciais e de curto prazo na demanda por moradia. Um objetivo de políticas de curto prazo relacionado é fornecer incentivos para aumentar a oferta de unidades habitacionais “potencializadoras de emprego” — ou seja, moradias estrategicamente localizadas ou com acesso a transporte público, permitindo que moradores e migrantes obtenham empregos mais bem remunerados na cidade e participem plenamente da economia local. As políticas podem ajudar apoiando o desenvolvimento dos mercados de aluguel e adotando novas tecnologias para fornecer soluções de moradia tempestivas.

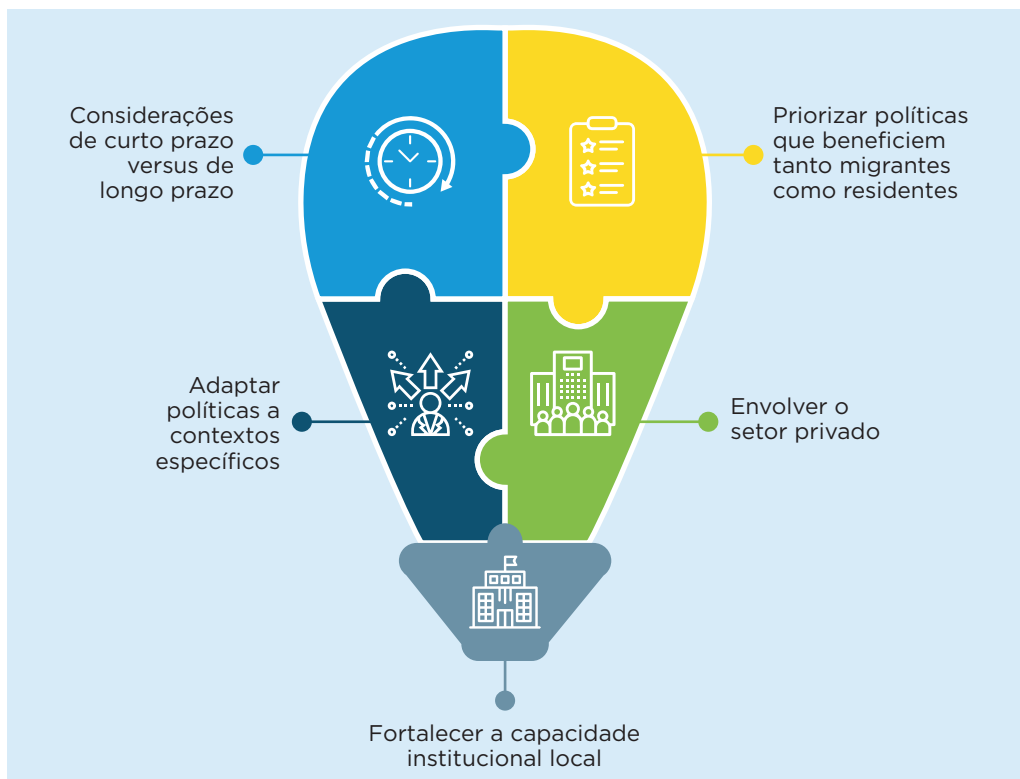
A migração não apenas aumenta a demanda habitacional no curto prazo, mas também gera necessidades de moradia no longo prazo dentro das cidades. Assegurar que a oferta habitacional local se adapte eficazmente a mudanças na demanda no médio e longo prazo é essencial para manter a acessibilidade financeira da moradia, uma vez que o aumento da atividade de construção ajuda a manter os preços de compra e aluguel de moradias dentro de limites razoáveis. As políticas podem desempenhar um papel importante ao aumentar a viabilidade financeira de projetos de desenvolvimento, remover restrições desnecessárias ao aumento do estoque de moradias e promover a expansão da disponibilidade de unidades habitacionais a preços acessíveis.

4.2. Princípios da formulação de políticas

Para alcançar os principais objetivos de políticas, um conjunto de princípios orientadores pode ajudar os formuladores de políticas a customizar os instrumentos de políticas a circunstâncias específicas em suas cidades. A figura 4.2 resume cinco princípios fundamentais.

Em primeiro lugar, é crucial distinguir entre cenários de curto e longo prazo. Em um mercado eficiente, a economia fornece naturalmente incentivos para o enfrentamento de muitos dos desafios impostos pela migração, promovendo condições para que as economias urbanas capitalizem seus benefícios. Ainda assim, como destacado nos capítulos 2 e 3, os migrantes são frequentemente imobilizados pela falta de redes locais, o que pode impedir sua busca por emprego, cuidados infantis ou moradia ade-

FIGURA 4.2 | Princípios orientadores da formulação de políticas para fomentar o desenvolvimento urbano por meio da migração



Fonte: Elaboração dos autores.

quados. Sua pouca familiaridade com as condições locais também pode afetar suas decisões sobre os melhores lugares para viver e trabalhar, pelo menos no curto prazo. Com o tempo, os migrantes adquirirão as informações de que precisam para tomar decisões mais bem fundamentadas. Se as condições de uma cidade anfitriã se mostrarem desfavoráveis, os migrantes podem encontrar maneiras de resolver esses obstáculos, ou podem partir para outros destinos. Para aqueles que trocam as áreas menos favoráveis em que se estabelecem inicialmente por outras mais favoráveis, os desafios relacionados com a migração tendem a diminuir. Os migrantes que residem inicialmente em moradias abaixo do padrão, por exemplo, podem eventualmente encontrar e mudar-se para moradias melhores. As políticas devem se concentrar em preencher a lacuna entre desafios de curto prazo e um cenário de longo prazo mais estável, em que a maximização dos benefícios da migração se torne mais factível.

Em segundo lugar, é essencial reconhecer que não existe uma solução única quando se trata de políticas locais. Cada cidade tem suas circunstâncias singulares, e

adaptar as políticas a contextos específicos é fundamental para a capitalização eficaz de oportunidades relacionadas com a migração nas cidades.

Nesse sentido, os formuladores de políticas devem prestar especial atenção a dois fatores-chave: a existência de oportunidades econômicas locais e a elasticidade da oferta habitacional. Em termos de oportunidades econômicas locais, vale lembrar que, como discutido no capítulo 1, cidades menos bem-sucedidas economicamente tendem a receber tipos de migrantes diferentes daquelas que oferecem melhores perspectivas econômicas. Migrantes deslocados por violência ou eventos climáticos extremos, por exemplo, muitas vezes chegam às cidades sem ter tido a chance de considerar seus destinos cuidadosamente. Suas circunstâncias são bem diferentes das de migrantes econômicos, que escolhem seus destinos com base nas oportunidades percebidas. No primeiro caso, os residentes podem ter problemas com o excesso de oferta de mão de obra que pode deixá-los sem emprego. No segundo, o influxo de trabalhadores pode ser benéfico, especialmente em setores de alta demanda, e os desafios podem estar mais relacionados com a moradia e com a garantia de acesso dos migrantes às oportunidades de trabalho da cidade. Da mesma forma, os desafios que uma cidade enfrenta podem depender do tipo de migrantes que está recebendo: nacionais ou internacionais. Os primeiros podem encontrar menos barreiras linguísticas e legais, enquanto os segundos podem ter níveis de escolaridade mais altos, mas têm dificuldade em obter autorização de trabalho e reconhecimento de credenciais.

Outra característica local importante a ser considerada no ajuste de políticas a contextos específicos é a prontidão e a responsividade da oferta habitacional. Os mercados de moradia urbana se ajustarão de forma diferente, dependendo da sua disponibilidade de moradia, como discutido no capítulo 3. Algumas cidades têm oferta habitacional mais elástica, o que significa que podem se adaptar rapidamente ao aumento da demanda. Na América Latina, no entanto, isso muitas vezes significa que os recém-chegados acabam em moradias de baixa qualidade em bairros informais. Em cidades com ofertas inelásticas, onde o estoque de moradia não pode responder rapidamente ao aumento da demanda, a migração pode exacerbar os déficits existentes. As soluções de políticas serão muito diferentes, dependendo da elasticidade da oferta habitacional de uma cidade.

Entender essas diferenças é essencial para evitar erros de política. Implementar uma política sem considerar o contexto específico em que é aplicada, pode levar a resultados ineficazes ou mesmo a consequências negativas não intencionais. Em uma cidade que recebeu principalmente migrantes forçados pouco qualificados e onde a demanda por mão de obra está estagnada, por exemplo, promover o aumento da participação na força de trabalho pode exacerbar condições já desafiadoras do mercado de trabalho para residentes de baixa qualificação. Da mesma forma, a promoção de soluções de moradia de longo prazo nesses contextos pode gerar incentivos para que

os migrantes permaneçam na cidade, ainda que o seu potencial de contribuição para o mercado de trabalho local seja limitado.

Um terceiro princípio na formulação de políticas é priorizar iniciativas que não apenas capitalizem as oportunidades associadas à migração, mas *também beneficiem diretamente os residentes, particularmente os mais vulneráveis*. Isso geralmente ocorre organicamente, uma vez que muitas das políticas discutidas neste capítulo têm efeitos de amplo alcance que beneficiam parcelas significativas da população, nas quais os migrantes estão super-representados. Ao priorizar essas políticas inclusivas, os formuladores de políticas podem assegurar que tanto os locais quanto os migrantes colham os benefícios. Essa abordagem também pode ajudar a superar obstáculos políticos, ao enfrentar problemas de discriminação contra residentes ou a percepção de distribuição desigual de benefícios a migrantes. Apreensões como essas são menos prevalentes quando as políticas, em vez de distinguir os migrantes, visam segmentos mais amplos da população que incluem uma parcela significativa da população migrante em questão.

Uma recomendação adicional é *envolver ativamente o setor privado local*. Muitas das políticas apresentadas aqui podem contar com o setor privado como um parceiro-chave que pode trazer para a mesa uma riqueza de recursos, experiência e inovação. Empresas e organizações privadas podem ajudar a impulsionar o crescimento econômico, criar empregos e prestar serviços que são essenciais tanto para migrantes quanto para residentes. O envolvimento do setor privado em iniciativas de políticas pode levar a soluções mais eficientes e eficazes, uma vez que as empresas em geral têm um entendimento aguçado da dinâmica de mercado, bem como capacidade para responder rapidamente a novas condições. Além disso, parcerias público-privadas podem explorar os pontos fortes de ambos os setores, aliando a capacidade do setor público para enfrentar questões sociais à eficiência e à capacidade de inovação do setor privado.

Uma última consideração importante é a necessidade de *fortalecer a capacidade institucional local* para implementar muitas das opções de políticas discutidas na próxima seção (BID 2018). Além de recursos financeiros, vários outros requisitos precisam ser atendidos para a implementação efetiva dessas políticas: um marco legal em vigor com um mandato para que os governos implementem intervenções específicas; uma infraestrutura básica de dados e sistemas de gestão de dados com informações sobre, por exemplo, uso da terra, propriedade, infraestrutura ou fatores ambientais que permitam às autoridades públicas locais tomar decisões fundamentadas; pessoal treinado (urbanistas, especialistas em geoprocessamento, topógrafos e outros profissionais); e coordenação apropriada entre órgãos do governo — em nível tanto local quanto com órgãos estaduais ou provinciais e nacionais — para garantir que qualquer política específica esteja em sintonia com objetivos mais amplos de desenvolvimento urbano. Muitos governos da região, particularmente os locais, podem enfrentar sérios desafios em muitas dessas frentes, e entidades governamentais de alto nível, aliadas

a instituições internacionais, podem apoiar os formuladores de políticas locais na promoção eficaz do desenvolvimento de suas comunidades.

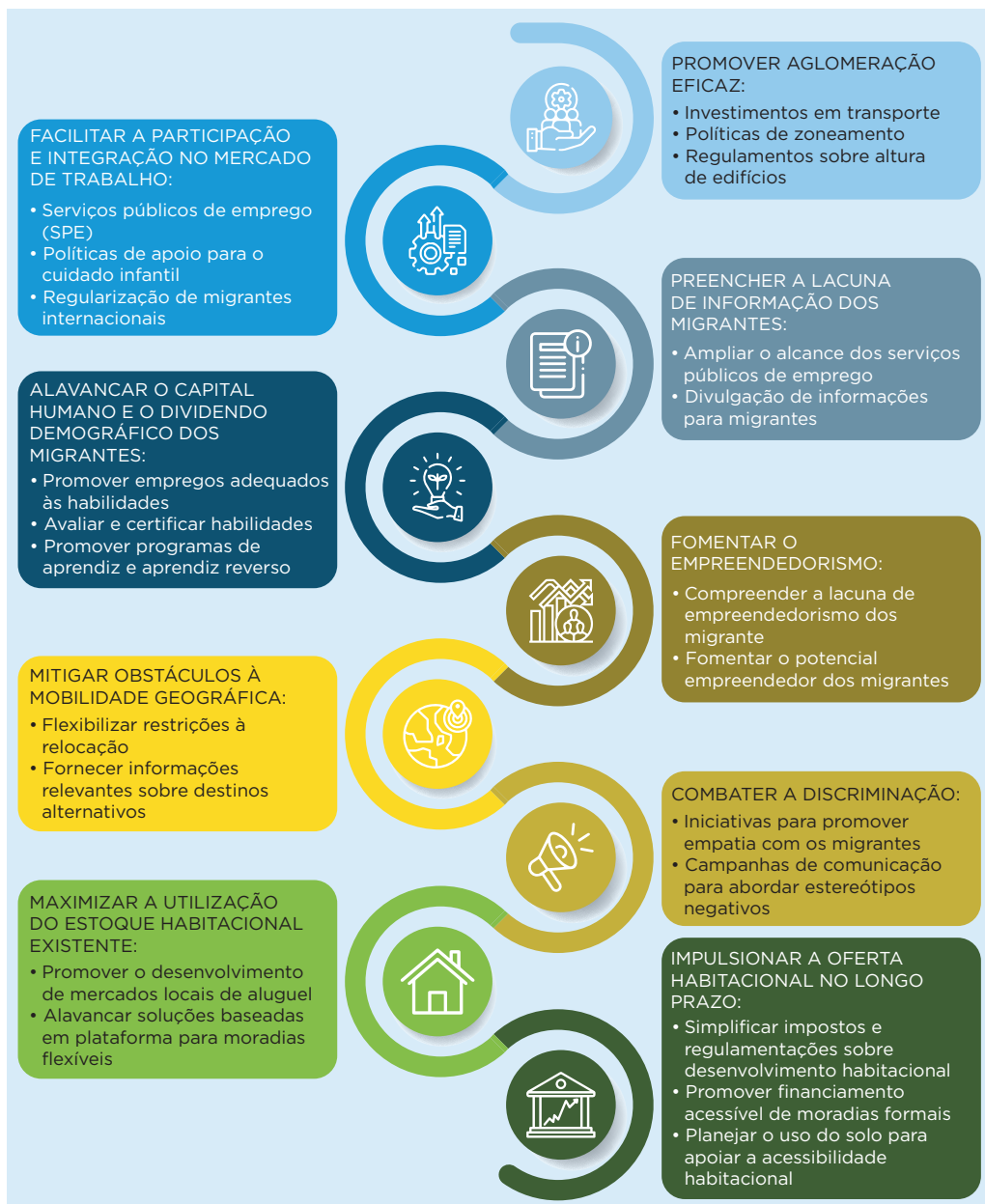
4.3. Políticas para aproveitar as oportunidades de migração para as cidades

Autoridades locais, como prefeitos e governadores, diferem dos governos nacionais nos instrumentos de políticas à sua disposição para capitalizar as oportunidades que a migração oferece às cidades. Esta seção destaca aquelas políticas cuja eficácia é corroborada por evidências existentes. No entanto, evidências diretas e abrangentes para todas as políticas de interesse nem sempre estão disponíveis. Identificamos explicitamente aquelas para as quais não há evidências e extraímos evidências de outras áreas de pesquisa afins para avaliar sua eficácia potencial. Além disso, a necessidade de ajustar instrumentos de políticas a contextos específicos implica avaliar a eficácia de uma política durante sua implementação em um determinado local e, se necessário, alterar o curso de ação com base no seu desempenho nesse local. A figura 4.3 apresenta uma visão geral dos instrumentos de políticas que discutiremos a seguir. Embora algumas dessas políticas sejam específicas para a população migrante, muitas delas beneficiam a comunidade como um todo, podendo ser particularmente eficazes em cidades que recebem fluxos consideráveis de migrantes e contribuindo para aumentar a contribuição desses migrantes para o desenvolvimento econômico local.

Promover uma aglomeração eficaz

Promover uma aglomeração eficaz requer fomentar mais interações entre as pessoas. Três instrumentos se destacam para a consecução desse objetivo: investimentos em transporte, zoneamento e regulamentos sobre a altura dos edifícios.

Investir em projetos de infraestrutura de transporte e trânsito público pode ser vital para promover uma aglomeração efetiva. Ao reduzir a distância entre as residências das pessoas e seus locais de trabalho, esses projetos facilitam a integração dos trabalhadores às economias locais (Berg et al. 2017), beneficiando não apenas os migrantes que residem em áreas mal conectadas, mas também melhorando a qualidade de vida geral de todos os residentes. As evidências existentes mostram que os investimentos em transporte público têm um efeito causal positivo nos resultados do mercado de trabalho nas cidades da América Latina (BID 2020c). Scholl et al. (2018), por exemplo, constataram que a implantação do sistema Bus Rapid Transit (BRT) e da Linha 1 do Metrô em Lima, no Peru, levou a aumentos de 3,9 pontos percentuais nas taxas de emprego, de 19 por cento nas horas trabalhadas e de 32 por cento na renda mensal em um período de sete anos, para pessoas que residem a menos de 1,5 km de

FIGURA 4.3 | Políticas para aproveitar as oportunidades de migração para as cidades

Fonte: Elaboração dos autores.

uma estação de BRT. Na Colômbia, Tsivanidis (2023) constatou que a expansão do sistema BRT TransMilenio em Bogotá aumentou significativamente o acesso a empregos em toda a cidade. Na Cidade do México, Zárate (2022) verificou que a construção

de novas linhas de metrô reduziu as taxas de informalidade em 7 por cento nas áreas próximas às novas estações. O investimento em infraestrutura de transportes também reduziria o viés contra o investimento de capital e a favor dos gastos correntes que prevalecem nos países da América Latina e do Caribe (Izquierdo, Pessino e Vuletin 2018).

Cavallo, Powell e Serebrisky (2020) argumentaram que, para melhorar a mobilidade urbana, as grandes cidades da América Latina e do Caribe devem priorizar sistemas de transporte público de última geração, que integrem perfeitamente vários modais, tais como ônibus, bicicletas de aluguel, patinetes, deslocamento a pé e carros. A distribuição do espaço entre as diferentes opções de locomoção pela cidade deve refletir a importância do transporte para o bem-estar dos residentes de centros urbanos da região. Ou seja, em primeiro lugar, as cidades devem priorizar o transporte público e os meios a ele associados em detrimento do uso de veículos pessoais. Em segundo lugar, no tocante às zonas designadas para carros particulares, deveria haver um incentivo ao transporte compartilhado, possivelmente com a introdução de faixas para veículos com vários ocupantes, desincentivos financeiros para viagens com poucos passageiros e, em zonas excessivamente lotadas, a proibição de veículos com um único passageiro. A tecnologia moderna pode desempenhar um papel fundamental na execução, supervisão e garantia de cumprimento dessas estratégias.

As políticas de zoneamento também podem ser uma ferramenta poderosa para que os governos locais promovam a aglomeração e moldem a distribuição espacial das atividades econômicas dentro das cidades. Os regulamentos de zoneamento determinam os tipos de edifícios que podem ser construídos em zonas específicas da cidade e estabelecem normas de construção para cada zona. Pesquisas sugerem que, no longo prazo, o zoneamento pode ter influência ainda maior do que a geografia e as redes de transporte na localização da atividade comercial e industrial nas cidades (Shertzer, Twinam e Walsh 2018). Amplas evidências também mostram que o zoneamento restritivo pode ter um impacto negativo na acessibilidade financeira de moradias (Molloy 2020). Isso, por sua vez, pode desencorajar trabalhadores de baixa renda (incluindo migrantes) a buscar moradia formal que, embora possa ter uma conexão melhor com os centros de emprego, torna-se financeiramente inacessível por conta de restrições que não afetam unidades habitacionais informais. Nessa situação, os formuladores de políticas públicas podem usar o zoneamento para promover condições que permitam o desenvolvimento de moradias acessíveis próximas a centros econômicos, reduzindo potencialmente a necessidade de transporte público. Também podem ajudar a promover um aumento no número de centros econômicos em uma cidade, tornando as oportunidades econômicas mais difundidas e facilmente acessíveis a pessoas que vivem em suas diferentes áreas.

Os regulamentos de construção, particularmente aqueles que regulam a moradia e as *alturas dos edifícios*, constituem outro conjunto de políticas que podem ajudar

a promover a aglomeração. Conforme discutido no capítulo 3, a lacuna entre as alturas reais e potenciais dos edifícios varia significativamente entre as cidades da América Latina, e pesquisas sugerem que essas diferenças são impulsionadas, pelo menos em parte, por regulamentos locais (Jedwab, Barr e Brueckner 2022). As restrições de altura dos edifícios criam incentivos para que as cidades se expandam geograficamente, reduzindo a densidade de residências próximas aos centros de emprego locais (Bertaud e Brueckner, 2005).

Um benefício adicional dos edifícios mais altos é que o aumento da aglomeração residencial pode melhorar a eficiência na prestação de serviços públicos. Uma maior densidade populacional reduz o custo per capita da prestação de serviços públicos, pois uma mesma infraestrutura, como tubulações de água, cabos elétricos ou estradas, pode atender um número maior de pessoas em uma área compacta, reduzindo os custos associados de instalação, manutenção e operação (Glaeser 2012). Particularmente para os governos locais em cidades de pequeno e médio porte, esses custos reduzidos se traduzem em menores gastos per capita com serviços públicos (Libertun de Duren e Guerrero Compeán 2016).¹

No entanto, é importante notar que essas restrições frequentemente existem para servir a outros objetivos de políticas, como facilitar a gestão de emergências, mitigar riscos sísmicos, prevenir a criação de “ilhas de calor” urbanas e evitar que edifícios altos causem sombreamento em espaços públicos, tais como parques, praças e áreas de pedestres. Assim, o objetivo não é simplesmente remover os regulamentos de altura dos edifícios, mas melhorar o ambiente regulatório para que sejam criados incentivos ao crescimento vertical na cidade, protegendo, ao mesmo tempo, a segurança dos cidadãos e a qualidade de vida local.

Facilitar a participação e a integração no mercado de trabalho

É possível facilitar a participação no mercado de trabalho e a integração de migrantes (e outros grupos vulneráveis) por meio da prestação de serviços públicos de emprego, de políticas de apoio ao cuidado infantil e, no caso de migrantes internacionais, de programas para regularizar sua condição de residência.

Os serviços públicos de emprego são iniciativas dos governos para facilitar o processo de emprego tanto para candidatos como para empregadores, atuando como intermediários que conectam indivíduos em busca de emprego a oportunidades de emprego apropriadas. Também fornecem vários serviços de apoio tanto a candidatos a emprego como a empregadores, tais como feiras de emprego, assistência à

1 Nas grandes cidades, o gasto per capita com serviços públicos tende a aumentar com a densidade (Libertun de Duren e Guerrero Compeán 2016). Isso poderia ser explicado por uma maior necessidade de determinados serviços, como policiamento ou assistência à saúde, nas cidades de alta densidade.

colocação profissional e informações sobre o mercado de trabalho. Esse tipo de intervenção pode resolver uma das principais restrições à participação dos migrantes na economia local: suas redes locais limitadas, tal como discutido no capítulo 2. Evidências dos Estados Unidos (Card, Kluve e Weber 2018; Heinrich et al., 2013) e de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (Kluve 2010) mostraram que esses programas tendem a melhorar os resultados do emprego, particularmente no curto prazo. Na América Latina, essas políticas têm sido implementadas com menos frequência, mas os poucos estudos existentes em geral encontraram efeitos positivos no emprego, embora os efeitos nos salários tenham sido conflitantes (Escudero et al. 2019).

Em muitos países desenvolvidos, os serviços públicos de emprego desempenham um papel fundamental na gestão dos processos de migração internacional, oferecendo serviços e programas de apoio tanto a migrantes como a empregadores. Baptista, Rosas e Arboleda (2019) destacam quatro ingredientes importantes para o sucesso dos serviços públicos de emprego. Em primeiro lugar, um marco legal adequado é crucial para a integração dos migrantes no longo prazo. Na Noruega, por exemplo, centros especializados para pessoas que provavelmente terão seu pedido de asilo aprovado oferecem acesso a programas de treinamento, incluindo cursos de idiomas e uma oficina de cinquenta horas sobre a cultura norueguesa. Em segundo lugar, o envolvimento dos empregadores é importante, pois suas percepções das tendências do mercado de trabalho e das necessidades de pessoal são úteis para a formulação e a execução de políticas. A Suécia, por exemplo, tem um sistema acelerado para a colocação de migrantes em setores com lacunas significativas de habilidades, além de oferecer incentivos como subsídios salariais e bônus de treinamento. Em terceiro lugar, a intervenção precoce e abrangente é fundamental, uma vez que a inatividade pode desmotivar os novos migrantes e enfraquecer suas qualificações profissionais. Esforços colaborativos entre serviços públicos de emprego, escritórios de migração, municípios, organizações não governamentais e outras partes interessadas são essenciais para fornecer apoio multifacetado. Os serviços públicos de emprego da Bélgica e da Alemanha desenvolveram “balcões únicos”, que oferecem todos os serviços sob o mesmo teto. Em quarto lugar, investir em serviços de certificação, validação, acreditação e desenvolvimento de habilidades é fundamental. Por esses meios, os migrantes melhoram suas perspectivas de emprego e os empregadores obtêm uma força de trabalho ajustada às suas necessidades. Em suma, os serviços públicos de emprego devem assumir um papel proativo na migração para o trabalho, para além da mera equiparação entre trabalho e trabalhador.

A disponibilidade limitada de redes locais para migrantes, discutida no capítulo 2, também pode impedir seu envolvimento na economia local, ao restringir o leque de opções de *cuidados infantis* acessíveis às famílias com filhos pequenos. Isso pode ser particularmente desafiador para as mulheres migrantes, às quais os papéis tradicionais

de gênero muitas vezes atribuem a responsabilidade primária pelo cuidado dos filhos. Na América Latina e no Caribe, os principais provedores de cuidados infantis são outros parentes. Talamas (2023) destacou que, no México, as avós, especificamente, são as principais provedoras não parentais de cuidados infantis para 40 por cento das crianças de 0 a 6 anos, igual às parcelas de escolas e creches combinadas. O autor também mostrou que a disponibilidade desse tipo de cuidado infantil aumenta a participação das mães na força de trabalho, e que as famílias substituem creches públicas e privadas (quando acessíveis), por cuidados prestados pelas avós. Estudos sobre os efeitos dos serviços de cuidado e educação infantil na participação dos pais na força de trabalho nos Estados Unidos e em outros países também tendem a encontrar um efeito positivo. Na maioria dos casos, uma redução de 10 por cento nos custos desses serviços está associada a um aumento entre 0,5 por cento e 2,5 por cento no emprego das mães (Morrissey, 2017). Para os migrantes, que muitas vezes não têm família extensa ou amigos de longa data em suas cidades de destino para ajudá-los no cuidado com os filhos, o acesso a serviços de cuidados infantis tende a ser ainda mais relevante.

As políticas podem, portanto, ajudar a promover a participação na força de trabalho — particularmente entre as mulheres, tanto migrantes quanto residentes — por meio da oferta de creches públicas ou subsídios que tornem as instituições privadas mais acessíveis. Na América Latina e no Caribe, a oferta de creches e, de modo mais geral, os investimentos no desenvolvimento da primeira infância, bem como os gastos com educação para crianças mais velhas, são desproporcionalmente menores do que em regiões mais desenvolvidas. Berlinski e Schady (2015) argumentaram, no entanto, que o principal desafio da região não é apenas aumentar gastos, mas garantir o uso eficiente desses recursos, particularmente na prestação de serviços de alta qualidade. Historicamente, os incentivos governamentais para a expansão das creches estavam atrelados ao incentivo à participação feminina na força de trabalho, com serviços prestados por meio de uma mistura de instituições privadas, subsidiadas, e públicas. Ao pensar em expandir esses serviços, no entanto, o arcabouço institucional que os rege deve se concentrar na qualidade das interações para beneficiar as crianças. Outras intervenções que podem ajudar são aquelas que facilitam o acesso a serviços de cuidados infantis, fornecendo transporte para creches ou escolas. Em 2007, por exemplo, a cidade de Nagareyama, no Japão, iniciou um programa para promover maior igualdade de gênero na força de trabalho, com um serviço subsidiado que permitia aos pais deixar seus filhos pequenos nos principais terminais de trem, em horários flexíveis, de onde eram transportados para as creches em ônibus escolares (Hiramatsu 2018).

Uma barreira adicional à participação de alguns migrantes internacionais nos mercados de trabalho de seus países de destino é a falta de autorização legal ou documentação adequada para trabalhar, estudar ou obter determinados serviços (BID 2020b). Isso pode ocorrer, por exemplo, quando os migrantes atravessam ilegalmente

a fronteira (por exemplo, por travessias de fronteira não oficiais); entram legalmente no país, mas sem autorização de trabalho; ou excedem a duração de seus vistos ou autorizações de trabalho. As restrições legais específicas enfrentadas por trabalhadores estrangeiros podem variar significativamente de país para país; esse tema é discutido mais detalhadamente no Quadro 4.1, que apresenta uma visão geral dos regimes legislativos que regulam a capacidade dos migrantes para trabalhar legalmente na América Latina e no Caribe.

Nos casos em que grandes grupos de migrantes são impedidos de trabalhar legalmente em seus países de destino, os *programas de regularização* podem ser cruciais para sua integração e contribuição para a força de trabalho local. Para aqueles com preocupações de que essas políticas possam ter impactos negativos nos resultados do mercado de trabalho dos residentes, as evidências empíricas são tranquilizadoras. O programa de anistia de 2018 na Colômbia discutido no capítulo 2, por exemplo, teve efeitos mínimos no emprego formal e nenhum impacto em salários, horas trabalhadas ou participação na força de trabalho entre colombianos natos (Bahar, Ibáñez e Rozo 2021). O Quadro 4.1 discute mais profundamente a experiência da região com programas de regularização.

Preencher a lacuna de informação dos migrantes

Outro desafio para os migrantes é o *acesso limitado a informações* sobre oportunidades de trabalho, moradia e educação, bem como sobre riscos em seus novos ambientes. As evidências sugerem que essa restrição é, novamente, exacerbada pela falta de redes locais. Büchel et al. (2020), por exemplo, usaram dados de telefones celulares da Suíça para mostrar não apenas que as pessoas são mais propensas a se mudar para um lugar onde têm redes sociais preexistentes do que para um lugar onde não as têm — um resultado bem estabelecido na literatura (ver, por exemplo, Greenwood 1997 ou Costa et al. 2018) —, mas também que isso ocorre em parte porque as redes sociais fornecem informações valiosas sobre a atratividade (ou não) do destino. Se um local é atraente, a presença de contatos sociais preexistentes aumenta a probabilidade de o migrante se mudar para lá, mas, caso contrário, os contatos sociais tornam essa mudança menos provável. As políticas podem ajudar a preencher essa lacuna de informação ao ampliar o escopo de políticas existentes, cujo foco principal, atualmente, é facilitar a equiparação entre trabalhador e trabalho. Embora os *serviços públicos de emprego* possam ajudar a preencher a lacuna de informação entre candidatos a emprego e empregadores, esses serviços podem ser expandidos para além do mercado de trabalho, a fim de incluir outras áreas relevantes para os migrantes, tais como moradia, creches e educação.

A informação é valiosa não só para os migrantes, mas também para os formuladores de políticas. De fato, um ingrediente-chave para intervenções eficazes de

Quadro 4.1 Programas de regularização de migrantes internacionais na América Latina e no Caribe

Os regimes migratórios na América Latina normalmente incluíram alguns – e às vezes todos – dos seguintes componentes: mecanismos permanentes para a regularização de migrantes; direitos de acesso ao mercado de trabalho formal; acesso ao sistema público de saúde e à educação pública; direito à reunificação familiar; e, em alguns casos, até mesmo o direito de votar (Acosta e Harris 2022).^a A região registrou mais de 90 programas de regularização nos últimos 20 anos para permitir que migrantes sem autorização de residência sejam registrados e documentados, a fim de garantir seu acesso a muitos desses direitos. Esses programas de regularização foram observados em 18 dos 26 países analisados por Acosta e Harris (2022). Embora a irregularidade ainda seja um desafio em muitos países, os migrantes geralmente têm sido acolhidos e recebido uma condição que lhes permite participar das sociedades e economias da região. Em todos os países da região, a maioria das categorias de autorização concede aos migrantes algum acesso ao mercado de trabalho formal, uma vez que tenham obtido algum tipo de condição regular.

Além dos programas de regularização de migrantes que chegaram em situação irregular, há outros programas importantes que proporcionam acesso preferencial a residência temporária. O mais significativo é o acordo de residência do Mercosul, que abrange dez países da América do Sul em diferentes graus. Esse programa concede vistos temporários automáticos a nacionais dos países signatários, incluindo o direito a emprego no mercado de trabalho formal. Na maioria dos casos, após dois anos os titulares de autorizações podem renová-las ou candidatar-se diretamente à residência permanente. Uma análise dos dados de autorizações realizada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a OCDE mostrou que, em alguns países, mais da metade das autorizações concedidas a nacionais de países membros eram autorizações do Mercosul, com mais de meio milhão delas emitidas de 2015 a 2019 nos sete países para os quais havia dados disponíveis (BID e OCDE 2021).

Nos países do Caribe, as autorizações para trabalhadores qualificados no âmbito do programa Mercado Único e Economia do Caribe (*Caricom Single Market and Economy* – CSME) fornecem um mecanismo mais limitado, mas ainda assim importante, para a mobilidade regional livre. Pessoas com habilidades certificadas em uma série de áreas podem circular sem restrições entre os países participantes para procurar trabalho ou estabelecer empresas. Embora haja menos dados disponíveis para outros países, as estatísticas de Barbados mostram um fluxo constante de 100 a 200 trabalhadores qualificados por ano entre 2015 e 2019 (BID e OCDE 2021). A Caricom vem ampliando gradativamente esse programa, e esses números devem continuar aumentando.

Em sete dos dez países analisados em outro estudo, os migrantes estavam desproporcionalmente localizados em áreas urbanas (81 por cento em média, contra 70 por cento da população nativa) (BID, OCDE e PNUD 2023). Na maioria dos países, havia uma diferença de pelo menos oito pontos percentuais nessa distribuição; apenas na Colômbia, no México e no Paraguai a população migrante era mais propensa do que a nativa a residir em áreas rurais. Essa taxa mais alta de urbanização significa que as habilidades que os migrantes trazem (a educação superior é igualmente mais comum entre os migrantes em muitos países) também têm maior probabilidade de contribuir para a produtividade das cidades.

^a Acosta e Harris (2022) apresentam uma base de dados de quarenta indicadores de políticas nacionais de migração para os vinte e seis países membros mútuos do BID. Essa base de dados abrange seis tópicos gerais: acordos internacionais, acordos regionais, entrada sem visto, acesso a residência temporária, direitos enquanto residente e nacionalização.

políticas relacionadas com migrantes é um entendimento claro de quantos a cidade recebe, quem são, quando chegaram, quais são suas condições de trabalho e moradia, que desafios enfrentam e quais são suas necessidades. Os migrantes também devem ser informados de políticas e recursos que podem apoiar sua integração à economia local. Os formuladores de políticas, em nível tanto nacional como local, podem abordar essa necessidade por meio de uma *divulgação de informações* deliberada. Uma estratégia, por exemplo, pode ser estabelecer centros de informação locais para migrantes em pontos de entrada cruciais, situando-os não apenas em locais de entrada internacional, como aeroportos, travessias de fronteira terrestre e portos marítimos, mas também em locais domésticos, como estações regionais de ônibus e trem. Esses postos avançados poderiam servir a um duplo propósito ao coletar dados valiosos sobre migrantes recém-chegados e fornecer-lhes informações sobre apoio e recursos disponíveis nas suas novas cidades. Alguns precedentes para esse tipo de iniciativa já existem na região. Um deles é a “Unidad para la Atención y Reparación Integral a las Víctimas”, criada em 2012 para apoiar as vítimas do conflito armado interno na Colômbia. Seu objetivo é coordenar os esforços de um sistema nacional de atenção integral às vítimas.

Além de coletar esses tipos de informações, é vital assegurar que elas se tornem acessíveis tanto aos formuladores de políticas responsáveis por decidir quais políticas devem ser adotadas na cidade, como aos funcionários encarregados de implementá-las. Nesse sentido, são necessários sistemas de informação integrados que facilitem a interoperabilidade das bases de dados relevantes, protegendo cuidadosamente as informações pessoais de indivíduos e empresas. As tecnologias modernas podem facilitar muito esse processo, uma vez que os acordos institucionais relevantes estejam em vigor (BID 2021a).

Alavancar o capital humano e o dividendo demográfico dos migrantes

Conforme discutido no capítulo 2, o rebaixamento de habilidades — quando os trabalhadores são empregados em posições abaixo de suas qualificações — é uma característica particularmente prejudicial da migração qualificada para cidades latino-americanas. Além disso, leva a uma situação em que todos perdem, ao impedir que migrantes qualificados maximizem sua produtividade, ao mesmo tempo em que intensifica a concorrência no mercado de trabalho de baixa qualificação, com impactos negativos tanto nos migrantes qualificados como nos segmentos mais vulneráveis da população residente.

As políticas podem ajudar a corrigir essa situação, ao *promover empregos adequados às habilidades* nas economias locais. Em algumas cidades, as empresas locais podem não exigir mão de obra qualificada ou podem não reconhecer os benefícios associados às habilidades trazidas pelos trabalhadores migrantes. Nesses casos, os

governos locais podem desempenhar um papel como agentes de informação, destacando essas habilidades e seus benefícios.

Em cidades onde a demanda local por mão de obra qualificada é insuficiente, os formuladores de políticas podem ajudar trabalhadores qualificados, incluindo migrantes, a obter acesso a mercados de trabalho internacionais on-line. Plataformas de freelance como Upwork e Fiverr oferecem aos trabalhadores oportunidades de prestar uma gama de serviços a clientes globais. Os formuladores de políticas podem trabalhar para identificar e abordar as barreiras que impedem migrantes qualificados de aproveitar essas oportunidades. Os obstáculos podem incluir falta de informações sobre as plataformas, acesso insuficiente a tecnologias ou falta das habilidades complementares necessárias para aplicar suas habilidades existentes nessas plataformas, como, por exemplo, fluência em inglês. Embora essa seja uma área emergente, e as evidências da eficácia de tais intervenções sejam limitadas, essas plataformas podem permitir que certos tipos de trabalhadores aproveitem a demanda por mão de obra além dos mercados locais.

Um desafio frequentemente destacado na literatura sobre migração internacional é que migrantes altamente escolarizados e qualificados podem ter dificuldade para aplicar suas habilidades, seja como resultado de informações imperfeitas sobre essas habilidades em seus países de destino ou porque esses países não reconhecem suas certificações formais. Esse problema também pode afetar migrantes domésticos se, por exemplo, a qualidade das suas escolas e instituições de formação não for conhecida ou reconhecida pelos empregadores nas suas cidades de destino.

Os governos podem ajudar *avaliando as habilidades dos migrantes e concedendo certificação*. Essas intervenções também poderiam ajudar a combater o rebaixamento de habilidades e facilitar o acesso de trabalhadores migrantes qualificados a ocupações apropriadas nas economias locais. Brücker et al. (2021) constataram que, na Alemanha, para os migrantes que obtiveram reconhecimento de credenciais houve um aumento de 19,8 por cento nos salários e uma probabilidade 24,5 pontos percentuais maior de obter emprego três anos após o processo de reconhecimento.

Outra família de políticas que podem ajudar a facilitar o desenvolvimento de habilidades e a transferência de conhecimentos são as que criam *programas de aprendiz*. Os programas tradicionais de aprendizagem profissional, por meio dos quais os indivíduos aprendem um ofício ou uma arte trabalhando sob a orientação de profissionais qualificados, podem ser particularmente benéficos para jovens migrantes que podem ainda carecer das habilidades específicas exigidas pelo mercado de trabalho local. Essa abordagem capitalizaria o dividendo demográfico que os migrantes trazem para as cidades, discutido no capítulo 2. Pesquisas recentes sugeriram, por exemplo, que o programa brasileiro de aprendiz — que fornece subsídios à folha de pagamento para empresas que contratam jovens trabalhadores com contratos temporários que

combinam cursos de treinamento em sala de aula e treinamento no local de trabalho —, oferece um caminho mais eficaz para garantir empregos de longo prazo e maior qualidade do que outros tipos de empregos temporários (Corseuil, Foguel e Gonzaga 2019). Ao participar desses programas de aprendiz, os jovens migrantes podem adquirir as habilidades necessárias para prosperar nos seus novos ambientes. Isso beneficia não apenas os próprios migrantes ao aumentar sua empregabilidade, mas também a economia local, já que, como esses trabalhadores jovens têm toda a sua carreira pela frente, estão em condições de contribuir significativamente para a produtividade local durante um período prolongado.

A situação oposta — quando os migrantes já são altamente qualificados ou têm especializações únicas que diferem daquelas da população local — também representa uma fonte de oportunidades, que as políticas podem ajudar a desbloquear. Muitos migrantes internacionais e domésticos têm uma rica bagagem de conhecimentos e experiências adquiridas em seus vários países e regiões de origem. Nesses casos, uma abordagem ainda não testada seria usar um modelo de “aprendiz reverso”, no qual são oferecidos incentivos a empresas locais para empregar migrantes qualificados por um período limitado. A ideia é facilitar a transferência de conhecimentos desses migrantes para as empresas, promovendo, assim, a difusão de suas habilidades e experiências singulares dentro da economia local. Essa abordagem tem o potencial de criar situações em que todos ganham. Por um lado, as empresas locais se beneficiam das habilidades e dos conhecimentos singulares que os migrantes trazem. Por outro, os migrantes adquirem uma experiência de trabalho valiosa e podem demonstrar o seu valor a empregadores potenciais. Com o tempo, esses arranjos de emprego temporário podem evoluir para posições mais permanentes, caso tanto a empresa quanto o migrante vejam valor em dar continuidade à relação.

Fomentar o empreendedorismo

As evidências existentes, particularmente no campo da migração internacional, sugerem que os migrantes geralmente são mais propensos do que suas contrapartes locais a serem empreendedores — um fenômeno que foi bem documentado em estudos realizados nos Estados Unidos e em outras economias avançadas (Fairlie e Lofstrom 2015). Como discutido no capítulo 2, no entanto, esse não parece ter sido o caso na América Latina e no Caribe — pelo menos não nos últimos anos. Estudos sobre empreendedorismo na região constataram que ela está atrasada em relação a outras partes do mundo, em termos de taxa de criação de empresas formais (Lederman et al. 2014). Isso tem sido atribuído às características pessoais de potenciais empreendedores, bem como a fatores como barreiras regulatórias e falta de capital humano em áreas específicas, tais como ciência e engenharia (Alvarez e Grazzi 2018). Em um trabalho recente,

Bahar, Cowgill e Guzman (2023) destacaram a importância da regularização legal para desencadear o empreendedorismo entre migrantes internacionais. Os migrantes que se beneficiaram do programa colombiano de anistia de 2018 aumentaram sua taxa de empreendedorismo em mais de 200 por cento, quatro anos após a obtenção de suas autorizações de trabalho. Após esse salto, no entanto, seus níveis de empreendedorismo foram semelhantes aos de residentes não migrantes, sugerindo que as restrições legais que impedem os migrantes de iniciar novos negócios não explicam por que os migrantes na América Latina e no Caribe parecem ser menos empreendedores do que aqueles em outras regiões do mundo.

O primeiro passo para promover o empreendedorismo migrante nas cidades, então, talvez devesse ser a obtenção de um melhor entendimento das restrições específicas que inibem a atividade empreendedora nessa população. Desenvolver novas percepções dessas questões no nível local facilitaria o desenvolvimento de programas mais voltados para a promoção do empreendedorismo, com foco nas questões mais relevantes para cada cidade. Se a principal restrição for a falta de acesso ao crédito, por exemplo, os formuladores de políticas podem considerar a implementação de programas de garantia de empréstimo ou de capital semente, à semelhança da CORFO (Corporación de Fomento de la Producción, ou Corporação de Desenvolvimento da Produção) no Chile (Navarro 2018). Se for excesso de burocracia, podem considerar a simplificação regulatória ou a implementação de modelos de balcão único, como os Centros de Atendimento ao Cidadão no Brasil (Fredriksson 2020).

Iniciativas para promover o empreendedorismo e a inovação, como aquelas adotadas recentemente em vários países da América Latina e do Caribe, podem ser fundamentais para fomentar o empreendedorismo migrante. Incubadoras e aceleradoras de empresas são particularmente relevantes nesse sentido. Essas iniciativas, que são o instrumento mais comum usado pelas agências de inovação na região (Cuello et al. 2022), dão suporte a startups e empresários em seus estágios iniciais. As incubadoras oferecem uma gama de serviços, tais como espaço de trabalho, orientação, networking e oportunidades de financiamento, para facilitar o desenvolvimento e o crescimento de startups. As aceleradoras, por outro lado, são programas com duração determinada, que prestam assistência específica, orientação e acesso a recursos. Entre as iniciativas que atualmente trabalham em incubação e aceleração estão a Buenos Aires Emprende, na Argentina; a Startup Chile; a ConQuito, no Equador; e a Jamaica Business Development Corporation. Evidências sugerem que programas como esses são eficazes para aumentar o emprego e facilitar o acesso a financiamento (Lyons e Zhang 2017; Madaleno et al., 2022), mas o desenho específico da intervenção é crucial para a sua eficácia (Ruffo et al., 2012; Gonzalez-Uribe e Leatherbee 2018). Garantir o acesso de migrantes a esses serviços pode ajudar a preencher a lacuna de empreendedorismo migrante.

Outra iniciativa relevante é a Migraflix, organização sem fins lucrativos com sede em São Paulo que promove a integração, o intercâmbio cultural e o empreendedorismo entre migrantes e refugiados. A organização conecta migrantes com moradores locais interessados em aprender com suas culturas e organiza oficinas, aulas de idiomas, experiências gastronômicas e exposições de arte. A Migraflix também oferece treinamento em desenvolvimento de empresas, orientação e recursos para apoiar migrantes e refugiados em seus esforços empresariais (Buenadicha Sánchez et al. 2023). São necessárias mais evidências não apenas sobre o impacto da Migraflix, mas também sobre a medida em que ela pode subsidiar intervenções apoiadas pelo setor público em outras cidades. A iniciativa demonstra, no entanto, como as intervenções políticas podem alavancar uma característica fundamental dos migrantes: sua diversidade de habilidades, experiências e origens culturais, que podem ser aproveitadas para estimular empresas locais.

Mitigar os obstáculos à mobilidade geográfica

Em alguns casos, os migrantes encontram-se em locais que oferecem oportunidades econômicas limitadas. Como discutido acima, esse é frequentemente o caso de migrantes forçados, que deixam seus locais de origem em perigo e não têm o mesmo tempo ou os mesmos recursos de outros migrantes para escolher seus destinos. Se for de interesse dos migrantes mudarem-se para áreas com melhores oportunidades, isso acontecerá, em muitos casos, de forma orgânica. Os migrantes podem, no entanto, encontrar barreiras que retardam ou dificultam essas mudanças subsequentes.

As restrições financeiras podem ser um impedimento significativo para migrantes que procuram se mudar para novas cidades. Mesmo pequenos custos podem desencorajar a migração, particularmente entre populações sujeitas a graves restrições financeiras. Os subsídios à mobilidade podem ajudar a vencer essa barreira. Em um estudo realizado em Bangladesh, por exemplo, famílias em áreas rurais receberam aleatoriamente um incentivo de US\$ 8,50 para motivar a emigração temporária durante a baixa estação agrícola. Esse incentivo resultou em um aumento de 22 por cento no envio de migrantes sazonais pelas famílias e aumentou significativamente seu consumo em seus locais de origem após o retorno (Bryan, Chowdhury e Mobarak 2014).

Outra restrição importante é a *falta de informações* sobre oportunidades e riscos econômicos em novos destinos potenciais. No mesmo estudo em Bangladesh, por exemplo, um e três anos após a remoção do incentivo, as famílias tratadas tinham chances entre oito e dez pontos percentuais maiores de migrar novamente e demonstraram ter aprendido, com migrações anteriores, onde e quando migrar (Bryan, Chowdhury e Mobarak 2014). No Brasil, Porcher (2022) mostrou que a resposta migratória ao aumento da demanda por mão de obra em um destino variou de acordo com a origem

dos migrantes. A resposta foi maior se o local de origem estivesse mais próximo do destino, se tivesse havido maiores fluxos migratórios passados daquele lugar para o destino e se houvesse maior capilaridade da internet. Todos esses são fatores associados ao custo de aquisição de informações sobre as condições econômicas no destino, sugerindo que o acesso à informação melhora as decisões migratórias.

Os governos também podem ajudar a facilitar o acesso tempestivo a informações relevantes para a realocação. Um exemplo é a Operação Acolhida, no Brasil. Lançada em 2018, essa iniciativa humanitária foi criada para gerenciar o crescente influxo de migrantes venezuelanos na fronteira norte. O programa envolve cerca de 120 órgãos e instituições e inclui um componente de “internalização”, que cultiva a inclusão socioeconômica por meio da realocação voluntária de migrantes para outros estados brasileiros. Por meio desse componente, os migrantes interessados são selecionados e preparados para a realocação, com base em informações sobre suas cidades de destino, cobrindo seus custos de transporte e apoiando sua integração na chegada por meio de assistência em moradia, emprego e acesso a serviços sociais. O programa realocou com sucesso migrantes de Roraima — um dos estados mais pobres do Brasil — para áreas com mais oportunidades de integração social e econômica. No entanto, os migrantes ainda enfrentam desafios significativos em termos de integração ao sistema educacional, a programas de proteção social e a mercados formais de trabalho em seus destinos (Shamsuddin et al. 2021). Esse resultado destaca a necessidade contínua de políticas locais de integração de migrantes, mesmo em cidades relativamente mais desenvolvidas.

Combater a discriminação

Como discutido nos capítulos 2 e 3, os migrantes muitas vezes precisam lidar com a discriminação e a xenofobia, o que pode não apenas ser prejudicial ao seu bem-estar psicológico, mas também afetar diretamente seus meios de subsistência, restringindo seu acesso a moradia de melhor qualidade e comodidades afins, como boa educação e ar puro (Christensen e Timmins 2023; Zanoni, Acevedo e Hernandez 2022; Zanoni e Díaz 2023). Isso, por sua vez, pode limitar seu acesso aos mercados de trabalho locais e, em última análise, reduzir suas contribuições para as economias locais. Dados recentes sugerem que a xenofobia contra migrantes internacionais continua a aumentar na América Latina e no Caribe (BID 2023). Ao minar a confiança interpessoal e a confiança no governo nas comunidades receptoras, esses preconceitos podem reduzir a demanda por bens públicos e infraestrutura, levar à exclusão de indivíduos dos serviços públicos e, de modo geral, enfraquecer a capacidade dos governos locais e nacionais de serem eficazes (Keefer e Scartascini 2022).

Evidências sugerem, no entanto, que *intervenções de políticas podem alterar percepções públicas negativas* e preconceitos contra migrantes. Na Colômbia, por

exemplo, Rodriguez Chatruc e Rozo (2021) realizaram um estudo atribuindo aleatoriamente a 850 residentes não migrantes uma de duas tarefas: i) participar de um jogo online imersivo simulando as decisões de vida dos refugiados ou ii) assistir a um documentário retratando as jornadas da vida real dos refugiados. Ambas as intervenções tiveram sucesso ao aumentar o altruísmo e reduzir o preconceito dos residentes em relação aos migrantes. Cruces et al. (2023) realizaram experimentos semelhantes usando vídeos em nove países da América Latina e do Caribe, dentre eles Barbados, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, México, Peru e Trinidad e Tobago. Os autores verificaram que essas intervenções modificaram as atitudes dos participantes que anteriormente tinham opiniões muito negativas sobre os migrantes.

Fora de estudos controlados, um exemplo de intervenção bem-sucedida é a “Somos Panas Colombia”, liderada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), em colaboração com outras agências e organizações. Por meio de campanhas de conscientização, eventos culturais e serviços de apoio, essa iniciativa busca fomentar a empatia, combater a discriminação e facilitar a inclusão de migrantes venezuelanos na sociedade colombiana. A campanha teve sucesso ao mitigar a xenofobia e reduzir os preconceitos contra esses migrantes e refugiados (Durán et al. 2022).

Maximizar a utilização do estoque habitacional existente

Como destacado no início deste capítulo, uma estratégia fundamental para aproveitar os benefícios da migração é apoiar os esforços dos migrantes na busca de moradia adequada, especialmente no curto prazo. Para tanto, uma das prioridades é que as cidades tirem proveito máximo do seu estoque habitacional existente.

Uma abordagem nesse sentido é *apoiar o desenvolvimento dos mercados de aluguel* (Bouillon 2012). Como observamos no capítulo 3, as taxas de propriedade entre migrantes são baixas, o que é compreensível dada sua chegada recente. Isso torna o desenvolvimento dos mercados de aluguel particularmente relevante para essa população. Além disso, a promoção dos mercados de aluguel poderia melhorar a acessibilidade geral ao emprego e a integração ao mercado de trabalho, uma vez que as unidades de aluguel geralmente estão mais bem localizadas e, em geral, são de melhor qualidade do que a unidade habitacional média à venda (BID 2020a).

Uma maneira de os formuladores de políticas ajudarem a promover o desenvolvimento dos mercados de aluguel é simplificar a papelada e os procedimentos necessários para converter o estoque de moradia existente em unidades de aluguel. No entanto, é importante encontrar um equilíbrio entre a flexibilização de regulamentos e a manutenção de normas essenciais. Como observamos anteriormente em relação às restrições de altura dos edifícios, os regulamentos servem a um propósito. O objetivo

deve ser eliminar a burocracia desnecessária, mantendo simultaneamente regulamentos que garantam qualidade mínima da construção, normas de segurança e considerações ambientais.

Os formuladores de políticas também poderiam, de maneira eficaz, fazer *uso das novas tecnologias* que surgiram em torno da economia “de plataforma”. Os serviços oferecidos por empresas como Airbnb, Vrbo ou CouchSurf — que conectam viajantes com anfitriões que oferecem estadias de curta duração em casas particulares, apartamentos ou espaços compartilhados — experimentaram um aumento na popularidade e no uso generalizado. Tecnologias semelhantes poderiam ser usadas para promover soluções de moradia de curto prazo mais flexíveis, para migrantes que se mudam para as cidades. Esses serviços podem ser particularmente benéficos para migrantes internacionais, que podem ter mais dificuldades do que os residentes para garantir moradia porque, por exemplo, não têm os fiadores exigidos por muitos contratos de aluguel. No entanto, essa abordagem pode não ser eficaz em áreas que atraem principalmente viajantes temporários, como bairros ao redor de pontos turísticos ou centros empresariais. Nesses locais, as plataformas de compartilhamento de acomodação competem com hotéis e outros serviços tradicionais de hospitalidade, reduzindo a disponibilidade de residências primárias para aluguel e tornando os aluguéis de moradia menos acessíveis (Garcia-López et al. 2020; Calder-Wang 2021). Os proprietários podem ser mais receptivos a incentivos para converter suas propriedades em unidades de aluguel de curto prazo, em áreas que podem ser menos atraentes para visitantes temporários, mas desejáveis para residentes e migrantes devido à sua proximidade com escolas, redes de transporte público e outras comodidades.

Impulsionar a oferta habitacional

Além de aumentar a demanda habitacional no curto prazo, a migração pode, ao longo do tempo, aumentar a necessidade de moradia em uma cidade no longo prazo. Isso, por sua vez, pode agravar os déficits de moradia e a desigualdade social. Como discutido mais exaustivamente no Quadro 4.2, a falta de acesso a moradia adequada nas cidades da América Latina e do Caribe está estreitamente ligada a outros fatores correlatos de exclusão social, incluindo renda, raça, naturalidade e gênero. Um objetivo fundamental das políticas é, por conseguinte, assegurar que a oferta de moradia local possa adaptar-se às mudanças na demanda no médio a longo prazo. Isso também pode contribuir para manter a acessibilidade financeira da cidade, já que mais construções ajudam a manter baixos os preços de compra e aluguel de moradia. Evidências recentes constataam, por exemplo, que a construção de grandes prédios de apartamentos em bairros de baixa renda aumenta a aglomeração local e reduz os aluguéis em prédios próximos (Asquith, Mast e Davin Reed 2023).

Quadro 4.2. Déficits de moradia e desigualdade social nas cidades da América Latina e do Caribe

Embora a urbanização tenha proporcionado um caminho rápido de saída da pobreza para milhões de famílias em todo o mundo, a desigualdade de renda persiste. Na América Latina e no Caribe, a parcela de domicílios urbanos com renda per capita diária inferior a US\$ 5,50 caiu 42 por cento — de 31 por cento para 18 por cento — entre 2000 e 2018. Em contrapartida, a parcela nas áreas rurais caiu apenas 23 por cento — de 77 por cento para 59 por cento (Banco Mundial 2020b). Mesmo assim, a desigualdade nas cidades da região continua alta (OCDE 2018). Em média, seus coeficientes de Gini são mais altos do que para cidades em outras regiões emergentes, com apenas algumas cidades na África apresentando pontuações nessa medida mais altas do que as cidades latino-americanas e caribenhas mais desiguais. Em algumas, como Santiago do Chile e Buenos Aires, a desigualdade de renda aumentou, apesar da queda no número total de pessoas vivendo na pobreza (ONU-Habitat 2016).

A desigualdade de renda é apenas uma das muitas facetas da exclusão social estrutural nas cidades da América Latina e do Caribe. A exclusão social opera em diferentes níveis, inclusive para bairros (em termos, por exemplo, de acesso a serviços básicos e ambientes saudáveis) e famílias (por exemplo, no acesso à moradia e participação política) (OMS 2020). A exclusão nas cidades da região tem um claro componente espacial, com características exógenas como etnia e naturalidade altamente correlacionadas com a localização do domicílio (Kaltmeier e Breuer 2020). Por exemplo, em 2018, na Colômbia, 28 por cento das famílias urbanas que se identificavam como indígenas ou afrodescendentes residiam em bairros informais, em comparação com 8 por cento que não se identificavam nem como um nem como outro. Da mesma forma, essa diferença foi de 34 por cento contra 19 por cento no Brasil e de 13 por cento contra 5 por cento no México (Banco Mundial 2020b). A localização é importante para a mobilidade social intergeracional, para as taxas de frequência escolar e os rendimentos futuros das crianças (Chetty e Hendren 2018), bem como para a saúde e a longevidade do indivíduo. Mesmo quando levadas em conta as variáveis-chave, a expectativa de vida das mulheres que vivem nos bairros de Santiago do Chile no decil de renda mais baixo é de 18 anos a menos do que para aquelas que vivem em bairros no decil superior. Uma expectativa de vida significativamente menor também foi documentada para áreas mais pobres da Cidade do Panamá, Cidade do México, Buenos Aires e Belo Horizonte (Libertun de Duren et al. 2022)

Em termos de acesso a moradia adequada nos mercados formal e informal da região, os dados comparáveis mais atuais mostram que os déficits de moradia afetam 55 milhões de famílias, ou cerca de 45 por cento da população total (Bouillon 2012).^a A incidência varia de acordo com o país, com menos de 15 por cento da população afetada no Chile e na Costa Rica e mais de 55 por cento na Bolívia. Em todos os países, um terço de todas as famílias com déficit de moradia está no quintil de renda inferior (ONU-Habitat 2016). No geral, existe uma tendência lenta, mas positiva, para uma redução desse déficit. Na Argentina e no Brasil, o déficit caiu de 32 por cento em 2011 para 26 por cento em 2018; na Bolívia, de 64 por cento em 2011 para 58 por cento em 2018; no México, de 28 por cento em 2010 para 23 por cento em 2015; e no Peru, de 60 por cento em 2012 para 40 por cento em 2017. No ritmo atual, no entanto, serão necessários mais de 30 anos para fechar a lacuna (BID 2020a).

Em geral, os déficits qualitativos (materiais de construção inadequados, falta de acesso a serviços essenciais, superlotação e títulos de propriedade inadequados) afetam 75 por cento das famílias com déficit habitacional, enquanto os demais déficits são classificados como quantitativos (moradias improvisadas ou coabitação) (Libertun de Duren 2018). O tipo de déficit

(continua na página seguinte)

qualitativo depende das características da cidade. A superlotação, por exemplo, é maior em cidades de grande porte com preços altos de terra, enquanto os percentuais de domicílios sem serviços essenciais são mais altos em cidades menores (CAF 2018). Além disso, em todos os níveis de renda, as mulheres são menos propensas a possuir terras ou moradias (Libertun de Duren 2021). Apenas 13 por cento das mulheres no Peru, por exemplo, relataram ser proprietárias individuais de terras. Padrões semelhantes de propriedade entre as mulheres ocorrem em outros países da região, como 14 por cento em Honduras, 20 por cento na Nicarágua e 24 por cento no Haiti (Libertun de Duren et al. 2020).

Uma série de fatores contribuem para os déficits de moradia, incluindo uma oferta quase inelástica de terras com serviços, políticas que favorecem moradias com demanda baixa e que não suportam mercados de aluguel, além de mercados hipotecários subdesenvolvidos. A infraestrutura básica é precária na região, com serviços de esgoto em domicílios urbanos de apenas 79 por cento no Panamá, apenas 74 por cento no Brasil e apenas 44 por cento na Nicarágua (Banco Mundial 2020b). A combinação de terras mal servidas e crescimento populacional impulsiona os preços da terra, o que, por sua vez, leva a preços mais altos de moradia no mercado formal. De 1994 a 2004, a contribuição do custo da terra para os custos totais de moradia aumentou de 7 para 20 por cento (Brain e Sabatini 2006). As famílias sem condições de arcar com esses preços recorrem a moradia em bairros informais ou a arranjos abaixo dos padrões em mercados formais, como moradias superlotadas ou coabitação (Ferreya e Roberts, 2018). Além disso, as políticas habitacionais muitas vezes alocam mal os recursos ao apoiar moradias financeiramente acessíveis em locais periurbanos, onde a terra é mais barata, mas a demanda por moradia é limitada (Libertun de Duren 2017). No México, em 2014, por exemplo, uma em cada sete residências financeiramente acessíveis construídas, ou cinco milhões de unidades, estava desocupada (Monkkonen, 2014). Até agora, as políticas nacionais têm promovido a casa própria em detrimento da moradia de aluguel, o que aumenta os custos e limita a adequação das soluções de moradia, especialmente para trabalhadores migrantes e famílias mais jovens (Blanco, Cibils, e Muñoz 2014).

Entre as famílias que vivem com déficit de moradia, aquelas que residem em bairros informais sofrem níveis ainda maiores de exclusão. Embora a América Latina e o Caribe tenham evoluído na redução de moradia em bairros informais — de 25,5 por cento da população em 2005 para 20,4 por cento em 2014 — estima-se que pelo menos 105 milhões de pessoas ainda residiam nesses bairros em 2020 (Banco Mundial 2020b). Esses bairros não tinham acesso a um ou muitos serviços municipais básicos, incluindo eletricidade, água e saneamento; espaços públicos seguros; e serviços adequados de educação e gestão em saúde. Na Argentina, em 2020, por exemplo, estima-se que mais de 98 por cento dos domicílios em bairros informais não tinham acesso a serviços municipais de esgoto, e quase 94 por cento não estavam conectados a serviços de água. Apenas 30 por cento haviam tido acesso a algum serviço de saúde nos últimos 12 meses (RENABAP 2020). Ao mesmo tempo, a infraestrutura sanitária inadequada nos bairros informais os torna focos de doenças endêmicas como malária, Zika e dengue (Libertun de Duren 2022), e muitas vezes, sua localização em encostas, barrancos ou margens de rios os torna vulneráveis a deslizamentos de terra e inundações (Libertun de Duren et al. 2021). Esses bairros também costumam abrigar migrantes, explicando em parte os déficits de moradia observados nessa população. Entre os migrantes na Colômbia e na Costa Rica, 32 por cento e 36 por cento, respectivamente, não têm acesso a moradia adequada; 16 por cento dos migrantes no Equador são sem-teto; e 60 por cento no Panamá coabitam com outras famílias (Elias et al. 2020).

(continua na página seguinte)

Uma política que aborde a exclusão habitacional nas cidades latino-americanas e caribenhas tem quatro pilares principais, a saber: planos urbanos que abordem vulnerabilidades ambientais e conectem bairros informais à principal rede de infraestrutura da cidade e a serviços sociais e de transporte; mecanismos para aumentar a disponibilidade de terras servidas para usos habitacionais; programas que melhorem a qualidade do estoque habitacional existente; e programas habitacionais destinados a reduzir déficits quantitativos entre famílias excluídas. Significativamente, o sucesso desses pilares implica trabalhar com os beneficiários pretendidos para identificar suas necessidades, criar alianças e garantir a sustentabilidade de todas as ações.

^a O déficit de moradia quantitativo mede a necessidade de novas construções devido ao fato de que várias famílias estão coabitando na mesma residência, as casas são mal construídas ou improvisadas, os aluguéis são inacessíveis ou as casas antigas precisam ser substituídas. Enquanto isso, os déficits de moradia qualitativos medem o número total de residências com pelo menos uma das seguintes deficiências: materiais de construção inadequados, falta de acesso a serviços municipais básicos, como água, saneamento e eletricidade, superlotação ou documentação de propriedade pouco clara (Bouillon 2012).

O desenvolvimento habitacional é moldado por um conjunto muitas vezes complexo de regulamentos e impostos, que varia entre as cidades. Como a construção de edifícios e a conseqüente aglomeração de pessoas podem gerar externalidades negativas, incluindo a lotação de escolas e o congestionamento de estradas, algum nível de tributação é economicamente justificado. A maioria dos estudos empíricos constata, no entanto, que os custos dessas restrições à oferta de moradia tendem a ser excessivos em relação aos seus benefícios (Glaeser e Gyourko 2018; Molloy 2020).

Essa constatação sugere que os formuladores de políticas podem *tornar os projetos mais viáveis financeiramente para as construtoras* e aumentar a oferta de moradia usando instrumentos como abatimentos, isenções ou reduções por períodos específicos do IPTU. Estratégias eficazes também poderiam incluir a reavaliação de códigos de habitação, incluindo regulamentos sobre a altura dos edifícios. Como em exemplos semelhantes discutidos acima, é importante avaliar as reformas regulatórias caso a caso. O objetivo é identificar e eliminar regulamentos que restringem desnecessariamente o aumento do estoque de moradia e aumentam preços, mantendo, ao mesmo tempo, aqueles necessários para a consecução de outras prioridades de políticas.

Políticas focadas na consolidação da oferta local de moradia formal devem ser acompanhadas por outras que, do lado da demanda, apoiem a casa própria. Como mencionado nos capítulos anteriores, a casa própria pode não ser a opção financeiramente mais sólida para migrantes de curto prazo ou para algumas famílias de baixa renda, pois suas casas não se valorizam o suficiente para compensar os custos de aquisição (BID 2020b). É mais provável, no entanto, que seja financeiramente benéfica para migrantes de longo prazo nas cidades no contexto dos mercados formais de moradia, e muitas vezes pode ser uma das únicas formas de poupança formal às quais as famí-

lias têm acesso. De fato, a casa própria continua sendo a melhor forma de poupança para famílias na América Latina e no Caribe, mesmo quando o rendimento líquido do seu aluguel é menor do que o retorno do investimento para outras formas de poupança financeira (Cavallo e Serebrisky 2016).

Uma consideração fundamental para a casa própria é a *disponibilidade de produtos financeiros* acessíveis a compradores potenciais. Em 2020, as hipotecas permaneceram bem abaixo de 10 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) em todos os países da América Latina e do Caribe — menos da metade do que em economias comparáveis na Ásia e quase dez vezes menor do que nos Estados Unidos (BID 2020a). Os países da região implementaram várias iniciativas para desenvolver esses mercados a partir do setor público, inclusive alocando crédito por meio de bancos públicos, subsidiando taxas de juros e destinando fundos do setor privado para crédito hipotecário. Essas iniciativas tiveram sucesso limitado, no entanto, apontando para a necessidade de um maior desenvolvimento dos mercados hipotecários liderados pelo setor privado. Isso, por sua vez, exigirá reformas em nível nacional, incluindo melhor proteção dos direitos dos credores, melhores registros de propriedade e a promoção de sistemas de avaliação de risco transparentes e eficientes (Bouillon 2012).

Finalmente, uma restrição central à oferta de moradia nas cidades da América Latina e do Caribe é a escassez de terras com serviços municipais apropriados. Enfrentar essa restrição requer *um planejamento ativo do uso do solo, centrado no apoio à acessibilidade futura a moradia*. Como a reforma ou realocação de infraestrutura após a terra ter sido ocupada pode ser até três vezes mais cara do que sua construção prévia (Fernandes 2011), planejar a expansão antes de o assentamento ocorrer é fundamental para a prestação dos serviços necessários (Collier et al. 2020). Essa abordagem foi exemplificada pelo “Plano dos Comissários” de Nova York, de 1811, que reservou terras equivalentes a sete vezes o tamanho da cidade para expansões estruturais futuras, garantindo que as novas partes da cidade fossem conectadas de forma eficiente tanto com a malha viária quanto com as redes de água e esgoto (Collier et al. 2020). Hoje em dia, esse tipo de planejamento também pode ajudar a promover a acessibilidade financeira da moradia em países de renda baixa e média. A cidade de Ahmedabad, na Índia, por exemplo, desenvolveu mais de 2,5 mil hectares entre 2000 e 2010, alocando um quarto ao setor privado a preços de mercado para desenvolvimento habitacional e reservando o restante como um banco de terras para desenvolvimento futuro. O resultado foi a redução dos preços de terra e moradia e a melhoria da acessibilidade financeira para as famílias de baixa renda (Bertraud 2015; BID 2020a). Para que iniciativas como essas ampliem de forma sustentável a disponibilidade de terras servidas, parte da terra alocada para desenvolvimento futuro deve ser explicitamente preservada para a provisão de bens públicos, tais como estradas, transporte público, sistemas de água e esgoto e espaços abertos (Collier et al. 2023).

4.4. Conclusões

A migração apresenta uma riqueza de oportunidades para as cidades receptoras que, no entanto, nem sempre são plenamente concretizadas. Nesse sentido, o papel das políticas é fundamental para destravar o potencial da migração e mitigar seus desafios. Este relatório argumentou que, para tanto, os dois principais objetivos de políticas são promover a contribuição dos migrantes para o crescimento da produtividade local e aliviar as restrições de moradia. A busca desses objetivos deve ser guiada por um conjunto de princípios que incluam considerar cenários de curto contra longo prazo, ajustar as políticas a contextos específicos, envolver o setor privado, fortalecer capacidades nas instituições locais e priorizar políticas que beneficiem tanto migrantes quanto residentes.

Os governos locais geralmente estão mais bem posicionados para entender e responder às circunstâncias específicas de suas comunidades. Embora a extensão de seu poder varie entre os países da região, todos têm uma variedade de ferramentas e estratégias à sua disposição para capitalizar as oportunidades apresentadas pela migração. É essencial, no entanto, fortalecer a capacidade dos governos locais em gestão fiscal e de dados, bem como assegurar que os planos de desenvolvimento territorial urbano incorporem explicitamente o objetivo de maximizar a contribuição dos migrantes para as economias locais.

A discussão anterior também ressaltou a necessidade de um diálogo nacional de políticas, subsidiado pelas evidências de que a migração interna e internacional em curso vivida pelos países da América Latina tem um impacto significativo na demanda por serviços públicos. O movimento substancial de pessoas conduz inerentemente a um aumento na demanda por serviços públicos locais em algumas zonas e a uma diminuição em outras, uma dinâmica que pressiona as finanças públicas locais de alguns governos locais e suscita perguntas sobre a frequência com que as regras de alocação geográfica dos orçamentos devem ser reavaliadas.

Intervenções de políticas capazes de fomentar as contribuições econômicas dos migrantes são de longo alcance e não só beneficiam a população migrante, mas também se estendem a residentes não migrantes, particularmente aqueles mais vulneráveis, além de estimular a prosperidade geral da comunidade. Essas intervenções são investimentos no futuro, que preparam o terreno para o desenvolvimento econômico local de longo prazo. Ao facilitar a integração dos migrantes, as cidades podem aproveitar uma força de trabalho jovem, com uma riqueza de habilidades e perspectivas que podem impulsionar a inovação e a produtividade, levando ao aumento da competitividade e à prosperidade da comunidade. Destravar a promessa da migração é um caminho para um futuro urbano mais próspero, inovador e inclusivo na América Latina e no Caribe.

Referências

- Abel, Martin, Rulof Burge e Patrizio Piraino. 2020. "The Value of Reference Letters: Experimental Evidence from South Africa." *American Economic Journal: Applied Economics* 12 (3): 40-71.
- ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados). 2023. "Global Report on Law and Policy on Internal Displacement: Implementing National Responsibility." Cluster de Proteção Global. <https://www.globalprotectioncluster.org/publications/810/reports/report/global-report-law-and-policy-internal-displacement-implementing>.
- Acosta, Diego e Jeremy Harris. 2022. "Regímenes de política migratoria en América Latina y el Caribe: Inmigración, libre movilidad regional, refugio y nacionalidad" [Migration Policy Regimes in Latin America and the Caribbean: Immigration, Free Regional Mobility, Refuge, and Nationality]. Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington, DC. <https://doi.org/10.18235/0004362>.
- Ahlfeldt, Gabriel M., Stephen J. Redding, Daniel M. Sturm e Nikolaus Wolf. 2015. "The Economics of Density: Evidence from the Berlin Wall." *Econometrica* 83:2127-89.
- Ajzenman, Nicolas, Patricio Dominguez e Raimundo Undurraga. 2022. "Immigration, Crime, and Crime (Mis)Perceptions." Artigo acadêmico da SSRN. Rochester, NY. <https://doi.org/10.2139/ssrn.4258034>.
- Akbari, Ather H. e Yigit Aydede. 2012. "Effects of Immigration on House Prices in Canada." *Applied Economics* 44 (13): 1645-58. <https://doi.org/10.1080/00036846.2010.548788>.
- Albert, Christoph, Paula Bustos e Jacopo Ponticelli. 2021. "The Effects of Climate Change on Labor and Capital Reallocation." Documento de Trabalho do NBER no. 28995. Escritório Nacional de Pesquisa Econômica, Cambridge, MA. <https://doi.org/10.3386/w28995>.
- Alexeev, Roman V., Igor V. Polyakov e Roman V. Bekryaev. 2010. "Role of Polar Amplification in Long-Term Surface Air Temperature Variations and Modern Arctic Warming." *Journal of Climate* 23 (14): 3888.
- Almeida, E. T. d., R. d. M. Silveira Neto e R. d. M. Rocha. 2023. "The Spatial Scope of Agglomeration Economies in Brazil." *Journal of Regional Science* 63 (4): 820-863. <https://doi.org/10.1111/jors.12641>.

- Alvarez, Roberto e Matteo Grazzi. 2018. “Innovation and Entrepreneurship in Latin America: What Do We Know? What Would We Like to Know?” *Estudios de Economía* 45:157-71. <https://doi.org/10.4067/S0718-52862018000200157>.
- Alves, Guillermo. 2021. “Slum Growth in Brazilian Cities.” *Journal of Urban Economics* 122:103327. <https://doi.org/10.1016/j.jue.2021.103327>.
- Arzaghi, M. e J. V. Henderson. 2008. “Networking off Madison Avenue.” *Review of Economic Studies* 75 (4): 1011-38.
- Asquith, Brian J., Evan Mast e Davin Reed. 2023. “Local Effects of Large New Apartment Buildings in Low-Income Areas.” *Review of Economics and Statistics* 105 (2): 359-75.
- Baeninger, Rosana. 2012. “Rotatividade migratória: Um novo olhar para as migrações internas no Brasil”. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana* 20 (39): 3.
- Baez, Javier, German Caruso, Valerie Mueller e Chiyu Niu. 2017. “Heat Exposure and Youth Migration in Central America and the Caribbean.” *American Economic Review* 107 (5): 446-50. <https://doi.org/10.1257/aer.p20171053>.
- Bah, E. M., F. Issa e Z. F. Geh. 2018. *Housing Market Dynamics in Africa*. Londres: Palgrave McMillan.
- Bahar, Dany, Bo Cowgill e Jorge Guzman. 2023. “Legalizing Entrepreneurship.” Documento de Trabalho do NBER no. 30624. Escritório Nacional de Pesquisa Econômica, Cambridge, MA. <https://doi.org/10.3386/w30624>.
- Bahar, Dany, Ana María Ibáñez e Sandra V. Rozo. 2021. “Give Me Your Tired and Your Poor: Impact of a Large-Scale Amnesty Program for Undocumented Refugees.” *Journal of Development Economics* 151 (C).
- Banco Mundial. 2018. “Groundswell: Preparing for Internal Climate Migration.” Banco Mundial, Washington, DC.
- . 2020a. “Approaches to Measuring Housing Deficits: Key Findings and Recommendations for the World Bank Group.” Manuscrito não publicado. Banco Mundial, Washington, DC.
- . 2020b. “Population Living in Slums, per Region.” Banco Mundial, Washington, DC. <https://data.worldbank.org/indicator/EN.POP.SLUM.UR.ZS?locations=ZJ>. <https://ideas.repec.org//a/eee/deveco/v151y2021ics0304387821000316.html>.
- Baptista, Dulce, David Rosas e Oscar Arboleda. 2019. “Migración laboral en América Latina y el Caribe: ¿Oportunidad o desafío?” [Migração Laboral na América Latina e no Caribe: Oportunidade ou Desafio?]. *Factor Trabajo*. Washington, DC: Banco Interamericano de Desenvolvimento. <https://blogs.iadb.org/trabajo/es/migracion-laboral-en-america-latina-y-el-caribe-oportunidad-o-desafio/>.
- Basu, Sukanya e Sarah Pearlman. 2017. “Violence and Migration: Evidence from Mexico’s Drug War.” *IZA Journal of Development and Migration* 7 (1): 18. <https://doi.org/10.1186/s40176-017-0102-6>.

- Baum-Snow, Nathaniel e Lu Han. 2022. "The Microgeography of Housing Supply." Documento de Trabalho. Universidade de Toronto. <https://ideas.repec.org/p/nbr/nberwo/22882.html>.
- Beaman, Lori e Jeremy Magruder. 2012. "Who Gets the Job Referral? Evidence from a Social Networks Experiment." *American Economic Review* 102 (7): 3574-93. <https://doi.org/10.1257/aer.102.7.3574>.
- Berg, Claudia N., Uwe Deichmann, Yishen Liu e Harris Selod. 2017. "Transport Policies and Development." *Journal of Development Studies* 53 (4): 465-80.
- Berlinski, Samuel e Norbert Schady, eds. 2015. *Os primeiros anos: O bem-estar infantil e o papel das políticas públicas*. Série Desenvolvimento nas Américas. Washington, DC: Banco Interamericano de Desenvolvimento. <https://doi.org/10.18235/0000186>.
- Bernard, Aude. 2017. "Cohort Measures of Internal Migration: Understanding Long-Term Trends." *Demography* 54 (6): 2201-21. <https://doi.org/10.1007/s13524-017-0626-7>.
- Bernedo Del Carpio, Maria e Carlianne Patrick. 2021. "Agglomeration and Informality: Evidence from Peruvian Establishments." *Journal of Regional Science* 61 (2): 442-71.
- Bertaud, Alain. 2015. "Converting Land into Affordable Housing Floor Space." In *The Urban Imperative: Towards Competitive Cities*, eds. Edward Glaeser e Abha Joshi-Ghani. Nova Deli, Índia: Oxford University Press.
- Bertaud, Alain e Jan K. Brueckner. 2005. "Analyzing Building-Height Restrictions: Predicted Impacts and Welfare Costs." *Regional Science and Urban Economics* 35 (2): 109-25.
- BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). 2018. "Decentralization and Subnational Governments Sector Framework Document." Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington, DC.
- . 2020a. "Housing and Urban Development Sector Framework Document." Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington, DC.
- . 2020b. "Migration Action Framework." Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington, DC.
- . 2020c. "Transportation Sector Framework Document." Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington, DC.
- . 2021a. "Labor Sector Framework Document." Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington, DC.
- . 2021b. "Social Protection and Poverty Sector Framework Document." Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington, DC.
- . 2021c. "Water and Sanitation Sector Framework Document." Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington, DC.
- . 2023. "La opinión pública respecto de la migración en América Latina y el Caribe." Edición 2023 [Public Opinion Regarding Migration in Latin America and the

- Caribbean, 2023 edition]. Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington, DC. <https://doi.org/10.18235/0004699>.
- BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). 2021. *Migration Flows in Latin America and the Caribbean: Statistics on Permits for Migrants*. Washington, DC: BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). <https://doi.org/10.18235/0003665>.
- BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2023. “How Do Migrants Fare in Latin America and the Caribbean? Mapping Socio-Economic Integration.” BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington, DC). <https://doi.org/10.18235/0005007>.
- Bilal, Usama, Caio P. De Castro, Tania Alfaro, Tonatiuh Barrientos-Gutierrez, Mauricio L. Barreto, Carlos M. Leveau, Kevin Martinez-Folgar et al. 2021. “Scaling of Mortality in 742 Metropolitan Areas of the Americas.” *Science Advances* 7 (50): eabl6325. <https://doi.org/10.1126/sciadv.abl6325>.
- Bird, Julia, Piero Montebruno e Tanner Regan. 2017. “Life in a Slum: Understanding Living Conditions in Nairobi’s Slums across Time and Space.” *Oxford Review of Economic Policy* 33 (3): 496–520. <https://doi.org/10.1093/oxrep/grx036>.
- Blanco, Andrés G., Vicente Fretes Cibils e Andrés F. Muñoz. 2014. “Rental Housing Wanted: Options for Expanding Housing Policy.” Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington, DC. <https://publications.iadb.org/en/rental-housing-wanted-options-expanding-housing-policy>.
- Blau, Francine D. e Christopher Mackie, eds. 2017. *The Economic and Fiscal Consequences of Immigration*. Washington, DC: National Academies Press. <https://doi.org/10.17226/23550>.
- Blyde, Juan S. 2020. “Heterogeneous Labor Impacts of Migration Across Skill Groups: The Case of Costa Rica.” Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington, DC. <https://doi.org/10.18235/0002595>.
- Blyde, Juan S., Matías Busso e Ana María Ibáñez. 2020. “The Impact of Migration in Latin America and the Caribbean: A Review of Recent Evidence.” Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington, DC. <https://doi.org/10.18235/0002866>.
- Bonilla-Mejía, Leonardo, Leonardo Fabio Morales, Didier Hermida-Giraldo e Luz A. Flórez. 2020. “The Labor Market of Immigrants and Non-Immigrants: Evidence from the Venezuelan Refugee Crisis.” Borradores de Economía 1119. Banco de la República de Colombia. <https://ideas.repec.org/p/bdr/borrec/1119.html>.
- Borjas, George J. 2002. “Homeownership in the Immigrant Population.” *Journal of Urban Economics* 52 (3): 448–76. [https://doi.org/10.1016/S0094-1190\(02\)00529-6](https://doi.org/10.1016/S0094-1190(02)00529-6).

- Bouillon, César Patricio, ed. 2012. *Room for Development: Housing Markets in Latin America and the Caribbean*. Série Desenvolvimento nas Américas. Nova York: Palgrave Macmillan. <https://link.springer.com/book/10.1057/9781137031464>.
- Brain, Isabel e Francisco Sabatini. 2006. “Los precios del suelo en alza corrompen el subsidio habitacional, contribuyendo al deterioro en la calidad y localización de la vivienda social” [Os preços do solo em alta corrompem o subsídio habitacional, contribuindo para a deterioração da qualidade e localização da habitação social]. *Revista ProUrbana* 4:1-13.
- Brotherhood, Luiz, Tiago Cavalcanti, Daniel Da Mata e Cezar Santos. 2022. “Slums and Pandemics.” *Journal of Development Economics* 157:102882. <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2022.102882>.
- Brücker, Herbert, Albrecht Glitz, Adrian Lerche e Agnese Romiti. 2021. “Occupational Recognition and Immigrant Labor Market Outcomes.” *Journal of Labor Economics* 39 (2): 497-525.
- Brueckner, Jan K. 2013. “Urban Squatting with Rent-Seeking Organizers.” *Regional Science and Urban Economics* 43 (4): 561-69.
- Brueckner, Jan K. e Hyun-A Kim. 2001. “Land Markets in the Harris-Todaro Model: A New Factor Equilibrating Rural-Urban Migration.” *Journal of Regional Science* 41 (3): 507-20.
- Brueckner, Jan K. e Somik V. Lall. 2015. “Cities in Developing Countries.” In *Handbook of Regional and Urban Economics*, 5:1399-1455. Elsevier. <https://doi.org/10.1016/B978-0-444-59531-7.00021-1>.
- Brueckner, Jan K., Lucas Mation e Vanessa G. Nadalin. 2019. “Slums in Brazil: Where Are They Located, Who Lives in Them, and Do They ‘Squeeze’ the Formal Housing Market?” *Journal of Housing Economics* 44 (C): 48-60.
- Brueckner, Jan K. e Harris Selod. 2009. “A Theory of Urban Squatting and Land-Tenure Formalization in Developing Countries.” *American Economic Journal: Economic Policy* 1 (1): 28-51. <https://doi.org/10.1257/pol.1.1.28>.
- Brueckner, Jan K. e Yves Zenou. 1999. “Harris-Todaro Models with a Land Market.” *Regional Science and Urban Economics* 29 (3): 317-39.
- Bryan, Gharad, Shyamal Chowdhury e Ahmed Mushfiq Mobarak. 2014. “Underinvestment in a Profitable Technology: The Case of Seasonal Migration in Bangladesh.” *Econometrica* 82 (5): 1671-1748.
- Bryan, Gharad e Melanie Morten. 2019. “The Aggregate Productivity Effects of Internal Migration: Evidence from Indonesia.” *Journal of Political Economy* 127 (5): 2229-68.
- Büchel, Konstantin, Maximilian V. Ehrlich, Diego Puga e Elisabet Viladecans-Marsal. 2020. “Calling from the Outside: The Role of Networks in Residential Mobility.” *Journal of Urban Economics* 119 (setembro): 103277. <https://doi.org/10.1016/j.jue.2020.103277>.

- Buenadicha Sánchez, César, Alison Elías, Juan Pablo López Gross, Felipe Muñoz Gómez, Cecilia Franco Segura e Xoán Fernández. 2023. “MIGnnovación: La oportunidad del sector privado y la sociedad civil ante el desafío migratorio en América Latina y el Caribe, Edición 2023” [MIGNnovation: The Opportunity for the Private Sector and Civil Society in the Face of the Migration Challenge in Latin America and the Caribbean, 2023 edition]. Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington, DC. <https://doi.org/10.18235/0004958>.
- Burgess, Ernest W. 1925. “The Growth of the City.” In *The City*, eds. Robert E. Park, Ernest W. Burgess e Roderick D. McKenzie. Chicago: University of Chicago Press.
- Bushnell, David. 1993. *The Making of Modern Colombia: A Nation in Spite of Itself*. Berkeley, CA: University of California Press. <https://www.jstor.org/stable/10.1525/j.ctt4cgf7g>.
- Busso, Matías, Paul Carrillo, Juan Pablo Chauvin e Antonella Rivera. 2023. “Apêndice do Relatório Microeconômico da América Latina e do Caribe de 2023.” Nota Técnica do BID. Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington, DC.
- Busso, Matías e Juan Pablo Chauvin. 2023. “Long-Term Effects of Weather-Induced Migration on Urban Labor and Housing Markets.” Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington, DC. <https://doi.org/10.18235/0004714>.
- Busso, Matías, Juan Pablo Chauvin e Nicolás Herrera. 2021. “Rural–Urban Migration at High Urbanization Levels.” *Regional Science and Urban Economics* 91. <https://doi.org/10.18235/0002904>.
- Cadena, Brian C. e Brian K. Kovak. 2016. “Immigrants Equilibrate Local Labor Markets: Evidence from the Great Recession.” *American Economic Journal: Applied Economics* 8 (1): 257–90. <https://doi.org/10.1257/app.20140095>.
- CAF (Corporación Andina de Fomento). 2018. “Urban Growth and Access to Opportunities: A Challenge for Latin America.” Corporación Andina de Fomento, Caracas, Venezuela.
- Calatayud, Agustina, Santiago Sánchez González, Felipe Bedoya Maya, Francisca Giraldez Zúñiga e José María Márquez. 2021. “Congestión urbana en América Latina y el Caribe: Características, costos y mitigación” [Urban Congestion in Latin America and the Caribbean: Characteristics, Costs and Mitigation]. Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington, DC. <https://doi.org/10.18235/0003149>.
- Caldera, Aida e Åsa Johansson. 2013. “The Price Responsiveness of Housing Supply in OECD Countries.” *Journal of Housing Economics* 22 (3): 231–49. <https://doi.org/10.1016/j.jhe.2013.05.002>.
- Calderón-Mejía, Valentina e Ana María Ibáñez. 2016. “Labour Market Effects of Migration-Related Supply Shocks: Evidence from Internal Refugees in Colombia.” *Journal of Economic Geography* 16 (3): 695–713. <https://doi.org/10.1093/jeg/lbv030>.

- Calder-Wang, Sophie. 2021. “The Distributional Impact of the Sharing Economy on the Housing Market.” *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.3908062>.
- Card, David, Jochen Kluge e Andrea Weber. 2018. “What Works? A Meta Analysis of Recent Active Labor Market Program Evaluations.” *Journal of the European Economic Association* 16 (3): 894–931. <https://doi.org/10.1093/jeea/jvx028>.
- Cardozo Silva, Adriana R., Luis R. Díaz Pavez e Inmaculada Martínez-Zarzoso. 2023. “The Impact of Migration on Wages in Costa Rica.” *Migration Studies* 11 (1): 23–51. <https://doi.org/10.1093/migration/mnac041>.
- Caruso, German, Christian Gomez Canon e Valerie Mueller. 2021. “Spillover Effects of the Venezuelan Crisis: Migration Impacts in Colombia.” *Documentos económicos de Oxford* 73 (2): 771–95. <https://doi.org/10.1093/oep/gpz072>.
- Cavalcanti, Tiago, Daniel Da Mata e Marcelo Santos. 2019. “On the Determinants of Slum Formation.” *Economic Journal* 129 (621): 1971–91. <https://doi.org/10.1111/econj.12626>.
- Cavallo, Eduardo A., Andrew Powell e Tomás Serebrisky, eds. 2020. *De estruturas a serviços: O caminho para uma melhor infraestrutura na América Latina e no Caribe*. Série Desenvolvimento nas Américas. Washington, DC: Banco Interamericano de Desenvolvimento. <https://doi.org/10.18235/0002506>.
- Cavallo, Eduardo A. e Tomás Serebrisky, eds. 2016. *Poupança para o desenvolvimento: Como a América Latina e o Caribe podem poupar mais e melhor*. Washington, DC: Banco Interamericano de Desenvolvimento. <https://publications.iadb.org/en/saving-development-how-latin-america-and-caribbean-can-save-more-and-better>.
- Celhay, Pablo e Raimundo Undurraga. 2022. “Location Preferences and Slums Formation: Evidence from a Panel of Residence Histories.” *Regional Science and Urban Economics* 97:103816. <https://doi.org/10.1016/j.regsciurbeco.2022.103816>.
- Centro de Monitoramento de Deslocamento Interno. 2023. “Global Internal Displacement Database.” <https://www.internal-displacement.org/database/displacement-data>.
- CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). 2000. *Migración internacional en América Latina* [Migração Internacional na América Latina]. Santiago, Chile: CEPAL. <https://hdl.handle.net/11362/39525>
- Cerrutti, Marcela e Rodolfo Bertonecello. 2003. “Urbanization and Internal Migration Patterns in Latin America.” Centro de Estudios de Población, Buenos Aires, Argentina.
- Chauvin, Juan Pablo. 2020. “Why Does COVID-19 Affect Some Cities More than Others? Evidence from Brazil.” Documento de Trabalho do BID no. 1251. Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington, DC. <http://dx.doi.org/10.18235/0003458>.
- Chauvin, Juan Pablo, Edward Glaeser, Yueran Ma e Kristina Tobio. 2017. “What Is Different about Urbanization in Rich and Poor Countries? Cities in Brazil, China,

- India and the United States.” *Journal of Urban Economics* 98:17–49. <https://doi.org/10.1016/j.jue.2016.05.003>.
- Chen, Nancy, Paolo Valente e Hania Zlotnik. 1998. “What Do We Know about Recent Trends in Urbanization?” In *Migration, Urbanization, and Development: New Directions and Issues*, edited by Richard E. Bilborrow, 59–88. Dordrecht: Springer Netherlands.
- Chetty, Raj e Nathaniel Hendren. 2018. “The Impacts of Neighborhoods on Intergenerational Mobility II: County-Level Estimates.” *Quarterly Journal of Economics* 133 (3): 1163–1228. <https://doi.org/10.1093/qje/qjy006>.
- Christensen, Peter e Christopher Timmins. 2023. “The Damages and Distortions from Discrimination in the Rental Housing Market.” *Quarterly Journal of Economics*, qjad029. <https://doi.org/10.1093/qje/qjad029>.
- Clemens, Michael A. 2021. “Violence, Development, and Migration Waves: Evidence from Central American Child Migrant Apprehensions.” *Journal of Urban Economics* 124. <https://doi.org/10.1016/j.jue.2021.103355>.
- Collier, Paul, Edward Glaeser, Tony Venables, Victoria Delbridge e Juliana Oliveira-Cunha. 2023. “Economics Meets Urban Planning: Developing Effective Land Use Plans in Fast-Growing Cities.” Resumo de políticas sobre cidades que funcionam. Centro Internacional de Crescimento, Escola de Economia de Londres. <https://www.theigc.org/publications/economics-meets-urban-planning-developing-effective-land-use-plans-fast-growing-cities>.
- Collier, Paul, Edward Glaeser, Tony Venables e Priya Manwaring. 2020. “Urban Land Use Planning for Economic Growth.” Documento de enquadramento de políticas sobre cidades que funcionam. Centro Internacional de Crescimento, Escola de Economia de Londres. <https://www.theigc.org/publications/urban-land-use-planning-economic-growth>.
- Colom Andrés, M. Consuelo e M. Cruz Molés Machí. 2017. “Homeownership and Living Conditions of the Immigrant Population in Spain: Differences and Similarities among Immigrant Groups.” *Housing, Theory and Society* 34 (4): 477–504. <https://doi.org/10.1080/14036096.2016.1268201>.
- Combes, Pierre-Philippe, Gilles Duranton e Laurent Gobillon. 2008. “Spatial Wage Disparities: Sorting Matters!” *Journal of Urban Economics* 63 (2): 723–42. <https://doi.org/10.1016/j.jue.2007.04.004>.
- Combes, Pierre-Philippe, Gilles Duranton, Laurent Gobillon e Sébastien Roux. 2010. “Estimating Agglomeration Economies with History, Geology, and Worker Effects.” In *Agglomeration Economics*, ed. L. Glaeser, 15–66. Chicago: University of Chicago Press.
- Combes, Pierre-Philippe e Laurent Gobillon. 2015. “The Empirics of Agglomeration Economies.” In *Handbook of Regional and Urban Economics*, 5:247–348. Elsevier. <https://doi.org/10.1016/B978-0-444-59517-1.00005-2>.

- Constant, Amelie F., Rowan Roberts e Klaus F. Zimmermann. 2009. "Ethnic Identity and Immigrant Homeownership." *Urban Studies* 46 (9): 1879-98. <https://doi.org/10.1177/0042098009106022>.
- Copes, Heith, Richard Tewksbury e Sveinung Sandberg. 2015. "Publishing Qualitative Research in Criminology and Criminal Justice Journals." *Journal of Criminal Justice Education* 27 (1): 121-39. <https://doi.org/10.1080/10511253.2015.1109131>.
- Corbi, Raphael, Tiago Ferraz e Renata Narita. 2021. "Internal Migration and Labor Market Adjustments in Presence of Nonwage Compensation." Documento de Trabalho. Universidade de São Paulo, Departamento de Economia. <https://doity.com.br/media/doity/submissoes/artigo-a72ac9195c3381ab184e2eee14f327aac9352d9f-arquivo.pdf>.
- Corseuil, Carlos Henrique, Miguel N. Foguel e Gustavo Gonzaga. 2019. "Apprenticeship as a Stepping Stone to Better Jobs: Evidence from Brazilian Matched Employer-Employee Data." *Labour Economics* 57 (abril): 177-94. <https://doi.org/10.1016/j.labeco.2019.02.002>.
- Cortes, Patricia. 2008. "The Effect of Low-Skilled Immigration on U.S. Prices: Evidence from CPI Data." *Journal of Political Economy* 116 (3): 381-422. <https://doi.org/10.1086/589756>.
- Cortés, Patricia e Jessica Pan. 2013. "Outsourcing Household Production: Foreign Domestic Workers and Native Labor Supply in Hong Kong." *Journal of Labor Economics* 31 (2): 327-71. <https://doi.org/10.1086/668675>.
- Cortés, Patricia e José Tessada. 2011. "Low-Skilled Immigration and the Labor Supply of Highly Skilled Women." *American Economic Journal: Applied Economics* 3 (3): 88-123. <https://doi.org/10.1257/app.3.3.88>.
- Costa, Dora L., Matthew E. Kahn, Christopher Roudiez e Sven Wilson. 2018. "Persistent Social Networks: Civil War Veterans Who Fought Together Co-Locate in Later Life." *Regional Science and Urban Economics* 70:289-99. <https://doi.org/10.1016/j.regsciurbeco.2017.09.005>.
- Coulson, N. Edward. 1999. "Why Are Hispanic- and Asian-American Homeownership Rates So Low? Immigration and Other Factors." *Journal of Urban Economics* 45 (2): 209-27. <https://doi.org/10.1006/juec.1998.2094>.
- Coulson, N. Edward e Maurice Dalton. 2010. "Temporal and Ethnic Decompositions of Homeownership Rates: Synthetic Cohorts across Five Censuses." *Journal of Housing Economics* 19 (3): 155-66. <https://doi.org/10.1016/j.jhe.2010.03.001>.
- Cruces, Guillermo, Johanna Fajardo, Pablo Hernández, Ana María Ibáñez, Marta Luzes, Marcela Meléndez, Felipe Muñoz, Lucina Rodríguez Guillén e Laura Tenjo. 2023. "Un mundo mejor para la población migrante en América Latina y el Caribe" [A Better World for the Migrant Population in Latin America and the Caribbean].

- Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington, DC. <https://doi.org/10.18235/0004850>.
- Cuello, Hugo, Alex Glennie e Nyangala Zolho. 2022. "Innovation Agencies in Latin America and the Caribbean: A Characterization of the RELAI Network." Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington, DC. <https://doi.org/10.18235/0004574>.
- da Cunha, José Marcos. 2002. "Urbanización, redistribución espacial de la población y transformaciones socioeconómicas en América Latina" [Urbanização, redistribuição espacial da população e transformações socioeconômicas na América Latina]. Santiago de Chile: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. <https://repositorio.cepal.org/items/c813cdfc-e2b3-42fc-bcc9-00e0e0632d0>.
- de Brauw, Alan, Valerie Mueller e Hak Lim Lee. 2014. "The Role of Rural-Urban Migration in the Structural Transformation of Sub-Saharan Africa." *World Development* 63:33-42. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2013.10.013>.
- De la Roca, Jorge, A. Parkhomenko e Daniel Velásquez-Cabrera. 2023. "Skill Allocation and Urban Amenities in the Developing World." Não publicado.
- De la Roca, Jorge e Diego Puga. 2017. "Learning by Working in Big Cities." *Review of Economic Studies* 84 (1): 106-42. <https://www.jstor.org/stable/26160269>.
- Delgado Prieto, Lukas. 2022. "Immigration, Wages, and Employment under Informal Labor Markets." Documentos de Trabalho da UC3M. Economia 35664. Universidade Carlos III de Madri, Departamento de Economia. <https://ideas.repec.org//p/cte/werepe/35664.html>.
- Depetris-Chauvin, Emilio e Rafael J. Santos. 2018. "Unexpected Guests: The Impact of Internal Displacement Inflows on Rental Prices in Colombian Host Cities." *Journal of Development Economics* 134:289-309. <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2018.05.006>.
- DeSilva, Sanjaya e Yuval Elmelech. 2012. "Housing Inequality in the United States: Explaining the White-Minority Disparities in Homeownership." *Housing Studies* 27 (1): 1-26. <https://doi.org/10.1080/02673037.2012.628641>.
- Desmet, Klaus, Robert E. Kopp, Scott A. Kulp, Dávid Krisztián Nagy, Michael Oppenheimer, Esteban Rossi-Hansberg e Benjamin H. Strauss. 2021. "Evaluating the Economic Cost of Coastal Flooding." Documento de Trabalho do NBER no. 24918. Escritório Nacional de Pesquisa Econômica, Cambridge, MA. <https://ideas.repec.org/p/nbr/nberwo/24918.html>.
- Desmet, Klaus e Esteban Rossi-Hansberg. 2021. "The Economic Impact of Climate Change over Time and Space." *Reportagem*, no. 4. Escritório Nacional de Pesquisa Econômica.
- Di Giacinto, Valter, Matteo Gomellini, Giacinto Micucci e Marcello Pagnini. 2014. "Mapping Local Productivity Advantages in Italy: Industrial Districts, Cities or Both?" *Journal of Economic Geography* 14 (2): 365-94. <https://doi.org/10.1093/jeg/lbt021>.

- Di Tella, Rafael, Sebastian Galiani y Ernesto Schargrotsky. 2007. “The Formation of Beliefs: Evidence from the Allocation of Land Titles to Squatters.” *Quarterly Journal of Economics* 122 (1): 209–41. <https://doi.org/10.1162/qjec.122.1.209>.
- Diodato, Dario, Ricardo Hausmann e Frank Neffke. 2023. “The Impact of Return Migration on Employment and Wages in Mexican Cities.” *Journal of Urban Economics* 135 (maio): 103557. <https://doi.org/10.1016/j.jue.2023.103557>.
- Durán, Carlos, Paola Mameli, Juan David Niño, Patricia Freire, Angélica Vera e Juan Mario Jaramillo. 2022. “Evaluation of the Somos Panas Colombia Communication Campaign.” UNHCR ES/2021/09. <https://www.unhcr.org/media/es-2021-09-evaluation-somos-panas-colombia-communication-campaign>.
- Duranton, Gilles. 2016. “Agglomeration Effects in Colombia.” *Journal of Regional Science* 56 (2): 210–38. <https://doi.org/10.1111/jors.12239>.
- Duranton, Gilles e Diego Puga. 2004. “Micro-Foundations of Urban Agglomeration Economies.” In *Handbook of Regional and Urban Economics*, eds. J. Vernon Henderson e Jacques-François Thisse 4:2063–2117. [https://doi.org/10.1016/S1574-0080\(04\)80005-1](https://doi.org/10.1016/S1574-0080(04)80005-1).
- . 2019. “Urban Growth and Its Aggregate Implications.” Documento de Trabalho do NBER no. 26591. Escritório Nacional de Pesquisa Econômica, Cambridge, MA. <https://doi.org/10.3386/w26591>.
- Dustmann, Christian, Uta Schönberg e Jan Stuhler. 2016. “The Impact of Immigration: Why Do Studies Reach Such Different Results?” *Journal of Economic Perspectives* 30 (4): 31–56. <https://doi.org/10.1257/jep.30.4.31>.
- Ehrlich, Maximilian von, Oliver Schöni e Simon Büchler. 2018. “On the Responsiveness of Housing Development to Rent and Price Changes: Evidence from Switzerland.” Secretaria de Estado para Assuntos Econômicos e Departamento Federal de Habitação, Berna, Suíça. Strukturberichterstattung Nr. 58/1. https://www.seco.admin.ch/seco/en/home/Publikationen_Dienstleistungen/Publikationen_und_Formulare/Strukturwandel_Wachstum/Branchenanalysen/on-the-responsiveness-of-housing-development-to-rent-and-price-c.html.
- Elías, Alison, Isabel Granada, Cristina Pombo, Marisol Rodríguez Chatruc, Joaquim Tres, Eduardo Café e Paola Ortiz. 2020. “La migración en América Latina y el Caribe ante el impacto del coronavirus” [Migração na América Latina e no Caribe ante o impacto do coronavírus]. Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington, DC. <https://doi.org/10.18235/0002517>.
- Engel, Stefanie e Ana María Ibáñez. 2007. “Displacement Due to Violence in Colombia: A Household-Level Analysis.” *Economic Development and Cultural Change* 55 (2): 335. <https://doi.org/10.1086/508712>.
- Erol, Isil e Umut Unal. 2022. “Internal Migration and House Prices in Australia.” *Regional Studies* 57 (7): 1207–22. <https://doi.org/10.1080/00343404.2022.2106363>.

- Escudero, Verónica, Jochen Kluge, Elva López Mourelo e Clemente Pignatti. 2019. “Active Labour Market Programmes in Latin America and the Caribbean: Evidence from a Meta-Analysis.” *Journal of Development Studies* 55 (12): 2644–61. <https://doi.org/10.1080/00220388.2018.1546843>.
- Fairlie, Robert W. e Magnus Lofstrom. 2015. “Immigration and Entrepreneurship.” In *Handbook of the Economics of International Migration* 1:877–911. <https://doi.org/10.1016/B978-0-444-53768-3.00017-5>.
- Falck, Oliver, Michael Fritsch e Stephan Heblich. 2011. “The Phantom of the Opera: Cultural Amenities, Human Capital, and Regional Economic Growth.” *Labour Economics* 18 (6): 755–66. <https://doi.org/10.1016/j.labeco.2011.06.004>.
- Fay, Marianne e Charlotte Opal. 2000. “Urbanization without Growth: A Not-So-Uncommon Phenomenon.” Documento de Trabalho de Pesquisa de Políticas no. 2411. Banco Mundial, Washington, DC. <http://hdl.handle.net/10986/21373>.
- Feng, Shuaizhang e Michael Oppenheimer. 2012. “Applying Statistical Models to the Climate–Migration Relationship.” *Proceedings of the National Academy of Sciences* 109 (43). <https://doi.org/10.1073/pnas.1212226109>.
- Feng, Shuaizhang, Michael Oppenheimer e Wolfram Schlenker. 2015. “Weather Anomalies, Crop Yields, and Migration in the US Corn Belt.” Documento de Trabalho do NBER no. 17734. Escritório Nacional de Pesquisa Econômica, Cambridge, MA. <https://doi.org/10.3386/w17734>.
- Fernandes, Edesio. 2011. “Regularization of Informal Settlements in Latin America.” Policy Focus Report. Instituto Lincoln de Políticas do Solo, Cambridge, MA. https://www.lincolninst.edu/sites/default/files/pubfiles/regularization-informal-settlements-latin-america-full_0.pdf.
- Fernández, Manuel, Ana María Ibáñez e Ximena Peña. 2011. “Adjusting the Labor Supply to Mitigate Violent Shocks: Evidence from Rural Colombia.” Documento de Trabalho de Pesquisa de Políticas no. 5684. Banco Mundial, Washington, DC. <http://hdl.handle.net/10986/3448>.
- Ferreira, Maria Marta e Mark Roberts. 2018. “Raising the Bar for Productive Cities in Latin America and the Caribbean.” Banco Mundial, Washington, DC. <https://doi.org/10.1596/978-1-4648-1258-3>.
- Field, Erica. 2005. “Property Rights and Investment in Urban Slums.” *Journal of the European Economic Association* 3 (2-3): 279–90. <https://www.jstor.org/stable/40004971>.
- Firebaugh, Glenn. 1979. “Structural Determinants of Urbanization in Asia and Latin America, 1950–1970.” *American Sociological Review* 44 (2): 199. <https://doi.org/10.2307/2094505>.

- Fredriksson, Anders. 2020. "One Stop Shops for Public Services: Evidence from Citizen Service Centers in Brazil." *Journal of Policy Analysis and Management* 39 (4): 1133–65. <https://doi.org/10.1002/pam.22255>.
- Furszyfer Del Rio, Dylan D. e Benjamin K. Sovacool. 2023. "Of Cooks, Crooks and Slum-Dwellers: Exploring the Lived Experience of Energy and Mobility Poverty in Mexico's Informal Settlements." *World Development* 161 (janeiro): 106093. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2022.106093>.
- Galiani, Sebastián, Paul J. Gertler, Raimundo Undurraga, Ryan Cooper, Sebastián Martínez e Adam Ross. 2017. "Shelter from the Storm: Upgrading Housing Infrastructure in Latin American Slums." *Journal of Urban Economics* 98:187–213. <https://doi.org/10.1016/j.jue.2016.11.001>.
- Galiani, Sebastian e Ernesto Schargrotsky. 2010. "Property Rights for the Poor: Effects of Land Titling." *Journal of Public Economics* 94 (9–10): 700–729. <https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2010.06.002>.
- Gandelman, Nestor. 2009. "Female Headed Households and Homeownership in Latin America." *Housing Studies* 24 (4): 525–49. <https://doi.org/10.1080/02673030902938397>.
- Garcia-López, Miquel-Àngel, Jordi Jofre-Monseny, Rodrigo Martínez-Mazza e Mariona Segú. 2020. "Do Short-Term Rental Platforms Affect Housing Markets? Evidence from Airbnb in Barcelona." *Journal of Urban Economics* 119 (setembro): 103278. <https://doi.org/10.1016/j.jue.2020.103278>.
- Gennaioli, Nicola, Rafael La Porta, Florencio Lopez De Silanes e Andrei Shleifer. 2014. "Growth in Regions." *Journal of Economic Growth* 19 (3): 259–309. <https://www.jstor.org/stable/44113428>.
- Gindling, T. H. 2009. "South–South Migration: The Impact of Nicaraguan Immigrants on Earnings, Inequality and Poverty in Costa Rica." *World Development* 37 (1): 116–26. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2008.01.013>.
- Giulietti, Corrado, Jackline Wahba e Yves Zenou. 2018. "Strong versus Weak Ties in Migration." *European Economic Review* 104:111–37. <https://doi.org/10.1016/j.euroecorev.2018.02.006>.
- Glaeser, Edward L. 2012. *Triumph of the City: How Our Greatest Invention Makes Us Richer, Smarter, Greener, Healthier, and Happier*. Nova York, NY: Penguin Books.
- Glaeser, Edward L. e Joshua D. Gottlieb. 2009. "The Wealth of Cities: Agglomeration Economies and Spatial Equilibrium in the United States." *Journal of Economic Literature* 47 (4): 983–1028. <https://doi.org/10.1257/jel.47.4.983>.
- Glaeser, Edward L. e Joseph Gyourko. 2003. "The Impact of Building Restrictions on Housing Affordability." *Economic Policy Review* 9 (2). <https://papers.ssrn.com/abstract=790487>.

- . 2018. “The Economic Implications of Housing Supply.” *Journal of Economic Perspectives* 32 (1): 3-30. <https://doi.org/10.1257/jep.32.1.3>.
- Glaeser, Edward L., Joseph Gyourko e Raven E. Saks. 2006. “Urban Growth and Housing Supply.” *Journal of Economic Geography* 6 (1): 71-89. <https://doi.org/10.1093/jeg/lbi003>.
- Glaeser, Edward L. e Matthew E. Kahn. 2010. “The Greenness of Cities: Carbon Dioxide Emissions and Urban Development.” *Journal of Urban Economics* 67 (3): 404-18. <https://doi.org/10.1016/j.jue.2009.11.006>.
- Gobillon, Laurent e Matthieu Solignac. 2020. “Homeownership of Immigrants in France: Selection Effects Related to International Migration Flows.” *Journal of Economic Geography* 20 (2): 355-96. <https://doi.org/10.1093/jeg/lbz014>.
- Gómez-Lobo, A., S. Sánchez González e A. Calatayud. 2022. “Agglomeration and Congestion in Latin America.” Documento de Trabalho do BID no. 1324. Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington, DC. <http://dx.doi.org/10.18235/0003984>.
- Gómez-Lobo, Andrés, Santiago Sánchez González, Vileydy González Mejía e Agustina Calatayud. 2022. “Open Configuration Options Agglomeration and Congestion in Latin America.” Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington, DC. <https://doi.org/10.18235/0003984>.
- Gonzalez, Libertad e Francesc Ortega. 2013. “Immigration and Housing Booms: Evidence from Spain.” *Journal of Regional Science* 53 (1): 37-59. <https://doi.org/10.1111/jors.12010>.
- Gonzalez-Uribe, Juanita e Michael Leatherbee. 2018. “The Effects of Business Accelerators on Venture Performance: Evidence from Start-Up Chile.” *Review of Financial Studies* 31 (4): 1566-603. <https://doi.org/10.1093/rfs/hhx103>.
- Gorback, Caitlin e Benjamin Keys. 2020. “Global Capital and Local Assets: House Prices, Quantities, and Elasticities.” Documento de Trabalho do NBER no. 27370. Escritório Nacional de Pesquisa Econômica, Cambridge, MA. <https://doi.org/10.3386/w27370>.
- Gray, Clark e Richard Bilborrow. 2013. “Environmental Influences on Human Migration in Rural Ecuador.” *Demography* 50 (4): 1217-41. <https://www.jstor.org/stable/42920552>.
- Greenwood, Michael J. 1997. “Internal Migration in Developed Countries.” In *Handbook of Population and Family Economics* 1:647-720. Elsevier. [https://doi.org/10.1016/S1574-003X\(97\)80004-9](https://doi.org/10.1016/S1574-003X(97)80004-9).
- Griffin, Ernst e Larry Ford. 1980. “A Model of Latin American City Structure.” *Geographical Review* 70 (4): 397. <https://doi.org/10.2307/214076>.
- Grimm, Nancy B., Stanley H. Faeth, Nancy E. Golubiewski, Charles L. Redman, Jianguo Wu, Xuemei Bai e John M. Briggs. 2008. “Global Change and the Ecology of Cities.” *Science* 319 (5864): 756-60. <https://doi.org/10.1126/science.1150195>.

- Groeger, Andre, G. León-Ciliotta e Steven Eric Stillman. 2022. "Immigration, Labor Markets and Discrimination: Evidence from the Venezuelan Exodus in Perú." Documento de Trabalho de Pesquisa Econômica no. 9982. Banco Mundial, Washington, DC. <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/4f006277-c8a7-5d57-8f31-4964d5b968fc/content>.
- Guedes, Ricardo, Felipe S. Iachan e Marcelo Sant'Anna. 2023. "Housing Supply in the Presence of Informality." *Regional Science and Urban Economics* 99:103875. <https://doi.org/10.1016/j.regsciurbeco.2023.103875>.
- Guevara-Rosero, Grace Carolina, Stéphane Riou e Corinne Autant-Bernard. 2015. "Agglomeration Externalities and Urbanization in Ecuador." Documento apresentado no ERSA 2015, 55o Congresso da European Regional Science Association, Lisboa, Portugal, 25 a 28 de agosto. <https://www.econstor.eu/handle/10419/124682>.
- . 2019. "Agglomeration Externalities in Ecuador: Do Urbanization and Tertiarization Matter?" *Regional Studies* 53 (5): 706-19. <https://doi.org/10.1080/00343404.2018.1470325>.
- Gyourko, Joseph. 2009. "Housing Supply." *Annual Review of Economics* 1 (1): 295-318. <https://doi.org/10.1146/annurev.economics.050708.142907>.
- Harari, Mariaflavia. 2020. "Cities in Bad Shape: Urban Geometry in India." *American Economic Review* 110 (8): 2377-2421. <https://doi.org/10.1257/aer.20171673>.
- Harari, Mariaflavia e Maisy Wong. 2021. "Slum Upgrading and Long-Run Urban Development: Evidence from Indonesia." Documento de Trabalho. Universidade da Pensilvânia, Filadélfia. https://real-faculty.wharton.upenn.edu/harari/wp-content/uploads/~harari/HarariWong_SlumUpgrading_2021.pdf.
- Harris, Chauncy D. e Edward L. Ullman. 1945. "The Nature of Cities." *Annals of the American Academy of Political and Social Science* 242:7-17. <https://www.jstor.org/stable/1026055>.
- Harris, John R. e Michael P. Todaro. 1970. "Migration, Unemployment & Development: A Two-Sector Analysis." *American Economic Review* 60 (1): 126-42.
- Heinrich, Carolyn, Peter Mueser, Kenneth Troske, Kyung-Seong Jeon e Daver Kahvecioglu. 2013. "Do Public Employment and Training Programs Work?" *IZA Journal of Labor Economics* 2 (1): 1-23. <https://doi.org/10.1186/2193-8997-2-6>.
- Henderson, J. Vernon, Tanner Regan e Anthony J. Venables. 2021. "Building the City: From Slums to a Modern Metropolis." *Review of Economic Studies* 88 (3): 1157-92. <https://doi.org/10.1093/restud/rdaa042>.
- Henderson, J. Vernon, Adam Storeygard e Uwe Deichmann. 2017. "Has Climate Change Driven Urbanization in Africa?" *Journal of Development Economics* 124:60-82. <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2016.09.001>.
- Herrick, Bruce H. 1965. *Urban Poverty and Economic Development: A Case Study of Costa Rica*. Nova York: St. Martin's Press.

- Herrick, Bruce e Barclay Hudson. 1981. *Urban Poverty and Economic Development: A Case Study of Costa Rica*. Londres: Palgrave Macmillan RU. <https://doi.org/10.1007/978-1-349-05315-5>.
- Hilber, Christian A. L. e Wouter Vermeulen. 2016. “The Impact of Supply Constraints on House Prices in England.” *Economic Journal* 126 (591): 358–405. <https://doi.org/10.1111/eoj.12213>.
- Hiller, Tatiana e Marisol Rodríguez Chatruc. 2023. “South–South Migration and Female Labor Supply in the Dominican Republic.” *Journal of Economic Geography* 23 (2): 419–48. <https://doi.org/10.1093/jeg/lbac021>.
- Hiramatsu, Anri. 2018. “Municipal Planning that Promotes the Participation of Women in Creating a Family-Friendly City and Strengthening the Workforce.” In *Inclusive Cities: Urban Productivity Based on Gender Equality*, eds. Nora Libertun de Duren, Anri Hiramatsu, María Camila Ariza e María Paloma Silva de Anzorena. Washington, DC: Banco Interamericano de Desenvolvimento. <https://publications.iadb.org/es/ciudades-inclusivas-ciudades-saludables-para-todos>.
- Hong, Gihoon e John McLaren. 2015. “Are Immigrants a Shot in the Arm for the Local Economy?” Documento de Trabalho do NBER no. 21123. Escritório Nacional de Pesquisa Econômica, Cambridge, MA. <https://www.nber.org/papers/w21123>.
- Howard, Greg. 2020. “The Migration Accelerator: Labor Mobility, Housing, and Demand.” *American Economic Journal: Macroeconomics* 12 (4): 147–79. <https://doi.org/10.1257/mac.20180363>.
- Howard, Greg e Jack Liebersohn. 2021. “Why Is the Rent So Darn High? The Role of Growing Demand to Live in Housing-Supply-Inelastic Cities.” *Journal of Urban Economics* 124:103369. <https://doi.org/10.1016/j.jue.2021.103369>.
- Hoyt, Homer. 1939. *The Structure and Growth of Residential Neighborhoods in American Cities*. Washington, DC: Imprensa do Governo dos EUA. <http://archive.org/details/structuregrowth00unit>.
- Hunter, Lori M., Sheena Murray e Fernando Riosmena. 2013. “Rainfall Patterns and U.S. Migration from Rural Mexico.” *International Migration Review* 47 (4): 874–909. <https://doi.org/10.1111/imre.12051>.
- Hunter, Lori M. e Raphael Nawrotzki. 2016. “Migration and the Environment.” In *International Handbook of Migration and Population Distribution*, ed. Michael J. White, 465–84. International Handbooks of Population. Dordrecht: Springer Netherlands. https://doi.org/10.1007/978-94-017-7282-2_21.
- Ibáñez, Ana María, Ana Arjona, Julián Arteaga, Juan C. Cárdenas e Patricia Justino. 2023. “The Long-Term Economic Legacies of Rebel Rule in Civil War: Micro-Evidence from Colombia.” *Journal of Conflict Resolution*. <https://doi.org/10.1177/00220027231170569>.

- Ibáñez, Ana María e Andrés Moya. 2010. "Vulnerability of Victims of Civil Conflicts: Empirical Evidence for the Displaced Population in Colombia." *World Development* 38 (4): 647-63. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2009.11.015>.
- Ibáñez, Ana María, Andrés Moya e Andrea Velásquez. 2022. "Promoting Recovery and Resilience for Internally Displaced Persons: Lessons from Colombia." *Oxford Review of Economic Policy* 38 (3): 595-624. <https://academic.oup.com/oxrep/article/38/3/595/6701690>.
- Ibáñez, Ana María, Juliana Quigua, Jimena Romero e Andrea Velásquez. 2022. "Responses to Temperature Shocks: Labor Markets and Migration Decisions in El Salvador." Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington, DC. <https://doi.org/10.18235/0004237>.
- Ibáñez, Ana María e Carlos Eduardo Vélez. 2008. "Civil Conflict and Forced Migration: The Micro Determinants and Welfare Losses of Displacement in Colombia." *World Development* 36 (4): 659-76. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2007.04.013>.
- Ibáñez, Ana María e Andrés Moya. 2007. "¿Cómo el desplazamiento forzado deteriora el bienestar de los hogares desplazados? Análisis y determinantes del bienestar en los municipios de recepción" [Como o deslocamento forçado deteriora o bem-estar das famílias deslocadas? Análise e determinantes do bem-estar nos municípios receptores]. *Coyuntura Social* 37 (dezembro): 29-62. <http://hdl.handle.net/11445/1741>.
- Ihlanfeldt, Keith R. 2007. "The Effect of Land Use Regulation on Housing and Land Prices." *Journal of Urban Economics* 61 (3): 420-35. <https://doi.org/10.1016/j.jue.2006.09.003>.
- Imbert, Clément e Gabriel Ulyssea. 2023. "Rural Migrants and Urban Informality: Evidence from Brazil." Documento de Discussão do CEPR no. 18160. <https://cepr.org/publications/dp18160>.
- Izquierdo, Alejandro, Carola Pessino e Guillermo Vuletin, eds. 2018. *Melhores gastos para melhores vidas: Como a América Latina e o Caribe podem fazer mais com menos*. Série Desenvolvimento nas Américas. Washington, DC: Banco Interamericano de Desenvolvimento. <http://dx.doi.org/10.18235/0001217-en>.
- Jedwab, Remi e Jason Barr. 2022. "Exciting, Boring, and Non-Existent Skylines: Vertical Building Gaps in Global Perspective." Documento de Trabalho 2022-11. Universidade George Washington, Instituto de Política Econômica Internacional. <https://iiep.gwu.edu/2022/10/20/exciting-boring-and-non-existent-skylines-vertical-building-gaps-in-global-perspective/>.
- Jedwab, Remi, Jason Barr e Jan K. Brueckner. 2022. "Cities Without Skylines: Worldwide Building-Height Gaps and Their Possible Determinants and Implications." *Journal of Urban Economics* 132:103507. <https://doi.org/10.1016/j.jue.2022.103507>.

- Jedwab, Remi, Luc Christiaensen e Marina Gindelsky. 2017. “Demography, Urbanization and Development: Rural Push, Urban Pull and . . . Urban Push?” *Journal of Urban Economics* 98:6–16. <https://doi.org/10.1016/j.jue.2015.09.002>.
- Jedwab, Remi e Dietrich Vollrath. 2015. “The Mortality Transition, Malthusian Dynamics, and the Rise of Poor Mega-Cities.” Documento de Trabalho 2015-6. Universidade George Washington, Instituto de Política Econômica Internacional. <https://ideas.repec.org/p/gwi/wpaper/2015-6.html>.
- Jessoe, Katrina, Dale T. Manning e J. Edward Taylor. 2016. “Climate Change and Labour Allocation in Rural Mexico: Evidence from Annual Fluctuations in Weather.” *Economic Journal* 128 (608): 230–61. <https://doi.org/10.1111/eoj.12448>.
- Jiang, Leiwen e Brian C. O’Neill. 2018. “Determinants of Urban Growth during Demographic and Mobility Transitions: Evidence from India, Mexico, and the US.” *Population and Development Review* 44 (2): 363–89. <https://doi.org/10.1111/padr.12150>.
- Kaltmeier, Olaf e Martin Breuer. 2020. “Social Inequality.” In *The Routledge Handbook to the Political Economy and Governance of the Americas*, eds. Olaf Kaltmeier, Anne Tittor, Daniel Hawkins e Eleonora Rohland, 1st ed., 205–20. Nova York: Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781351138444-21>.
- Kauppinen, Timo M. e Katja Vilkkama. 2016. “Entry to Homeownership among Immigrants: A Decomposition of Factors Contributing to the Gap with Native-Born Residents.” *Housing Studies* 31 (4): 463–88. <https://doi.org/10.1080/02673037.2015.1094566>.
- Keefer, Phil e Carlos Scartascini, eds. 2022. *Confiança: A chave para a coesão social e o crescimento na América Latina e Caribe*. Série Desenvolvimento nas Américas. Washington, DC: Banco Interamericano de Desenvolvimento. <https://doi.org/10.18235/0003792>.
- Kerr, Sari Pekkala, William Kerr, Çağlar Özden e Christopher Parsons. 2017. “High-Skilled Migration and Agglomeration.” *Annual Review of Economics* 9 (1): 201–34. <https://doi.org/10.1146/annurev-economics-063016-103705>.
- Khamis, Melanie e Xiyue Li. 2020. “Environment Matters: New Evidence from Mexican Migration.” *Applied Economics Letters* 27 (3): 168–73. <https://doi.org/10.1080/13504851.2019.1612026>.
- Klein, Rudolf e Jane Millar. 1995. “Do-It-Yourself Social Policy: Searching for a New Paradigm?” *Social Policy & Administration* 29 (4): 303–16. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9515.1995.tb00471.x>.
- Kluve, Jochen. 2010. “The Effectiveness of European Active Labor Market Programs.” *Labour Economics* 17 (6): 904–18. <https://doi.org/10.1016/j.labeco.2010.02.004>.
- Koubi, Vally, Lena Schaffer, Gabriele Spilker e Thomas Bernauer. 2016. “Environmental Stressors and Migration: Evidence from Vietnam.” *World Development* 79:197–210. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2015.11.016>.

- Kuznets, Simon. 1966. "Modern Economic Growth: Rate, Structure and Spread." *Journal of Economic History* 28 (1): 140–42. <https://doi.org/10.1017/S002205070007621X>.
- Lall, Somik V., Mattias K. A. Lundberg e Zmarak Shalizi. 2008. "Implications of Alternate Policies on Welfare of Slum Dwellers: Evidence from Pune, India." *Journal of Urban Economics* 63 (1): 56–73. <https://doi.org/10.1016/j.jue.2006.12.001>.
- Lall, Somik V., Harris Selod e Zmarak Shalizi. 2006. Rural-Urban Migration in Developing Countries: A Survey of Theoretical Predictions and Empirical Findings. Documento de Trabalho de Pesquisa Política no. 3915. Banco Mundial, Washington, DC. <http://hdl.handle.net/10986/8669>.
- Lanjouw, Jean O. e Philip I. Levy. 2002. "A Study of Formal and Informal Property Rights in Urban Ecuador." *Economic Journal* 112 (482): 986–1019. <https://doi.org/10.1111/1468-0297.00067>.
- Lattes, Alfredo Enrique. 1995. "Urbanización, crecimiento urbano y migraciones en América Latina" [Urbanização, crescimento urbano e migrações na América Latina]. Séries Históricas 9767, Nações Unidas, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). <https://ideas.repec.org/p/ecr/col048/9767.html>.
- Lattes, Alfredo, Jorge Rodríguez e Miguel Villa. 2004. "Population Dynamics and Urbanization in Latin America: Concepts and Data Limitations." In *New Forms of Urbanization: Beyond the Urban-Rural Dichotomy*, eds. Tony Champion e Graeme Hugo. Farnham, RU: Ashgate Publishing. <https://doi.org/10.4324/9781315248073-5>.
- Lebow, Jeremy. 2021. "The Labor Market Effects of Venezuelan Migration to Colombia: Reconciling Conflicting Results." *IZA Journal of Development and Migration* 13 (1). <https://doi.org/10.2478/izajodm-2022-0005>.
- Lederman, Daniel, Julián Messina, Samuel Pienknagura e Jamele Rigolini. 2014. *Latin American Entrepreneurs: Many Firms but Little Innovation*. Estudos do Banco Mundial sobre América Latina e Caribe. Banco Mundial, Washington, DC. <https://elibrary.worldbank.org/doi/abs/10.1596/978-1-4648-0012-2>.
- Lewis, W. Arthur. 1954. "Economic Development with Unlimited Supplies of Labour." *Manchester School of Economic and Social Studies* 22 (2): 139–91. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9957.1954.tb00021.x>.
- Libertun de Duren, Nora Ruth. 2017. "The Social Housing Burden: Comparing Households at the Periphery and the Centre of Cities in Brazil, Colombia, and Mexico." *International Journal of Housing Policy*. <https://doi.org/10.1080/19491247.2017.1298366>.
- . 2018. "Why There? Developers' Rationale for Building Social Housing in the Urban Periphery in Latin America." *Cities* 72:411–20. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2017.10.006>.

- . 2021. “As desigualdades de gênero nas cidades: cidades inclusivas.” In *The Palgrave Encyclopedia of Urban and Regional Futures*. Palgrave Macmillan, Cham.
- . 2022. “Box V: Housing and Health.” In *Inclusive Cities: Healthy Cities for All*. Washington, DC: Banco Interamericano de Desenvolvimento. <https://doi.org/10.18235/0004459>.
- Libertun de Duren, Nora Ruth, Benigno López Benítez, Juan Pablo Bonilla, Ferdinando Regalia, Usama Bilal, Ana María Ibáñez, Norbert Schady et al. 2022. *Inclusive Cities: Healthy Cities for All*. Washington, DC: Banco Interamericano de Desenvolvimento. <https://doi.org/10.18235/0004459>.
- Libertun De Duren, Nora, Pablo Brassiolo, Edgar Lara, Catarina Mastellaro, Elena Cardona-Papiol, Angie Palacios, Xuesai Ma, Myles Sven Hallin, Angela Mwai e David Thomas. 2020. *As desigualdades de gênero nas cidades*. Washington, DC: Banco Interamericano de Desenvolvimento. <https://doi.org/10.18235/0002241>.
- Libertun De Duren, Nora e Roberto Guerrero Compeán. 2016. “Growing Resources for Growing Cities: Density and the Cost of Municipal Public Services in Latin America.” *Urban Studies* 53 (14): 3082-3107. <https://doi.org/10.1177/0042098015601579>.
- Libertun de Duren, Nora Ruth, Rene Osorio Rivas e Janice Perlman. 2021a. “Environmental and Social Sustainability of Urban Upgrading Programs: Lessons from Rio.” *Cities* 119:103416. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2021.103416>.
- Lyons, Elizabeth e Laurina Zhang. 2017. “The Impact of Entrepreneurship Programs on Minorities.” *American Economic Review* 107 (5): 303-7. <https://doi.org/10.1257/aer.p20171008>.
- Madaleno, Margarida, Max Nathan, Henry Overman e Sevrin Waight. 2022. “Incubators, Accelerators and Urban Economic Development.” *Urban Studies* 59 (2): 281-300. <https://doi.org/10.1177/00420980211004209>.
- Maloney, William F. e Felipe Valencia Caicedo. 2016. “The Persistence of (Subnational) Fortune.” *Economic Journal* 126 (598): 2363-2401. <https://doi.org/10.1111/eoj.12276>.
- Maloney, William F. e Andres Zambrano. 2022. “Learning to Learn: Experimentation, Entrepreneurial Capital, and Development.” Documento CEDE no. 2. Rochester, NY. <https://doi.org/10.2139/ssrn.4017955>.
- Malpezzi, Stephen e Duncan Maclennan. 2001. “The Long-Run Price Elasticity of Supply of New Residential Construction in the United States and the United Kingdom.” *Journal of Housing Economics* 10 (3): 278-306. <https://doi.org/10.1006/jhec.2001.0288>.
- Malpezzi, Stephen e Stephen K. Mayo. 1987. “The Demand for Housing in Developing Countries: Empirical Estimates from Household Data.” *Economic Development and Cultural Change* 35 (4): 687-721. <https://www.jstor.org/stable/1153889>.
- Mark, Bryan G., Adam French, Michel Baraer, Mark Carey, Jeffrey Bury, Kenneth R. Young, Molly H. Polk et al. 2017. “Glacier Loss and Hydro-Social Risks in the

- Peruvian Andes.” *Global and Planetary Change* 159:61-76. <https://doi.org/10.1016/j.gloplacha.2017.10.003>.
- Marx, Benjamin, Thomas Stoker e Tavneet Suri. 2013. “The Economics of Slums in the Developing World.” *Journal of Economic Perspectives* 27 (4): 187-210. <https://doi.org/10.1257/jep.27.4.187>.
- Massey, Douglas S., Jorge Durand e Karen A. Pren. 2016. “The Precarious Position of Latino Immigrants in the United States: A Comparative Analysis of Ethnosurvey Data.” *Anais da Academia Americana de Ciência Política e Social* 666 (1): 91-109. <https://doi.org/10.1177/0002716216648999>.
- Matano, Alessia, Moises Obaco e Vicente Royuela. 2020. “What Drives the Spatial Wage Premium in Formal and Informal Labor Markets? The Case of Ecuador.” *Journal of Regional Science* 60 (4): 823-47. <https://doi.org/10.1111/jors.12486>.
- Mayer, Christopher J. e C. Tsurriel Somerville. 2000. “Land Use Regulation and New Construction.” *Regional Science and Urban Economics* 30 (6): 639-62. [https://doi.org/10.1016/S0166-0462\(00\)00055-7](https://doi.org/10.1016/S0166-0462(00)00055-7).
- Mayo, Stephen K. 1981. “Theory and Estimation in the Economics of Housing Demand.” *Journal of Urban Economics* 10 (1): 95-116. [https://doi.org/10.1016/0094-1190\(81\)90025-5](https://doi.org/10.1016/0094-1190(81)90025-5).
- McCann, Philip e Zoltan J. Acs. 2011. “Globalization: Countries, Cities and Multinationals.” *Regional Studies* 45 (1): 17-32. <https://doi.org/10.1080/00343404.2010.505915>.
- Menashe-Oren, Ashira e Philippe Bocquier. 2021. “Urbanization Is No Longer Driven by Migration in Low- and Middle-Income Countries (1985-2015).” *Population and Development Review* 47 (3): 639-63. <https://doi.org/10.1111/padr.12407>.
- Michaels, Guy, Dzhamilya Nigmatulina, Ferdinand Rauch, Tanner Regan, Neeraj Baruah e Amanda Dahlstrand. 2021. “Planning Ahead for Better Neighborhoods: Long-Run Evidence from Tanzania.” *Journal of Political Economy* 129 (7): 2112-56. <https://doi.org/10.1086/714119>.
- Moallemi, Morteza e Daniel Melser. 2020. “The Impact of Immigration on Housing Prices in Australia.” *Documentos em Ciência Regional* 99 (3): 773-86. <https://doi.org/10.1111/pirs.12497>.
- Moallemi, Morteza, Daniel Melser, Xiaoyan Chen e Ashton De Silva. 2021. “The Globalization of Local Housing Markets: Immigrants, the Motherland and Housing Prices in Australia.” *Journal of Real Estate Finance and Economics* 65 (1): 103-26. <https://doi.org/10.1007/s11146-021-09828-2>.
- Molloy, Raven. 2020. “The Effect of Housing Supply Regulation on Housing Affordability: A Review.” *Regional Science and Urban Economics* 80 (janeiro): 103350. <https://doi.org/10.1016/j.regsciurbeco.2018.03.007>.

- Monkkonen, P. 2014. “The Role of Housing in Mexico’s Vacancy Crisis.” Série Documentos de Trabalho do Centro Ziman da UCLA. Centro Ziman da UCLA, Universidade da Califórnia, Los Angeles.
- Moore, Will H. e Stephen M. Shellman. 2004. “Fear of Persecution: Forced Migration, 1952–1995.” *Journal of Conflict Resolution* 48 (5): 723–45. <https://doi.org/10.1177/0022002704267767>.
- Morales, Fernando e Martha Denisse Pierola. 2020. “Venezuelan Migration in Peru: Short-Term Adjustments in the Labor Market.” Documento de Trabalho do BID no. 1146. Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington, DC. <https://doi.org/10.18235/0002594>.
- Morales, Juan S. 2018. “The Impact of Internal Displacement on Destination Communities: Evidence from the Colombian Conflict.” *Journal of Development Economics* 131:132–50. <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2017.10.003>.
- Moretti, Enrico. 2004. “Workers’ Education, Spillovers, and Productivity: Evidence from Plant-Level Production Functions.” *American Economic Review* 94 (3): 656–90. <https://doi.org/10.1257/0002828041464623>.
- . 2011. “Local Labor Markets.” *Handbook of Labor Economics* 4 (part B): 1237–1313. [https://doi.org/10.1016/S0169-7218\(11\)02412-9](https://doi.org/10.1016/S0169-7218(11)02412-9).
- Morrissey, Taryn W. 2017. “Child Care and Parent Labor Force Participation: A Review of the Research Literature.” *Review of Economics of the Household* 15 (1): 1–24. <https://doi.org/10.1007/s11150-016-9331-3>.
- Morse, Richard M. 1969. “The Lima of Joaquin Capelo: A Latin American Archetype.” *Journal of Contemporary History* 4 (3): 95–110. <https://doi.org/10.1177/002200946900400306>.
- Mueller, Valerie A. e Daniel E. Osgood. 2009. “Long-Term Impacts of Droughts on Labour Markets in Developing Countries: Evidence from Brazil.” *Journal of Development Studies* 45 (10): 1651–62. <https://doi.org/10.1080/00220380902935865>.
- Mumford, Lewis. 1961. *The City in History: Its Origins, Its Transformations, and Its Prospects*. Nova York: Harcourt, Brace & World.
- Munshi, Kaivan e Mark Rosenzweig. 2016. “Networks and Misallocation: Insurance, Migration, and the Rural-Urban Wage Gap.” *American Economic Review* 106 (1): 46–98. <https://doi.org/10.1257/aer.20131365>.
- Navarro, Lucas. 2018. “Entrepreneurship Policy and Firm Performance: Chile’s CORFO Seed Capital Program.” *Estudios de Economía* 45 (2): 301–16. <https://estudiosdeeconomia.uchile.cl/index.php/EDE/article/view/51345>.
- Nawrotzki, Raphael J., Fernando Riosmena e Lori M. Hunter. 2013. “Do Rainfall Deficits Predict U.S.-Bound Migration from Rural Mexico? Evidence from the Mexican Census.” *Population Research and Policy Review* 32 (1): 129–58. <https://doi.org/10.1007/s11113-012-9251-8>.

- Nawrotzki, R. J., F. Riosmena, L. M. Hunter e D. M. Runfola. 2015. “Amplification or Suppression: Social Networks and the Climate Change-Migration Association in Rural Mexico.” *Global Environmental Change* 35. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2015.09.002>.
- Nieto, Raúl Iglesias, Pierre Gaussons e Guadalupe Correa-Cabrera. 2023. “Beyond the Drug War: Violence, Forced Displacement, and Shale Gas in Northeastern Mexico (2000–2020).” *Crime, Law and Social Change*. <https://doi.org/10.1007/s10611-023-10095-w>.
- OCDE (Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento). 2018. “Divided Cities: Understanding Intra-Urban Inequalities.” Paris, França: OECD Publishing.
- Olivieri, Sergio, Francesc Ortega, Ana Rivadeneira e Eliana Carranza. 2022. “The Labour Market Effects of Venezuelan Migration in Ecuador.” *Journal of Development Studies* 58 (4): 713–29. <https://doi.org/10.1080/00220388.2021.1988077>.
- OMS (Organização Mundial da Saúde). 2020. “Global Ambient Air Quality Database.” Genebra, Suíça: OMS. <https://www.who.int/airpollution/data/cities/en/>.
- ONU-HABITAT. 2003. “Slums of the World: The Face of Urban Poverty in the New Millennium.” Documento de Trabalho. ONU-HABITAT, Nairobi, Quênia. <https://unhabitat.org/slums-of-the-world-the-face-of-urban-poverty-in-the-new-millennium>.
- . 2004. *The Challenge of Slums: Global Report on Human Settlements 2003*. Nairobi, Quênia: ONU-HABITAT. <https://unhabitat.org/the-challenge-of-slums-global-report-on-human-settlements-2003>.
- . 2016. “Housing at the Centre of the New Urban Agenda.” UN-HABITAT Policy Paper. ONU-HABITAT, Nairobi, Quênia. https://unhabitat.org/sites/default/files/download-manager-files/Housing_at_the_centre.pdf.
- . 2023. “Proportion of Urban Population Living in Slum Households by Country or Area 2000–2020 (Percent).” ONU-HABITAT, Nairobi, Quênia. <https://data.unhabitat.org/pages/housing-slums-and-informal-settlements>.
- Painter, Gary, Stuart Gabriel e Dowell Myers. 2001. “Race, Immigrant Status, and Housing Tenure Choice.” *Journal of Urban Economics* 49 (1): 150–67. <https://doi.org/10.1006/juec.2000.2188>.
- Patel, Krishna e Francis Vella. 2013. “Immigrant Networks and Their Implications for Occupational Choice and Wages.” *Review of Economics and Statistics* 95 (4): 1249–77. https://doi.org/10.1162/REST_a_00327.
- Peiser, Richard. 2001. “Decomposing Urban Sprawl.” *Town Planning Review* 72 (3): 275–98. <https://doi.org/10.3828/tpr.2001.72.3.275>.
- Peñaloza-Pacheco, Leonardo. 2022. “Living with the Neighbors: The Effect of Venezuelan Forced Migration on the Labor Market in Colombia.” *Journal for Labour Market Research* 56 (1): 14. <https://doi.org/10.1186/s12651-022-00318-3>.

- Perdomo Rico, Juan Camilo. 2022. “Making Migrants Visible: A Review of Information on Migrants in Censuses and Households Surveys in Latin America and the Caribbean.” Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington, DC. <https://doi.org/10.18235/0004492>.
- Plane, David A. 1993. “Demographic Influences on Migration.” *Regional Studies* 27 (4): 375–83. <https://doi.org/10.1080/00343409312331347635>.
- Porcher, Charly. 2022. “Migration with Costly Information.” Documento de Trabalho. <https://charlyporcher.github.io/publication/jmp/jmp.pdf>.
- Quintero, Luis e Mark Roberts. 2018. “Explaining Spatial Variations in Productivity: Evidence from Latin America and the Caribbean.” Documento de Trabalho de Pesquisa de Políticas no. 8560. Banco Mundial, Washington, DC, disponível na SSRN. <https://papers.ssrn.com/abstract=3238402>.
- . 2022. “Cities and Productivity: Evidence from 16 Latin American and Caribbean Countries.” Documento de Pesquisa no. 22-13 da Escola de Negócios Johns Hopkins Carey, disponível na SSRN. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.4106477>.
- R4V (Plataforma Regional de Coordinación Interagencial). 2019. “R4V América Latina y el Caribe, refugiados y migrantes venezolanos en la región—diciembre 2019” [R4V América Latina e Caribe, refugiados e migrantes venezuelanos na região — dezembro de 2019]. R4V. <https://www.r4v.info/en/node/3985>.
- . 2020. “R4V América Latina y el Caribe, refugiados y migrantes venezolanos en la región—noviembre 2020” [R4V América Latina e Caribe, refugiados e migrantes venezuelanos na região - novembro de 2020]. R4V. <https://www.r4v.info/es/document/r4v-america-latina-y-el-caribe-refugiados-y-migrantes-venezolanos-en-la-region-noviembre-0>.
- Raleigh, C. 2011. “The Search for Safety: The Effects of Conflict, Poverty and Ecological Influences on Migration in the Developing World.” *Global Environmental Change* 21 (SUPPL. 1): S82–93. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2011.08.008>.
- RENABAP. 2020. “Registro Nacional de Barrios Populares de Argentina.” Governo da Argentina, Buenos Aires. <https://www.argentina.gob.ar/habitat/renabap>.
- Ribar, David C. 2013. “Immigrants’ Time Use: A Survey of Methods and Evidence.” In *International Handbook on the Economics of Migration*, eds. Amelie F. Constant e Klaus F. Zimmermann, 373–92. Cheltenham, RU e Northampton, MA: Edward Elgar Publishing. https://ideas.repec.org//h/elg/eechap/4026_20.html.
- Roback, Jennifer. 1982. “Wages, Rents, and the Quality of Life.” *Journal of Political Economy* 90 (6): 1257–78. <https://doi.org/10.1086/261120>.
- Robalino, Juan, José Jimenez e Adriana Chacón. 2015. “The Effect of Hydro-Meteorological Emergencies on Internal Migration.” *World Development* 67:438–48. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2014.10.031>.

- Rodríguez, Jorge. 2017. “Efectos de la migración interna sobre el sistema de asentamientos humanos de América Latina y el Caribe” [Efeitos da migração interna no sistema de assentamentos humanos da América Latina e do Caribe]. *Revista de la CEPAL* 2017:7-34. <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/4461a123-f350-4516-9875-566d8ccf9cbe/content>.
- Rodríguez Chatruc, Marisol e Sandra V. Rozo. 2021. “How Does It Feel to Be Part of the Minority? Impacts of Perspective Taking on Prosocial Behavior.” Documento de Trabalho do BID no. 1273. Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington, DC. <https://doi.org/10.18235/0003612>.
- Rodríguez Vignoli, Jorge. 2002. “Distribución territorial de la población de América Latina y el Caribe: Tendencias, interpretaciones y desafíos para las políticas públicas” [Distribuição territorial da população da América Latina e do Caribe: Tendências, interpretações e desafios para as políticas públicas]. Población y Desarrollo Series. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, Santiago, Chile. <https://repositorio.cepal.org/items/4a783b0e-11a0-4089-b02c-7c1069977076>.
- Rosen, Sherwin. 1979. “Wages-Based Indexes of Urban Quality of Life.” In *Current Issues in Urban Economics*, eds. Peter Mieszkowski e Mahlon Straszheim. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Rosenthal, Stuart S. e Stephen L. Ross. 2015. “Change and Persistence in the Economic Status of Neighborhoods and Cities.” In *Handbook of Regional and Urban Economics* 5:1047-1120. Elsevier. <https://doi.org/10.1016/B978-0-444-59531-7.00016-8>.
- Rosenthal, Stuart S. e William C. Strange. 2003. “Geography, Industrial Organization, and Agglomeration.” *Review of Economics and Statistics* 85 (2): 377-93. <https://doi.org/10.1162/003465303765299882>.
- . 2020. “How Close Is Close? The Spatial Reach of Agglomeration Economies.” *Journal of Economic Perspectives* 34 (3): 27-49. <https://doi.org/10.1257/jep.34.3.27>.
- Ruffo, Hernán, Inés Butler, Gabriela Galassi e Gabriel González. 2012. “Impacto de las políticas de fomento al emprendedorismo: El caso de ‘Buenos Aires Emprende’” [Impacto das políticas de fomento ao empreendedorismo: O caso de “Buenos Aires Emprende”]. 2012. Documento de Trabalho da CAF. CAF. <https://scioteca.caf.com/handle/123456789/241>.
- Ruiz, Vicente. 2017. “Do Climatic Events Influence Internal Migration? Evidence from Mexico.” Documento de Trabalho no. 2017.19. Associação de Economistas Ambientais e de Recursos, Paris. https://faere.fr/pub/WorkingPapers/Ruiz_FAERE_WP2017.19.pdf.
- Sá, Filipa. 2015. “Immigration and House Prices in the UK.” *Economic Journal* 125 (587): 1393-1424. <https://doi.org/10.1111/ecoj.12158>.

- Saiz, Albert. 2003. "Room in the Kitchen for the Melting Pot: Immigration and Rental Prices." *Review of Economics and Statistics* 85 (3): 502-21. <https://doi.org/10.1162/003465303322369687>.
- . 2007. "Immigration and Housing Rents in American Cities." *Journal of Urban Economics* 61 (2): 345-71. <https://doi.org/10.1016/j.jue.2006.07.004>.
- . 2010. "The Geographic Determinants of Housing Supply." *Quarterly Journal of Economics* 125 (3): 1253-96. <https://doi.org/10.1162/qjec.2010.125.3.1253>.
- Saiz, Albert e Susan Wachter. 2011. "Immigration and the Neighborhood." *American Economic Journal: Economic Policy* 3 (2): 169-88. <https://doi.org/10.1257/pol.3.2.169>.
- Saldaña-Zorrilla, Sergio O. e Krister Sandberg. 2009. "Spatial Econometric Model of Natural Disaster Impacts on Human Migration in Vulnerable Regions of Mexico." *Disasters* 33 (4): 591-607. <https://doi.org/10.1111/j.1467-7717.2008.01089.x>.
- Sassen, Saskia. 2018. "The Global City: Strategic Site, New Frontier." In *Moving Cities—Contested Views on Urban Life*, eds. Lígia Ferro, Marta Smagacz-Poziemska, M. Victoria Gómez, Sebastian Kurtenbach, Patrícia Pereira e Juan José Villalón, 11-28. SpringerLink. https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-658-18462-9_1.
- Scholl, Lynn, Daniel Martinez, Oscar A. Mitnik, Daniel Oviedo e Patricia Yanez-Pagans. 2018. "A Rapid Road to Employment? The Impacts of a Bus Rapid Transit System in Lima." Documento de Discussão do IZA no. 12019. Instituto de Economia do Trabalho. <https://ideas.repec.org//p/iza/izadps/dp12019.html>.
- Selim Hacıhasanoglu, Yavuz e Fatih Yılmaz. 2023. "Refugees and Housing: Evidence from the Mortgage Market." *World Bank Economic Review* 37 (1): 147-76. <https://doi.org/10.1093/wber/lhac024>.
- Seto, K. C., S. Dhakal, A. Bigio, H. Blanco, G. C. Delgado, D. Dewar, L. Huang, A. Inaba, A. Kansal, S. Lwasa, J. E. McMahon, D. B. Müller, J. Murakami, H. Nagendra e A. Ramaswami. 2014. "Human Settlements, Infrastructure and Spatial Planning." In *Climate Change 2014: Mitigation of Climate Change*. Contribuição do Grupo de Trabalho III para o Quinto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. Cambridge, RU: Cambridge University Press. <https://escholarship.org/uc/item/7kz997d2>.
- Shamsuddin, Mrityika, Pablo Ariel Acosta, Rovane Battaglin Schwengber, Jedediah Rooney Fix e Nikolas Pirani. 2021. "Integration of Venezuelan Refugees and Migrants in Brazil." 9605. Documento de Trabalho de Pesquisa de Políticas no. 9605. Banco Mundial, Washington, DC. <https://ideas.repec.org//p/wbk/wbrwps/9605.html>.
- Sharpe, Jamie. 2019. "Re-Evaluating the Impact of Immigration on the U.S. Rental Housing Market." *Journal of Urban Economics* 111:14-34. <https://doi.org/10.1016/j.jue.2019.04.001>.

- Shertzer, Allison, Tate Twinam e Randall P. Walsh. 2018. "Zoning and the Economic Geography of Cities." *Journal of Urban Economics* 105 (C): 20-39. <https://doi.org/10.1016/j.jue.2018.01.006>.
- Silva, Diana e Carlos Azzoni. 2022. "Worker and Firm Heterogeneity, Agglomeration, and Wages in Brazil." *Documentos em Ciência Regional* 101 (1): 107-33. <https://doi.org/10.1111/pirs.12637>.
- Sodini, Paolo, Stijn Van Nieuwerburgh, Roine Vestman e Ulf von Liliensfeld-Toal. 2016. "Identifying the Benefits from Homeownership: A Swedish Experiment." Documento de Trabalho do NBER no. 22882. Escritório Nacional de Pesquisa Econômica, Cambridge, MA. <https://doi.org/10.3386/w22882>.
- Spencer, Nekeisha e Mikhail-Ann Urquhart. 2018. "Hurricane Strikes and Migration: Evidence from Storms in Central America and the Caribbean." *Weather, Climate, and Society* 10 (3): 569-77. <https://doi.org/10.1175/WCAS-D-17-0057.1>.
- Talamas, Miguel. 2023. "Grandmothers and the Gender Gap in the Mexican Labor Market." *Journal of Development Economics* 162:103013. <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2022.103013>.
- Thiede, Brian, Clark Gray e Valerie Mueller. 2016. "Climate Variability and Inter-Provincial Migration in South America, 1970-2011." *Global Environmental Change* 41:228-40. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2016.10.005>.
- Tsivanidis, John Nicholas. 2023. "Evaluating the Impact of Urban Transit Infrastructure: Evidence from Bogotá's TransMilenio." Dissertação. Universidade de Chicago, Escola de Negócios Booth. <https://doi.org/10.6082/DK7G-ZF31>.
- Turok, Ivan, Joshua Budlender e Justin Visagie. 2018. "Urban 'Slums' and Social Mobility." *Development Policy Review* 36 (6): 703-25.
- UNDESA. 2020. "International Migrant Stock 2020." <https://www.un.org/development/desa/pd/content/international-migrant-stock>.
- Unidad para la Atención y Reparación Integral a las Víctimas. 2023. "Reportes unidad para las víctimas." Unidad para las víctimas del gobierno colombiano. ["Relatório da Unidade de Vítimas." Unidade de Vítimas do governo colombiano]. <https://www.unidadvictimas.gov.co/es/registro-unico-de-victimas-ruv/37394>.
- Urbina, Maria Jose, Sandra V. Rozo, Andres Moya e Ana María Ibáñez. 2023. "Least Protected, Most Affected: Impacts of Migration Regularization Programs on Pandemic Resilience." *AEA Papers & Proceedings* 113: 347-51. <https://doi.org/10.1257/pandp.20231019>.
- Vargas, Miguel e Nicolás Garrido. 2021. "The Spatial Concentration of High-Skilled Workers and City Productivity: The Case of Latin America." *CEPAL Review* 135:177-201. <https://doi.org/10.18356/16840348-2021-135-9>.
- Verme, Paolo e Kirsten Schuettler. 2021. "The Impact of Forced Displacement on Host Communities: A Review of the Empirical Literature in Economics." *Journal*

- of Development Economics* 150 (maio): 102606. <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2020.102606>.
- Viswanathan, Brinda e K. S. Kavi Kumar. 2015. “Weather, Agriculture and Rural Migration: Evidence from State and District Level Migration in India.” *Environment and Development Economics* 20 (4): 469. <https://doi.org/10.1017/S1355770X1500008X>.
- Vlahov, David, Nicholas Freudenberg, Fernando Proietti, Danielle Ompad, Andrew Quinn, Vijay Nandi e Sandro Galea. 2007. “Urban as a Determinant of Health.” *Journal of Urban Health* 84 (S1): 16–26. <https://doi.org/10.1007/s11524-007-9169-3>.
- Wang, Xin-Rui, Eddie Chi-Man Hui e Jiu-Xia Sun. 2017. “Population Migration, Urbanization and Housing Prices: Evidence from the Cities in China.” *Habitat International* 66:49–56. <https://doi.org/10.1016/j.habitatint.2017.05.010>.
- White, Michael J. e David P. Lindstrom. 2005. “Internal Migration.” In *Handbook of Population*, eds. Dudley L. Poston e Michael Micklin, 311–46. Handbooks of Sociology and Social Research. Boston, MA: Kluwer Academic Publishers-Plenum Publishers. https://doi.org/10.1007/0-387-23106-4_12.
- Wolpert, J. 1966. “Migration as an Adjustment to Environmental Stress.” *Journal of Social Issues* 22 (4): 92–102. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1966.tb00552.x>.
- Zanoni, Wladimir, Paloma Acevedo e Hugo Hernandez. 2022. “Job Market Discrimination against Slum Dwellers in Urban Argentina.” Documento de Trabalho do BID no. 1334. Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington, DC. <https://doi.org/10.18235/0004179>.
- Zanoni, Wladimir e Lina M. Díaz. 2023. “Discrimination against Migrants and Its Determinants: Evidence from a Multi-Purpose Field Experiment in the Housing Rental Market.” Nota Técnica do BID no. 2674. Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington, DC. <https://doi.org/10.18235/0004803>.
- Zárate, Román D. 2022. “Spatial Misallocation, Informality, and Transit Improvements: Evidence from Mexico City.” Documento de Trabalho de Pesquisa de Políticas no. 9990. Banco Mundial, Washington, DC. <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/099332303302232640/idu04600b00f0f3e404c4f085520cd82c82a60a5>.
- Zorlu, Aslan, Clara H. Mulder e Ruben Van Gaalen. 2014. “Ethnic Disparities in the Transition to Home Ownership.” *Journal of Housing Economics* 26:151–63. <https://doi.org/10.1016/j.jhe.2014.01.004>.

